

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DANIEL CIRILO AUGUSTO

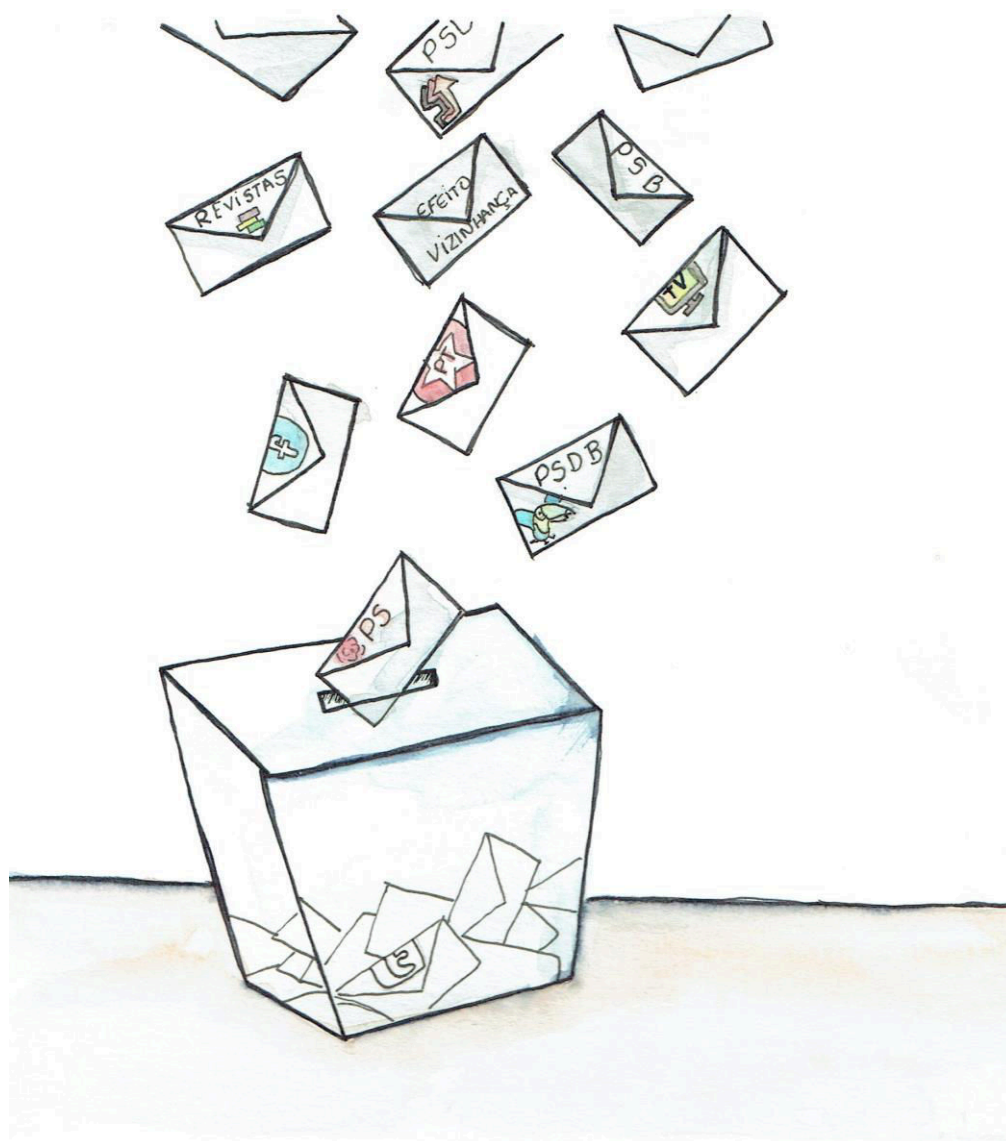
**COMPORTAMENTO GEOGRÁFICO DO VOTO: A IDENTIFICAÇÃO
PESSOAL E A IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA EM PORTUGAL E
NO BRASIL**

Maringá - PR
2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DANIEL CIRILO AUGUSTO

**COMPORTAMENTO GEOGRÁFICO DO VOTO: A IDENTIFICAÇÃO PESSOAL
E A IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA EM PORTUGAL E NO BRASIL**



Maringá - PR
2017



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO E DOUTORADO



DANIEL CIRILO AUGUSTO

COMPORTAMENTO GEOGRÁFICO DO VOTO: A IDENTIFICAÇÃO PESSOAL E A IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA EM PORTUGAL E NO BRASIL

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia, área de concentração Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Márcia da Silva

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Celene Tonella

Maringá - Paraná
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

A923a Augusto, Daniel Cirilo
Comportamento geográfico do voto: a identificação pessoal e a identificação partidária em Portugal e no Brasil / Daniel Cirilo Augusto -- Maringá, 2017. 331 f. : il., color., figs., tabs., mapas.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Márcia da Silva.
Co-orientador: Prof^a. Dr^a. Celene Tonela.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2017.

1. Geografia eleitoral. 2. Decisão do voto. 3. Identificação pessoal. 4. Identificação partidária. I. Silva, Márcia da, orient. II. Tonella, Celene, coorient. III. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. IV. Título.

CDD 21.ed. 324.6

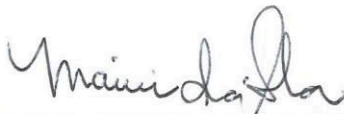
AHS

COMPORTAMENTO GEOGRÁFICO DO VOTO: A IDENTIFICAÇÃO PESSOAL E A
IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA EM PORTUGAL E NO BRASIL

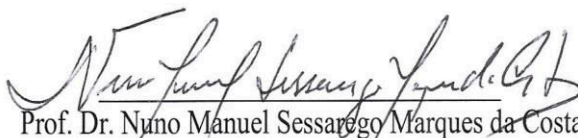
Tese de Doutorado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa: Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

Aprovada em **24 de março de 2017.**

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª. Dr.ª. Márcia da Silva
Orientador – PGE/UEM



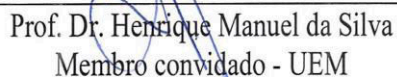
Prof. Dr. Nuno Manuel Sessarego Marques da Costa
Membro convidado – Universidade de Lisboa



Prof.ª. Dr.ª. Karla do Rosário Brumes
Membro convidado - UNICENTRO



Prof.ª. Dr.ª. Ana Lúcia Rodrigues
Membro convidado - UEM



Prof. Dr. Henrique Manuel da Silva
Membro convidado - UEM

DEDICATÓRIA



*"Às pessoas de bom coração que, com espírito solidário,
ainda me fazem acreditar na humanidade, dedico".*

AGRADECIMENTOS



Agradecer expressa uma ação que, dentre várias, se destaca pelo reconhecimento e gratidão àquele que de alguma forma ajudou para um bem. Portanto, meu sentimento é de gratidão àqueles que de alguma forma ajudaram a produzir este trabalho, mas também, em especial àqueles que torceram para a efetivação deste, que hoje se concretiza nestas páginas. Assim, digo meus sinceros agradecimentos:

A Deus, Jesus Cristo e sua Mãe Nossa Senhora que por vezes recorri para uma conversa, solicitando ajuda, agradecendo pela vida e pelas pessoas especiais que me rodeiam. Obrigado!

AGRADEÇO AO BRASIL E AS AMIZADES DE MEU PAÍS:

À toda minha família, em especial meus pais Pedro Augusto e Valdete P. Augusto... que sempre estiveram ao meu lado (talvez não fisicamente, mas emocionalmente), principalmente durante os doze meses que fiquei distante, em Portugal. Lembro de nossas conversas por Skype que se resumiam em saudades e também na "mentirinha" de que tudo estava bem, mesmo não estando.... Certamente, os resultados deste trabalho foram feitos sobre a tranquilidade que vocês me passavam durante estes meses. Obrigado!

À minha orientadora, Profa. Márcia da Silva... que com sua sabedoria, sempre me guiou na pesquisa aguerridamente, incentivando, mostrando erros, acertos e como melhorar em diversos aspectos, inclusive na vida além da academia. Tenho muito orgulho de ser orientado por uma pessoa com sua competência. Saiba que muito desse trabalho devo a você. Agradeço também a amiga "Dotorora" "Popotona" Márcia que sempre acreditou em meu trabalho. Com sua descontração e alegria me ensinou nestes onze anos a não somente ser um profissional melhor, mas também uma pessoa melhor. Ahhh sentirei falta das sapatadas (ao menos de algumas hahaha). Obrigado!

Ao Felipe Nathanael (Javali)... sua personalidade me admira e sua lealdade me orgulha. Esta tese também tem muito de você. Ajudou-me nos questionários, leituras, paciência, tabulação de dados, organização em geral, enfim, cada parte desta tese, tem um "dedo" seu. Obrigado!

À amiga Karla Brumes... que muito contribuiu com as recomendações e sugestões do trabalho teórico. Sua ajuda em minha adaptação em Lisboa foi sem igual. Sei que posso contar contigo para o que der e vier, com

reciprocidade, claro. Além disso, nossas viagens sempre foram muito agradáveis e descontraídas, lembro que nossas conversas extrapolam os temas acadêmicos, sempre falamos das mais diversas coisas e, com isso, apreendi muito contigo. Obrigado!

À minha coorientadora Profa. Celene Tonella... pelas contribuições teóricas realizadas na tese e também pela orientação direta que teve durante o ano de 2013. Sua ajuda foi de grande contribuição. Obrigado!

Ao meu grande amigo Aníbal. A "bolha mor" hahahah uma das melhores pessoas que conheci na vida, tem um coração enorme. O convívio com o Aníbal me fez aprender muitas coisas, dentre elas, ter paciência, acreditar e contribuir para um mundo melhor, com mais amor. Aníbal, admiro sua sabedoria. Obrigado!

À minha amiga Bianca Sobral... Pela amizade sincera que tanto gosto. A melhor vizinha que alguém pode ter. Obrigado!

À minha amiga Vanessa Leilane... Pela amizade e carinho que sempre teve por mim. Obrigado!

À Joyce Allane Apolinário Ferreira... pessoa de coração bom e amável (às vezes ranzinza), confio muito na sua palavra, sempre cheia de honestidade. Obrigado!

Ao Fernando Veronezzi... Amigo que admiro muito pela competência no que faz! Nossas conversas são as mais engraçadas. Sempre ri com seus "The voice". Como diria: O "rei" do descaso e dos recortes. Obrigado!

Aos amigos Sebastião Guina e Idair Zinke... pela amizade e companheirismo em Guarapuava-PR.

À Vanessa Teixeira... Que sempre me escutou e também compartilhou suas angústias. A senhorita dos recortes. Obrigado!

Ao Paulo Almeida... Pela amizade e ajuda que ofereceu na aplicação dos questionários. Obrigado!

Aos meus "irmãos" na pesquisa Tatiellen Prudentes, Débora, Ocon, Simone Cândida, Cleiton Denez, Rodrigo Vilas Boas, Paula Saldan, Gabriel Plaviak e demais do grupo GEPEs... Pelas conversas, amizade e boa companhia. Obrigado!

À Miriam, secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PGE-UEM... Sempre que esteve ao seu alcance, ajudou-me em minhas solicitações. Uma pessoa de muita competência em seu trabalho. E graças a ela, também, realizei minha candidatura à bolsa sanduíche. Obrigado!

Ao pessoal do Faxinal da Boa Vista-Turvo/PR que, durante 2012, estiveram presentes no momento de minha aprovação no doutorado. Obrigado!

Ao Senhor (que eu não recordo o nome), diretor da CDD dos correios de Maringá, que garantiu a entrega dos documentos para inscrição no processo seletivo do doutorado, turma 2013. Obrigado!

À Fábria (*in memoriam*) e ao Micas... me acompanharam na viagem que resultou na entrega das fotos para a inscrição ao processo seletivo da turma de doutorado de 2013. Obrigado!

À Prof. Ana Lúcia Rodrigues... que contribuiu com considerações teóricas e metodológicas na qualificação. Obrigado!

Ao alunos, funcionários e professores do Colégio Lobo e Colégio Platão de Guarapuava-PR... Pelo convívio durante o ano de 2016/2017. Obrigado!

À Profa. Níncia Ribas Borges... com paciência e boa vontade realizou as correções de português. Obrigado!

À Profa. Sonia Maria Kurchaidt... sua ajuda na estatística foi primordial para a aplicação dos questionários. Obrigado!

Aos eleitores brasileiros que responderam os questionários. Obrigado!

À CAPES pelas bolsas concedidas. Obrigado!

À UEM, em especial ao PGE-UEM pela oportunidade de estudo. Obrigado!

À ex-presidente Dilma Rousseff... graças ao seu governo tive a oportunidade de estudar fora do Brasil, com bolsa, e conhecer lugares que antes era privilégio apenas de estudantes (e pessoas) da classe média-alta brasileira. É que conhecer e explorar lugares é essencial ao ser geógrafo. Agradeço a oportunidade.

AGRADEÇO A PORTUGAL E ÀS AMIZADES QUE LÁ FIZ:

Ao Prof. Nuno Manoel Sessarego Marques da Costa, meu orientador no exterior... certamente, tem muito de você nesta tese, desde os trabalhos metodológicos, até mesmo na produção dos resultados. Agradeço em especial pela excelente receptividade em Lisboa e boa vontade em me atender sempre que solicitei. Minha adaptação em Portugal, também se deu em função do convívio contigo. Obrigado!

À Silvia Cabral... sempre muito espontânea e sincera. Sua amizade quero levar para o resto da vida. Nossas viagens, foram as mais divertidas. Ótima companhia para um vinho. Obrigado!

À Cecília... pelo carinho e bom trato que sempre teve comigo em Lisboa. Pessoa agradável de bom coração. Obrigado!

À Ana Louro... pela imensa ajuda na tabulação dos dados dos questionários dos eleitores-votantes portugueses. Obrigado!

À Profa. Eduarda Marques da Costa... pela orientação durante o mês que meu orientador no exterior esteve fora de Portugal. Obrigado!

À Lidiane... pela amizade e convívio em Lisboa. Tínhamos angústias parecidas e isso nos aproximou muito.

Ao Lucir... sempre correto e educado, uma excelente amizade em Lisboa. Obrigado!

Ao Hugo Leitão... pelo convívio e grande ajuda na aplicação dos questionários em Portugal.

Aos eleitores-votantes portugueses que responderam os questionários. Obrigado!

À Universidade de Lisboa... em especial, ao Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT), pelo aceite do meu estágio sanduíche. Obrigado!

Agradeço àqueles que por ventura não lembrei de mencionar. Obrigado!

“Une conjoncture politique caractérisée par une intense participation populaire et par l'ouverture de larges perspectives de changement [..]”.

Jorge Gaspar – Lisbonne, 1983.

“Uma conjuntura política caracterizada por intensa participação popular abre amplas perspectivas de mudança [...]”.

Jorge Gaspar – Lisboa, 1983.

AUGUSTO, Daniel Cirilo. **COMPORTAMENTO GEOGRÁFICO DO VOTO: A IDENTIFICAÇÃO PESSOAL E A IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA EM PORTUGAL E NO BRASIL.** Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, 2017.

RESUMO:

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a identificação pessoal e a identificação partidária na decisão do voto de eleitores portugueses e brasileiros no período entre as eleições de 2011 e 2013 (Portugal) e 2012 e 2014 (Brasil). Procurou-se, ainda, identificar a importância dos partidos políticos para a decisão do voto, bem como, os diferentes elementos que contribuem para o voto. As escalas de pleitos eleitorais são utilizadas aqui para averiguar os diferentes níveis de identificação pessoal e de identificação partidária no eleitorado. Metodologicamente, este trabalho foi desenvolvido através de três eixos: leituras para a construção do referencial teórico, entrevistas com políticos brasileiros e aplicação de questionários aos eleitores portugueses e brasileiros. Para estes, foram traçados critérios para as amostras que levaram a escolha de Braga, Évora e Lisboa (Portugal) e Curitiba, Laranjeiras do Sul e Maringá (Brasil). A pesquisa foi conduzida pelo comportamento geográfico do voto, através de vinculações (aproximações e distanciamentos) entre a realidade portuguesa e a brasileira. Os resultados apresentados revelam a decisão do voto fundamentada principalmente na identificação pessoal, com exceção às eleições de nível nacional em Portugal, que obtiveram uma considerável parte dos eleitores a votar por meio da identificação partidária. Ademais, concluiu-se que o voto é híbrido, em especial entre o eleitorado brasileiro. As mudanças ocorridas entre a decisão do voto do eleitor brasileiro permitem-nos identificar que este eleitor possui um caráter mudancista em suas decisões eleitorais, tornando-o sensível às variações ocasionadas no contexto territorial (sistema eleitoral, partidos políticos, meios de comunicação, efeito vizinhança, etc). Diante disso, considera-se que os elementos intrínsecos ao território contribuem para a formação dos cenários político partidários, condicionando o comportamento geográfico do voto.

Palavras-chave: Geografia Eleitoral. Decisão do voto. Identificação pessoal. Identificação partidária.

AUGUSTO, Daniel Cirilo. **BEHAVIOR VOTE GEOGRAPHIC: THE PERSONAL IDENTIFICATION PERSONAL AND PARTISAN IDENTIFICATION IN PORTUGAL AND BRAZIL**. Thesis (Doctorate in Geography) – State University of Maringá (UEM), Maringá, 2017.

ABSTRACT:

This research aims to analyze personal and political party identification in the vote decision of Portuguese and Brazilian voters. We tried to identify the importance of the political parties for the decision of the vote. The different scales of electoral lawsuits are used here to ascertain the different personal and partisan identification levels in the electorate. Methodologically, this work was developed through three axes: readings for the theoretical reference construction, interviews with Brazilian politicians and application of questionnaires to Portuguese and Brazilian voters. The following samples were selected: Braga, Évora and Lisboa (Portugal) and Curitiba, Laranjeiras do Sul and Maringá (Brazil). The research was conducted to understand the geographical behavior of the vote, through linkages (similarities and differences) between the Portuguese and Brazilian reality. The results presented reveal the decision of the vote based mainly on personal identification, with the exception of Portugal in national level elections, which obtained a considerable part of the voters to vote through party identification. In addition, it was concluded that the vote is hybrid, especially among the Brazilian electorate. The changes that occurred between the decision of the Brazilian voter's vote, allows us to identify that this voter has a character of change in his electoral decisions, making him sensitive to changes in the territorial context. Therefore, it is considered that the intrinsic elements of the territory (such as the electoral system, political parties, media, neighborhood effect, etc.), contribute to the partisan political environment formation, affecting the geographical behavior of vote.

Keywords: Electoral geography. Vote decision. Personal identification. Partisan identification

AUGUSTO, Daniel Cirilo. **COMPORTAMIENTO DE VOTO GEOGRÁFICA: LA IDENTIFICACIÓN PERSONAL Y IDENTIFICACIÓN DEL PARTIDO EN PORTUGAL Y BRASIL.** Tesis (Doctorado en Geografía) – Universidad Estadual de Maringá, (UEM), Maringá, 2017.

RESUMEN:

Esta investigación tiene como objetivo analizar la identificación personal y la identificación del partido para decidir el voto de los electores portugueses y brasileños. Tratamos de identificar también la importancia de los partidos políticos para la decisión de los votos. Las diferentes escalas de peticiones de la elección se usan aquí para determinar los diferentes niveles de identificación personal y el partidismo en el electorado. Metodológicamente, este trabajo se ha desarrollado a través de tres ejes: lecturas para la construcción del marco teórico, las entrevistas con los políticos brasileños y cuestionarios a los electores portugueses y brasileños. Ellos fueron escogidos para la recogida de muestras: Braga, Évora y Lisboa (Portugal) y Curitiba, Laranjeiras do Sul y Maringá (Brasil). Se llevó a cabo la investigación para entender el comportamiento geográfico de la votación, a través de enlaces (semejanzas y diferencias) entre la realidad portuguesa y brasileña. Los resultados presentados muestran la decisión del voto basado principalmente en la identificación personal, excepto para las elecciones nacionales en Portugal, que recibieron una parte considerable de los votantes a emitir su identificación con un partido. Además, se concluyó que el voto híbrido es, en particular, entre los constituyentes de Brasil. Los cambios entre la decisión del voto de los electores brasileños, identificado que este elector tiene un carácter del cambio en sus decisiones electorales, por lo que es sensible a los cambios causados en el contexto territorial. Por lo tanto, se considera que los elementos intrínsecos del territorio (por ejemplo, el sistema electoral, los partidos políticos, los medios de comunicación, el efecto de vecindad, etc.), contribuyen a la formación del entorno político partidario, que afecta el comportamiento geográfico de los votos.

Palabras clave: Electoral geografía. Decisión de los votos. identificación personal. Identificación de las partes.

LISTAS



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA	- ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL
BE	- BLOCO DE ESQUERDA
CDS-PP	- CENTRO DEMOCRATICO SOCIAL - PARTIDO POPULAR
CNE	- COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES
DEM	- DEMOCRATAS
DF	- DISTRITO FEDERAL
ESEB	- ESTUDO ELEITORAL BRASILEIRO
EUA	- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
FGV	- FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
FHC	- FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
IBGE	- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IDH	- ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
INE	- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
MDB	- MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO
MST	- MOVIMENTO SEM TERRA
ONU	- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PMDB	- PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
POP	- PORTAL DE OPINIÃO PÚBLICA
PTB	- PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
PDT	- PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
PDS	- PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PEN	- PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL
PFL	- PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
PT	- PARTIDO DOS TRABALHADORES
PC DO B	- PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
PCP	- PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
PL	- PARTIDO LIBERAL
PSB	- PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
PSD	- PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PORTUGAL)
PSD	- PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (BRASIL)
PSDB	- PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
PSDC	- PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO
PROS	- PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL
PRP	- PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA
PRTB	- PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO
PPS	- PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
PPL	- PARTIDO PÁTRIA LIVRE
PV	- PARTIDO VERDE
PT DO B	- PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL
PTC	- PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO
PP	- PARTIDO PROGRESSISTA
PCB	- PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PHS	- PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE
PSL	- PARTIDO SOCIAL LIBERAL
PSOL	- PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE
PSC	- PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
PS	- PARTIDO SOCIALISTA
PSTU	- PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO
PR	- PARTIDO DA REPÚBLICA
PRB	- PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
PRONAF	- PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
PRP	- PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA
PTN	- PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL
POP	- PORTAL DE OPINIÃO PÚBLICA
PMB	- PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA
PMN	- PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL
REDE	- REDE SUSTENTABILIDADE
SD	- SOLIDARIEDADE
TSE	- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
UEM	- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
UNICENTRO	- UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
UL	- UNIVERSIDADE DE LISBOA
URSS	- UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – PORTUGAL: TAXA DE ABSTENÇÃO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES PARA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (1975–2015)	82
TABELA 2 – PORTUGAL: EXISTÊNCIA DE ALGUMA SIMPATIA PARA COM OS PARTIDOS POLÍTICOS.....	126
TABELA 3 – PORTUGAL: ELEMENTOS CONSIDERADOS RELEVANTES PARA A PRÁTICA DA CIDADANIA.....	131
TABELA 4 – PORTUGAL: INTENÇÃO EM VOTAR NAS ELEIÇÕES PARA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	133
TABELA 5 – PORTUGAL: SITUAÇÃO ECONÔMICA ATUAL DO PAÍS SEGUNDO OS ELEITORES VOTANTES.....	134
TABELA 6 – PORTUGAL: PREFERÊNCIA POR VOTAR – ELEIÇÕES PARA CÂMARA MUNICIPAL	136
TABELA 7 – PORTUGAL: SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PAÍS COMPARADA COM O ANO ANTERIOR – SEGUNDO ELEITORES VOTANTES.....	146
TABELA 8 – PORTUGAL: PORCENTAGEM DOS VOTOS EM ELEIÇÕES LEGISLATIVAS POR PARTIDO POLÍTICO.....	153
TABELA 9 – PORTUGAL: PORCENTAGEM DOS VOTOS POR PARTIDO POLÍTICO EM ELEIÇÕES PARA CÂMARA MUNICIPAL.....	160
TABELA 10 – BRASIL: ELEMENTOS CONSIDERADOS RELEVANTES, PELOS ELEITORES, PARA A PRÁTICA DA CIDADANIA	173
TABELA 11 – BRASIL: ELEITORES E A SIMPATIA PELOS PARTIDOS POLÍTICOS	186
TABELA 12 – BRASIL: PROPORÇÃO DE ELEITORES QUE AFIRMAM “GOSTAR” DE ALGUM PARTIDO POLÍTICO.....	188
TABELA 13 – BRASIL: SIMPATIA PARA COM OS PARTIDOS POLÍTICOS.....	189
TABELA 14 – BRASIL: SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PAÍS SEGUNDO ELEITORES	192
TABELA 15 – BRASIL: FONTES DE INFORMAÇÕES SOBRE POLÍTICA PARTIDÁRIA SEGUNDO ELEITORES.....	193
TABELA 16 – BRASIL: SITUAÇÃO ECONÔMICA COMPARADA AO ANO ANTERIOR (2014-2015)	195
TABELA 17 – BRASIL: PREFERÊNCIA DOS ELEITORES QUANTO AO REGIME POLÍTICO.....	202

LISTA DE TABELAS

TABELA 18 – BRASIL: SATISFAÇÃO COM O SISTEMA DEMOCRÁTICO SEGUNDO ELEITORES	203
TABELA 19 – BRASIL: RESULTADO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS (2014) .	215
TABELA 20 – BRASIL E PORTUGAL: GASTOS EM CAMPANHAS ELEITORAIS PARA PRESIDENTE (2014-2015)	227
TABELA 21 – PORTUGAL: PORCENTAGEM DE ABSTENÇÕES ELEITORAIS, POR MUNICÍPIO, EM ELEIÇÕES PARA CÂMARA MUNICIPAL	234
TABELA 22 – BRASIL: ELEMENTOS CONSIDERADOS RELEVANTES PARA A PRÁTICA DA CIDADANIA	235
TABELA 23 – BRASIL E PORTUGAL: COMPARAÇÃO DA DECISÃO DO VOTO EM ESCALA NACIONAL.....	242
TABELA 24 – ELEMENTOS RELEVANTES PARA A PRÁTICA DA CIDADANIA – SEGUNDO ELEITORES.....	261
TABELA 25 – TEMAS RELEVANTES PARA O DEBATE POLÍTICO – SEGUNDO ELEITORES.....	264
TABELA 26 – BRASIL E PORTUGAL: DECISÃO DO VOTO EM ELEIÇÃO DE ESCALA NACIONAL.....	274
TABELA 27 – BRASIL E PORTUGAL: CONHECIMENTO ACERA DOS PARTIDOS DOS CANDIDATOS ELEITOS NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES.....	276

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – NÚMERO DE TRABALHOS EM GEOGRAFIA ELEITORAL PUBLICADOS EM LÍNGUA INGLESA (1990-2007)	67
GRÁFICO 2 – TRABALHOS DE GEOGRAFIA ELEITORAL EM REVISTAS DE LÍNGUA INGLESA (1990-2010)	69
GRÁFICO 3 – PORTUGAL: SATISFAÇÃO DOS ELEITORES–VOTANTES COM A DEMOCRACIA	80
GRÁFICO 4 – PORTUGAL: SATISFAÇÃO COM A DEMOCRACIA POR GRUPOS DE IDADE.	84
GRÁFICO 5 – EUROPA: CONFIANÇA NOS PARTIDOS POLÍTICOS	122
GRÁFICO 6 – EVOLUÇÃO DA ABSTENÇÃO ELEITORAL EM PORTUGAL	140
GRÁFICO 7 – NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS COM A SITUAÇÃO ECONÔMICA DOS PAÍSES	145
GRÁFICO 8 – BRASIL: CONFIANÇA DOS ELEITORES EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS	177
GRÁFICO 9 – BRASIL: PARTIDOS EM DESTAQUE POR CRESCIMENTO/DECRESCIMENTO – ELEIÇÕES 2016	260
GRÁFICO 10 – PORTUGAL: IDENTIFICAÇÃO PESSOAL E IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA	266
GRÁFICO 11 – BRASIL: IDENTIFICAÇÃO PESSOAL E IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA	267

LISTA DE ORGANOGRAMAS

ORGANOGRAMA 1 – ESCALAS DE ELEIÇÕES E SEUS CONDICIONANTES AO VOTO.....	35
ORGANOGRAMA 2 – ESQUEMA REPRESENTATIVO DA ESTRUTURA DA TESE.....	38
ORGANOGRAMA 3 – FORMAÇÃO DA DECISÃO DO VOTO PELAS ESCALAS DE ELEIÇÕES E CONTEXTO TERRITORIAL.....	44

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – PRINCIPAIS FORMAS DE GOVERNO DEMOCRÁTICO.....	93
QUADRO 2 – SISTEMA PRESIDENCIALISTA, PARLAMENTARISTA E SEMIPRESIDENCIALISTA: PRÓS E CONTRAS	96
QUADRO 3 – PORTUGAL: DISTRIBUIÇÃO DAS MAIORES VOTAÇÕES – ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (1995, 1999, 2005 E 2009) ..	155
QUADRO 4 – PORTUGAL: DISTRIBUIÇÃO DAS MAIORES VOTAÇÕES – ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (2002 E 2011).....	158
QUADRO 5 – PORTUGAL: DISTRIBUIÇÃO DAS MAIORES VOTAÇÕES POR PARTIDO POLÍTICO – ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS SERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.	
QUADRO 6 – IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA COMPARADA (1995 – 2005)	182
QUADRO 7 – BRASIL: MANCHETES COM INFORMAÇÕES SOBRE O GOVERNO DILMA ROUSSEFF.....	197
QUADRO 8 – BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DAS MAIORES VOTAÇÕES, POR PARTIDO POLÍTICO, NAS ELEIÇÕES PARA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1994 E 1998).....	208
QUADRO 9 – BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DAS MAIORES VOTAÇÕES, POR PARTIDO POLÍTICO, NAS ELEIÇÕES PARA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (2002, 2006 E 2010).....	211

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – PORTUGAL: CIDADES DE APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS	49
FIGURA 2 – MAPA DE IDENTIFICAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS NO BRASIL	53
FIGURA 3 – INTER-RELAÇÕES ENTRE SISTEMA POLÍTICO E SOCIEDADE.....	71
FIGURA 4 – CONCENTRAÇÃO DE VOTOS PARA GEORGE WALLACE, EM 1969 NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DOS EUA	110
FIGURA 5 – BRASIL: VOTAÇÃO NO 2º TURNO DAS ELEIÇÕES PARA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (2014)	217
FIGURA 6 – PORTUGAL: DISTRIBUIÇÃO DAS DUAS MAIORES VOTAÇÕES – ELEIÇÕES PARA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – 2015.....	272

SUMÁRIO



INTRODUÇÃO	29
CAPÍTULO I	40
TEORIAS E METODOLOGIAS: CENÁRIOS E ATORES SOB A ÓTICA DA POLÍTICA PARTIDÁRIA NA GEOGRAFIA ELEITORAL	40
1.1 O CAMINHO DA PESQUISA: TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA CONSTRUÇÃO DA GEOGRAFIA ELEITORAL DO VOTO	42
1.2 REFLEXÕES SOBRE O ESTUDO DA GEOGRAFIA ELEITORAL.....	56
1.2.1 <i>A produção científica em Geografia Eleitoral nos últimos 20 anos</i>	65
1.2.2 <i>Exemplos de estudos em Geografia Eleitoral em Portugal e no Brasil</i>	70
1.3 GEOGRAFIA E DEMOCRACIA.....	76
1.3.1 <i>O sistema eleitoral-partidário na democracia e sua influência na Geografia Eleitoral</i>	86
1.3.2 <i>Os sistemas democráticos de governo e representação</i>	92
1.4 ABORDAGEM DA GEOGRAFIA ELEITORAL: TEMAS E CONCEITOS.....	100
1.4.1 <i>Poder e Estado</i>	100
1.4.2 <i>Escala e efeito vizinhança</i>	106
1.4.3 <i>Partido político</i>	113
CAPÍTULO II	118
CENÁRIOS POLÍTICO-PARTIDÁRIOS EM PORTUGAL: A INFLUÊNCIA NA DECISÃO DO VOTO	118
2.1 OS PARTIDOS POLÍTICOS EM PORTUGAL: CONFIANÇA E SIMPATIA DO ELEITORADO ..	120
2.2 CENÁRIOS POLÍTICO-PARTIDÁRIOS E O VOTO EM PORTUGAL: EXEMPLOS A PARTIR DE BRAGA, ÉVORA E LISBOA.....	128
2.3 PARTIDOS POLÍTICOS E SEUS SUCESSOS ELEITORAIS NO TERRITÓRIO PORTUGUÊS .	151
CAPÍTULO III	166
CENÁRIOS POLÍTICO-PARTIDÁRIOS NO BRASIL: A INFLUÊNCIA NA DECISÃO DO VOTO	166
3.1 OS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL: CONFIANÇA E SIMPATIA DO ELEITORADO	168
3.2 CENÁRIOS POLÍTICO-PARTIDÁRIOS ELEITORAIS E VOTO NO BRASIL: EXEMPLOS A PARTIR DE CURITIBA, LARANJEIRAS DO SUL E MARINGÁ.....	191
3.3 PARTIDOS POLÍTICOS E SEUS SUCESSOS ELEITORAIS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO..	205
CAPÍTULO IV:	222
A FORMAÇÃO DA DECISÃO DO VOTO: IDENTIFICAÇÃO PESSOAL E IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA	222
4.1 DIFERENÇAS TERRITORIAIS, DIFERENTES VOTAÇÕES.....	224
4.2 ELEMENTOS PARA A FORMAÇÃO DA DECISÃO DO VOTO: A IDENTIFICAÇÃO PESSOAL.	236
4.3 ELEMENTOS PARA A FORMAÇÃO DA DECISÃO DO VOTO: A IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA	248

4.4 TERRITÓRIO E VOTO: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS NA DECISÃO DO VOTO EM PORTUGAL E NO BRASIL.....	258
4.4.1 <i>A decisão do voto em eleições de escala local: Presidente da Câmara (Portugal) e Prefeito (Brasil)</i>	259
4.4.2 <i>A decisão do voto em eleições de escala nacional: assembleia da república (Portugal) e Presidente da República (Brasil)</i>	269
CONSIDERAÇÕES FINAIS	282
REFERÊNCIAS.....	287
APÊNDICES	297
APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ELEITORES PORTUGUESES.....	298
APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ELEITORES BRASILEIROS	302
APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM POLÍTICOS BRASILEIROS	306
ANEXOS	309
ANEXO A: LEI Nº 13.165, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015	309

INTRODUÇÃO



Esta pesquisa, realizada em dois países, Portugal e Brasil, tem como objetivo geral analisar a formação geográfica do voto por meio do comportamento do eleitor português e do eleitor brasileiro, observando como os mesmos votam em pleitos eleitorais de escala local e de escala nacional, se por meio da identificação pessoal (no candidato) ou se por meio da identificação partidária (no partido). O período de análise (recorte temporal) definido foi entre as eleições de 2011 e 2013 (Portugal) e 2012 e 2014 (Brasil).

Para complementar o objetivo geral, apresentam-se os seguintes objetivos específicos: a) compreender como ocorre a formação da identificação partidária e qual a efetiva contribuição dos partidos políticos neste processo; b) analisar no eleitorado as razões que o leva a compreender os partidos políticos como instituições sem grandes diferenças entre si e, assim, analisar quais são as estratégias internas que fazem dos partidos¹ Partido Social Democrata PSD e Partido Socialista PS (Portugal) e Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido da Social Democracia Brasileira PSDB (Brasil), diferenciados no sentido de angariadores de votos. c) observar se há um considerável número de eleitores que decidem seu voto via identificação pessoal e quais as motivações para isso. d) verificar se há e quais são as mudanças nos mapas eleitorais acerca dos pleitos de escala nacional.

As hipóteses para esta pesquisa, se enquadram através das seguintes afirmativas: a) A identificação pessoal ocorre em maior número de eleitores na escala local. b) A identificação partidária ocorre em maior número de eleitores na escala nacional. c) O eleitor possui diferentes identificações pessoal e/ou partidária e a escala do pleito eleitoral pode influenciar diretamente na decisão do voto. d) O contexto territorial condiciona as identificações, por exemplo, pelas estratégias eleitorais dos grupos de poder, partidos políticos, sistema eleitoral, etc.

¹ Os partidos escolhidos foram aqueles que obtiveram os principais sucessos eleitorais dentre aqueles propostos nos dois recortes territoriais abordados neste trabalho, Portugal e Brasil.

Os objetivos e as hipóteses acima descritas para esta tese não foram o meu primeiro contato² com esta temática, fato que ocorreu em 2010, com o estudo sobre as abordagens da decisão do voto, da identificação pessoal e da identificação partidária em Guarapuava, no Paraná, como dissertação de mestrado.

Com a finalização da dissertação, diversas inquietações foram surgindo, em especial o querer compreender como se diferenciava a identificação pessoal e a identificação partidária no eleitorado, tendo como pressuposto a diferença das eleições brasileiras. O eleitor utilizava os mesmos elementos para decidir o voto para Presidente e Prefeito?

Por meio destes questionamentos, após a aprovação no curso de Doutorado em Geografia da Universidade Estadual de Maringá (UEM), iniciamos, em 2013, a elaboração de uma proposta de estudo a partir da análise sobre a identificação pessoal e a identificação partidária no eleitorado brasileiro. Utilizamos como enfoque as Escalas de Eleições (local e nacional) para diferenciar a decisão do voto do brasileiro. Vale ressaltar que a análise previa utilização de partidos importantes (em termos de sucesso eleitoral) no contexto nacional para identificar as motivações que o eleitorado detinha para formar seu voto, o PT e o PSDB.

Durante o período de elaboração do projeto e do efetivo começo do curso de Doutorado, o cenário eleitoral, no Brasil, aparentemente era estável, o que permitia o foco consolidado nesta análise. Dilma Rousseff, do PT, era a Presidente da República com recorde de popularidade, (79%), avaliada no mês de março de 2013, pela Revista *Último Segundo*.

A partir de então, durante o ano de 2013, enquanto realizava disciplinas do curso e leituras acerca da temática da pesquisa, no Brasil iniciava um período de grande turbulência no contexto político partidário: germinava em junho e julho de 2013 uma grande manifestação contra os aumentos nas tarifas do transporte público em algumas cidades brasileiras. Com isso, o movimento

² Elegeu-se a utilização da primeira pessoa na escrita da Introdução pelo aspecto subjetivo deste tipo de texto.

“*vem pra rua*” (criado pelo engenheiro e empresário Rogério Chequer), por meio de uma mudança de foco, chama “os cidadãos brasileiros” para cobrar melhorias na política partidária e, em especial, clamava por menos corrupção.

Em geral, os manifestantes eram cidadãos que, sabendo, ou não, o motivo de estar protestando, encontravam-se nas ruas cobrando mudanças na esperança de um país melhor. Os partidos políticos foram os primeiros a serem rechaçados por inúmeros manifestantes. Não demorou muito para Dilma Rousseff tornar-se o grande foco das manifestações de rua e ser considerada responsável pelo problema de corrupção histórico existente no Brasil. Porém, devido à estabilidade econômica do país, que durou até o final de 2014, não eram todas as pessoas, que durante este período, rechaçavam a imagem da então Presidente.

Em termos acadêmicos, surgiu a possibilidade da realização de um estágio na Universidade de Lisboa, com duração de doze meses (03/2014 - 02/2015). O estágio levou à reorganização no projeto da tese, incluindo vinculações entre a realidade portuguesa, que eu vivenciei em Lisboa, com a realidade brasileira. Portanto, os trabalhos de campo começaram, não pelo Brasil, mas a partir da realidade portuguesa.

Durante o período do estágio, eclodiu, no Brasil, inúmeros manifestos que acusavam o PT de Dilma Rousseff de corrupção, além de ocorrer a mais acirrada campanha eleitoral que o Brasil já vivenciou. Este cenário do final de 2014 e início de 2015, induziu, ainda mais, o crescimento da rejeição a este partido e à Presidente da República. Nesse interim, questionários eram aplicados nas cidades brasileiras escolhidas como recorte territorial-analítico da pesquisa.

Grupos políticos e partidos de oposição utilizaram-se, deste cenário, para propor o processo de *Impeachment* que perdurou até 31 de agosto de 2016³. Durante este período, o Brasil apresentou índices de recessão

³ Vale lembrar que, algumas situações específicas postas na dinâmica da política partidária brasileira nos últimos três anos, como o processo de desgaste e posterior *impeachment* de Dilma Rousseff, interferiram no comportamento eleitoral e logo, nos resultados desta pesquisa. Estas interferências serão apresentadas com mais contundência no decorrer do trabalho.

econômica, concomitante à crise política. Em Portugal, os problemas relacionados ao enfraquecimento da economia (iniciados por volta do ano 2000), mantém a justificativa do então governo de Passos Coelho⁴, do PSD, a dar continuidade à política de ajustes fiscais.

Durante o andamento do trabalho, em Portugal ocorreu eleição de escala nacional para a Assembleia da República (2015), dando ao PSD de Passos Coelho o primeiro lugar entre os partidos mais votados no país (sem maioria absoluta), fazendo com que o Presidente da República convidasse o partido a formar governo. Contudo, uma união entre os partidos de esquerda, somaram, assim, maioria no Parlamento Português, fazendo com que o Presidente da República convidasse o PS para formar governo.

Estes cenários evidenciam a dinâmica da política partidária e, também, a velocidade em que as transformações, muitas delas imensamente significativas, causam dificuldades em ajustar o objeto inicial, as hipóteses, a tese e a realidade que então estava em efervescência. Eu, como doutorando, e a tese, como produto/resultado, não poderíamos ficar alheios à questão, apesar de, ao mesmo tempo, termos que manter a lógica e a coerência teórico-metodológica da pesquisa. Assim, longe de ser uma justificativa para possíveis equívocos na elaboração desta uma tese, esta é uma justificativa de cunho científico que se fez presente nos quatro anos da pesquisa.

Houve dificuldade em relacionar todos estes acontecimentos e fenômenos, durante a escrita da tese, para não comprometer a originalidade das informações e da abordagem nos anos de 2013 a 2016, período de realização do curso de Doutorado, mesmo ciente de que, em alguns momentos, a construção da pesquisa não acompanhou a rapidez das transformações do cenário político partidário de Portugal e do Brasil.

⁴ Passos Coelho foi primeiro-ministro de Portugal entre 2007 e 2015. Seu partido venceu as eleições do dia 4 de outubro de 2015 com cerca de 39% dos votos, seis pontos a mais que o segundo colocado, uma vitória insuficiente para revalidar a maioria com a qual contou na legislatura anterior. Mas, a coalizão de Direita do primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, no poder desde 2011, perdeu a maioria absoluta depois de adotar uma impopular política de austeridade por quatro anos.

Assim, algumas teorias utilizadas e fundamentadas em autores que trabalham com o tema, como Carreirão (2002; 2006 e 2007), Silveira (1998) e Toledo Júnior (2007), não sustentam, por si só, estas mudanças, em especial no Brasil. O panorama de mutações ocasionou distorções entre as teorias postas, até então, e a nova realidade que se implementou a partir de 2013-2014 no país, e que se estende até os dias atuais.

Além disso, a análise dos resultados obtidos, por meio da pesquisa de campo realizada em Portugal e no Brasil (aplicação de questionários aos eleitores), no ano de 2015, foi fundamentada em respostas que se remetiam às eleições anteriores a este período, ou seja: 1. Eleições de Escala Local - autárquicas em Portugal (2013) e Prefeito no Brasil (2012); 2. Eleições de Escala Nacional - Assembleia da República em Portugal (2011) e Presidência da República no Brasil (2014)⁵. Por meio das análises dos resultados de todos estes elementos e de observação dos diferentes cenários político-econômicos vivenciados por portugueses e por brasileiros, é que a tese ganhou forma e primou pelo desenvolvimento de análise consubstanciada da formação do voto, ou seja, pela identificação pessoal e pela identificação partidária nas diferentes escalas de eleições (local e nacional).

A identificação pessoal e a identificação partidária fazem parte de um construto na decisão do voto a partir do comportamento eleitoral. Alguns elementos podem ser considerados como condicionantes do voto, utilizados em ambas as escalas de eleições (local e nacional), mas em geral separadas de acordo com a características do pleito, conforme organograma 1.

⁵ Neste sentido, não foi possível acompanhar as mudanças de cenários de forma teórico-metodológica, mas apenas com complementos de dados secundários e análises de jornais mais recentes, já que seria impossível recomeçar a tese.

Organograma 1 – Escalas de eleições e seus condicionantes ao voto



Fonte: Aplicação de questionários (2015)

Org.: AUGUSTO, Daniel Cirilo (2017).

A leitura do organograma 1 reforça a ideia que alguns elementos condicionantes são utilizados com maior intensidade em determinada escala de pleito eleitoral. Nos pleitos eleitorais de escala local, utiliza-se com mais ênfase o “maior conhecimento de demandas”, “vínculos afetivos” e “proximidade entre eleitor - candidato”, já nas eleições de escala nacional o destaque se dá para: “Forte atuação dos partidos”, “distanciamento eleitor-candidato” e “mídia”.

O organograma 1 mostra a relação entre a utilização dos elementos em ambas a escala, contudo, não significa dizer que os elementos condicionantes que são intensificados em uma escala, não possam ser utilizados na outra escala.

A hipótese norteadora da tese parte da premissa de que em Eleições de Escala Nacional, os eleitores decidem seu voto por meio da identificação partidária e, em eleições locais, a proximidade entre eleitor – candidato leva a identificação Pessoal, superior à identificação partidária.

Porém, com a aplicação dos questionários, esta hipótese não foi sustentada em sua totalidade. No Brasil, o que se observou foi uma identificação pessoal superior à identificação partidária, em ambas as escalas. A realidade portuguesa confirmou esta premissa, evidenciando um eleitorado propenso a votar pela identificação partidária em Eleições de Escala Nacional, com maiores níveis de identificação pessoal nas eleições de escala local.

Na construção do trabalho, ao partir das vinculações entre o contexto português e o contexto brasileiro, pudemos verificar sobre a existência do voto híbrido, especialmente na realidade brasileira. Assim, os cenários político-partidários descritos nesta introdução, evidenciam o palco para a volatilidade eleitoral e, logo, para menor grau de identificação partidária dos eleitores.

A partir da realidade apresentada na tese e da abordagem teórico-conceitual e analítica resultante dos dados empíricos, comprovamos a importância da Geografia Eleitoral como subárea da Geografia, posto que esta possibilita a compreensão do território a partir dos fenômenos eleitorais e de sua organização.

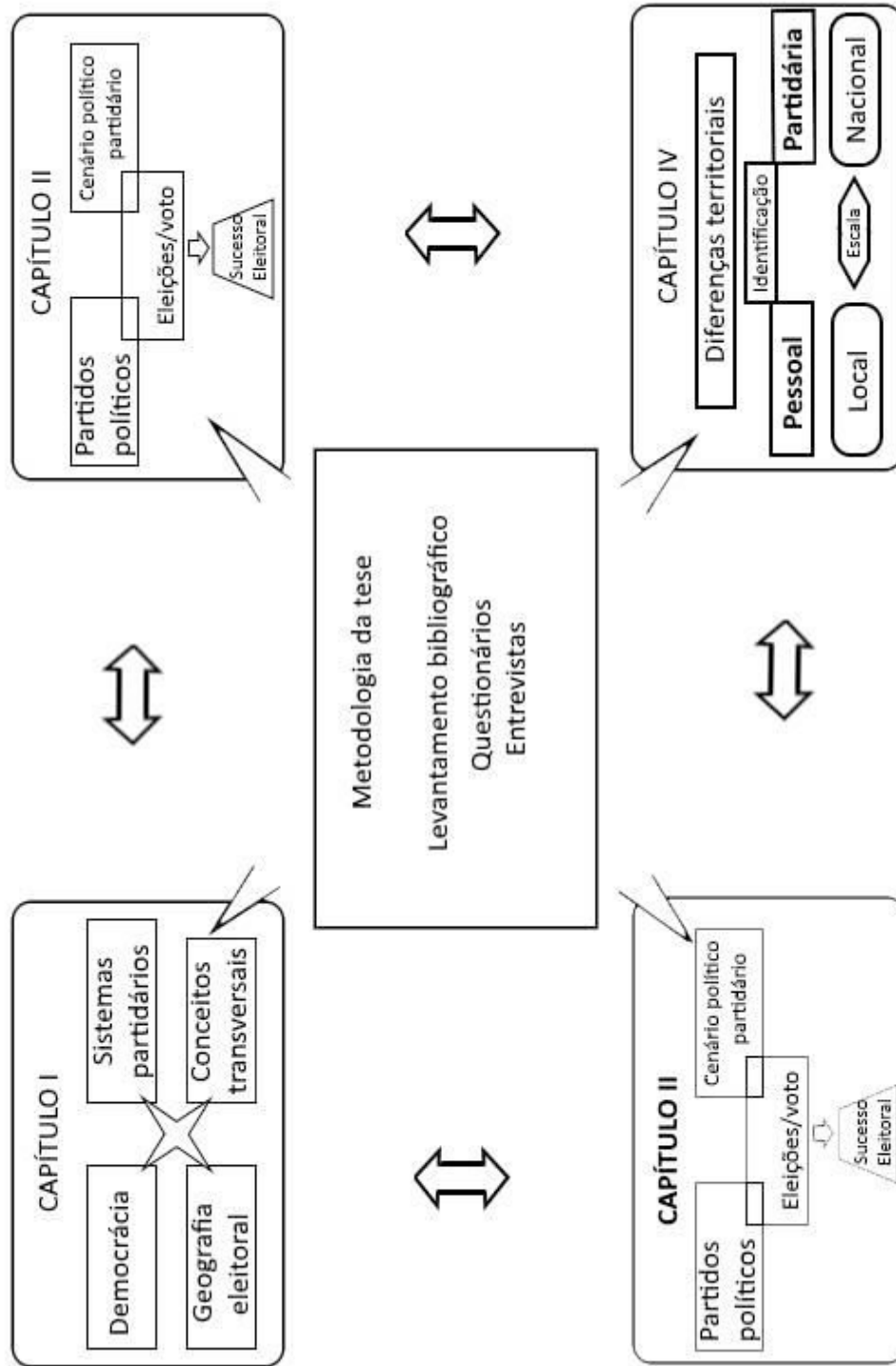
A pesquisa apresenta a seguinte estrutura:

No capítulo 1, apresentamos algumas preposições teóricas-metodológicas acerca desta subárea da Geografia. Discorremos sobre a produção científica da Geografia Eleitoral, bem como, exemplos de estudos em Geografia Eleitoral no Brasil e Portugal. As abordagens trabalhadas, no âmbito da Geografia Eleitoral, estão relatadas neste capítulo, tais como: conceitos de Democracia, Sistemas Democráticos de Governo e Sistema Eleitoral. Além destes, há os conceitos transversais (Poder, Estado, Escala, Efeito vizinhança e Partido político). Além destas abordagens, que descrevem os principais pressupostos teóricos e conceituais da Geografia Eleitoral, buscamos explicar os procedimentos metodológicos.

Os capítulos 2 e 3 apresentam os cenários político-partidários em Portugal e no Brasil. Nestes capítulos, explicitamos os principais elementos que compõem a dinâmica eleitoral e o voto. A partir da efetivação das Eleições, apresentamos a distribuição dos votos por partido político nos países trabalhados: Portugal e Brasil.

No capítulo 4, estabelecemos uma relação entre as duas realidades, a partir das abordagens e resultados oriundos dos questionários aplicados aos eleitores portugueses e brasileiros. As diferenças entre os contextos territoriais (diferenças territoriais) bem como, as escalas de pleitos eleitorais, possibilitam averiguar em que medida se estabelece a identificação pessoal e a identificação partidária em Portugal e no Brasil. No bojo destas discussões acerca do território e do voto, delinea-se a tese, conforme o organograma 2

Organograma 2 – Esquema representativo da estrutura da tese



Org.: AUGUSTO, Daniel Cirilo (2017).

Os diferentes momentos de elaboração e experiência com a temática, permitiram, pela interpretação de diferentes tipologias de decisão do voto, avaliar que o comportamento geográfico do voto se distingue a partir dos diferentes contextos territoriais, efetivando-se no voto híbrido, ou seja, aquele composto por elementos diversos a partir de sua própria realidade. Por isso, a identificação pessoal e a identificação partidária são avaliadas como basilares para o comportamento geográfico do voto.

CAPÍTULO I

TEORIAS E METODOLOGIAS: CENÁRIOS E ATORES SOB A ÓTICA DA POLÍTICA PARTIDÁRIA NA GEOGRAFIA ELEITORAL

1 TEORIAS E METODOLOGIAS: CENÁRIOS E ATORES SOB A ÓTICA DA POLÍTICA PARTIDÁRIA NA GEOGRAFIA ELEITORAL

A Geografia Eleitoral é uma subárea da Geografia preocupada em compreender os fenômenos políticos intrínsecos ao território, ligados direta ou indiretamente pelos pleitos eleitorais. Os estudos eleitorais, a partir da perspectiva da Geografia Eleitoral, podem demonstrar as variações das votações em diferentes partes do território e possibilitam, ainda, analisar motivos dessas diferenciações, como por exemplo, a partir do comportamento eleitoral e seus determinantes para a decisão do voto.

O modo em que a Geografia Eleitoral é compreendida, nesta tese, condiz ao entendimento da interdisciplinaridade no âmbito das Ciências Sociais que relaciona "Política" e "Geografia".

Para exemplificar, brevemente, Política é o conjunto de processos que estão envolvidos na realização, exercício e resistência do poder. A interação entre esses três elementos é a preocupação das áreas que permeiam o termo "política", ao qual se enquadra a Geografia Política e Geografia Eleitoral. Entretanto, especificamente, pelo viés geográfico, a interação se completa pela incorporação do espaço, lugar e território. O espaço (ou padrões espaciais ou relações espaciais) é conceito principal da Geografia. O lugar é um ponto particular no espaço, enquanto território representa uma tentativa mais formal de definir e delimitar uma porção de espaço, inscrito com uma identidade e características específicas por meio das relações de poder.

As variações espaciais de implementação da política são preocupações da Geografia Política e da Geografia Eleitoral, considerando a influência da identidade territorial no comportamento eleitoral. A Geografia Eleitoral, portanto, abraça uma gama de elementos e conceitos que permitem investigar fenômenos político-eleitorais ocorridos no território e pelo território, o que indica, por exemplo, que o voto não é um simples ato mensurável pelo quantitativo, mas sim, o que engloba elementos que possibilitam compreendê-lo como uma ação que não se inicia e/ou termina no "*ato de votar*".

Este capítulo apresenta reflexões referentes à produção científica da Geografia Eleitoral nos últimos 20 anos, bem como, abordagens teóricas acerca das temáticas que dão sustentação à tese, como por exemplo, sistema partidário, democracia e escala de análise.

A subdivisão do capítulo ocorre em quatro momentos. O primeiro apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa – explicita os caminhos trilhados para alcançar os objetivos da tese, bem como o detalhamento das etapas da metodologia (questionário, revisão bibliográfica e entrevistas) são apresentados neste item.

Posteriormente, no segundo momento, o subtítulo denominado “Reflexões sobre o estudo da Geografia eleitoral”, discorre a respeito das principais temáticas abordadas na Geografia Eleitoral, seus conceitos, temas, bem como a produção científica em Geografia eleitoral nos últimos 20 anos. Ademais, neste momento, discorre-se a respeito de exemplos de abordagens em estudos de Geografia Eleitoral em Portugal e no Brasil.

Em um terceiro momento, conceitos ligados a Geografia e Democracia são discutidos para subsidiar o entendimento e a aproximação que há entre estes dois campos do conhecimento. Nesta etapa, o sistema eleitoral-partidário e os sistemas de governos são analisados como fatores que contribuem diretamente para a Geografia Eleitoral e a decisão do voto.

Além disso, no quarto momento do capítulo, abordam-se temas e conceitos transversais que subsidiarão o desenvolvimento desta tese. Estes, temas estão dispostos na seguinte ordem: Estado e Poder, Escala e Efeito vizinhança e Partidos políticos, discussões estas, condicionantes ao desenvolvimento teórico-metodológico, apresentado a seguir.

1.1 O caminho da pesquisa: técnicas e procedimentos metodológicos para construção da Geografia Eleitoral do voto

A partir da existência de diferenças entre as formas de pleitos eleitorais nos sistemas democráticos de representação, quais sejam, de escala nacional e

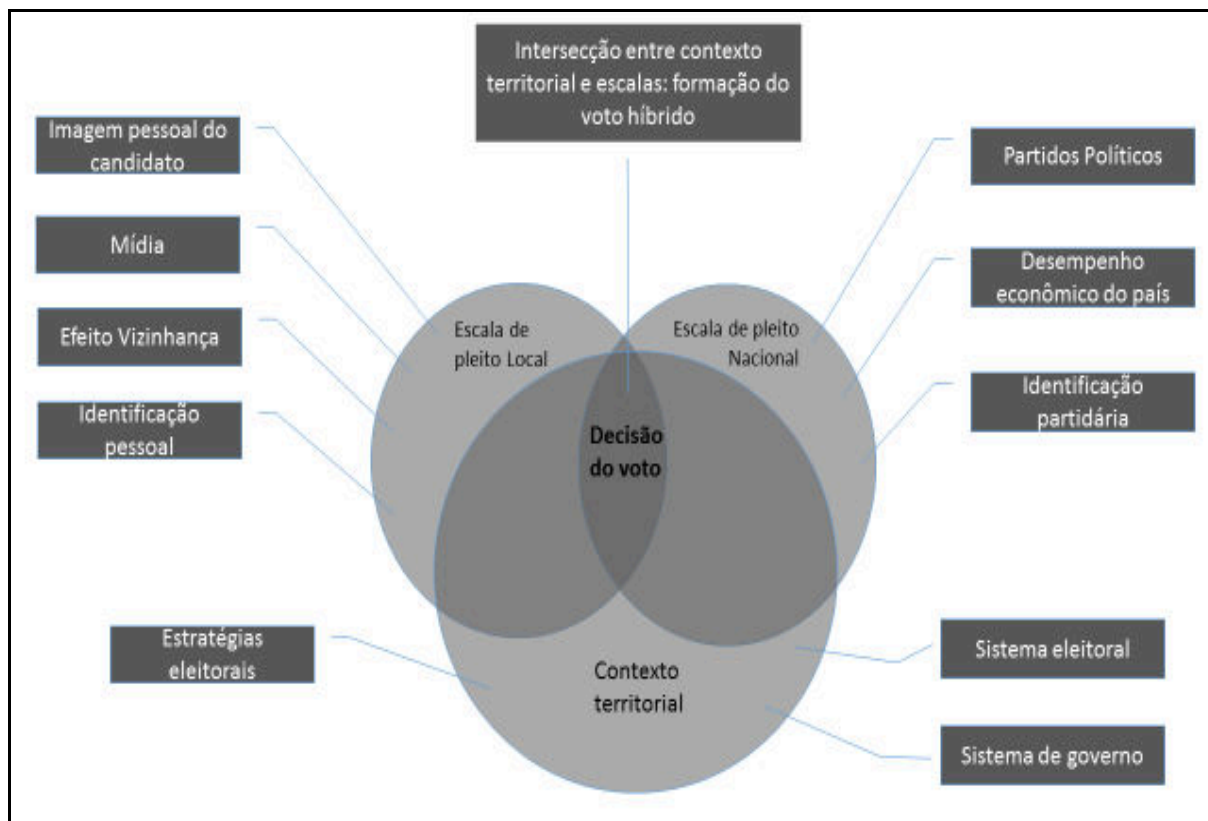
os pleitos eleitorais de escala local, buscam compreender o que o eleitorado modifica em sua conduta em termos de decisão do voto em razão das singularidades de cada pleito. Em Portugal e no Brasil, observa-se que, ao votar, o eleitor considera a identificação pessoal mais relevante que a identificação partidária, ao menos para o caso dos pleitos de escala local⁶. Compreende-se, pois, que o papel das instâncias jurídico-políticas e do contexto social, no qual o eleitor está inserido, são de fundamental importância para a formação do voto do eleitor.

Neste sentido, é pertinente observar que a decisão do voto pautada na identificação pessoal e na identificação partidária pode se modificar por meio da característica da eleição. Em eleições de escala de pleito local a proximidade entre eleitores, candidatos e partidos políticos leva a uma preferência via atributos pessoais, ao passo que na escala de pleito nacional há destaque para as propostas de governo, bem como o próprio distanciamento entre candidatos e eleitores, o que possibilita a identificação partidária.

Além das escalas de pleitos eleitorais, outro elemento torna-se relevante para analisar a decisão do voto no comportamento eleitoral: o contexto territorial. Este é visto como base para a efetivação das escalas de pleitos eleitorais, pois o contexto territorial possibilita por exemplo, a efetivação da democracia e, logo, a efetivação dos pleitos eleitorais (em diferentes escalas), conforme organograma 3.

⁶ Vale lembrar que em alguns momentos, as informações coletadas entre ambas as realidades (Portugal e Brasil), foram diferentes. Isso, devido estas realidades também serem diferentes também.

Organograma 3 - Formação da decisão do voto pelas escalas de eleições e contexto territorial



Org.: Augusto, Daniel Cirilo (2017).

Fonte: Aplicação de questionários (2015).

Ao visualizar o organograma, observa-se que a proposta aqui apresentada para a compreensão da decisão do voto ocorre por meio de três principais elementos: 1) na análise do território, enquanto elemento a ser apropriado para possibilitar sucessos em eleições, denominado por nós de *contexto territorial*; 2) na análise da escala de pleito nacional; 3) na análise da escala de pleito local.

Em relação ao elemento 1, território enquanto base territorial, este condiciona ações recíprocas entre eleitorado e partidos políticos, por exemplo, para efetivação de estratégias eleitorais em determinados recortes territoriais. Por este motivo, distintos territórios, possuem votações, partidos e eleitores distintos.

Neste trabalho, foram identificados alguns pontos que sustentaram o contexto territorial como elemento condicionante para o voto, são eles: sistema de governo sistema eleitoral e estratégias eleitorais.

O sistema de governo em determinado recorte territorial, permite ao eleitor, sentir-se satisfeito com o Estado e, logo, torná-lo um eleitor votante apto a decisão do voto, especialmente para aqueles países com não obrigatoriedade do voto, a exemplo de Portugal.

O sistema eleitoral, conduz os fenômenos políticos (como é o caso das eleições), e regulamenta as ações daqueles que pretendem pleitear os cargos eletivos, tanto no executivo como legislativo. O sistema eleitoral no território condiciona também as estratégias eleitorais, que, por sua vez, identifica as demandas e necessidades dos eleitores para melhor satisfazê-los no momento da decisão do voto.

As escalas de pleitos eleitorais consolidam-se como os demais elementos para a formação do voto. Pelas distinções entre pleito local e pleito nacional há diferenciações na decisão do voto, mas também singularidades, o que corresponde ao chamado voto híbrido.

O elemento 2 do organograma (Escala de pleito local) representa as eleições para o executivo municipal, com forte possibilidade ao voto pela identificação pessoal. Nesta escala, tem-se forte influência da mídia na construção de atributos pessoais de forte impacto ao eleitor, conforme é apresentado no organograma 3. Relacionado a estes dois condicionantes, pode-se elencar as imagens pessoais do candidato que é formada nesta escala de pleito eleitoral com o intuito de dar visibilidade (positiva ou negativa) a pessoa, enquanto candidato.

Outro condicionante, citado no organograma 3, é o efeito vizinhança. Este, apresenta aqueles eleitores sujeitos às interferências e opiniões do seu círculo de convivência (trabalho, escola, universidade, vizinhança, etc.). O efeito vizinhança ocorre com mais evidência nesta escala de pleito eleitoral, devido à proximidade entre eleitor e campanha eleitoral. Portanto, ressalta-se que a escala de pleito local possibilita uma ligação entre eleitorado e candidato.

O elemento 3, no organograma (Escala de pleito nacional), destaca-se por possibilitar um aparente distanciamento entre o eleitor e o candidato, devido ao fato que na escala de pleito nacional, o candidato não possui a mesma proximidade com o eleitorado apresentada na escala de pleito local. Neste elemento, a decisão do voto se faz por meio de alguns condicionantes.

O desempenho econômico do país fortalece ou enfraquece o grupo político que está no governo, portanto, o andamento da economia é relevante para esta decisão do voto, pois faz parte do cenário político partidário.

Os partidos políticos, na escala de pleito nacional tem considerável relevância, são estas instituições que possibilitam enraizamento entre eleitorado e suas propostas políticas. É pelas instituições partidárias que o eleitorado torna mais próximo da política partidária e logo, do entendimento de futuras ações que o seu voto proporcionará através de determinada decisão do voto.

Por meio dos partidos políticos há o fortalecimento da identificação partidária e, portanto, nesta escala de pleito eleitoral o voto pela identificação partidária pode tornar-se um importante preditor do comportamento eleitoral.

Diante do exposto, a hipótese é de que o eleitor possui diferentes identificações pessoal e/ou partidária e que a escala do pleito eleitoral pode influenciar na decisão do voto, pois as estratégias eleitorais dos grupos de poder e partidos políticos, para barganhar votos, diferenciam-se entre estas diferentes escalas.

O caráter qualitativo do estudo, aqui proposto, leva a indagações sobre como a pesquisa acerca da identificação pessoal e da identificação partidária podem contribuir para os debates e o fortalecimento de uma Geografia Eleitoral. A referência de possíveis existências de diferenciações entre a decisão do voto do eleitor (a partir das escalas dos pleitos eleitorais) nos permite problematizar o fato.

Isto posto, a problemática se volta às seguintes reflexões: Como se caracteriza o voto pautado na identificação pessoal? Quais são as estratégias utilizadas pelos partidos políticos para sustentar grupos/nomes no poder político? Por que o partido político é tão inconstante ao eleitor? Ainda pode-se afirmar que este fato possibilita uma maior relevância em relação à identificação pessoal? O

sistema democrático possibilita ou condiciona o eleitor a configurar a decisão do voto a partir da identificação pessoal ou da identificação partidária? Estas são algumas inquietações que nortearam a construção deste trabalho.

Para atender aos objetivos propostos, a pesquisa foi efetivamente operacionalizada por meio de cinco momentos que se agregaram como procedimentos metodológicos e como subsídios para efetivação da escrita da tese.

1) *Levantamento bibliográfico*: pesquisa nas diferentes bibliografias acerca da temática que envolve o trabalho, tais como: Geografia Eleitoral, partidos políticos, eleições, voto, identificação pessoal, identificação partidária. Ademais, buscou-se discutir o processo de democratização nos territórios abordados, bem como a satisfação que o eleitorado possui com a democracia representativa. Em estágio realizado na Universidade de Lisboa, Portugal, houve acesso mais facilitado às obras e demais textos pertinentes à Geografia Eleitoral portuguesa.

2) *Construção de suporte teórico*: é importante ressaltar que a pesquisa bibliográfica possibilitou a construção de um referencial teórico, entendido como elemento de sustentação na construção das demais etapas de formulação da tese. Vale lembrar que houve preocupação em investigar os conceitos e temáticas na bibliografia estrangeira em especial aquelas de língua inglesa, referência em trabalhos de Geografia Eleitoral.

3) *Formulação e aplicação dos questionários*: esta etapa é o núcleo do trabalho, pois por meio dos questionários construiu-se e efetivou-se a discussão empírica e de dados sobre a decisão do voto dos eleitores.

A aplicação dos questionários firmou-se como um trabalho de campo que utilizou dois grandes recortes territoriais: Portugal e Brasil. Foram aplicados questionários para 768 eleitores, destes, 384 aplicados em Portugal e 384 aplicados aos eleitores brasileiros. O critério de escolha das cidades, para a recolha da amostra, foi o comportamento político do eleitorado, ou seja, se as cidades continham eleitores mais tendenciosos a votar em partidos de esquerda

ou partidos de direita. No caso português, as cidades escolhidas foram: Braga⁷ Évora⁸ e Lisboa⁹.

É importante ressaltar que para a aplicação dos questionários, recorreu-se à utilização da estatística para propor o tamanho da amostra. Segundo Levin (1987), o pesquisador social procura tirar conclusões a respeito de um grande número de sujeitos. Estes sujeitos são a população que, segundo ele, consiste em um conjunto de indivíduos que compartilham de pelo menos uma característica comum, seja ela cidadania, filiação a uma associação de voluntários, etnia etc. No caso aqui proposto, a população consiste no total de eleitores aptos a votar, ora portugueses, ora brasileiros.

O pesquisador trabalha com tempo, energia e recursos econômicos limitados. Portanto, são raras às vezes em que se pode trabalhar com todos os elementos da *população*. Geralmente, o pesquisador estuda um pequeno grupo de indivíduos retirados da população. Este grupo denomina-se *amostra*¹⁰ (LEVIN, 1987).

O processo de escolha dos indivíduos que pertencerão a uma amostra é denominado de amostragem. No estudo em questão, a amostragem é o total de 768 eleitores (portugueses e brasileiros), escolhidos a partir das cidades elencadas, pelo critério de diferenças entre comportamento político (esquerda e direita).

Perante isso, a amostragem escolhida para as cidades portuguesas foi estabelecida da seguinte forma: 1) Lisboa: 498.957mil eleitores foi representada

⁷ Braga localiza-se no Norte de Portugal, possui uma população de 181.494 mil habitantes, sua economia é voltada para o setor do comércio, serviços, pesquisa e tecnologia.

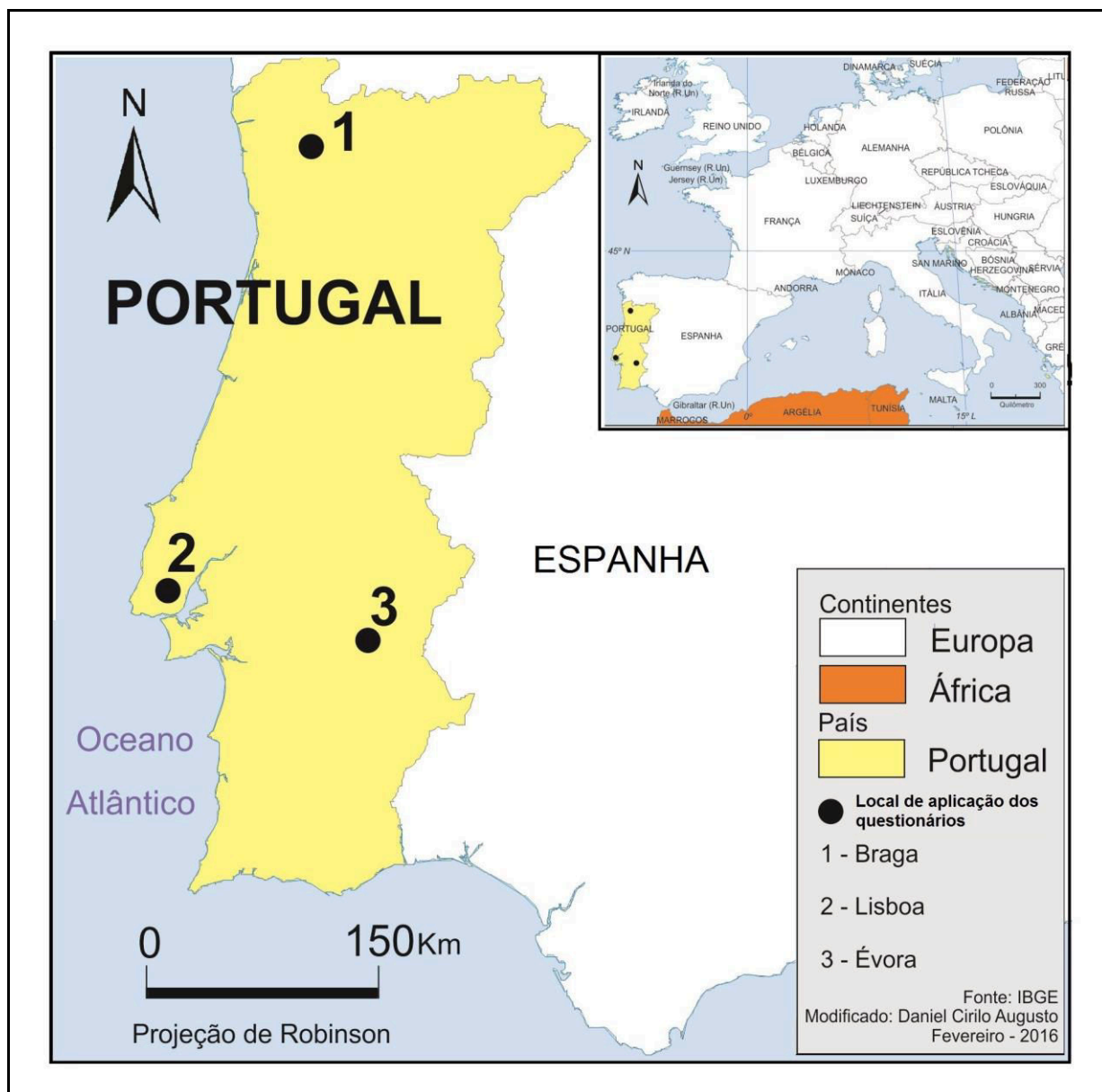
⁸ Évora localiza-se na região do Alentejo, destaca-se por ser um importante polo econômico baseado na indústria, prestação de serviços e turismo. Pela sua dimensão, centralidade e visibilidade no contexto nacional, Évora emerge como o polo com melhores condições para liderar a hierarquia do sistema urbano regional. Com efeito, a cidade assume claramente uma vocação patrimonial, cultural, universitária, e de serviços, com qualidade ambiental, que procura potenciar toda a área envolvente à própria cidade. Assim, a valorização da rede de cidades médias da região Alentejo (CÂMARA DE ÉVORA, 2015).

⁹ Lisboa, a cidade mais populosa do país, concentra sedes de importantes empresas multinacionais. A economia baseia-se principalmente no setor terciário, possuindo altos índices de industrialização, com o setor de turismo importante e crescente.

¹⁰ Amostra é um subconjunto de indivíduos extraídos de uma população (LEVIN, 1987).

por 271 eleitores, ou seja, a maior amostragem; 2) Braga, que apresenta um total de 160.852 mil eleitores, com representação de 87 eleitores inquiridos e 3) Évora, que possui um eleitorado de 47.641, foi representada por uma amostragem de 26 eleitores. A figura 1 apresenta a localização das cidades portuguesas utilizadas para a análise na pesquisa.

Figura 1: Portugal: cidades de aplicação dos questionários



Fonte: Base cartográfica Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2015).

Org.: Augusto, Daniel Cirilo (2016).

Das cidades portuguesas, em destaque na figura 1, Braga apresentou nas últimas eleições um eleitorado que firmemente elege candidatos voltados a partidos de direita. Diferentemente, Évora apresenta eleitores que votam em candidatos pertencentes a partidos de esquerda. Vale lembrar que a opção por estes critérios se deu em função da possibilidade de uma análise posterior acerca da decisão do voto, ou seja, entender em que medida eleitores que votam em candidatos pertencentes aos partidos de esquerda decidem seus votos pela identificação partidária ou via identificação pessoal e, compreender, também, a decisão do voto de eleitores que escolhem candidatos pertencentes aos partidos de direita, ou seja, se estes eleitores optam pela identificação partidária ou identificação pessoal no momento do voto. O cruzamento destes dados permite averiguar se o comportamento político destes eleitores condiciona as escolhas eleitorais influenciando, ou não, identificações pessoal e partidária.

A escolha da capital Lisboa deu-se pelo fato de a cidade ser a mais populosa de Portugal, o que permite uma amostra diversificada, com eleitores oriundos de diversas regiões do país, pois, a capital recebeu durante muitos anos famílias que anteriormente moravam nas mais diferentes localidades, desde aquelas de pequenas e médias cidades, até aquelas que viviam na zona rural ou as chamadas aldeias - pequenas aglomerações urbanas de característica rural.

Para os exemplos do Brasil, utilizaram-se critérios semelhantes, contudo, com algumas alterações. O recorte territorial não foi estabelecido pela utilização do país como um todo, como se deu em Portugal. A viabilidade na aplicação do questionário possibilitou realizar um recorte por unidade federativa, sendo escolhido o estado do Paraná, por diversas questões, mas em especial pelas características similares deste estado, em termos de dimensão territorial e número de eleitores (7,8 milhões), próximas àquelas do país europeu. Além disso, foram escolhidas cidades que apresentaram comportamento político-eleitoral voltado à esquerda ou à direita em pleitos de escala nacional para Presidência da República⁷.

Para a aplicação dos questionários, no Brasil, foram escolhidas cidades que apresentaram comportamento político-eleitoral voltado à esquerda ou direita em pleitos eleitorais de escala nacional para Presidência da República¹¹.

Para este critério, selecionaram-se os partidos políticos PT e PSDB, ou seja, elencar duas cidades que demonstraram tendências no voto pró-PT e pró-PSDB e a capital do estado. Estes partidos foram escolhidos em virtude dos variados sucessos eleitorais em pleitos eleitorais de escala nacional, já que são estes são considerados com maior transmissão de ideias e propostas partidárias.

A opção pelos partidos (PT e PSDB), não se deu em função apenas do histórico em sucessos eleitorais, mas também, motivados pela distinção ideológica que os separa: PT aproximando-se de propostas e ideias da esquerda, pregando a igualdade social e o Estado como regulador da economia (ou parte da economia), e o PSDB, com uma maneira de gerir o Estado a partir do liberalismo econômico, voltado aos princípios do capital¹².

Dessa forma, a factibilidade da pesquisa permitiu a escolha das seguintes cidades paranaenses: Curitiba¹³, Laranjeiras do Sul¹⁴ e Maringá¹⁵.

¹¹ A escolha de eleições de escala nacional como critério para analisar o espectro político dos eleitores, se coloca em função destas eleições disponibilizarem maiores informações sobre os partidos políticos e propostas partidária, possibilitando o eleitorado analisar as características partidárias enquanto propostas de governo e não somente atributos pessoais, como acontece em demasia em eleições de escala local.

¹² Pelo histórico de governos de PT e PSDB nas últimas duas décadas, observaram-se muitas semelhanças na forma de governar de ambos os partidos. O fato contrapõe as distinções teóricas que hajam entre eles e, portanto, refletem no comportamento eleitoral. Carreirão (2006) coloca hipóteses de que o primeiro mandato do presidente Lula representou um período de diluição das diferenças ideológicas entre os partidos, na percepção de boa parte do eleitorado brasileiro. As semelhanças entre o governo Lula e o governo de seu antecessor, o presidente Fernando Henrique Cardoso, em questões centrais, como a política econômica e reformas como a da Previdência, parecem ter contribuído para aquela diluição das diferenças.

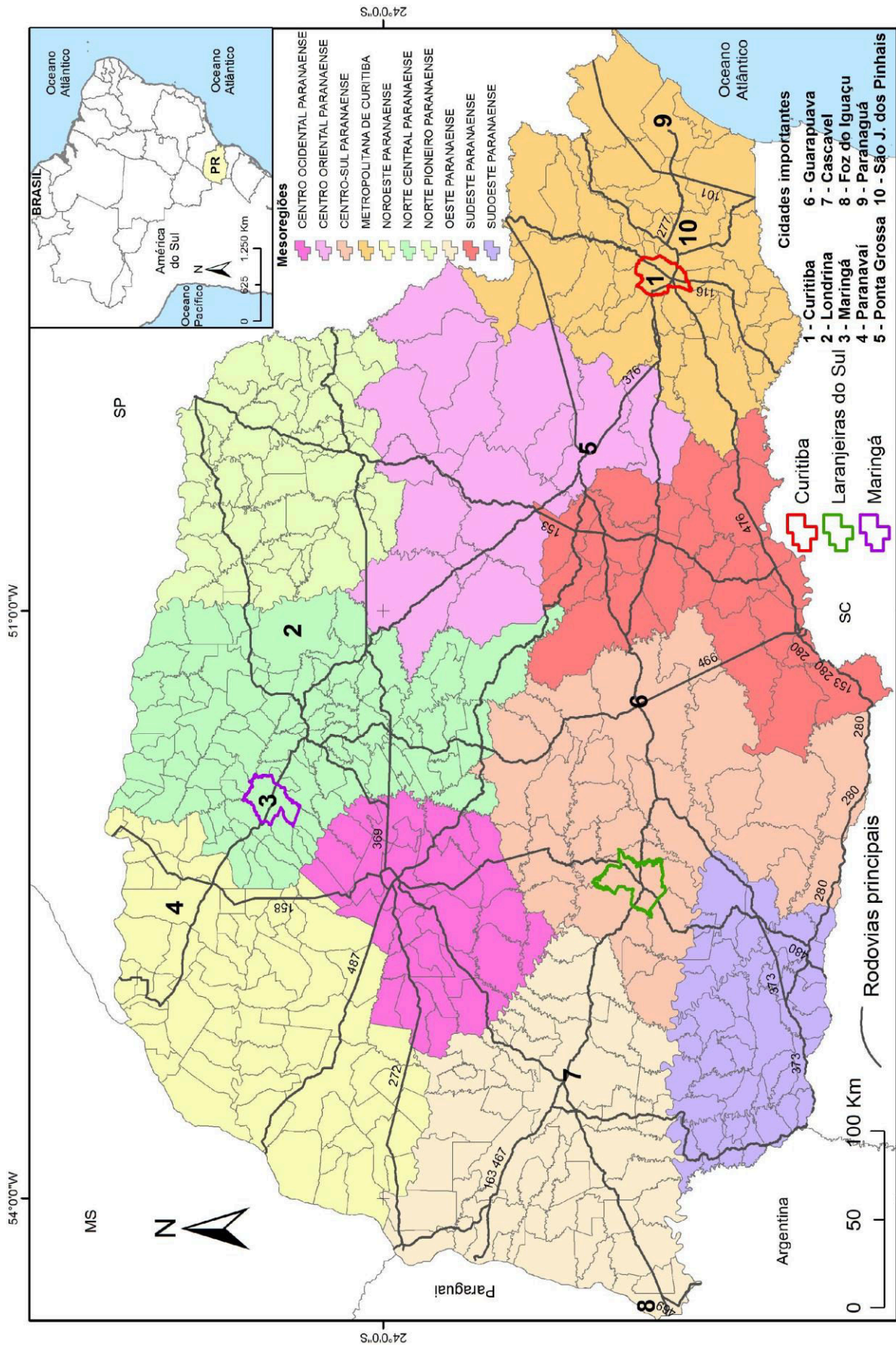
¹³ Curitiba, a capital do estado, é o principal polo industrial do Paraná. Destaca-se não somente no setor industrial, mas também, oferece uma gama de opções em serviços e comércio. A cidade é conhecida pela preocupação com o bem-estar de seus moradores, atuando para a melhora do planejamento urbano e mobilidade. Curitiba é classificada pelo IBGE como uma grande cidade. (PREFEITURA DE CURITIBA, 2015).

¹⁴ Laranjeiras do Sul localiza-se na mesorregião Centro-Sul do Paraná, possui uma economia diversificada pautada no setor de serviços, mas também com uma forte presença da agropecuária é considerada pelo IBGE uma cidade pequena (PREFEITURA DE LARANJEIRAS DO SUL, 2015).

A amostragem escolhida para as cidades brasileiras foi estabelecida da seguinte forma: 1) Curitiba: 1.242.208 eleitores foi representada por 314 eleitores, a maior amostragem; 2) Laranjeiras do Sul, que apresenta um total de 23.936 eleitores, com representação de 6 eleitores inquiridos. A figura 2, apresenta a localização das cidades de recolha das amostras; 3) Maringá, que possui um eleitorado de 251.088, foi representada por uma amostragem de 64 eleitores.

¹⁵ Maringá localiza-se no Norte do Paraná, possui uma economia baseada no comércio, serviços e indústria. A cidade destaca-se pela produção de confecção e vestuário, sendo classificada pelo IBGE como uma cidade média (PREFEITURA DE MARINGÁ, 2015).

Figura 2: Mapa de identificação da aplicação dos questionários no Brasil



Fonte: Base cartográfica IBGE (2015).
Org.: Augusto, Daniel Cirilo (2016).

Dentre as cidades destacadas, na figura 2, Laranjeiras do Sul apresentou-se como aquela que apresenta eleitores mais voltados a votar no PT. A partir das eleições de 1994, os eleitores desta cidade colocaram o PT como o partido mais votado em pleitos eleitorais de escala local.

Diferentemente, os eleitores de Maringá, escolheram o PSDB como partido mais votado em pleitos eleitorais de escala nacional. Vale lembrar que a capital Curitiba foi escolhida pelos mesmos critérios de Lisboa: maior população e diversificação na amostra.

Ressalta-se que se buscaram locais de livre circulação para a realização da aplicação dos questionários, tais como terminais de ônibus, shopping centers e demais aglomerações comerciais. Esta escolha justifica-se pela possibilidade de encontrar eleitores dos mais diferentes estratos sociais, bem como, de diferentes faixas etárias.

Os cuidados necessários para a aplicação dos questionários (desde quantidade da amostragem até os locais do campo) possibilitaram construir um banco de dados que pudesse corresponder às expectativas da representatividade determinada pela Estatística. Para isso, a amostra utilizada neste trabalho fidelizou critérios estatísticos e conceituais nos estudos quantitativos em Ciências Humanas:

4) *Tabulação dos dados dos questionários*: após a recolha da amostra, reuniu-se todos os dados e montou uma “grelha” de informações no *Microsoft Excel*. Esta grelha detinha todas as informações de cada eleitor inquirido. O trabalho minucioso de inclusão dos dados na grelha possibilitou o cruzamento dos dados e informações do questionário.

5) *Entrevistas a políticos brasileiros*: este procedimento, contou com uma viagem à capital brasileira, em que se realizou entrevistas com 4 políticos paranaenses, são eles: três senadores. Álvaro Dias (PSDB)¹⁶, Roberto Requião¹⁷

¹⁶ Foi programado para 2016 a desfiliação de Álvaro Dias do PSDB. O senador paranaense escolheu o Partido Verde - PV como sua nova sigla, em função de busca por maior espaço dentro do seu novo partido. Álvaro Dias possui uma extensa carreira na política partidária. Destaca-se para os cargos de governador e Senador da república por duas vezes. No momento da entrevista, o senador pertencia ao PSDB, contudo, em janeiro de 2016 o senador migra para o Partido Verde – PV, em busca de maiores espaços principalmente para disputar a presidência da república.

(Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB) e Gleisi Hoffman¹⁸ (PT) e um deputado federal, Aliel Machado¹⁹ (Rede Sustentabilidade, REDE).

As entrevistas contribuíram significativamente para a compreensão das estratégias eleitorais utilizadas pelos candidatos, principalmente no que diz respeito às diferenças nas estratégias eleitorais dos partidos trabalhados nesta pesquisa: PT e PSDB. Buscou-se analisar no discurso dos políticos, as táticas para angariar votos, compreendendo as diferenças de estratégias nas diferentes escalas de pleitos eleitorais.

Os procedimentos metodológicos, aqui descritos, foram primordiais para a realização da construção teórica, mas também dos resultados obtidos por meio dos trabalhos de campo. Os caminhos da pesquisa só foram trilhados de maneira satisfatória pelo fato de haver sincronia entre objetivos, temática e metodologia. Para tanto, a pesquisa possibilitou uma análise de Geografia Eleitoral, com especificidade às dinâmicas que envolvem a decisão do voto, tornando-se possível uma união através consolidada em uma Geografia Eleitoral do voto.

Concedeu entrevista à Daniel Cirilo Augusto e Zaqueu Luiz Bobato em seu gabinete em Brasília-DF, no dia 13 de novembro de 2015, às 10h30.

¹⁷ Roberto Requião de Mello e Silva (PMDB) é advogado e importante político paranaense. Tem como bagagem política, os cargos de prefeito de Curitiba, governador do Paraná e atualmente exerce seu segundo mandato como senador do Paraná. Concedeu entrevista à Daniel Cirilo Augusto e Zaqueu Luiz Bobato em seu gabinete em Brasília-DF, no dia 13 de novembro de 2015, às 10h10.

¹⁸ Gleisi Hoffmann é advogada e senadora da república, durante o primeiro mandato do governo Dilma Rousseff atuou como chefe da casa civil. Entrevista concedida a Daniel Cirilo Augusto e Zaqueu Luiz Bobato no gabinete da senadora em Brasília-DF, às 9h30 do dia 13 de novembro de 2015.

¹⁹ Aliel Machado é um jovem deputado, eleito aos 25 anos de idade para o mandato. Ao se eleger deputado, pertencia ao PC do B, contudo, em 2015 ingressou para o recém-criado partido REDE sustentabilidade. Concedeu entrevista à Daniel Cirilo Augusto e Zaqueu Luiz Bobato em seu gabinete em Brasília-DF, no dia 13 de novembro de 2015, às 16h30.

1.2 Reflexões sobre o estudo da Geografia Eleitoral

A perspectiva eleitoral nos trabalhos geográficos requer um cuidado especial em analisar as diferenças que se propõem nas metodologias utilizadas. Os objetivos, que perpassam os estudos eleitorais vão desde a análise da distribuição dos votos em um território, até o estudo micro da decisão do voto. Os estudos eleitorais explicam cientificamente fenômenos empíricos, pois são construídos por meio dos eleitores.

Não é novidade que a Geografia possui diversas subdivisões que a fazem uma ciência rica na sua multiplicidade de ideias, temáticas e conceitos. Entretanto, apesar da vasta subdivisão de disciplinas que se estende no interior da ciência geográfica, existem algumas subáreas que contemplam importantes conhecimentos, como é o caso da Geografia Eleitoral, que ainda não são trabalhadas por um grande número de geógrafos. Esta subárea da Geografia Política discorre de problemáticas que perpassam o território, o espaço e, também, comportamento humano e social. Mas, afinal qual a finalidade desta subárea? Que motivações ocorreram (e ocorrem) para consolidar sua existência? Para esta resposta é necessário retornar às primeiras discussões consideradas como Geografia Eleitoral.

Em 1913, o francês André Siegfried publicou a obra *Tableau politique de la France de l'Ouest sous la IIIe République* em que sugeriu uma relação causal entre o tipo de solo e a orientação do voto no norte da França. Este trabalho ficou conhecido como a origem da Geografia Eleitoral. A obra de Siegfried influenciou os trabalhos de inúmeros geógrafos que, posteriormente, continuaram o estudo da Geografia Eleitoral. Além disso, a compreensão dos fenômenos que envolvem a política partidária é essencial para a investigação da atuação dos fenômenos políticos em qualquer realidade. Para discorrer sobre a Geografia Eleitoral brasileira, serão abordados os principais pontos para a consolidação da Geografia Eleitoral como um campo científico.

Os vários fenômenos eleitorais concretizados em países democráticos, bem como suas implicações ao território, tornam instigante à investigação por

temáticas que fazem parte da Geografia Eleitoral. Os estudos em Geografia Eleitoral, iniciados por André Siegfried na primeira metade do século XX, deram início a existência dos chamados padrões de votação determinados prioritariamente, em detrimento, das características geológicas das regiões. Siegfried (1949) diferenciou os votos pelos eleitores que viviam sobre o granito e eleitores que viviam sobre o calcário. Suas análises evidenciaram que havia uma estreita ligação entre as tipologias do voto com os respectivos solos, mas a relação originava-se pela característica social, de trabalho, por exemplo, o que logo, era determinado pelo tipo de solo existente nas diferentes regiões.

A Geografia Eleitoral centrada, prioritariamente, na análise dos padrões espaciais de votação, manteve-se até 1970, ano que adentrou à agenda da disciplina outras preocupações, com destaque ao chamado Efeito Vizinhança²⁰ e as dinâmicas espaciais da vida política. A partir de então, a Geografia Eleitoral pautou-se na análise do contexto social do eleitor. O fato levou a um enriquecimento conceitual e temático como metodológico, completado pelo misto do quantitativo (padrões espaciais de votação) e qualitativo (análise das motivações via contexto social do eleitorado).

A abertura ao viés qualitativo possibilitou ao geógrafo eleitoral aumentar seus horizontes de análise. As perspectivas de estudos passaram então, a permear áreas como a Psicologia Social, Comunicação Social e Direito. Na Psicologia Social, a ligação está pelo estudo do cognitivo do eleitor enquanto elemento base para as escolhas eleitorais e logo as posteriores mudanças nos quadros eleitorais em diferentes escalas (WARF e LEIB, 2011).

Para o caso da Comunicação Social, a abordagem concentra-se nas imagens pessoais e/ou partidárias evidenciadas nos períodos eleitorais e ainda, a influência que ocasiona estas imagens no comportamento eleitoral. A mídia, enquanto instrumento de exaltação das imagens, torna-se um importante objeto de análise para o geógrafo eleitoral, pois através dela é possível compreender as maneiras de articulação entre poder político-econômico e eleitorado.

²⁰ Identifica-se como o “efeito vizinhança”, a influência que o contexto ao qual o eleitorado está inserido, exerce sobre o comportamento eleitoral.

Há também, a relação com a área do Direito, que se concentra, principalmente, na organização das leis e demais jurisdições que interferem na organização político-eleitoral. O código eleitoral e a própria obrigatoriedade do voto são exemplos de ligações entre Direito e Geografia Eleitoral. Diante disso, esta variável consolida-se como elemento a contribuir com os debates desta subárea.

Apesar das perspectivas criadas a partir dos anos 1970 e ao longo de suas últimas três décadas, no entanto, a Geografia Eleitoral envelheceu, caiu em desuso.

Nas últimas três décadas, no entanto, a Geografia Eleitoral caiu em senescência. Enquanto a geografia humana tornou-se cada vez mais preocupada com questões conceituais abordadas nas diversas formas de teorias sociais e economia política, a obsessão dos geógrafos eleitorais com técnicas e dados, refletem um positivismo teimoso ou uma perspectiva empirista ingênua, e seus estudos negligenciam questões de teoria e contexto social, deixando a subdisciplina incapaz de contribuir substancialmente para debates contemporâneos conceituais (WARF e LEIB, 2011, p. 38, tradução nossa)²¹.

Warf e Leib (2011) evidenciam que um dos fatores que contribuiu para o desuso da Geografia Eleitoral, pelos geógrafos, é o fato destes negligenciarem as questões que envolviam as discussões sobre o contexto social, originando uma “incapacidade” de haver contribuição substancial desta subdisciplina nos debates atuais.

Este fato confirma a necessidade da Geografia Eleitoral impulsionar discussões qualitativas para evoluir numa explicação profícua dos fatores geográficos como elementos de interferência dos processos eleitorais, bem como da organização do território por aqueles que detêm o poder: os eleitos.

²¹ Over the last three decades, however, Electoral Geography has fallen into senescence. As human geography became increasingly preoccupied with conceptual matters approached through various forms of social theory and political economy, electoral geographers' obsession with techniques and data, reflecting an unrepentant positivist or naïve empiricist outlook, and their studied neglect of issues of theory and social context, left the subdiscipline unable to contribute substantially to contemporary conceptual debates (WARF e LEIB, 2011, p. 38).

Warf e Leib (2011) evidenciam que a Geografia Eleitoral e seus estudos sobre a análise dos padrões espaciais em votação tem uma longa história e tinha um *status* distinto dentro da disciplina de Geografia. Entre os anos de 1960 até a década de 1980, os geógrafos eleitorais eram muito importantes para a aplicação de técnicas quantitativas e cartografia eleitoral para dados tanto em escalas local como nacionais. Este corpo de trabalho, em grande parte empírica, no entanto, gerou uma literatura substancial que revelou uma natureza essencialmente espacial das eleições, incluindo elementos como redistribuição eleitoral, fatores econômicos, demográficos, estratégias de campanha dos partidos e candidatos.

Claude Raffestin (1993) defende a ideia da vinculação da Geografia Política com o Estado, ou que todo e qualquer tipo de poder ou ação que dele oriunda, determina-se, prioritariamente, pelo Estado. Dessa forma, entende-se que a Geografia Eleitoral é uma especialidade da Geografia Política que foi desamparada justamente por estas características que abordam, prioritariamente, o estudo desta subárea apenas com o enfoque na questão do Estado. No julgamento de Raffestin (1993), esta Geografia Política não pode ser considerada como a verdadeira Geografia Política, mas como uma Geografia do Estado, o que não se pretende aprofundar aqui. Para melhor compreensão.

[...] a população é tomada como um recurso. Esses signos servem para identificar e caracterizar a população na condição de fator da potência. Na geografia do Estado, a população perde seu significado próprio, isto é, concebida e não vivenciada. Ela só tem significado pela ação do estado. Seu significado deriva da ação do Estado. De fato, se notará que os signos utilizados permitem muito mais definir e exprimir um potencial do que uma identificação diferenciada (RAFFESTIN, 1993, p. 60).

Neste contexto, a Geografia Eleitoral foi refém do esquecimento dentro da Geografia Política, pois aborda, em seu cerne, relações de poder a partir das eleições e do eleitorado. Raffestin (1993) menciona que para a Geografia do Estado, a população é tomada como um recurso que pode ser utilizado para sua

consolidação enquanto fonte de poder²²: “[...] porque ela está na origem de todo o poder. Nela residem as capacidades virtuais de transformação; ela constitui o elemento dinâmico de onde procede a ação” (RAFFESTIN, 1993, p. 52).

No Brasil, os estudos eleitorais são realizados, em grande maioria, pela Ciência Política e pela Sociologia, sendo a Geografia Eleitoral trabalhada marginalmente por estas ciências, focando-a ao âmbito da quantitatividade. Como exemplo, citam-se os estudos de Codatto (2006), em ele se pergunta: “Geografia Eleitoral ou Cartografia do voto”? Esta indagação possibilita a reflexão acerca do histórico de contribuição da Geografia frente os estudos eleitorais que, aparentemente, resume-se em quantificar e mapear a distribuição dos votos nas diferentes escalas (municipal, estadual e nacional). Jacob (2000, p. 102) afirma que:

Além do seu aspecto mais imediato, o da cartografia dos resultados das eleições, apresenta-se como um instrumento de análise das estruturas dinâmicas territoriais. Assim, as relações entre a continuidade e mudança de determinados padrões de comportamento eleitoral podem ser reveladoras de transformações, muitas vezes difíceis de serem apreendidas sem o mapeamento sistemático dos dados eleitorais.

É até possível entender o motivo de Codatto (2006) retratar a Geografia Eleitoral como uma cartografia eleitoral, restrita à quantificação dos votos nos mapas eleitorais. Sendo assim, a não consolidação no Brasil (acerca da Geografia Eleitoral qualitativa) não direciona a reflexão dos motivos da distribuição dos votos, mas apenas com intuito de mapeamento dos mesmos, diferentemente de alguns países Europeus, como a Espanha, onde houve a consolidação dessa forma mais explicativa de trabalhar a Geografia Eleitoral (CODATTO, 2006).

²² Segundo Raffestin (1993, p. 46): “O poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio. Esconde-se tanto melhor quanto maior for a sua presença em todos os lugares. Presente em cada relação na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem”.

Para Jacob (2000), há a necessidade de atrelar a utilização do mapeamento com as reflexões acerca dos padrões de comportamento eleitoral, com observado em seus trabalhos sobre a Geografia Eleitoral:

A análise das eleições presidências no Brasil do ponto de vista geográfico não tem se constituído como uma tradição de pesquisa em ciências sociais. A interrupção da realização de eleições diretas para a Presidência da República, por um período de vinte e nove anos, apresenta-se como um fator de desestímulo aos estudos de geografia eleitoral no país. Desse modo, ao contrário do que se observa em outros países, a geografia eleitoral, no Brasil, encontra-se ainda embrionária (JACOB, 1997, p. 17).

Os trabalhos realizados pela Geografia Eleitoral brasileira possuem um caráter imediatista, como cita Jacob (1997), a análise prioritariamente descritiva leva em consideração a distribuição dos votos através das diferentes escalas territoriais do país.

Castro (2005) menciona que a Geografia Eleitoral contribui para dar visibilidade aos fenômenos que ocorrem no espaço, tanto nos sistemas eleitorais como nos resultados das eleições através dos padrões espaciais que, nas palavras da autora, são as condições que cercam a existência humana no território, tais como localização, vizinhança, densidade demográfica, as instituições, os equipamentos à disposição dos cidadãos, dentre outros.

Trigal e Del Pozo (1999) definem a Geografia Eleitoral como uma análise das relações entre espaço e resultados das consultas populares (o voto, por exemplo), fazendo parte da Geografia Política. De acordo com os autores:

Os manuais e dicionários de geografia, definem a geografia eleitoral como uma análise das relações entre espaços e resultados de consultas populares, e singularizam este tipo de estudos como um ramo específico da Geografia, incluindo em alguns casos como parte da Geografia Política ou simplesmente como um elemento da Geografia Humana (TRIGAL e DEL POZO, 1999, p. 196, tradução nossa).²³

²³ Los manuales y diccionarios geográficos definen la Geografía electoral como El análisis de La relaciones entre el espacio y lós resultados de la consulta populares, y singularizan este tipo de estúdios como una rama específica de la Geografía, incluída em unos casos como parte del cuerpo disciplinar de la Geografía Política o simplemente como um elemento más de lá Geografía Humana (TRIGAL e DEL POZO, 1999, p. 196).

De acordo com estes autores, os estudos em Geografia Eleitoral se consolidaram a partir dos anos 1970 e, desde então, aparecem centrados em dois temas básicos: a análise dos sistemas eleitorais, em particular dos marcos espaciais que produzem as consultas eleitorais; e as análises dos resultados eleitorais em relação aos elementos espaciais que podem condicionar o voto. Esta pesquisa prioriza este segundo tema, pois considera os resultados eleitorais advindos do comportamento eleitoral, o que faz deste um elemento espacial relevante para a análise.

Especificamente sobre o comportamento eleitoral, Castro (2005) esclarece que é possível considerar três decorrências com relação à possibilidade de o espaço influenciar no comportamento eleitoral. Na primeira, ocorre a influência dos amigos e vizinhos que faz com que o candidato obtenha mais votos no lugar de nascimento ou de residência. De acordo com Castro, este fato tem maior implicação nos sistemas majoritários com distritos muito pequenos.

No caso dos amigos, não necessariamente vizinhos, outra possibilidade deste efeito é aquela de identidades religiosas ou étnicas. Na segunda, decorre a influência do efeito da proteção local quando há um tema na eleição que é mais claramente sensível há uma determinada área ou região do que em outra. Na terceira, há a influência da campanha eleitoral, que pode ser mais sensível em uma área do que em outras. Na realidade, trata-se aqui das estratégias dos partidos políticos e dos candidatos em selecionar temas e plataformas direcionadas a eleitores de redutos específicos (CASTRO, 2005).

Em outra perspectiva, os estudos referentes à Geografia Eleitoral remontam aos anos de 1913, com os pioneiros André Siegfried, na França, e Carl Sauer, nos Estados Unidos. O primeiro elaborou uma detalhada cartografia eleitoral aplicada ao seu país. Já o segundo, centrou seus estudos na delimitação de distritos eleitorais. Trigal e Del Pozo (1999) relatam que esta Geografia Eleitoral (quantitativa) esteve fundamentada em três aspectos, e cada um desses aspectos originou um estudo diferente, como se pode observar a seguir:

A) A explicação dos mapas que estudam as tendências dos votos em áreas específicas, denomina-se como Geografia do voto e atualmente se foca principalmente nas análises estatística comparada. B) O papel dos fatores espaciais no comportamento eleitoral. As análises estatísticas dos resultados eleitorais são substituídas por modelos de localização que dão ênfase ao contexto espacial que ocorre a votação. C) A delimitação dos distritos e circunscrições eleitorais, originam uma Geografia da representação com resultados notáveis nos países que utilizam um sistema eleitoral majoritário (TRIGAL e DEL POZO, 1999, p. 197, tradução nossa).²⁴

A respeito do enfoque quantitativo da Geografia Eleitoral pode-se perceber que suas abordagens são enriquecidas e modificadas de acordo com as correntes ou lógicas de pensamento que cada momento histórico e científico apresenta.

Nos últimos 20 anos, a Geografia Eleitoral não está preocupada somente com o momento inicial e final dos processos eleitorais, mas também com o eleitorado e as fases intermediárias a estes dois planos (inicial e final). Isso leva a Geografia Eleitoral a colocar em primeiro plano os estudos que relacionam poder e espaço em diferentes escalas e, ainda, as consequências territoriais que os processos eleitorais podem ocasionar nas diferentes democracias do mundo (TRIGAL e DEL POZO, 1999).

É também, nesta perspectiva, que Castro (2005) afirma que a interpretação dos sistemas e dos processos eleitorais, além da distribuição territorial da decisão do voto do eleitor, constitui um elemento a mais para explicar as diferentes tensões e conflitos que afetam as formas de organização do espaço.

Assim, a decisão do voto é considerada o ponto final de um processo resultante de múltiplas influências, que cada eleitor recebe no seu contexto socioeconômico e cultural, o que torna a interpretação da capacidade de

²⁴ A) La explicación de mapas que estudiam las tendencias de voto en áreas concretas, lo que se denomina Geografía Del voto y en la actualidad se centra, sobre todo, en el análisis estadístico comparado. b) El papel de los factores espaciales en el comportamiento electoral. Los análisis estadísticos de los resultados electorales se sustituyen aquí por modelos de locación que hacen hincapié en el contexto espacial en el que sroduce la votación. c) La delimitación de los distritos o circunscripciones electorales, que da origen a una Geografía de la representación con resultados notables en los países que utilizan un sistema electoral mayoritario (TRIGAL e DEL POZO, 1999, p. 197).

influência dos fatores pertencentes ao contexto do eleitor um importante elemento analítico da Geografia Eleitoral. A partir destes aspectos, são abordadas as teorias que envolvem o comportamento do indivíduo enquanto eleitor que decide seu voto.

De acordo com Warf e Leib (2011), trabalhos relacionados estavam preocupados com o Estado, as relações sociais, e o contexto socioespacial da ideologia. As análises eram feitas pela ótica que as eleições são vistas como arenas em que os sujeitos expressam suas preferências dentro das limitações estruturais e vão, a partir da escala local, para o sistema mundial e não somente para as esferas mais específicas dos pleitos eleitorais. No caso brasileiro, são as eleições locais para prefeitos e vereadores e no caso português são as eleições para câmaras municipais.

No conjunto das análises realizadas, a respeito dos trabalhos pertencentes à Geografia Eleitoral, é possível identificar um considerável número de referências estabelecidas nos Estados Unidos da América e Europa. Esta literatura tem oferecido um retrato rico e detalhado da espacialidade das eleições em nível nacional e local das diversas nações pesquisadas. Os resultados dos estudos em Geografia Eleitoral mostram caracterizações do redistritamento e Gerrymandering²⁵, bem como, diferentes preferências de acordo com a mudança dos turnos dos pleitos; as taxas de participação; e correlações com diversas variáveis socioeconômicas, bem como efeitos de vizinhança sobre o comportamento político-eleitoral (MARTIS, 2008).

O que se analisa então, segundo Warf e Leib (2011), é que ao longo das últimas três décadas (1980, 1990 e 2000), a Geografia Eleitoral tornou-se cada vez mais preocupada com questões conceituais - abordadas de diversas formas pela teoria social e político-econômica. "A obsessão dos geógrafos eleitorais com técnicas e dados, refletiu uma postura empirista e ingênua, ao

²⁵ Gerrimandering é um termo criado nos EUA om intuito de explicar os círculos eleitorais. A origem do termo veio em detrimento dos círculos eleitorais assemelharem-se com a forma de uma Salamandra. Pode-se dizer que o Gerrimandering é um método de organizar e definir os círculos eleitorais num dado território. Pode ser utilizado para obter vantagens no número de representantes políticos em locais que utilizam o voto distrital (MARTIS, 2008).

passo que houve negligência em estudar questões do contexto social. O fato levou a Geografia Eleitoral a ficar incapacitada de contribuir de maneira substancial para os debates contemporâneos” (WARF e LEIB, 2011, p. 76).

Portanto, para compreender de maneira profícua a concepção dos estudos e temáticas que envolvem a Geografia Eleitoral na atualidade, faz-se necessário discorrer acerca da produção científica que houve nos últimos 20 anos, tendo como base (por meio da análise do conjunto das bibliografias), o entendimento de que esta subárea é substancialmente mais discorrida e publicada em revistas de língua inglesa. Por isso, os trabalhos realizados, neste período temporal, permitem observar quais temáticas, conceitos e interdisciplinaridade existe na subárea.

1.2.1 A produção científica em Geografia Eleitoral nos últimos 20 anos

Temáticas como a Geografia Eleitoral, que perpassam por diversas áreas do conhecimento, evidenciam singularidades no que tange a sua produção. No caso da Geografia eleitoral, o que é perceptível é que ela, muitas vezes, é feita a partir de pesquisas de autores não-geógrafos, ou seja, é utilizada como campo de estudos de áreas como a Sociologia Política e, principalmente, a Ciência Política. Em nível mundial, a produção da Geografia Eleitoral se deu, em grande maioria, em países da língua inglesa, e por este motivo, que o trabalho se volta para o desdobramento da produção desta área do conhecimento.

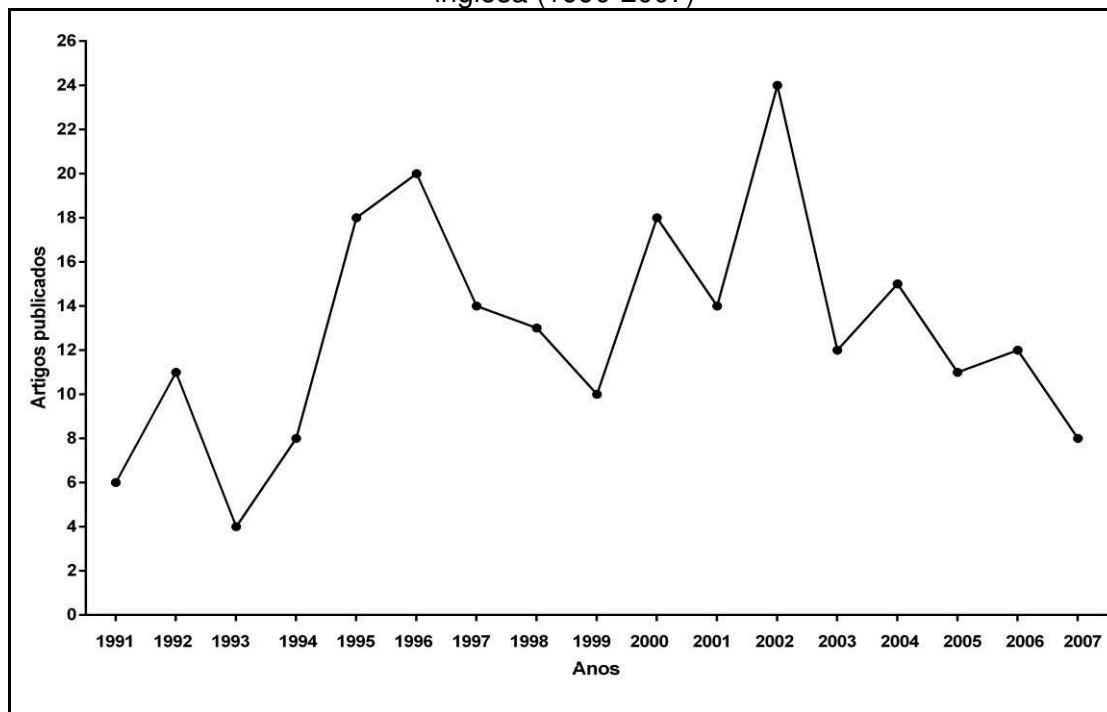
Nicholas Quinton (2011) desenvolveu uma pesquisa ao qual visualizou a evolução da construção em números da Geografia Eleitoral nos países de língua inglesa²⁶. Nos anos 1970 e 1980, a Geografia Política emergiu de seu “descanso”. Arelado a esta, evidencia-se o ressurgimento do subcampo da Geografia Eleitoral, como muitos dos principais geógrafos políticos trabalhada por geógrafos políticos da língua inglesa.

²⁶ A justificativa pela análise bibliográfica via língua inglesa se deu em detrimento desta língua ser a responsável pela maior parte dos trabalhos publicados em Geografia Eleitoral.

Segundo Johnston (2002), a ascensão da Geografia Eleitoral culminou em conferência no ano de 1988 em Los Angeles - Estados Unidos da América (EUA), com uma subsequente publicação de trabalhos que se transformou em um livro em 1990, denominado *Developments in Electoral Geography*, editado por três importantes geógrafos políticos de língua inglesa, a saber, Ron Johnston, Fred M. Shelley e Peter Taylor. Apesar da significativa importância da organização do livro para os estudos em Geografia Eleitoral, este obteve algumas críticas devido ao seu caráter empirista.

De acordo com John Agner e Taylor, entre os anos de 1990 e 2007 os trabalhos em Geografia Eleitoral, efetivamente, não seguiram o crescimento geral da área da Geografia, alcançando um total de 224 artigos publicados durante este período (uma média de 12 por ano). Entretanto, entre os anos de 1995 e 2002 houve um aumento nos trabalhos em Geografia Eleitoral. A explicação seria a necessidade de discutir os acontecimentos políticos formalizados após a Guerra Fria e a institucionalização das democracias que se fortaleceram com o fim deste período. O gráfico 1 demonstra o número de trabalhos em Geografia Eleitoral.

Gráfico 1 - Número de trabalhos em Geografia Eleitoral publicados em língua inglesa (1990-2007)



Fonte: Warf e Leib (2011).

Adaptado por: Augusto, Daniel Cirilo (2017).

O gráfico 1 mostra dois grandes picos de publicação na área da Geografia, estes foram em 1996 e 2003 respectivamente. Este crescimento, foi consequência, principalmente da tendência em analisar os efeitos do fim da ordem bipolar em diversos países inclusive nas eleições e na política partidária (WARF e LEIB, 2011).

No que tange aos países da língua inglesa, o levantamento elaborado pelo meio acadêmico, evidenciaram que Estados Unidos e Reino Unido obtiveram os maiores números em publicações, respectivamente 39% e 20% do total de publicações na Geografia Eleitoral. Os Russos alcançaram o 3º lugar, o que refletiu o interesse no processo eleitoral na Rússia a partir da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Nos demais países do globo, o que se observa é um inexpressivo número de trabalhos em Geografia Eleitoral. A respeito disso, Warf e Leib demonstram que a falta de cobertura nos demais países do globo não é de surpreender-se. Segundo os autores:

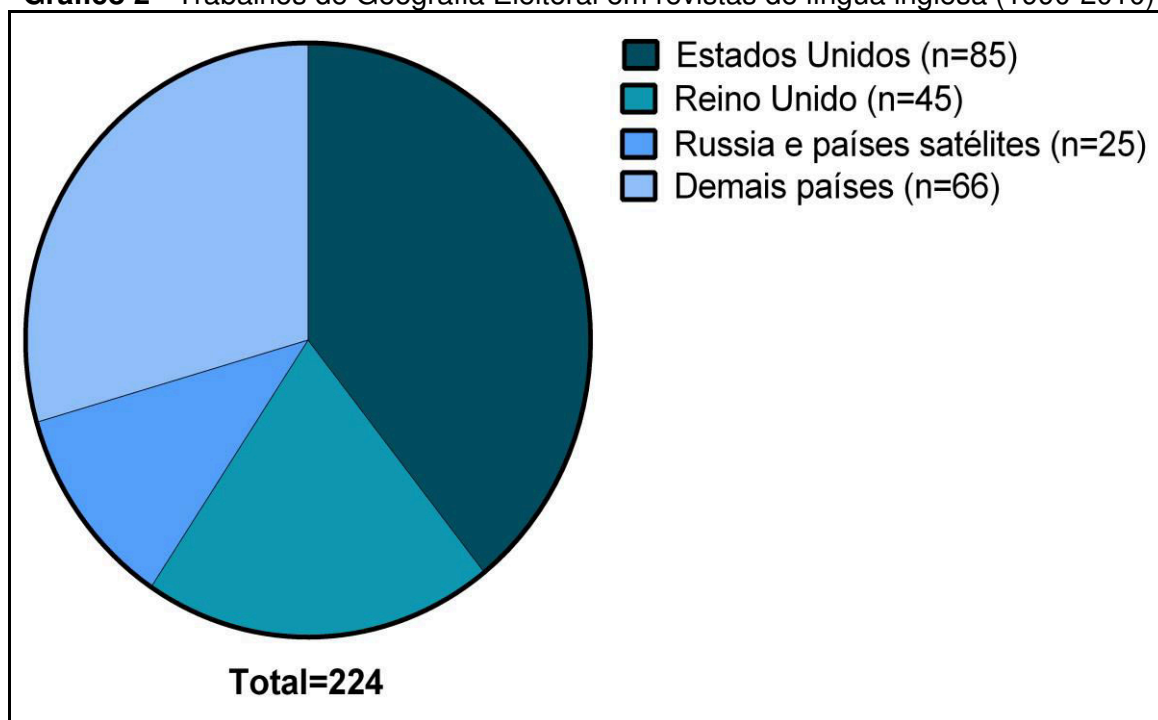
Foram contados apenas oito artigos desde 1990 que lidavam sobre as eleições na Ásia (três deles tratavam sobre eleições israelenses), e apenas quatro artigos sobre a América latina (com três destes sobre o México). Ao longo deste período, apenas três artigos sobre eleições na África foram encontrados. Certamente, há muito espaço para pesquisas eleitorais em língua inglesa no mundo não-americano e europeu (WARF e LEIB, 2011, p. 12, tradução nossa).²⁷

Cerca da metade dos artigos levantados pelo autor, em Geografia Eleitoral, aparecem publicados em revistas de Geografia Política. O percentual de geógrafos e cientistas políticos que publicam artigos de Geografia Eleitoral em Geografia Política é semelhante ao percentual de artigos publicados em revistas como um todo.

É observado que, cada vez mais, cientistas políticos utilizam-se da Geografia Eleitoral para elaborar suas pesquisas. Isso ocorre, principalmente, pelo tratamento dos dados geográficos elaborados nestas pesquisas. Além disso, estes trabalham aspectos relativos às eleições nos países, tema que perpassa a variadas temáticas da Geografia Eleitoral. Diante desta conjuntura, que envolve não somente geógrafos eleitorais, mas também cientistas políticos, a distribuição dos trabalhos em Geografia Eleitoral se aloca da seguinte forma (gráfico 2):

²⁷ We counted only eight articles since 1990 dealing with elections in Asia (three of these were about Israeli elections), and only four articles on Latin America (with three of these on Mexico). Over this time period, we can only find three articles about elections in Africa. Certainly there is much room for English-language electoral geography research on the non-North American and European world (WARF e LEIB, 2011, p. 12).

Gráfico 2 - Trabalhos de Geografia Eleitoral em revistas de língua inglesa (1990-2010)



Fonte: Warf e Leib (2011).

Adaptado por: Augusto, Daniel Cirilo (2017).

Observa-se que a maioria dos trabalhos tem como origem os EUA totalizando 88 artigos. O Reino Unido possui um considerável número (45), o que demonstra um grande número de trabalhos publicados em países da língua inglesa.

Em um segundo patamar, encontra-se a produção da Rússia e os países satélites, totalizando 25 trabalhos publicados. Os demais países somam 66 trabalhos, o que significa uma pequena produção de artigos científicos que abordam a Geografia Eleitoral.

O baixo número de trabalhos em Geografia Eleitoral, comparado com demais áreas do conhecimento, não desmerece a qualidade e a diversidade de temáticas trabalhadas nesta área. De acordo com Warf e Leib (2011), as temáticas nesta subárea não se limitaram a trabalhar somente as eleições, evidenciaram discussões ao entorno dos estudos voto, comparações entre e críticas dos sistemas eleitorais, debates sobre e exames do (re) processo de distritamento, além do fato de discorrer sobre os métodos para trazer estudos eleitorais para a sala de aula.

É possível mencionar que a análise em Geografia Eleitoral, não é apenas realizada em uma série de temas, mas também por meio de uma variedade de escalas, incluindo supranacional e as interferências externas a um determinado país, bem como as escalas internas ao país - escala nacional e escala local, por exemplo.

Sobre os temas trabalhados em Geografia Eleitoral pode-se destacar o Gerrymandering e Malapportionment²⁸ que foram utilizados por aqueles autores que se debruçaram a estudar os Estados Unidos (WARF e LEIB, 2011).

De acordo com Taylor (2003), poucos governos ou líderes políticos são eleitos simplesmente com base no número de votos expressos. Na maioria dos sistemas eleitorais, o voto é efetivamente filtrado, ou pela eleição de representantes dos círculos geográficos-eleitorais para uma legislatura ou pela abertura de novos colégios eleitorais.

Em sistemas eleitorais, como aqueles utilizados na Grã-Bretanha, Canadá e Estados Unidos, onde o candidato vencedor leva toda a votação, isso significa que os votos para um candidato derrotado, em qualquer eleitorado, são efetivamente 'desperdiçados'. Um partido que perde em cada círculo eleitoral por um voto não será representado no Legislativo, enquanto um partido que ganha em cada círculo eleitoral por apenas um voto irá representar em todos os lugares.

1.2.2 Exemplos de estudos em Geografia Eleitoral em Portugal e no Brasil

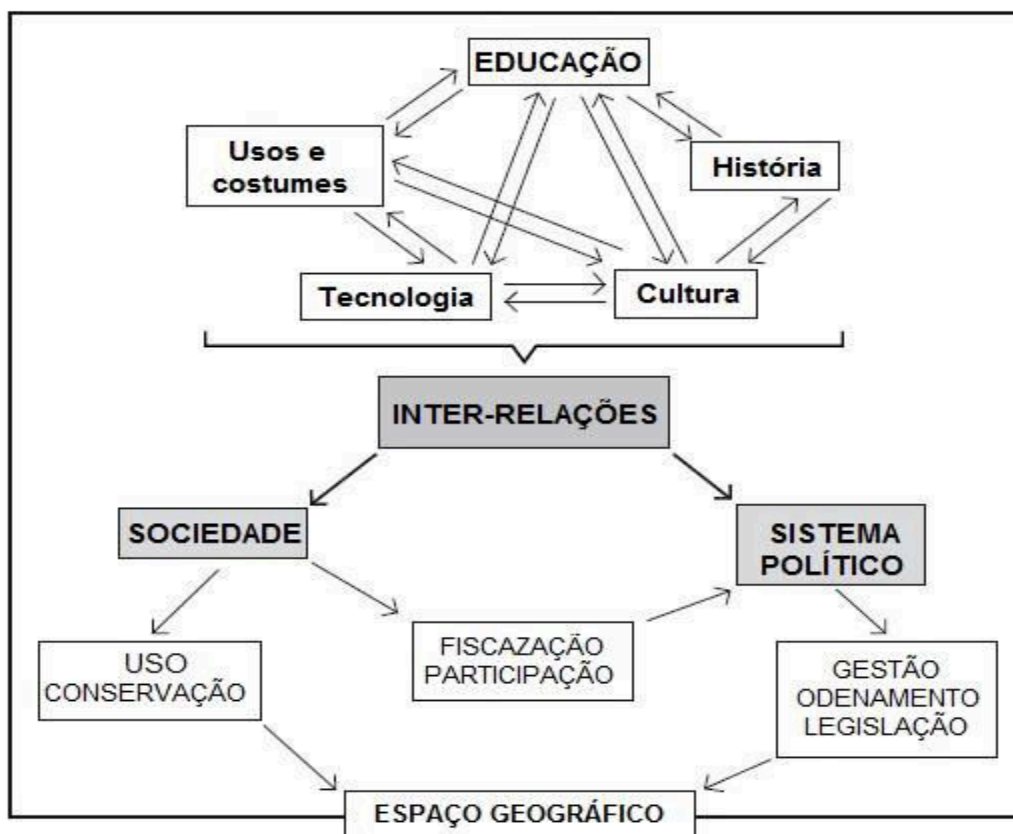
O sistema eleitoral e os fenômenos eleitorais, que se desenvolvem em determinado país, afloram sobre um espaço geográfico e, assim, justificam a importância de analisar a produção da área que congrega os estudos eleitorais neste espaço geográfico: a Geografia Eleitoral. Procura-se, aqui, abordar esta subárea relevante do vasto conhecimento geográfico.

²⁸ É analisado, principalmente, através do legislativo. Malapportionment é a distribuição muitas vezes desigual da representação que um parlamento pode ter. No caso brasileiro por exemplo, analisa-se o malapportionment pela representação que cada estado possui no senado federal. No Brasil, os estados de população pequena são favorecidos, pois possuem o mesmo número de senadores que um estado populoso como São Paulo ou Minas Gerais.

De acordo com Monzón (2009), cada sociedade se estabelece sobre um espaço geográfico em particular e adquire um determinado marco ideológico e cultural, em que se traduz em cada uma de suas atividades, incluindo a política e o comportamento eleitoral. O fato gera vínculos entre os elementos mencionados e reproduz, desse modo, um sistema sociopolítico que mantém uma estreita vinculação com seu espaço geográfico.

A ideia é ilustrada na figura 3 e se observa que a sociedade possui suas características próprias e religiosas, como por exemplo, a cultura, educação, história, níveis de desenvolvimento etc. Segundo Monzón (2009), estas dimensões sociais se inter-relacionam entre si. A maneira como se cumprem estas inter-relações, sua frequência e seus resultados, levam a estabelecer um determinado sistema político-eleitoral dos Estados, como pode ser observado na figura 3.

Figura 3 - Inter-relações entre sistema político e sociedade



Fonte: Monzón, M. (2009).

A partir da figura 3, observa-se que as atividades vinculadas ao desenvolvimento de uma sociedade se realizam sobre um espaço geográfico determinado, que por sinal é gerido e ordenado por um sistema político por meio das legislações. Para a efetiva organização da sociedade e de todo seu equipamento, que fazem dela relacional, é preciso conceber elementos intrínsecos, que de acordo com o autor são: educação, usos e costumes, história, tecnologia e cultura. Estes elementos efetivam as decisões dos eleitores, logo, as decisões eleitorais. São nestas possibilidades de decisões que ocorre a inter-relação entre sociedade e sistema político concomitante à fiscalização e participação.

Neste sistema, segundo Monzón (2009), a sociedade civil possui a função de fiscalizar e participar de ações do sistema político, ressaltando, dessa maneira, seus direitos e deveres cívicos dentro de uma democracia participativa. Para isso, o voto é concebido como parte dessa atuação cidadã e, portanto, pertence ao contexto relacional entre sociedade e sistema político. Portanto, para a decisão do voto, utilizam-se diversos elementos, dentre os quais, aqueles destacados no esquema interpretativo de Monzón (2009) educação, cultura, história, etc. Todo esse processo se consolida no espaço geográfico e efetiva-se como pano de fundo para a organização da sociedade.

A partir disso, para a análise dos estudos eleitorais do Brasil e Portugal é necessário compreender estes países como “palco” ordenado por uma sociedade em construção. Tal sociedade, possibilita, por suas ações organizativas, a formação de um território amparado por meios que possibilitam o estabelecimento de um sistema político-eleitoral, cujo estudo, pode ser realizado pelo viés da Geografia Eleitoral.

A Geografia Eleitoral, tanto no Brasil como em Portugal, não se posicionou efetivamente, como campo do conhecimento com considerável importância nas ciências humanas. Na atualidade esta subárea é pouco trabalhada e, os estudos que possuem características que permeiam esta área são realizados em especial pela Sociologia e Ciência Política (CODATTO, 2006).

Apesar das possibilidades de investigação desta subárea, a consolidação dela como ramo científico de pesquisa não possui uma grande tradição no Brasil, principalmente, quando o enfoque é para as análises qualitativas.

Atualmente, no Brasil, os estudos em Geografia Eleitoral se destacam pelas investigações de Castro (2013). A autora consolida uma discussão pertinente entre espaço e democracia para a ótica da Geografia Política e Geografia Eleitoral. Para a autora, democracia e Geografia se encontram, a primeira, considerada como um modelo político-institucional com intensas implicações ao espaço, é objeto privilegiado da segunda (CASTRO, 2013).

Que motivações existem para evidenciar a democracia como elemento central em discussões na Geografia Eleitoral brasileira? De acordo com Castro (2013), o espaço é o ambiente de excelência da política, a democracia é a política em sua forma mais pura e/ou natura. É nela que se encontram os indivíduos livres e diferentes, entretanto, iguais por lei. É, neste contexto, que a Geografia correlaciona espaço e democracia, pois é pela ciência geográfica que se pode analisar a ordem espacial e os fenômenos oriundos desse encontro, bem como das formas resultantes desse processo. Diante disso, pode-se considerar que:

A democracia supõe processos decisórios que requerem engenharias institucionais que necessariamente se adaptam às condições particulares do território como: distâncias, infraestrutura, número de habitantes, densidades populacionais etc. O desafio de organizar eleições gerais, plebiscitos, referendos ou quaisquer outras formas de consulta à sociedade supõe considerar a dimensão territorial do universo considerado (CASTRO, 2013, p. 12).

A democracia, e sua forma organizacional de influenciar o ordenamento do território, possibilita contribuir para as discussões da Geografia Eleitoral, pois é nesta subárea que se consideram os fenômenos políticos e eleitorais como primordial para suas discussões.

Portanto, observa-se, na Geografia Eleitoral, um campo instigante para compreensão do território, a partir, por exemplo, dos padrões espaciais, as

votações para os diversos cargos em eleições ou ainda o enquadramento dos partidos políticos nas diferentes unidades federativas ou municípios. Esses padrões espaciais, podem ainda, contribuir no sentido de evidenciar fatores qualitativos intrínsecos por trás dos números de votações, o que possibilita compreender as características das populações em variadas regiões e suas motivações ao voto.

Ao analisar o conjunto das diferentes bibliografias portuguesas sobre a área Geografia Eleitoral, observa-se que estes estudos tiveram maiores publicações a partir da revolução do 25 de abril²⁹, possibilitando a todos os portugueses o direito ao voto em democracia com sufrágio universal. Assim, observa-se que o início do período democrático levou a uma capacidade maior em trabalhar com a Geografia Eleitoral no país, pois a partir do “25 de abril de 1974” a população obteve a oportunidade de votar democraticamente ao escolher seus representantes.

Os estudos acerca do comportamento eleitoral ligados a Geografia Eleitoral, tornaram-se mais corriqueiros a partir do 25 de abril. De acordo com Jalali (2003), o regime ditatorial de António de Oliveira Salazar utilizou as eleições não para permitir mudanças no governo, mas para confirmar a sua permanência no poder, ou seja, enquanto perdurou o período ditatorial de Salazar, as eleições ocorreram inúmeras vezes, porém sem nenhuma mudança. Dessa forma, os estudos eleitorais se preocuparam em entender, a partir de então, quais foram os elementos que pertencem ao comportamento eleitoral.

Estudos sistematizados sobre o comportamento eleitoral foram tornados possíveis pela utilização de dados de nível agregado. Tais dados são extremamente úteis, encontram-se não apenas sujeitos aos problemas inerentes a este tipo de dados, como também se revelam incapazes de fornecer respostas a determinadas questões específicas vitais. Segundo Jalali (2003), entre estas, encontram-se a influência da identificação partidária ou do posicionamento

²⁹ Esta data ficou conhecida em Portugal como um marco de considerável importância, pois deu fim ao período de regime ditatorial, vigente desde 1933. O chamado 25 de abril, possibilitou a instauração da democracia no país, em 1976.

ideológico sobre o comportamento eleitoral, o impacto das campanhas e dos candidatos e o efeito dos temas em debate e das posições políticas dos partidos.

Além dos estudos sobre o comportamento eleitoral, observam-se discussões sobre a Geografia Eleitoral num âmbito mais quantitativo, em que pesquisadores realizaram trabalhos de exploração a dados eleitorais para explicar os padrões espaciais do voto em diferentes partes do território. Autores como Gaspar³⁰ (1983) e André e Hornório (1990) organizaram os primeiros manuscritos que explicaram fenômenos pertencentes à Geografia Eleitoral portuguesa.

Diante dos trabalhos destes autores, constata-se que as eleições locais têm características próprias e um tal número de diferenciações no espaço geográfico que tornam, por vezes, difícil o recurso a enfoques globais e comparativos. O voto sobretudo para a Câmara Municipal e Junta de Freguesia,³¹ é, frequentemente, baseado nas ações concretas das equipes de gestão, constituídas por indivíduos conhecidos dos eleitores, muitas vezes ao nível do contato direto. Nestas eleições, os discursos políticos imanados do centro têm menos peso que nas legislativas ou presidenciais, a linguagem é necessariamente outra, assumindo maior peso a relação pessoal ou personalizada entre eleitor e eleito. Mas afinal, qual foi a participação dos partidos políticos investigada pela Geografia Eleitoral?

De acordo com Gaspar (1990), a participação, maior ou menor, dos vários partidos nas eleições para as autarquias locais tem explicações de várias ordens, tanto para o conjunto das forças partidárias, como específicas de cada uma delas. Segundo este autor, de maneira geral, pode afirmar-se, a partir da

³⁰ Jorge Manuel Barbosa Gaspar é um renomado geógrafo português que estuda e trabalha com temas vinculados a planejamento e ordenamento do território, mas que iniciou sua vida acadêmica com pesquisas sobre a Geografia Eleitoral.

³¹ A Câmara Municipal é órgão executivo do município diretamente eleito pelos cidadãos recenseados na respectiva área. A Câmara Municipal é constituída por um presidente, que é necessariamente o primeiro candidato da lista mais votada e vereadores, com um mandato de quatro anos. O número de vereadores varia consoante a amplitude do conjunto de cidadãos inscritos no recenseamento eleitoral. Entre os vereadores, o presidente designará o vice-presidente a quem, para além de outras funções que lhe são atribuídas, cabe substituir o presidente nas suas faltas e impedimentos. A Junta de Freguesia é o órgão executivo da freguesia – menor divisão administrativa do território português. O município de Lisboa, por exemplo, possui atualmente 24 freguesias. O presidente da Junta de Freguesia é o cidadão que mais votado para a Assembleia de Freguesia (GASPAR, 2013).

comparação com outros países, que a participação dos principais partidos portugueses nas eleições locais era muito elevada. Segundo o autor:

[...] verificamos que as três as três principais forças representativas dos três grandes quadrantes políticos nacionais cobrem praticamente todo o país ao nível das eleições para os órgãos de gestão municipal, apresentando listas ainda num número muito elevado de eleições para as assembleias de freguesia. Esta situação, que constitui um dos factos mais característicos das eleições portuguesas, é, à primeira vista, consequência da legislação relativa às eleições para as autarquias locais, em combinação com a legislação que regula a constituição dos partidos. Sem negar a importância desses factores, cremos, todavia, que a explicação é mais complexa, não podemos esquecer, por um lado, as características do espaço e da sociedade portuguesa, nem por outro lado, o processo político e social que se desenvolveu antes e depois do 25 de abril de 1974 (GASPAR, 1990, p. 5).

Mediante o exposto, o que se percebe é que os “marcos” políticos e sociais são importantes divisores de conjunturas, como foi o caso do 25 de abril. E nos exemplos portugueses, analisa-se que a Geografia Eleitoral busca compreender os dados práticos de padrões de votação (por exemplo), com os demais fenômenos sociopolíticos que se relacionam e consolidam uma determinada conjuntura. Portanto, o estabelecimento de uma conjuntura política influencia na organização e formação dos partidos políticos existentes, que posteriormente, farão a gestão interna e a organização de suas pautas, por meio de todo este processo político, que leva ao estabelecimento de determinada conjuntura.

1.3 Geografia e Democracia

Sistemas democráticos são meios de organizar e colocar em prática as “vontades” dos eleitores para escolher seus governantes. Neste sentido, a Geografia e a democracia tem uma ligação: a compreensão e a reflexão sobre os diferentes territórios e suas democracias. A discussão, neste item, refere-se para as democracias liberais avançadas em que os cidadãos gozam de direitos sociais e políticos, incluindo a capacidade de escolher (e destituir) os governos através

das eleições livres. No entanto, grande parte da população mundial não tem essas liberdades. Em mais de setenta Estados, o poder é exercido por regimes totalitários não eleitos ou um sistema superficialmente "democrático", restrito pela supressão de partidos de oposição, fraude eleitoral, intimidação de eleitores e controles sobre a liberdade de expressão.

Desde os anos 1980, há uma série de casos de alto perfil de "democratização", nomeadamente na Europa Central e Oriental, África do Sul e partes da Ásia. Estes eventos foram posicionados, por alguns comentaristas, como fazendo parte da uma "terceira onda de democratização". A "primeira onda de democratização" começou nos Estados Unidos no início do século XIX e continuou até 1922, abrangeu o estabelecimento de democracias parlamentares e o voto universal na Europa, América do Norte, Austrália, Nova Zelândia e parte da América Latina (JOHNSTON e PARTTIE, 2004).

A "segunda onda" ocorreu ao final da Segunda Guerra Mundial e durou até 1962, período em que a democracia foi restabelecida em partes da Europa e confirmada em muitos estados pós-coloniais recém-independentes, como a Índia. A "terceira onda de democratização" começou com a derrubada da ditadura de Salazar em Portugal, em 1974, continua até os dias atuais com a efetivação da democracia na Europa Central e Oriental, no início da década de 1990.

Segundo Johnston e Parttie (2004), a democratização dos Estados é de interesse para os geógrafos políticos, porque ela é, muitas vezes, concebida não apenas como uma mudança histórica, mas também como um processo geográfico de difusão de ideais e valores. A tarefa de mapear o crescimento da democratização envolve agências governamentais e pesquisadores acadêmicos etc.

Para efetivar as discussões acerca da democratização, será tomado como exemplo o caso Português, que demonstra, a partir do contexto vivenciado pelo país, uma longa experiência de regime ditatorial no século XX.

Supõe-se que a Democracia, em Portugal, reflete uma tendência mundial, originada a partir dos anos 1970. Entretanto, o fato se iniciou há muito mais tempo do que se imagina. Diante disso, o que se pode afirmar é que Portugal

começou a ter governos eleitos com o fim da monarquia absoluta em meados de 1820, mas durante estes quase dois séculos, o regime democrático passou por vários períodos em que a liberdade de expressão, foi limitada (MAGALHÃES, 2009).

O mais conhecido, dentre o total desse período, foi o regime Salazarista³², que durou quase 50 anos de duração, finalizando em 25 de Abril de 1974, através da chamada revolução dos Cravos, importante marco histórico e político do país.

Após 1974, realizaram-se as primeiras eleições livres e com sufrágio universal em que todos os cidadãos maiores de idade tiveram a oportunidade de votar e escolher seus representantes de maneira democrática. Tanto em 1820, como também em 1974, Portugal era uma das poucas democracias do mundo, o que demonstra um aparente amadurecimento em termos de democracia.

O voto³³, elemento relevante que concerne à Democracia, legitima um governo e/ou representantes. Ele é muito utilizado nos sistemas democráticos para escolher uma representação da maioria, entretanto, no caso de Portugal, por exemplo, o voto foi instituído já no período ditatorial de Salazar.

Na atual conjuntura, os partidos políticos possuem relevância para a escolha dos representantes, bem como para toda a organização do sistema político-eleitoral português. De fato, qualquer cidadão consciente possui discernimento em perceber que o sistema democrático tem uma considerável relevância no que tange à representação. Mas, o que de fato se indaga é como os eleitores concebem esta democracia e qual o sentimento que eles têm a respeito deste sistema político. Há um contentamento nestes eleitores sobre a atual organização do sistema eleitoral português? Ou ainda: É satisfatória a democracia em Portugal?

Estudos, que utilizam dados resultantes de pesquisas por questionário, têm medido o grau de satisfação dos portugueses com a democracia e o grau de legitimidade que conferem ao regime. Entende-se, em geral, que desde os finais

³² Salazar foi um importante chefe de Estado português, que governou o país durante um regime de ditadura. O período de seu governo se estendeu de julho de 1932 à setembro de 1968.

³³ Em Portugal, o voto não é obrigatório. Vale ressaltar que no caso português, o sistema eleitoral, permite o ato de votar à todos os portugueses maiores de 18 anos, ou, nas eleições para o Parlamento Europeu, todos os cidadãos da União Europeia residentes em Portugal.

dos anos de 1980, uma porcentagem elevada e estável dos portugueses não contempla a existência de alternativas sérias à Democracia enquanto sistema político. Entretanto, sabe-se, também, que, desde o início deste século, Portugal é um dos países da Europa Ocidental cujos cidadãos se sentem mais insatisfeitos com o funcionamento do seu regime democrático (MAGALHÃES, 2009). Inquéritos, realizados em Portugal, utilizam-se de três elementos para constituir um entendimento sobre a qualidade da Democracia:

I. Liberdade, através da qual os cidadãos exercem um conjunto de direitos fundamentais sem interferência abusiva do Estado, mas onde o Estado assume também a responsabilidade de proteger esses direitos contra a interferências de outros agentes; II. Igualdade, dando a todos os cidadãos iguais oportunidades para que as suas preferências sejam tomadas em conta no processo de tomada de decisões políticas; III. E Controlo, seja aquele que é exercido pelos cidadãos sobre os agentes políticos através dos mecanismos eleitorais, seja aquele a que os órgãos do Estado estão sujeitos por parte de outras instituições, seja ainda o controlo que os agentes eleitos exercem de facto sobre as políticas públicas (MAGALHÃES. 2009, p. 9).

Entende-se, assim, que a realização destes princípios básicos, presume que o sistema político-democrático é capaz de cumprir um conjunto básico de funções. A Liberdade exerce direitos protegidos de interferência do Estado e ação estatal para garantir proteção real de direitos individuais, já a Igualdade dá condições para que preferências de cada cidadão tenham o mesmo peso na tomada de decisões políticas e, de fato, o processo eleitoral coloca no poder, agentes que representam interesses dos cidadãos e permite, assim, controlar o exercício do poder. Neste último, é relevante a compreensão das chamadas “instituições democráticas” em que se destacam os partidos políticos.

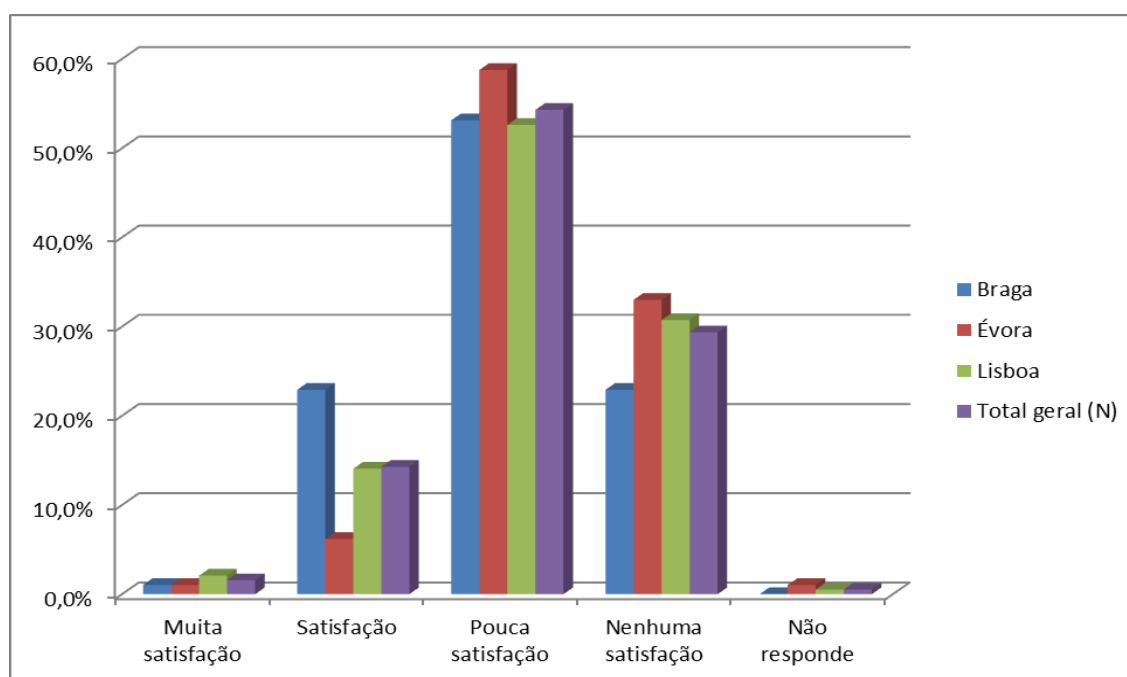
Ao considerar as instituições democráticas, como importante para o debate da democracia, não podemos esquecer que a Democracia é instituída na esperança de propor uma igualdade na escolha da representação, o que torna o sistema democrático em uma relevante opção para a população que, por muitos anos, ficaram às margens do ato de ser representado na gestão dos Estados.

Em Portugal, pesquisas realizadas com eleitores votantes, confirmaram uma tendência em analisar Democracia como um sistema que se encontra de forma insatisfatória para uma grande parte dos questionados pela pesquisa. Os 384 questionários aplicados aos eleitores evidenciaram a baixa satisfação em relação ao sistema democrático de representação.

A pouca satisfação pela democracia é gerada prioritariamente em função da descrença que muitos eleitores demonstraram no que se refere aos políticos e suas agremiações partidárias. No gráfico 3, é possível identificar o sentimento que os eleitores votantes possuem acerca do sistema democrático português.

Ao analisar o gráfico 3, observa-se que parte dos portugueses questionados, apresentaram uma baixa satisfação no que tange a Democracia no país. Mais de 80% demonstraram pouca ou nenhuma satisfação pelo sistema democrático, caracterizando algo que pode não estar sendo assertivo no sistema, ao menos no que tange a representação da população em geral, conforme gráfico 3.

Gráfico 3 – Portugal: satisfação dos eleitores-votantes com a democracia



Fonte: Aplicação de questionários (2015).

Especificamente, Évora foi a cidade que apresentou os maiores índices de insatisfação, 58,8% do eleitorado optou pela alternativa “pouca satisfação e 33% afirmaram não ter “nenhuma satisfação” com o sistema democrático português. A pouca satisfação no sistema democrático pode ser ocasionada em função da descrença que o eleitorado possui no Sistema Eleitoral, mas não no Sistema Democrático. Assim, a falta de discernimento entre Democracia e Sistema Eleitoral pode ter ocasionado um número elevado de pessoas elegendo a “pouca satisfação acerca da democracia” em suas escolhas.

Em geral, a pouca satisfação apresentou-se, principalmente, às instituições partidárias e políticos como se demonstra na seguinte fala: *“Eu não percebo nada de política (e nem quero perceber). Cá em Portugal, eu não vejo nada de políticos que façam o bem para a população. Um exemplo é a situação dos hospitais, os utentes não resolvem seus problemas...”* (Eleitora, 46 anos, lojista).

Assim, a falta de discernimento entre Democracia e Política Partidária pode ter ocasionado um número elevado de pessoas elegendo a “pouca satisfação acerca da democracia” em suas escolhas.

A falta de confiança, que os portugueses possuem em seus representantes, levou-os a relatarem que não há esperança em uma melhora no sistema democrático, enquanto houver os mesmos representantes no poder. Isso converge para o fato de Portugal possuir um considerável nível de abstenção eleitoral, que reflete este descontentamento, conforme tabela 1:

Tabela 1 – Portugal: taxa de abstenção eleitoral nas eleições para Assembleia da República (1975-2015)

Anos	Taxa de abstenção (%)		
	Residentes em Portugal	Residentes no estrangeiro	Total
1975	8,3	36,8	8,5
1980	14,6	39,5	15,2
1985	24,6	70	25,7
1987	27,4	73,5	28,5
1991	31,8	67,4	32,6
1995	32,9	76,2	33,8
1999	38,2	76,5	39,9
2002	37,7	75,6	38,4
2005	35,0	75,3	35,6
2009	39,5	84,7	84,7
2011	41,1	83,1	83,1
2015	43	88,3	88,3

Fonte: Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna; Base de Dados de Portugal Contemporâneo (SGMAI, PORDATA).

Por meio da tabela 1, é possível identificar os altos níveis de abstenção eleitoral em Portugal. A abstenção corrobora com o fato de haver uma pouca satisfação do eleitorado com a conjuntura da Política Partidária e, logo, da Democracia. As taxas apresentadas pelo eleitorado, residente no estrangeiro, alcançaram o elevado número de 88% nas últimas eleições (ano de 2015), o que não é de se admirar, devido ao distanciamento existente entre estes eleitores e a conjuntura interna da política partidária do país.

O considerável crescimento, que houve entre as eleições de 2005 e 2009, ocorreu em detrimento da emigração de portugueses para outros países. Aumentaram os emigrantes, portanto os números correspondentes aos eleitores no estrangeiro elevaram-se de 35,6% em 2005 para 84,7% em 2009.

Para o eleitorado residente em Portugal, o número elevado e crescente em 2015, comparado com 2011, é considerável, pois alcançou o patamar de 43% do total de eleitores. O crescimento nas percentagens não foi elevada como ocorreu nos eleitores portugueses no estrangeiro, mas se a análise focar no crescimento geral deste o período da redemocratização pelo 25 de abril de 1974, há de se considerar um relevante aumento nos níveis de abstenção eleitoral, de

8,3% em 1975 para 43% em 2015, o que permite identificar a pouca satisfação com a conjuntura da política partidária.

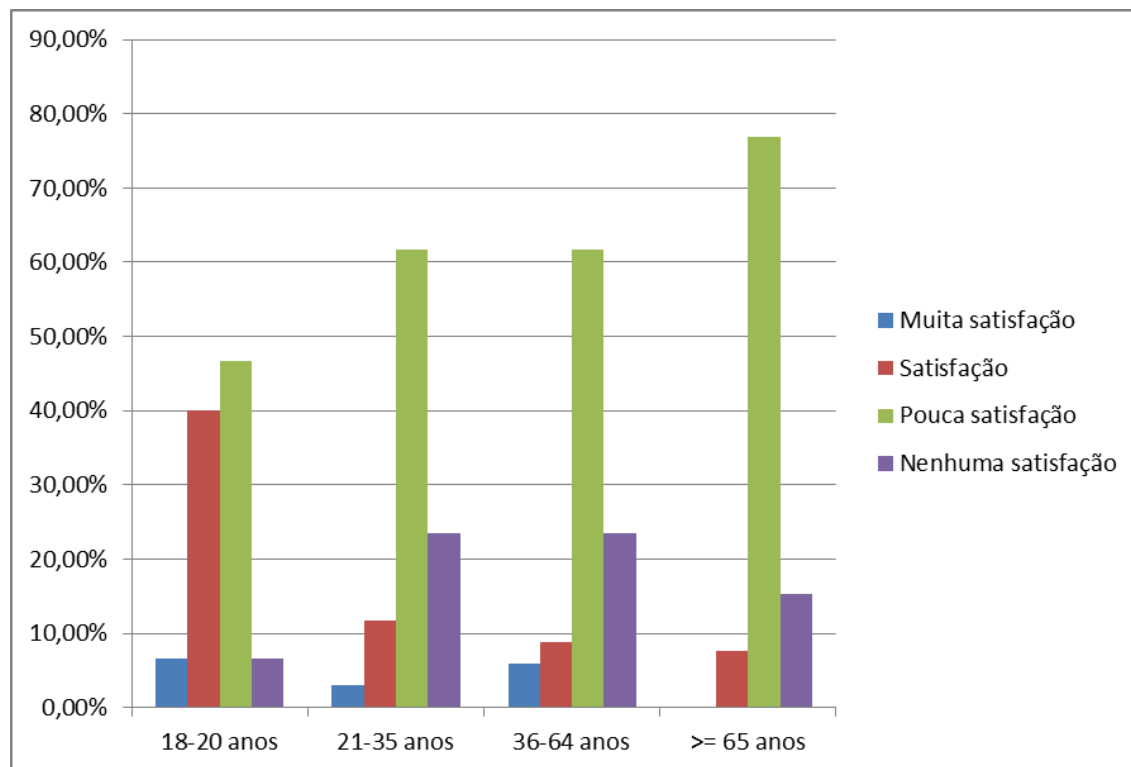
O descontentamento é potencializado, ainda, pelo país estar mergulhado em uma crise econômica que assola a Europa desde 2011. Como se sabe, a atual crise é considerada entre os países europeus como uma das piores enfrentadas pela Europa e, isso, contribui diretamente no comportamento da população e, logo, nos eleitores.

Carreirão (2002) assevera que este comportamento leva ao “voto econômico”. Comum quando se discorre sobre avaliação de desempenho dos candidatos a cargos públicos, debates sobre o “peso” da economia ou desempenho econômico na decisão do voto. A linha argumentativa, norteadora deste debate, é a de que a avaliação dos eleitores, acerca do governo, é fortemente influenciada pelo estado da economia. Dessa forma, este autor menciona que a avaliação, a respeito do governo, influencia o voto. Sendo assim, as condições econômicas a qual o país se encontra, também, influenciará o voto. Esta seria a forma retrospectiva³⁴ do voto econômico.

Vale ressaltar, que se realizou um cruzamento de dados para identificar o grau de satisfação dos eleitores, através dos grupos de idade. Estes dados demonstram resultados com pouca diferenciação através das diferenças de idades, como é possível ver no gráfico 4 a seguir

³⁴ Segundo Carreirão (2002), o eleitor, ao decidir o seu voto pela avaliação de desempenho, estrutura sua decisão em duas formas. A primeira é o voto pela avaliação retrospectiva em que o eleitor toma como referência o desempenho passado, ou seja, o que o governo ou candidato teve como ocupante de cargo público. A segunda é o voto pela avaliação prospectiva, sendo esta uma espécie de expectativa de desempenho futuro, consolidado, geralmente, em candidatos que não possuem muita ligação com governos antecessores ou aqueles candidatos considerados oposicionistas.

Gráfico 4 – Portugal: satisfação com a democracia por grupos de idade



Fonte: Aplicação de questionários (2015).

Verifica-se que em todas os grupos de idade, o item “pouca satisfação” foi superior. Entretanto, ao fazer a vinculação entre os grupos de idade, observa-se que os maiores níveis do item “pouca satisfação” (cerca de 80%), encontra-se entre os mais idosos, aqueles com 65 anos ou mais³⁵. Este resultado se dá porque os eleitores mais idosos reconhecem os anos anteriores à crise econômica e, principalmente, anos em que a economia portuguesa era considerada estável, do ponto de vista econômico³⁶. Eleitores idosos atrelam, por

³⁵ Portugal apresenta 20,5% da população com 65 anos ou mais. Os eleitores-votantes pertencentes à esta faixa-etária apresentam números que diferem das demais faixas-etárias, devido a outra realidade que este eleitorado vivenciou.

³⁶ A substituição das moedas nacionais pelo euro foi analisada, pela primeira vez, em 1994, pelo Instituto Monetário Europeu. A introdução das notas e moedas de euro em Portugal exigiu um vasto trabalho de preparação. Em setembro de 2001, foram distribuídas notas e moedas de euro às instituições de crédito e, em dezembro, às grandes empresas e retalhistas. A partir de 17 de dezembro de 2001, foram colocadas à venda ao público, nas tesourarias do Banco de Portugal e aos balcões das instituições de créditos, no valor de 10 euros, com todas as denominações de moeda metálica corrente (BANCO DE PORTUGAL, 2015).

exemplo, a entrada do Euro no país como um “vilão” responsável por afundar Portugal economicamente.

Em afirmações informais, no momento da aplicação dos questionários, foi possível identificar frases como a seguinte afirmação: “*No período da ditadura*” ou “*No tempo de Salazar, nós tínhamos um maior poder de comprar com o Escudo*”. Tais afirmações, comuns entre os eleitores questionados, evidenciam que o atual período econômico remete uma insatisfação por todo o Sistema Político, bem como a Democracia. Ainda, de acordo com estas informações, observa-se, em Portugal, que muitos idosos tendem a preferir a ditadura ao sistema democrático. Já os jovens, não fazem ligação entre problemas econômicos ligados ao Sistema Democrático. No gráfico 4, no item “satisfação” verifica-se um maior número entre a população mais jovem, cerca de 40%.

A democracia nem sempre é vista, pelo todo da população, como a forma de representação mais adequada, isso acontece, por exemplo, em eleitores que levam em consideração apenas um aspecto para refletir e tomar suas posições. Pelo que se assimilou do momento da aplicação dos questionários, eleitores idosos buscaram encontrar no Sistema Político democrático uma justificativa para o enfraquecimento da economia, o que é duvidoso, já que o crescimento econômico e/ou estabilidade econômica não dependem unicamente do Sistema Político adotado pelo país.

Ao considerar a importância do debate acerca da Democracia nas Ciências Humanas, percebe-se que ela apresenta uma problemática além da representação que estamos acostumados a discorrer quando o tema é Sistema Democrático, mas sim discorrer a qualidade desta democracia para a população em geral.

Esta preocupação deve ser incluída na agenda do tema, o cerne da Democracia é a representação e a sua população - que é representada por este sistema. Diante disso, neste texto, procede-se a análise sobre a qualidade da Democracia em Portugal e, ainda, reflete-se acerca da prática e cotidiano dos portugueses, e o quão satisfeitos estão os eleitores-votantes.

Os resultados dos questionários, por exemplo, evidenciaram um elevado descontentamento com o sistema, atrelado a vários elementos, dentre eles: corrupção no governo, enfraquecimento da economia, aumento da pobreza no país e, também, falta de transparência pelo Estado.

Como afirma Castro (2013, p. 12), “A democracia supõe processos decisórios que requerem engenharias institucionais que necessariamente se adaptam às condições particulares do território [...]” e, no caso de Portugal, há necessidade de aproximar a democracia aos eleitores, pois há, em uma parcela da população, o sentimento da ineficácia do sistema, mesmo tendo um relevante elemento da democracia: o voto.

1.3.1 O sistema eleitoral-partidário na democracia e sua influência na Geografia Eleitoral

Os sistemas eleitorais-partidário influenciam na organização da Democracia e, logo, nos resultados eleitorais, os quais a Geografia Eleitoral se apropria para suas análises. A influência dos sistemas eleitorais na vida política é recorrente.

De acordo com Duverger (1998), os fatores que condicionam a vida política de um país são, de fato, dependentes uns dos outros, de tal forma que um estudo das consequências de um deles, considerado de forma isolada, contém, necessariamente, uma grande parte de artifício. Este estudo só pode definir tendências susceptíveis de serem influenciadas através de outros fatores. Segundo o autor:

Por outras palavras, não pode afirmar-se que este ou aquele sistema eleitoral determina esta ou aquela forma de vida política, mas simplesmente que leva à sua implementação, ou seja, reforça os outros fatores que atuam em sentido contrário. Por conseguinte, as leis sociológicas que aqui podem ser formuladas nunca têm um carácter absoluto; só podem ser aplicadas com rigor em condições ideais de temperatura e pressão que nunca foram conseguidas na íntegra. Portanto, só tem valor na medida em que o seu carácter relativo seja considerado (DUVERGER, 1998, p. 115).

Para isso, os estudos sobre a distribuição do voto no território, provavelmente, é a forma mais comum de identificar um trabalho da Geografia Eleitoral, considerada a categoria que inclui o maior volume de trabalho neste campo. A análise das minúcias, acerca do voto de populares em eleições, tem sido uma prática comum para geógrafos eleitorais desde a década de 1950.

Estes estudos voltados para os votos dos candidatos, através da obtenção pelos seus respectivos partidos políticos, tiveram como foco a análise de referendos ou votações nominais em eleições e examinou-se a distribuição espacial dos fatores de composição desses votos, a saber: a raça, a renda, diferenciações entre voto de meio urbano e voto de meio rural, fatores econômicos atrelados ao desenvolvimento das economias dos países e, até mesmo, o nacionalismo existente entre os eleitores.

Warf e Leib (2011) destacam a inclusão dos efeitos da migração nas eleições, estes exploraram os efeitos dos fenômenos migratórios na distribuição do voto. Este tipo de trabalho incluiu uma série de estudos que relacionaram debates sobre identidade incluindo raça / etnia, gênero e orientação sexual para os resultados eleitorais. Diante disso, percebe-se que os estudos sobre o voto abrangem uma série de temas diferenciados que oferecem uma análise profícua sobre uma votação ou um voto particular.

Estudos sobre o voto e sistemas eleitorais estão intimamente relacionados com a de redistritamento, que é uma “Redistribuição” do processo de elaboração dos limites do distrito eleitoral para a eleição dos membros dos diferentes escalões que integram o poder em um país. Este tem sido um campo de pesquisa para a Geografia Eleitoral, contudo, restrito em pesquisas da língua inglesa, especialmente nos EUA e Reino Unido (WARF e LEIB, 2011).

Segundo Warf e Leib (2011) nos EUA, por exemplo, esses estudos têm sido importantes para examinar o sistema partidário e o impacto deste redistritamento na representação efetiva de grupos minoritários e étnicos e raciais, bem como para o planejamento de formas eficazes deste. Dado o papel dos tribunais nos EUA, vários desses estudos examinaram o impacto das

decisões judiciais e de jurisprudência sobre a divisão político-geográfica do espaço.

Os sistemas eleitorais³⁷, ou talvez mais apropriadamente, sistemas de votação, são fundamentais para os resultados das eleições, sendo estes de relevância para a Geografia Eleitoral. As pesquisas dos sistemas eleitorais têm abordado a questão dos sistemas de votações em várias direções, principalmente, no que diz respeito aos votos estarem a ser traduzidos em representação.

Assim, por exemplo, existem estudos comparando sistemas em um esforço para determinar qual proporcionou a maior qualidade da representação. Alguns autores apresentam avaliações entre a proporção de votos expressos e a proporção de assentos concedidos. Outro tópico relacionado tem a ver com legitimidade. Sistemas de votos devem atingir um nível de legitimidade dentro de um eleitorado, a fim de ganharem aceitação popular e serem implementados.

De acordo com Cruz (1998), o primeiro sistema eleitoral a surgir historicamente foi o sistema majoritário, que corresponde à ideia de que o ganhador das eleições é aquele que obtivesse a maioria dos votos, sendo por isso designado "*the first past the post system*". Foi um sistema introduzido por via evolutiva, que criou as chamadas democracias majoritárias. No início foi adotado sob a forma de majoritário simples, depois foi necessária a obtenção da maioria absoluta, e, para tanto, começaram a multiplicar os turnos, criando-se o chamado segundo turno no Brasil e segunda volta em Portugal. Este é um sistema que quem ganha, ganha tudo e quem perde, perde tudo.

Dessa forma, com a massificação da democracia, oriunda do progressivo alargamento do sufrágio universal, na segunda metade do século XIX, iniciou-se em muitos países europeus uma luta pela representação proporcional, cuja ideia era de que as eleições, além de definir quem governaria, deveriam configurar proporcionalmente a representação dos vários setores da

³⁷ Os sistemas eleitorais ou Sistemas de votação são entendidos como estruturas através da qual o voto de uma pessoa é transferida para o candidato, partido ou outra ação pelo qual se permite a legislação eleitoral do país, como por exemplo, o voto nulo ou branco.

opinião pública de um país, os ganhos eleitorais distribuem-se entre todos, numa ótica de soma positiva. Segundo Cruz (1998), o teórico Thomas Hare:

Apresentaria uma das primeiras e mais acolhidas alternativas ao sistema maioritário: o método do voto único e transferível, pelo qual haveria vários deputados a eleger (uma lista) numa única circunscrição nacional, dispondo o eleitor apenas de um voto, no qual ordenaria as suas preferências. O apuramento far-se-ia pela divisão de todos os sufrágios validamente expressos pelo número de lugares a concurso, aumentado de uma unidade (quociente de Hare), e pela divisão dos resultados obtidos pela lista de cada partido por esse quociente, fazendo eleger tantos deputados quantos os quocientes dessa segunda divisão. Se o candidato obtivesse mais votos do que os necessários para ser eleito, os votos excedentários seriam distribuídos na proporção das segundas preferências manifestadas (CRUZ, 1998, p.10).

A partir do exposto, é observado que a representação perfeita era incompatível com a exclusão das minorias. De acordo com Cruz (1998), se por um lado se reconhecia que a maioria decidia, contudo, não se deixava de observar que não são os representantes do povo ou de todos que têm direito de voto, mas apenas os representantes escolhidos pelas maiorias são consultados para a elaboração das leis.

Diante disso há possibilidade de consenso? Qual forma torna-se mais adequada e justa para um sistema eleitoral? A resposta é a de que os diferentes sistemas eleitorais possuem pontos negativos e positivos, assim dificilmente pode-se elencar um sistema que se consolida sem nenhuma falha, o que pode haver são preferências por determinado sistema em função das características existentes no local.

De acordo com Cruz (1998), pode-se destacar duas formas antagônicas de sistemas eleitorais: a representação proporcional e o sistema maioritário. A primeira avançou após a Primeira Guerra Mundial em muitos países europeus à medida que a democracia de massa se instalou, quando os desmobilizados dos exércitos começaram a reivindicar a contrapartida, em termos de direitos eleitorais, dos deveres cumpridos para com a pátria.

A segunda, de acordo com Hermes (1998), foi a representação proporcional, ao não exigir a maioria para se vencer uma eleição, facilita-se a multiplicação dos partidos, ao contrário do sistema majoritário, que promove a sua concentração. É por isso, um mecanismo que divide a nação contra si mesma. Para, além disso, a representação proporcional radicaliza os partidos, enquanto o sistema majoritário os modera, obrigando os extremismos ao compromisso e destruindo desse modo os radicalismos. Esta moderação do sistema majoritário tende a lubrificar o aparelho da democracia. A representação proporcional alimenta o extremismo, debilita a própria oposição e dificulta a formação de governos estáveis.

A representação proporcional possibilita aos partidos uma estrutura doutrinária rígida, ideologiza-os, enquanto o sistema majoritário os pragmatiza, tornando-os semelhantes e pessoalizando a disputa eleitoral. A representação proporcional contribui para a desresponsabilização governativa dos partidos, pois permite que alguns deles nunca tenham a experiência de governar. Além disso, a representação proporcional destrói a vitalidade dos partidos políticos, porque elimina a competitividade interna e permite a eleição dos menos combativos e coloca em desvantagem os jovens com ambições políticas, destruindo os mecanismos de rejuvenescimento dos partidos e afastando os jovens dos partidos, e assim, favorece a estagnação política (HERMES, 1998).

Duverger (1967) discute sobre sistemas eleitorais ligados à estrutura partidária e, por isso, há relevância em analisar o sistema eleitoral como um sistema eleitoral-partidário. De acordo com o autor, os sistemas eleitorais influenciam na “vida política” por meio dos partidos políticos, quer de forma direta, ocasionando uma certa organização de partidos, quer de forma indireta. Essa organização de partidos leva a determinadas formas políticas. Assim, Duverger faz as seguintes considerações:

1.a representação proporcional conduz a um sistema de partidos múltiplos, rígidos e independentes. 2. O escrutínio majoritário a duas voltas leva a um sistema de partidos múltiplos, flexíveis e independentes. 3. O escrutínio majoritário a uma só volta leva ao dualismo dos partidos (DUVERGER, 1967, p. 13).

Através das preposições do autor, pode-se entender também que o sistema majoritário pressiona no sentido do dualismo partidário e a representação proporcional, tende a multiplicar o número de partidos. Primeiro, mantendo a multiplicidade já existente e em seguida, selecionando as instituições partidárias, de forma limitada e ainda, estimulando a criação de novos partidos (DUVERGER, 1967).

Segundo o autor, o escrutínio majoritário de dois turnos favorece a multiplicação dos partidos, devido à possibilidade de haver mais disputas, ou seja, dois partidos disputam uma segunda rodada de campanha eleitoral. Os partidos políticos mantêm no primeiro turno todas as hipóteses, só ocorrendo a polarização e a sub-representação no segundo turno. Ainda, de acordo com Duverger (1967), os sistemas eleitorais também influenciam a estrutura interna dos partidos e a sua dependência recíproca sobre os sistemas de alianças. Assim, o que mais influencia na estrutura interna dos partidos é a alternativa entre o escrutínio de lista e o escrutínio uninominal. O sistema de lista reforça a estrutura dos partidos, enquanto este sistema a enfraquece.

No Sistema Uninominal, o papel do candidato torna-se essencial, a reeleição do deputado (por exemplo) é ligada muito mais ao próprio deputado do que ao partido político. Assim, o partido acaba por não ter uma estrutura forte, e os grupos parlamentares acabam por não serem nem muito disciplinados, nem muito coesos, descentralizando a organização eleitoral.

No Sistema de Lista, prevalece o papel do partido sobre a personalidade, ou candidato. Pelo fato de os círculos serem maiores, o conhecimento dos candidatos pelo eleitorado é diminuto. Sobressai o símbolo do partido (sobretudo em sistema de lista bloqueada, e não aberta), que domina claramente sobre o deputado. Sua reeleição depende muito mais da sua reinserção na lista pelo partido, do que de sua atuação junto do eleitorado. Por isso, a disciplina parlamentar é rigorosa e cresce a centralização eleitoral e organizativa dos partidos que se tornam fortes (CRUZ, 1998).

1.3.2 Os sistemas democráticos de governo e representação

Para compreender o funcionamento do sistema democrático, bem como da ação das instituições partidárias, faz-se necessário analisar como se dá a representação nos sistemas democráticos. Estas representações se apresentam de diversas maneiras de acordo com a necessidade do respectivo país. Cada nação possui autonomia para escolher e efetivar a forma de representação que julga melhor atender às suas necessidades. Entretanto, o que se verifica é que, em alguns casos, os sistemas democráticos de representação nem sempre são escolhidos da maneira mais adequada, que, por sua vez, possibilita a não atuação de forma mais efetiva destes sistemas.

Sistemas presidencialistas são geralmente modelados a partir dos exemplos nos EUA e, frequentemente, encontrados na América Latina, já os sistemas parlamentares são inspirados no sistema de representação da Inglaterra, e encontrados na comunidade britânica e no oeste da Europa. Embora, em teoria, os sistemas presidenciais e parlamentares funcionem de maneiras muito diferentes, na prática, eles tendem a convergir. Ambos dependem de uma estreita relação de trabalho entre o executivo e o legislativo.

O que se sabe é que o poder do presidente é formalmente maior do que a de um primeiro-ministro. Na prática, os primeiros-ministros, no mundo moderno, tornam-se cada vez mais "presidenciais". Por exemplo, os primeiros-ministros britânicos e chanceleres alemães tornaram-se progressivamente mais poderosos no final do século XX (NEWTON e DETH, 2005). Já no sistema semipresidencialista, há relativamente poucos países com esta forma de governo, apenas a Finlândia, França e Portugal têm mantido para mais de um quarto de século este modelo. No quadro 1, pode-se verificar algumas das diferenças e atribuições das três formas de representação em uma democracia.

Quadro 1 - Principais formas de governo democrático

(continua)

Presidencialismo	Parlamentarismo	Semi - presidencialismo
Os cidadãos elegem diretamente o executivo em datas fixas pelos pleitos.	O executivo emerge do Legislativo eleito por sufrágio direto e é uma parte integrante do Legislativo.	O poder executivo é compartilhado entre um presidente (eleito diretamente) e um primeiro ministro que é nomeado ou eleito diretamente.
Com exceção de algumas conjunturas presidências, o presidente só exerce o poder executivo.	As ações do poder executivo, deve ter o compromisso de manter a unidade.	O primeiro-ministro nomeia seu governo, geralmente a partir da decisão de seu partido e coligação.
A presidência é o único escritório de Estado com uma responsabilidade geral para os negócios de Estado.	O executivo é um corpo colegiado (gabinete ou conselho de ministros). Porém, as ações de grande efeito, estejam na responsabilidade do primeiro-ministro ou chanceler.	O presidente frequentemente nomeia o primeiro-ministro e tem em geral a responsabilidade pelos assuntos do Estado especialmente assuntos estrangeiros.
As ações e o poder do presidente são separadas e independente.	O Gabinete do Primeiro-ministro ou chanceler é geralmente separado do chefe de Estado (que pode ser um monarca ou presidente).	O presidente frequentemente tem poderes emergenciais, incluindo a dissolução do parlamento.
Ninguém destitui o presidente (exceto em circunstâncias especiais, por impeachment).	O primeiro ministro pode dissolver o parlamento e convocar uma eleição. Contudo, o mesmo pode ser afastado do cargo por um voto parlamentar de "Falta de confiança".	O primeiro-ministro e seu governo, muitas vezes, têm especial responsabilidade sobre o andamento e o dia-a-dia das ações do Estado.

Quadro 1: Principais formas de governo democrático

(conclusão)

O presidente é eleito diretamente e, por conseguinte, diretamente responsável pelas pessoas.	O primeiro ministro é responsável pelo Parlamento.	O presidente é diretamente eleito e diretamente responsável pelo povo; o primeiro-ministro é também, responsável, pelo presidente e o parlamento.
Exemplos desse sistema: Brasil, EUA e muitos casos da América Latina.	As mais estáveis democracias de sistemas parlamentares são: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Alemanha, Grécia, Islândia, Índia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Holanda, Noruega, Espanha, Suécia, Suíça e Reino Unido.	Exemplos: Finlândia (até 1991), França e muitos Estados pós-comunistas, incluindo a Bielorrússia, Polónia, Rússia e Ucrânia.

Fonte: Newton e Deth (2005).

Para entender como funcionam os três sistemas de representação na Democracia, faz-se necessário distinguir características intrínsecas em cada um desses sistemas. Destaca-se, no quadro 1, as características de Portugal e do Brasil, diferentes, por exemplo, na forma de governo democrático, sendo Portugal de governo semipresidencialista e Brasil de governo presidencialista.

Ao comparar os sistemas de governo, percebe-se que, em Portugal, o poder executivo é compartilhado entre Primeiro-ministro e Presidente da República, conforme apresentado no quadro 1.

Então, no sistema semipresidencialista, o Presidente da República possui poderes emergenciais, como dar posse ao Primeiro-ministro, mas também retirar seus poderes, bem como possibilitar a dissolução do Parlamento. O Presidente da República pode destituir o Primeiro-ministro e formar outro governo. Diferentemente, as ações do Presidente da República, no sistema presidencialista, são separadas e independentes do Parlamento, ele pode ser retirado do cargo, em circunstâncias especiais por meio de *impeachment*.

Ainda por meio dos dados do quadro 1, observam-se semelhanças entre o sistema presidencialista e semipresidencialista. A eleição dos presidentes é realizada diretamente pelas pessoas. A respeito do parlamentarismo destaca-se o fato de haver o Primeiro-ministro, dirigente do executivo, mas não considerado o chefe de Estado, que pode ser um Presidente ou Monarca. No Parlamentarismo, o Primeiro-ministro tem poderes para dissolver o parlamento e convocar novas eleições.

O quadro 2 demonstra de maneira resumida, quais são as principais diferenças entre os sistemas de representação democrático.

Quadro 2 - Sistema presidencialista, parlamentarista e semipresidencialista: prós e contras

Presidencialismo	Parlamentarismo	Semi-presidencialismo
<i>Prós</i>		
Os EUA é um modelo.	A maior parte das democracias estáveis do mundo são parlamentares.	Em teoria, a melhor combinação de um governo, com aglutinação do presidencialismo e parlamentarismo.
Separação do executivo e instituições legislativas do governo de acordo com a teoria democrática clássica.	Fusão entre executivo e Legislativo, pode criar um governo forte e eficaz.	O presidente é um símbolo da nação, e um foco de unidade nacional, enquanto o primeiro-ministro executa o cotidiano do governo.
Eleição direta do presidente significa responsabilidade direta do presidente para com as pessoas.	Constante prestação de contas aos eleitores pelo parlamento e primeiro ministro.	
<i>Contras</i>		
Conflito entre executivo e legislação pode ocorrer de forma crônica, levando a impasses e imobilismo.	A fusão do executivo e legislativo, com a grande maioria legislativa, combinado com o partidarismo pode produzir líderes com muito poder.	Conflito e luta pelo poder entre o primeiro ministro e presidente. Fato comum neste sistema.
Presidentes fracos e ineficazes algumas vezes tentam tornar-se forte, sem êxito.	Sistemas parlamentares sem um legislativo de maioria, pode gerar um governo fraco e instável.	Confusão de prestação de contas entre o presidente e primeiro ministro.
Poucos sistemas presidenciais, sobreviveram longos anos.		

Fonte: Newton e Deth, 2005.

Nos sistemas federativos, ocorre um fato importante que reflete algo relevante para o entendimento dos sistemas de representação. A metáfora do "bolo mármore", por exemplo, é aplicada para os EUA: um bolo em que as camadas não são divididas por linhas claras e retas, mas misturadas e fundidas em uma parceria complexa de responsabilidades compartilhadas. O fato

importante, sobre qualquer sistema de federativo, seja nos EUA, Suíça, Alemanha ou Brasil, não é o fato da existência de uma separação de poderes, mas sim da cooperação, das relações intergovernamentais e interdependência que existe no sistema federado. De acordo com Newton e Deth (2005), os sistemas federais têm três principais níveis de governo – governo nacional, o governo local e um nível intermediário entre eles, chamado de Estado.

Para uma melhor compreensão do comportamento eleitoral e a sua relação com o sistema de representação, é necessário entender que o estabelecimento destes sistemas se consolida a partir de outros elementos, a saber, *a cultura política*³⁸, *o comportamento político*, *as mudanças no padrão de votação*, e *o comparecimento às urnas* (demonstrados na sequência dos capítulos).

A cultura política é um conceito-chave que liga a micropolítica dos indivíduos com a macro política das instituições e dos Estados. Observa ainda a relação entre os valores e atitudes (subjéctivos), com o comportamento do voto e as tradições, bem como as circunstâncias e acontecimentos atuais (NEWTON e DETH, 2005, p. 67).

O que se percebe, então, é a relevância que tem o termo para os estudos em Geografia Eleitoral, já que suas análises requerem abordagens que vão desde a micropolítica dos indivíduos, até mesmo à macropolítica, presente no Estado e nas grandes instituições económicas, por exemplo.

Newton e Deth (2005) discorrem que questionários por amostragem revelam diferenças nas atitudes e comportamentos e podem ser melhor explicados por variáveis culturais (valores, formação religiosa, educação, etc.). Para a compreensão melhor do tema, Newton e Deth (2005) parte da seguinte

³⁸ Uma das abordagens mais influentes para o estudo de atitudes políticas, valores e comportamentos, no período do pós-guerra foi construída em torno do estudo da cultura política. O conceito é ilusório e complexo, e pode segundo estar solto e vago, mas podemos ver melhor a cultura política como uma espécie de mapa de como as pessoas pensam e se comportam. Um mapa não é a coisa real é uma representação, trata-se apenas de uma seleção de características gerais do mundo, mas pode ser um guia útil da realidade. Da mesma forma, a cultura política não reproduz todos os detalhes de que os cidadãos sabem e pensam e sentem sobre política, mas pode ser um guia útil e simplificado para as características mais importantes do indivíduo como a crenças, valores e atitudes (NEWTON e DETH, 2005, p. 173-174, tradução nossa).

inquietação: De onde a cultura política vem? Pode ser verdadeiro a descrição de uma nação como "participante" ou "alienada"? Por que os países têm diferentes culturas políticas e de onde elas vêm? Um argumento contrário à cultura política é que elas lidam apenas com o último elo de uma longa cadeia de causas do comportamento político. As causas reais e básicas de comportamento podem ser históricas ou econômicas, ou talvez psicológica, do momento. De acordo com Cox (2002), a cultura não é inata: não nascemos com uma impressão genética de cultura política em nossos cérebros, adquirimos ela com o passar de nossa experiência de vida. Segundo Cox (2002, p. 139).

A Cultura política é passada de uma geração para a outra, para isso, persistem ao longo do tempo. Elas mudam, é claro, mas eles geralmente mudam lentamente de acordo com o acúmulo de eventos e experiências que o contexto do indivíduo recebe. A cultura política pode ser modificada de maneira mais abrupta caso ocorra um evento dito como traumático, como por exemplo, uma guerra, revolução, colapso econômico, etc. o que leva então para uma mudança radical.

Sobre o comportamento político-eleitoral é preciso saber se sua inação foi/é causada pela apatia, alienação, ou (des) contentamento, quando existente. Em certas circunstâncias, o eleitorado alienado pode ir para as ruas em ação revolucionária, deixando o apático em casa assistindo à televisão.

De acordo com Newton e Deth (2005), há uma outra boa razão para tentar entender as culturas políticas: a organização e efetivação das estruturas e instituições que formam o governo. Se a maioria das pessoas estão satisfeitas com a forma do sistema de governo, então é provável que seja estável ao longo do tempo. Em contrapartida, se uma grande proporção dos eleitores está insatisfeita e tomam ações políticas de reivindicações, por exemplo, o sistema pode, sob pressão, mudar.

Segundo os mesmos autores, as instituições políticas e democráticas repousam sobre a cultura democrática, e uma combinação entre as culturas e as instituições democráticas produz uma democracia estável. Em outras palavras, existem duas boas razões para refletir sobre a cultura política: ajuda a explicar o

comportamento individual e a persistência de instituições e estruturas democráticas de governo.

As mudanças no padrão de votação, segundo Taylor (2003), são muitas e variadas, e incluem vários elementos comuns, como:

1) *Sociedades de industrialização*, muitas vezes, relacionam-se com fatores de estratificação antigos baseados em casta, religião e etnia.

2) *Diferenças urbano-rural* vêm diminuindo devido ao encolhimento do setor agrícola, os pobres urbanos e rurais formam uma aliança política em países industrializados.

3) *A Educação* criou um eleitorado mais independente que é menos obrigado por identidades de classe e, a mobilidade social entre as classes, tem fortalecido este.

4) *Os meios de comunicação de massa*, especialmente a televisão, tornaram-se mais importante.

5) *Novos partidos* surgiram e velhos partidos mudaram suas políticas, em uma tentativa de ampliar seu apelo e de responder às demandas de novos grupos sociais.

6) *As questões básicas* da pobreza, trabalho, saúde, habitação e educação tornaram-se ainda mais acentuada nas democracias industrializadas.

Os resultados dessas mudanças profundas nos padrões socioeconômicos são aumentos da volatilidade e imprevisibilidade nos padrões de voto em novas e velhas democracias. No entanto, falar de ações revolucionárias e transformação radical é um exagero. As mudanças são geralmente graduais e envolvem fusões do velho e do novo, e mudanças de grau e não de tipo. Estratificação social e religião continuam a ser as fontes básicas para a mobilização política, mesmo se a natureza da estratificação esteja a mudar (TAYLOR, 2003).

Outro elemento a ser trabalhado para a compreensão profícua dos sistemas democráticos de representação é o "*Comparecimento às urnas*". Segundo Newton e Deth (2005), o comparecimento às urnas não está intimamente relacionado com a riqueza nacional ou o tamanho da população, mas

está associada com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas. Os países com as mais altas classificações de IDH obtiveram uma taxa média de 72%, de comparecimento às urnas e o índice menor aponta 56%. Entretanto, entende-se que o comparecimento às urnas não se resume apenas a estes elementos, por exemplo, levam em consideração a legislação eleitoral existente.

Observa-se que entre o Brasil e Portugal há diferenças consideráveis, já que a legislação possui uma diferença básica: a obrigatoriedade do voto, para o caso brasileiro e a não obrigatoriedade do voto, para o caso português.

1.4 Abordagem da Geografia Eleitoral: temas e conceitos

Este item discorre resumidamente sobre temas e conceitos trabalhados no decorrer da tese, de maneira intrínseca e transversal aos demais temas abordados no decorrer dos demais capítulos.

1.4.1 Poder e Estado

Para uma melhor compreensão do que seja a atuação dos partidos políticos, dos candidatos e, até mesmo, dos eleitores, é relevante entendê-los como elementos pertencentes ao jogo do poder.

A gestão e organização de um espaço controlado, transformado em território, perpassa pelas ações de escolhas através do processo democrático, mas se origina, também, no seio das relações de poder existente entre pessoas (políticos e demais atores deste meio) que buscam e/ou mantêm o poder em diferentes escalas. Para os exemplos da Geografia Eleitoral, utiliza-se, geralmente, o poder exercido pela legitimidade impulsionada pelos processos eleitorais. Esta é dada pela maioria da população que designa representantes para efetivar seus anseios perante a sociedade e/ou demais representações em nível internacional.

A noção de poder entendido, nessa pesquisa, merece destaque pela ação que este poder exerce “para” e “com” o conjunto da população que o

legítima. Diante desta perspectiva, entende-se este poder como um conjunto de relações pertencentes em um sistema de redes e esta compreensão não é somente ligada com o fato de existir um poder central nos diversos locais, mas sim, que ele pode ser descentralizado e difuso, como afirma Allen (2003):

Mesmo que seja difícil deixar de lado o fato de que poder é algo do qual é distribuído intactamente de um centro identificado para locais de autoridade, essa visão agora coexiste pacificamente com a ideia de que poder pode ser difuso, descentrado e em rede. Igualmente, embora seja difícil ir além da noção de que poder é algo sempre exercitado pelas despesas de alguém, esse entendimento do poder funciona lado a lado com a visão de que poder é meramente um meio para se ter as coisas feitas, uma estrutura geral para obter resultados.³⁹ (ALLEN, 2003, p. 95, tradução nossa).

A utilização do conceito de poder para a Geografia Eleitoral traz a possibilidade de atrelar este poder as escalas de análise, plausível pela análise que as instituições partidárias, políticos e grupos políticos têm nos diferentes limites, que podem ser geográficos, socioculturais e/ou econômicos, por isso menciona-se como uma rede relacional e interligada com diferentes elementos. Segundo Newman:

Fronteiras não são apenas características estáticas e imutáveis do cenário político, elas também têm suas próprias dinâmicas internas, criando novas realidades e afetando a vida de pessoas e grupos que residem em proximidade à elas ou que são obrigados a atravessá-las em um ou outro período de suas vidas. Também não são simplesmente fenômenos territoriais ou geográficos. Fronteiras sociais, econômicas, políticas e virtuais criam compartimentos dentro dos quais uns são incluídos e muitos excluídos. Fronteiras são hierárquicas: a localização de uma pessoa dentro do quadro sociedade-espaco é determinada por muitos limites dentro dos quais eles /ela estão incluídos (NEWMAN, 2003, p. 123, tradução nossa)⁴⁰.

³⁹ Even though it is hard to let go of the fact that power is something which is distributed intact to authoritative locations from an identifiable center, this view now happily coexists with the idea that power may be diffused, decentered, and networked. Equally, whilst it is hard to get beyond the notion that power is always exercised at someone else's expense, this understanding of power runs alongside the view that power is merely a means for getting things done, a general facility for realizing outcomes (ALLEN, 2003, p. 95).

⁴⁰ Boundaries are not only static, unchanging, features of the political landscape, they also have their own internal dynamics, creating new realities and affecting the lives of people and groups who

A fronteira está intimamente relacionada com o poder, por meio dela delimita-se o poder, mesmo que haja diferentes relações sobrepostas que, por vezes, não permitam a visualização das fronteiras, então, necessita-se analisar o território por diferentes ângulos.

O poder legitimado, por meio dos pleitos eleitorais, é fielmente definido pelo cargo ou ocupação que o partido ou o próprio político exercem em sua função na sociedade, levando em consideração a instituição deste poder pelas legislações eleitorais. O poder instituído pelo voto sofre alterações no cotidiano da atuação política, o que leva este poder intercalar-se com as demais esferas. Um senador, por exemplo, pode ser eleito por um determinado grupo social e, ao mesmo tempo, no período de seu exercício formula ações que interfiram no todo de sua nação, o que o possibilita exercer suas influências além das fronteiras de sua votação.

Segundo Newman (2003), a Geografia Política, nos últimos anos, utiliza-se do termo “permeabilidade” para esclarecer melhor os fenômenos relacionais entre territórios. Para a Geografia Eleitoral, o poder é legitimado através das eleições em períodos específicos, estas fronteiras tornam-se permeáveis de forma visível, modificada em função de acordos e preceitos, muitas vezes, subjetivos, gerados de tempo em tempo, ou se preferir, de eleição para eleição.

Outro relevante conceito, que auxilia para o desenvolvimento do entendimento acerca da decisão do voto em diferentes escalas de eleições, é o *Estado*. Para identificar as principais características e abordagens deste amplo tema, é necessário optar pelo recorte e, este, será o Estado Moderno.

Como é de consenso, o Estado Moderno surgiu na Europa medieval. Nesse período, os governantes de base territorial instigaram as diversas independências e criaram suas próprias administrações e exércitos. Ao mesmo

reside within close proximity to the boundary or are obliged to transverse the boundary at one stage or another in their lives. Neither are boundaries simply territorial and geographic phenomena. Social, economic, political, and virtual boundaries all create compartments within which some are included and many are excluded. Boundaries are hierarchical: a person's location within the society-space frame is determined by the many boundaries within which he/she is enclosed (...) (NEWMAN, 2003, p. 123, tradução nossa).

tempo, a ideia de poder soberano foi desenvolvida. No entanto, cada Estado tem seu próprio padrão histórico em seu desenvolvimento e não segue exatamente o mesmo caminho.

A discussão sobre a formação e desenvolvimento do Estado deve, portanto, começar a partir de uma afirmação dupla: 1. O conceito de Estado está efetivamente ligado à história da Europa e da teoria política ocidental. 2. Não há nenhuma lei geral e uniforme que institua o (re) surgimento, ou desaparecimento, de Estados. Os Estados foram originados de maneiras diferentes e seus respectivos desenvolvimentos não seguem uma única via. No entanto, a fim de aumentar identidade nacional, para com as pessoas criou-se alguns símbolos como um hino nacional, a bandeira nacional e heróis nacionais, que geralmente são enfatizados. Ao desenvolver esse sentimento de pertença, elites tentaram transformar seus Estados em estados-nação, e através desta nação se instituírem com poder político (BARTON, 1997).

Embora o Estado-nação seja, hoje, propriedade de seus cidadãos, foram as elites e não massas, que, originalmente, criaram e governaram os Estados. As massas, posteriormente, conquistaram o direito de participar na tomada de decisões do governo, e, dessa forma, os Estados democráticos (ou democracias) foram criados. Os partidos políticos foram fundados na ligação entre os cidadãos das elites em assembleias, assim, instituiu-se que uma oposição é legítima e necessária e, até mesmo, a ideia de uma pacífica mudança de grupos ou partidos no governo (BARTON, 1997).

Esta alternância de partidos no governo foi associada à crença do princípio da legitimidade de governo eleito pelo povo. O sufrágio universal foi introduzido numa fase bastante adiantada, no entanto as mulheres precisaram esperar muito mais tempo para votar. Nas democracias de massa, o poder político se legitima na participação e em eleições, ainda de acordo com Barton (1997).

Para se falar em Estado, faz-se necessário discorrer, também, sobre as abordagens das teorias do Estado. Em função disso, de acordo com Barton

(1997), pode-se enquadrar estas teorias em: constitucional, ética e moral, conflito, pluralista e abordagens constitucionais.

De acordo com a teoria constitucional, o Estado é estabelecido por um acordo ou contrato social entre os cidadãos e os governantes, esta define as principais funções e tarefas do Estado e os poderes de seus governantes. Teóricos que escrevem sobre o contrato social sabem que nunca houve um verdadeiro "contrato" deste tipo, mas sim uma espécie de experiência mental, a fim de entender que tipos de acordos entre os cidadãos e os governantes são necessários para estabelecer um ordenado e Estado estável. A principal preocupação dessa teoria é a questão de como a legitimidade do Estado é estabelecida.

Nas abordagens éticas e morais, o ponto de partida é a organização da sociedade para que indivíduos possam viver juntos de forma pacífica e satisfatória. Alguns consideram que a sociedade é composta de indivíduos que devem ser tão livres quanto possível e que tenham o direito de fazer o que quiserem. Outros veem a sociedade como uma entidade coletiva que deve garantir o bem-estar coletivo e o bem-estar de seus cidadãos. De acordo com a bibliografia consultada, uma variável de tais pontos de vista são as teorias religiosas que argumentam que o Estado deve estabelecer a regra de Deus na terra, ou então, garantir que as condutas do Estado e seus assuntos estabeleçam-se de acordo com as intenções e as regras de Deus.

No caso das abordagens de conflito, é enfatizada a natureza conflituosa de interesses e valores na sociedade e ver o Estado como um dispositivo de exercer o poder necessário para regular estes conflitos. As teorias marxistas, são uma versão desta abordagem, enfatizam a luta inevitável entre as diferentes classes e sua incompatibilidade de interesses econômicos, e afirmam que o Estado nada mais é do que um instrumento pelo qual os proprietários mantêm o seu poder sobre a grande massa da classe trabalhadora.

O capitalismo e a construção do Estado estavam intimamente ligados e, a partir disso, também se pode argumentar que o Estado é o meio pelo qual os capitalistas controlam outras classes da sociedade, a fim de proteger seus

próprios interesses. As teorias feministas do Estado são semelhantes, em alguns aspectos, às teorias de classe, mas ao invés de ver o mundo em termos de classes, este é dividido entre os interesses masculinos e femininos. As feministas afirmam que o Estado tem sido usado por homens para controlar as mulheres, e que se deve agora tornar-se o campo de batalha para a libertação das mulheres (BARTON, 1997).

As abordagens pluralistas, como as abordagens de conflito, veem o Estado como o principal instrumento para a regulação de conflitos e conciliação dos interesses. Entretanto, ao invés de argumentar que o Estado é o instrumento da decisão de classe, a abordagem pluralista considera-o como uma espécie de árbitro que usa a sua autoridade legítima (força, se necessário) para se certificar de que os interesses de todos os grupos são tratados razoavelmente de maneira justa. O Estado é um campo de batalha para muitos grupos concorrentes e não um instrumento de controle de classe e opressão.

É necessário, também, entender o que é um Estado democrático. A primeira característica das democracias é o reconhecimento das defesas dos direitos humanos e, não apenas, o fato da existência do poder daqueles que são eleitos em um Estado democrático.

Seguindo esta linha de raciocínio, as Constituições de muitos Estados começam com uma enumeração de Direitos Humanos antes da definição das instituições políticas e os poderes. Segundo Short (1993), algumas Constituições têm incluído os seguintes direitos: A liberdade de expressão e de imprensa, a liberdade de religião e de consciência, a liberdade de reunião e de associação, direito a igual proteção da lei, direito ao devido processo legal e um julgamento justo, os direitos de propriedade de terras, bens e dinheiro.

De acordo com Short (1993), a proteção desses direitos é o primeiro objetivo dos sistemas políticos e tem uma importância política especial. Se os direitos humanos são protegidos, os cidadãos e os líderes podem se envolver em conflito político pacífico, sem medo de represálias. Assim, a livre concorrência, para o poder político deve resultar, no dia da eleição, em governo por aqueles que obtiveram mais apoio da população.

1.4.2 Escala e efeito vizinhança

A Escala e o Efeito Vizinhança consolidam-se como importantes elementos preditores do voto. A Escala condiciona as características de determinado pleito eleitoral, analisada aqui como nacional e local. O Efeito Vizinhança contribui para o voto por meio das relações pessoais de amizade e familiares, por exemplo, que contribuem para dinamizar as escolhas do eleitorado e, logo, influenciar na votação.

Este item pauta-se na explicação sobre estes dois conceitos trabalhados transversalmente nesta tese. Primeiro será explanado sobre as abordagens acerca da Escala e, posteriormente, sobre o Efeito Vizinhança.

1) *Escala*: de acordo com Montibeller Filho (2000), devemos ter clareza que, em Geografia, usam-se diferentes tipos de Escala: uma Escala cartográfica e a outra geográfica. Na primeira, destaca-se o mapa como um dado instrumental de representação do espaço, num recurso apoiado predominantemente na Matemática. Na segunda, a ênfase é dada ao fenômeno espacial que se discute. Esta é a escala de análise que enfrenta e procura responder os problemas referentes à distribuição dos fenômenos.

Escala é uma estratégia de apreensão da realidade. Portanto, é importante compreendê-la não apenas como problema dimensional, mas também fenomenal, à medida que ela é um instrumento conceitual prioritário para a compreensão da articulação dos fenômenos. Para o caso dos estudos eleitorais, a Escala articula as eleições que são realizadas em diferentes níveis, com fenômenos distintos ocorrendo nestes níveis, mas, interligados por conjecturas mais amplas, como aquelas que ocorrem em rede.

Assim, a Escala não apenas fragmenta o real, mas sim permite a sua apreensão, enquanto entendimento sobre determinado fenômeno. Este recorte supõe, consciente ou inconscientemente, uma concepção que informa uma percepção do espaço total e do “fragmento” escolhido. Em outras palavras, a utilização de uma escala exprime uma intenção deliberada do sujeito de observar seu objeto. Torna-se um resultado, um recorte da realidade percebida de acordo

com o ponto de vista, com a escolha do nível de percepção/concepção. Portanto, a concepção de uma entidade espacial estabelecida como ponto de partida tem consequências para a continuidade da percepção (MONTIBELLER FILHO, 2000).

Ao trabalhar com aspectos de caráter social, a Escala torna-se importante, especialmente, como forma de análise de um conjunto de elementos que interferem no todo do fenômeno. As eleições, em diferentes escalas de pleitos eleitorais, ao serem analisadas permitem diferenciações, mas também aproximações das possíveis similaridades entre os pleitos eleitorais.

Newman (2003) relata que o entendimento acerca da Escala está ligado à compreensão da fronteira. Esta deve ser pensada nestes níveis de Escalas: internas ao país e não somente externa entre países, como corriqueiramente a Geografia Política estuda. A utilização de um estudo de fronteiras ligadas às Escalas intraterritório possibilitam o entendimento de fenômenos mais específicos que ocorrem na Escala municipal e nacional. Newman (2003) chama estas Escalas nacionais e locais, são concretizadas a partir de uma hierarquia de fronteiras.

Na Geografia Eleitoral, o fato se torna relevante já que, nesta subárea, os resultados de eleições e demais escolhas que interferem em uma governança, são estabelecidos e influenciados pelo cotidiano da população. De acordo com o autor:

Essas fronteiras de nível inferior não restringem o movimento de pessoas e mercadorias, existem poucos sinais físicos da existência da fronteira, e a maioria das pessoas desconhecem completamente o fato de que possam estar atravessando de uma jurisdição para outra enquanto levam suas vidas cotidianas. No entanto, limites administrativos e municipais afetam o cotidiano dos cidadãos muito mais do que fronteiras internacionais, especialmente aqueles cidadãos que não viajam além dos limites do país em que residem. Taxas e impostos municipais, matrícula dos filhos em escolas locais, polícia, saúde e autoridades de assistência social, são todos organizados ao longo de linhas espaciais, sobrepondo-se uns com os outros em um complexo sistema de hierarquias geográficas (NEWMAN, 2003, p. 128-129, tradução nossa).⁴¹

⁴¹ These lower level boundaries do not restrict movement of people or goods, there are few physical signs of the existence of the boundary, and most people are completely unaware of the

Os limites territoriais, quanto mais específicos, tornam-se mais atrativas para aqueles que querem alcançar o poder. Limites municipais são muito mais disputadas, especialmente o direito de expandir áreas de jurisdição, pois isso permite direitos às autoridades locais a fim de desenvolver a área sob seu controle com a finalidade residencial e/ou comercial, elevando, dessa maneira, a percepção do território como um lugar atraente para estabelecer um “negócio” e/ou logo manter seu poder (político e/ou econômico) (NEWMAN, 2003).

Na Geografia Política, a Escala é entendida como elemento criado para beneficiar e/ou facilitar ações econômicas, políticas, dentre outros interesses de grupos possuidores de poder. De acordo com Hovitt (2003), há um amplo consenso entre os geógrafos humanos que a construção social de Escala afeta paisagens culturais e políticos.

Isto é particularmente evidente quando se considera as palavras escritas sobre a globalização, o estado-nação, o regionalismo e localismo. No entanto, para tudo isso, a escala continua a ser um conceito preocupante e até mesmo caótico. Há um amplo consenso entre geógrafos humanos de que a escala afeta paisagens culturais e políticas. Isso é particularmente, claro, nos debates sobre globalização e localismo. Dentro da geografia econômica, o domínio de um discurso centrado na produção tem muitas vezes reduzidas as “políticas” para consideração das maneiras em que Estados e empresas têm construído escalas em seu benefício econômico ou estratégico – às custas de trabalhadores e terceiros. Nesse discurso, questões sobre problemas de reprodução social, dimensões culturais e questões não-econômicas de políticas de identidade têm sido relativamente inexploradas (HOWITT, 2003, p. 138, tradução nossa).⁴²

fact that they may be crossing from one jurisdiction area into another as they go about their daily lives. Yet administrative and municipal boundaries affect the daily lives of most citizens much more than international boundaries, especially those citizens who do not travel beyond the confines of the country within which they reside. Municipal rates and taxes, registering one's children for local schools, police, health, and welfare authorities, are all organized along spatial lines, overlapping with each other in a complex system of geographic hierarchies (NEWMAN, 2003, p. 128-129)

⁴² This is particularly clear when one considers the words written about globalization, the nation-state, regionalism, and localism. Yet, for all this, scale remains a troubling and even chaotic concept. There is a wide consensus amongst human geographers that the social construction of scale affects cultural and political landscapes. This is particularly obvious in the debates about both globalization and localism. Within economic geography, the dominance of a production-centered discourse has often reduced "politics" to consideration of the ways in which states and corporations have constructed scales for their economic or strategic benefit - at the expense of workers or

Como se observa, as discussões, em torno do conceito Escala, são intensificadas em debates sobre globalização e localismo. Por exemplo, nas palavras de Horwitt (2003), isso ocorre por meio da análise do “como” Estados e grupos econômicos (empresas) constroem Escalas para o seu benefício econômicos. Portanto, observa-se, sob o viés da Geografia Econômica, os discursos dos meios de produção são voltados à formação de uma escala que beneficie o econômico e o estratégico.

Entende-se como relevante que a Escala pode e deve ser analisada como uma questão de relação e não apenas como a visão única de tamanho e/ou dimensão espacial. É obvio que as Escalas são construídas social e politicamente, no entanto as pesquisas sobre, demonstram que nem sempre a literatura trata o tema desta forma, o que origina uma análise insatisfatória (HORWITT, 2003).

A Geografia Eleitoral é, entendida no trabalho, como um possível caminho para refletir as transformações que ocorrem no território, tentando articular as escalas que podem ser modificadas através do contexto socioeconômico e político que o país vivencia. Ressalta-se que a utilização do termo Escala pode ser utilizado na Geografia Eleitoral de maneira integradora, ou seja, utilizando tanto a maneira dimensional do seu uso – através, por exemplo, da diferenciação por município, unidade federativa, e federação, como também, busca relações subjetivas que formam diferentes fronteiras, principalmente no que diz respeito à atuação do poder. Esta integração possibilita uma reflexão complexa, mas que também permite uma análise do espaço geográfico a partir de uma compreensão de relações sociais que consolidam diferentes contextos. Estas relações, estabelecidas entre eleitores e contexto territorial, são determinadas também pelo efeito vizinhança.

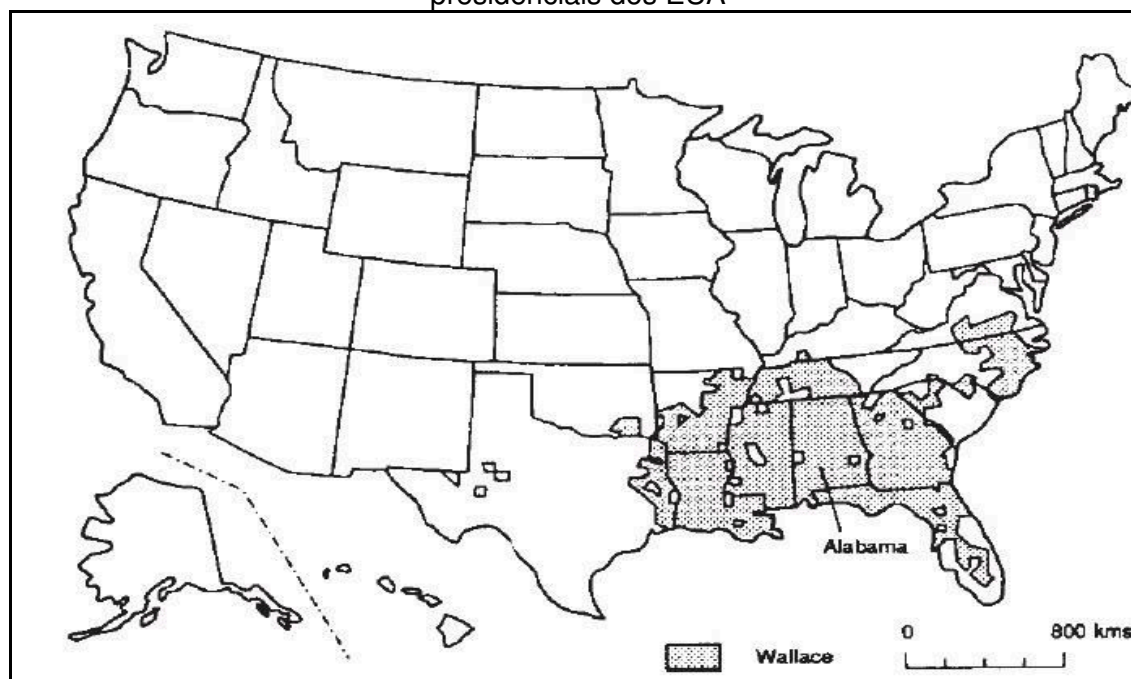
2) *Efeito vizinhança*: este condicionante é merecedor de destaque na discussão sobre o voto. Este efeito é baseado na capacidade que candidatos possuem em angariar os votos de pessoas do local no qual o candidato tem um

others. In this discourse, issues of social reproduction, cultural dimensions and noneconomic issues of identity politics have been relatively unexplored (HOWITT, 2003, p. 138).

maior convívio, ou seja, um efeito relacionado com o poder local que estes possuem em determinado lugar. Isso ocorre porque estes candidatos são mais conhecidos para os eleitores locais (AUGUSTO, 2012).

Fica visível, pois, que o voto pautado pela identificação pessoal seja mais evidente em eleições de escala local. Contudo, cargos como os de Deputado Estadual, Deputado Federal e Presidente da República pertencentes aos pleitos nacionais, também, podem ter estas características. Um exemplo clássico de voto de vizinhança é o das eleições de 1968 nos Estados Unidos da América, que envolveu o candidato George Wallace (Figura 4):

Figura 4 – Concentração de votos para George Wallace, em 1969 nas eleições presidenciais dos EUA



Fonte: Short, 1993.

Por meio da figura 4, pode-se perceber que o cargo exercido por George Wallace como Governador do Alabama, possivelmente, tenha influenciado o voto de muitos eleitores estadunidenses que residiam no estado do Alabama ou próximo a ele. Este voto de vizinhança é possível ser identificado através da distribuição dos votos no território, chamado, por Short (1993), como Geografia do Voto:

Em sistemas democráticos, os governos são eleitos pelo povo. As eleições são sobre transformar votos em representação. A geografia das eleições é uma variável importante na determinação dos resultados políticos. Pode-se identificar três elementos importantes: 1. A geografia do voto 2. A geografia da representação 3. A geografia dos sistemas eleitorais (SHORT, 1993, p. 121, tradução nossa).⁴³

Por conseguinte, é possível averiguar como ocorre a distribuição dos votos, bem como, as principais motivações para as variadas distribuições dessas votações. No exemplo citado por Short, a região próxima do Alabama pode ser identificada com um padrão de votação que seguiu a lógica do voto de vizinhança. A Geografia do Voto⁴⁴ dá suporte às análises deste fenômeno, mas também merece destaque a agregação de uma abordagem de análise da Geografia dos Sistemas eleitorais.

O Populismo e a imagem dos candidatos aparecem como importantes condicionantes da personalização do voto e, logo, como um elemento a determinar o Efeito Vizinhança. Um dos motivos para o personalismo no voto ou pela própria formação da identificação pessoal, ocorre nos processos históricos que a política de um país vivenciou. No caso da América Latina, houve inúmeros processos desencadeadores da formação de governos populistas, que pautaram suas abordagens e sua agregação de votos através da exaltação de imagens pessoais de suas lideranças.

Por estas razões, a política partidária para o caso da América Latina deve ser pensada por meio de seu contexto histórico e cultural. No contexto cultural brasileiro, chama-se caudilhismo⁴⁵ o culto do personalismo originado das

⁴³ In democratic systems governments are voted in by the people. Elections are about turning votes into representation. The geography of elections is an important variable in determining political outcomes. We can identify three important elements: 1. the geography of voting 2. the geography of representation 3. the geography of electoral systems (SHORT, 1993, p. 121).

⁴⁴ Santos (2015) descreve que a Geografia do voto pode utilizar diversos atributos territoriais para sua abordagem, a saber: grau de urbanização, nível de desigualdade e distribuição de renda, grau de escolaridade da população daquele local, os quais podem ajudar a perceber quais são as bases sociais por trás da eleição de candidatos, bem como, os sistemas eleitorais e partidos políticos.

⁴⁵ É uma forma de exercer o poder em realidades em que impera a baixa escolaridade e o desconhecimento sobre temáticas advindas da cidadania.

identidades regionais e poder local - base de qualquer sistema político. Pode-se considerar que o impacto do populismo na política é a de mobilizar uma grande parte do eleitorado em torno de questões locais, alocando votos a um candidato em troca de iniciativas de desenvolvimento social e de infraestrutura.

A redução de assuntos políticos, econômicos e sociais para a vida pessoal (individual) é um aspecto proeminente da grande parte da vida latino-americana. Isto pode ser visto como um mecanismo para evitar-se sistemas burocráticos onerosos que operam no interior do continente, ou como uma ligação com um sistema de tributo histórico do período pré-colombiano, tal como a *Mita*⁴⁶. Seja qual for o histórico, o papel do pessoal (individual) é a chave para a compreensão da geografia política latino-americana. A influência do personalismo tem se destacado desde *Kurakas*, caciques e caudilhos até figuras contemporâneas: Perón, Castro, Pinochet, Rigoberta Menchú e Chico Mendes. Cada um destes indivíduos, com as suas geografias políticas personalizadas, transformou a paisagem política em um grau considerável. Como tal, eles abalaram os conceitos tradicionais de poder estatal primordial e controle (BARTON, 1997, p. 134, tradução nossa).⁴⁷

Segundo o autor, assuntos políticos, econômicos e sociais são reduzidos das agendas de discussão de governos populistas, em contraposição, há crescimento de abordagens que exaltam “o pessoal” dos líderes - aspecto proeminente da grande parte da vida latino-americana. O fato, como citou Barton (1997), é uma herança do período pré-colonial na América Latina.

Barton (1997) considera que o pessoal é a chave para a compreensão da Geografia Política latino-americana e que a influência do personalismo

⁴⁶ *Mita* era uma forma de trabalho que consistia na exploração extrema da mão de obra. Foi herdada dos Incas pelos espanhóis. A *Mita* desestruturou muitas comunidades indígenas na época do colonialismo espanhol, pois, agravou a saúde das populações nativas.

⁴⁷ The reduction of political, economic and social affairs to the personal is a prominent aspect of much of Latin American life. This may be seen as a mechanism to avoid the onerous bureaucratic systems operating within the continent, or as a connection with an historical tribute system of the pre-Columbian period such as the *mita*. Whatever the background, the role of the personal is key to an understanding of Latin American political geography. The influence of personalism has been prominent from the *kuraka*, *caciques* and *caudillos* to more contemporary figures: Perón, Castro, Pinochet, Rigoberta Menchú and Chico Mendes. Each of these individuals, with their personalised political geographies, has transformed the political landscape to a considerable degree. As such they have undermined traditional concepts of overriding state power and control (BARTON, 1997, p. 134).

transformou/transforma a paisagem política do continente em grau considerável. Pode-se considerar, ainda, que este poder personalizado minou formas e conceitos tradicionais na política que possibilitam substituir o poder estatal e o controle para o poder personalista de controle.

1.4.3 Partido político

Outro elemento pertinente para a abordagem da Geografia Eleitoral são os partidos políticos⁴⁸. Estes são instituições que, de uma certa forma, fornecem sustentação ao poder político, para o caso dos regimes democráticos. Em Geografia Eleitoral, faz-se relevante a inclusão dos partidos políticos, pois estas instituições concretizam o elo entre a sociedade civil e o poder político dos atores que pleiteiam a gestão dos mais altos escalões do Estado. Para tanto: “Partidos ocupam a interface entre a sociedade civil e o Estado, fornecendo a maioria dos candidatos escolhidos para cargos eletivos. Os partidos apresentam políticas para os eleitores em manifestos eleitorais. Partidos formam governos [...]” (JONHSTON e PARTTIE, 2004, tradução nossa).⁴⁹

A atuação dos partidos políticos pode ser considerada como um trabalho de ligação e de distribuição do poder do Estado pela força originada pelos pleitos eleitorais. O voto, logicamente em um sistema democrático, determina a atuação dos partidos políticos em todas as escalas de análise. Para isso, os partidos e os grupos, que formam as decisões dessas instituições, preocupam-se com a relação em rede que existe entre os partidos por meio das diferentes escalas, desde o local ao nacional.

De tal modo, uma preocupação considerável para os partidos políticos vem a ser a sua aplicabilidade no local, ou seja, a atuação que este partido

⁴⁸ O termo “Partido político” é constantemente utilizado neste trabalho. Considera-se como central para a abordagem da Geografia Eleitoral do voto, para isso, as discussões realizadas neste item, não esgotam o todo do aporte teórico e conceitual, ou seja, em outros momentos, ampliar-se-á os debates sobre os partidos políticos, principalmente nos capítulos que propõem o entendimento dos estudos por realidades territoriais: Portugal e Brasil, respectivamente capítulo 2 e capítulo 3.

⁴⁹ “Parties occupy the interface between the civil society and the state, providing most of the successful candidates for elected office. Parties present policies to voters in election manifestos. Parties form governments [...]” (JONHSTON e PARTTIE, 2004).

político (enquanto “menu” de escolha) pode ser analisado pelo eleitor como uma escolha bem-sucedida, em que este eleitor possa enxergar nesse “menu” uma forma de contribuir para o benefício de seu contexto local. Portanto, o partido político pode ser uma maneira de destacar os interesses comuns que os moradores do contexto local, enquanto lugar, tem para posteriormente reivindicar para o Estado. Diante disso, a atuação da política partidária é instigante aos olhos do eleitor e torna-se um instrumento presente no cotidiano dos cidadãos.

Argumenta-se, ainda, que lugar é o local físico e, dessa forma, o contexto para a ação. O reconhecimento de um “habitar em comum” faz do lugar um ambiente com próprias características, com uma cooperação. Isso exige esforço dos partidos políticos, o reconhecer estas características e tornar factível a agregação das dinâmicas locais para as demais escalas que uma instituição partidária está permeada⁵⁰. Assim, é preciso relacionar os partidos políticos, as imagens dos candidatos ao eleitor e para, então, organizar uma conjuntura em que o eleitor se sinta mais presente nas diferentes esferas do Estado.

De acordo com Guedes (2006), um problema comum, visualizado nos partidos, diz respeito a sua coordenação. Devido à multiplicidade de atores que participam da vida em um partido político, assim como a pluralidade das arenas eleitorais, a coordenação torna-se um aspecto central na análise das características dos partidos.

Para Lisi (2011), a coordenação de um partido político pode-se ser interna e externa. No primeiro caso, o problema de coordenação nasce da dificuldade de gerir a ação dos representantes dos partidos no executivo e no parlamento. A origem da coordenação externa prende-se com a emergência dos partidos de massas e com a necessidade de coordenar um grande número de ativistas e inscritos fora das arenas parlamentares e governistas.

⁵⁰ Esta dificuldade em agregar estas demandas as demais escalas de análise está presente no contexto da política partidária brasileira. As diferenças que estão envoltas na realidade brasileira, fazem com que partidos políticos sintam dificuldades em sincronizar as ideias debates e principalmente as coligações partidárias. Isso explica as incongruências que existem entre um mesmo partido através, por exemplo de sua coligação entre eleições de nível local e eleições de nível nacional.

De acordo com o autor, o problema da coordenação introduz um aspecto muito importante de uma organização: o equilíbrio entre a diferenciação e a integração. Mesmo diante da necessidade de se manter unida a organização, deve-se garantir certo grau de congruência das atividades e dos comportamentos de quem adere à organização. Assim, a gestão do partido deve construir um plano programático coerente ao tipo de cultura política existente em seu contexto.

Em geral, os dirigentes dos partidos políticos têm um objetivo mínimo no que diz respeito à sobrevivência da organização e na competitividade do partido, que possibilitará (ou não) sucesso na arena eleitoral. Assim, o que acontece é que alguns partidos e organizações têm funções de preparar os dirigentes para posições de governo, ou para conquista de posições de poder (LISI, 2011).

Portanto, compreende-se que as instituições partidárias são meios de ligação necessários entre os eleitores e candidatos, entre os indivíduos e as instituições, e representam “ajudas” no sentido da decisão para as escolhas eleitorais, estruturando o espaço político, sobretudo por meio da identificação partidária. Dessa forma, os partidos deveriam ser capazes de implementar as políticas propostas aos eleitores muitas vezes apresentadas em períodos eleitorais (LISI, 2011).

Pode-se dizer que aos partidos cabem, tradicionalmente, as funções de servirem como ponte entre a população e o governo; agregar interesses (integrando aqueles que vão surgindo no sistema político); fazer a socialização política; mobilizar votos; e contribuir na organização do Executivo.

A fim de esclarecer e não esgotar a discussão sobre os principais conceitos que envolvem os partidos políticos e as escalas de análise, entende-se, aqui, que a temática é mais abrangente do que se imagina. O poder, as eleições e os diferentes elementos que englobam o voto (Efeito Vizinhança, Estado, por exemplo), tornam-se necessário para um entendimento de como se configura a organização partidária em um dado território. As diferentes Escalas de pleitos eleitorais, como a escala nacional e a escala local, contribuem para organizar os

partidos políticos, que, por ventura, influenciam em estratégias eleitorais para a conquista do voto.

Assim, destaca-se o papel dos partidos políticos e os candidatos em pleitos eleitorais (nacionais e locais), pois são elementos chaves para a abordagem da dinâmica do voto na Geografia Eleitoral. Para isso, neste enfoque o objetivo é discorrer sobre a influência dos partidos e candidatos na decisão do voto de eleitores portugueses e brasileiros, portanto, as discussões sobre o tema serão realizadas conjuntamente com resultados do trabalho de campo, nos demais capítulos desta tese.

As ponderações, estabelecidas neste capítulo, possibilitaram compreender que a Geografia Eleitoral, através de seu objeto de estudo, permite entender as disputas territoriais, via instituições ligadas ao poder, tais como partidos políticos, governança, Estado, dentre outras. Como se identificou, a variedade de elementos que compõem a Democracia admite variações nos diferentes sistemas democráticos de representação. Dessa forma, as instituições partidárias, candidatos, e os pleitos eleitorais sofrem, também, variações em suas características.

Em função disso, os países adotam determinadas legislações eleitorais e até mesmo sistemas de representação consideravelmente diferentes uns dos outros. Para a Geografia Eleitoral do Voto, torna-se imprescindível compreender as consequências que estas nuances condicionam o eleitorado, em especial a decisão do voto.

De tal modo, busca-se identificar, analisar e detalhar as conjunturas de Portugal e Brasil⁵¹, de tal forma que a reflexão permita compreender a dinâmica da decisão do voto entre portugueses e brasileiros, possibilitando perceber a função que partidos políticos, candidatos e eleições detêm para influenciar na

⁵¹ Apontamos aqui um destaque em relação aos dois próximos capítulos (II e III). A abordagem do objeto de pesquisa inicia-se pela realidade portuguesa (capítulo II) e, na sequência, pela realidade brasileira, o que pode parecer estranho, sendo o autor brasileiro. Justifica-se esta ordem de discussão, no entanto, em razão de que foi em Portugal a realização do primeiro trabalho de campo (aplicação de questionários, que também foram lá pensados e efetivados, sob a orientação do professor Nuno Costa), em meados de 2014, durante o período de estágio sanduíche na Universidade de Lisboa.

decisão do voto destes eleitores. Nesse sentido, os próximos capítulos (capítulo 2 e capítulo 3) terão como objetivo analisar a influência dos partidos políticos e dos pleitos eleitorais na decisão do voto.



CAPÍTULO II

CENÁRIOS POLÍTICO-PARTIDÁRIOS EM PORTUGAL: A INFLUÊNCIA NA DECISÃO DO VOTO

2 CENÁRIOS POLÍTICO-PARTIDÁRIOS EM PORTUGAL: A INFLUÊNCIA NA DECISÃO DO VOTO

A política partidária é, sem dúvida, um importante elemento de compreensão da Geografia Eleitoral. As eleições, candidatos, partidos políticos e seus sucessos eleitorais no território permitem à política partidária diferentes singularidades, conforme cada recorte territorial.

Apesar de não obrigatório, os pleitos eleitorais são importantes e determinantes fenômenos para a construção da política partidária portuguesa. Os índices de comparecimento às urnas e adesão dos eleitores a votarem em determinados partidos, proporcionam a eles legitimidade e poder, tornando determinado município, distrito ou freguesia, território dos partidos políticos.

Para isso, muitas campanhas eleitorais preocupam-se em angariar o máximo de votantes em listas da população para se tornarem eleitores, pois o fato legitima e estabelece relações importantes entre eleitorado e partido político. Diante disso, as relações sociais e a identificação partidária contribuem para o fortalecimento dos partidos políticos e possibilita ao eleitor identificar-se por estas instituições, permitindo às instituições partidárias ampliar sua hegemonia no território.

No tocante ao debate que se apresenta neste capítulo, vale ressaltar a disposição de dois principais momentos em termos de conteúdo. O primeiro dispõe da abordagem acerca dos partidos políticos e os sucessos eleitorais que esses obtiveram nos últimos 20 anos, assim como as votações expressivas que alcançaram nos diferentes recortes do território. A confiança nos partidos políticos e na democracia são discutidas nesta etapa como uma dificuldade para o eleitorado, já que estes consideram que fatores de decréscimo econômico, por exemplo, estão relacionados diretamente com a consolidação da Democracia.

Em um segundo momento, as eleições são o foco da análise, as disposições das votações por partidos políticos são estabelecidas no sentido de compreender como organizam-se as eleições e o voto em Portugal. As preferências pelo voto ou pela abstenção são observadas, aqui, como

preocupação ao sistema democrático português, pois observam-se elevadas porcentagens de abstenções eleitorais que colocam em “cheque” determinados pleitos eleitorais e a legitimidade dos governos.

2.1 Os partidos políticos em Portugal: confiança e simpatia do eleitorado

As instituições partidárias desempenham um papel fundamental no funcionamento da estrutura político-eleitoral dos territórios. Como atores centrais em qualquer sistema político, os partidos políticos são objetos centrais e tradicionais no estudo sobre as eleições, sistema eleitoral e Geografia Eleitoral.

Deve-se conceber que o partido no território inclui os militantes e as estruturas de base, o enquadramento dos filiados dentro da organização partidária (como se citou anteriormente) e o tipo de participação interna. Para tanto, as instituições partidárias devem ser consideradas complexas, que desempenham múltiplos papéis, segundo sua área de referência. A ação dos partidos é, desse modo, um fenômeno multidimensional, e implica não apenas a presença de diversos atores, mas também uma pluralidade no interior do sistema político.

De acordo com Lisi (2011)⁵², para compreender melhor as abordagens sobre os partidos políticos, é preciso entender, a priori, que eles estão associados a dois sentidos principais que os definem. O primeiro indica a formação de grupos organizados para a conquista e o exercício do poder. Com as diferenciações das funções das sociedades modernas, grupos de pessoas organizam-se para fazer a gestão e, principalmente, competir pelo exercício do poder. Isso significa que parcela da sociedade luta entre si na tentativa de obter a maioria das decisões coletivas.

⁵² Para enfocar aos partidos políticos portugueses, busca-se neste capítulo, orientar-se nas discussões pelas explicações de autores como Lisi (2011) e Guedes (2006) pesquisadores portugueses que desenvolveram trabalhos acerca do funcionamento das instituições partidárias em Portugal.

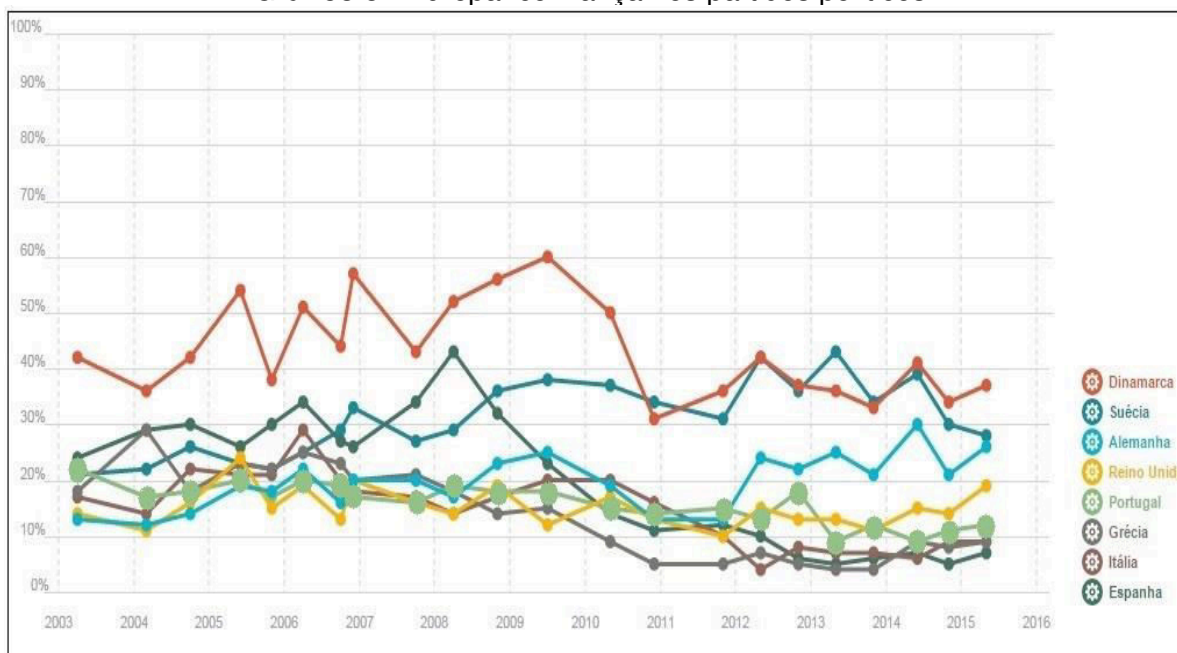
O segundo indica o contrário, ou seja, ao mesmo tempo que se criam divisões, os partidos políticos são capazes de inspirar um sentimento de partilha e de comunidade, funcionando como elementos aglutinadores no seio da sociedade civil. Pode-se dizer que as instituições partidárias criam identidades, valores e normas simbólicas que são respeitadas (ao menos na teoria) e partilhadas dentro de um grupo específico, formando o caráter e demais traços de determinada cultura.

Para diferenciar de outros grupos, é necessário criar uma identidade coletiva que sirva não apenas para garantir a necessária legitimidade interna e a adesão aos valores de longo prazo, mas também para afirmar o reconhecimento de determinados grupos dentro da sociedade. Nesse sentido, os partidos são instrumentos fundamentais para a participação e influência das atitudes por meio da identificação partidária que se cria internamente.

Diante disso, qual o papel dos partidos políticos nas democracias contemporâneas? Como funcionam estes partidos na sociedade enquanto elementos de decisão do voto? Pode-se dizer que as democracias contemporâneas se consolidaram, essencialmente, através dos partidos políticos. Com a expansão do sufrágio, as instituições partidárias se firmaram como os principais instrumentos de ligação entre os cidadãos, por um lado, e as instituições políticas, por outro.

Nas democracias, a decisão do voto é respaldada pela ação dos partidos políticos, pois são estas instituições que se estabelecem como elos entre a sociedade civil organizada e o governo. Entretanto, o “enraizamento” das instituições partidárias não acontece em detrimento da baixa expectativa nelas depositadas pela população. Essa expectativa é observada por meio dos níveis de confiança que o eleitorado possui nos partidos, como o exemplo europeu apresentado no gráfico 5.

Gráfico 5 - Europa: confiança nos partidos políticos



Fonte: Portal de Opinião Pública-POP (2015).

No gráfico 5, observa-se que há variação entre o eleitorado europeu. Em alguns países, a confiança nos partidos políticos é algo considerável, como aconteceu na Dinamarca em que 60% dos eleitores questionados (entre os anos de 2009-2010) dizem possuir confiança nas instituições partidárias.

No que se refere a Portugal, foi possível observar, por meio o gráfico 5, que os inquiridos desse país tendem a não confiar em demasia nas instituições partidárias. Entre os anos de 2014 e 2015, o país sequer alcançou 10% de eleitores com confiança nos partidos políticos, mantendo média entre 10% a 20% de confiança, a partir de 2003⁵³.

Descritivamente, na primeira análise realizada pelo Portal de Opinião Pública (POP), o número de inquiridos portugueses que afirmaram possuir confiança nos partidos políticos foi de 22%, consolidado como o mais alto

⁵³ A linha do tempo é demonstrada somente a partir de 2003, pelo fato do início da pesquisa pelo Portal de Opinião Pública – POP se dar naquele ano, no âmbito da satisfação dos partidos políticos.

número. Em 2013, chegou ao número mais baixo em que 13% dos portugueses não possuíam qualquer confiança nas instituições partidárias⁵⁴.

Uma possível explicação para a baixa confiança nos partidos políticos reside na ligação entre governo-partido-situação econômica do país. Por meio do conjunto das análises dos questionários aplicados na pesquisa de campo, é possível identificar o descontentamento com a situação econômica e com o governo português e, em geral, os partidos políticos são relacionados ao momento negativo de enfraquecimento econômico do país

Ademais é possível observar que os países do sul da Europa, como por exemplo, Espanha, Grécia, Itália e Portugal são aqueles em que os partidos políticos se encontram com os menores níveis de confiança entre os inquiridos. Em 2015, o gráfico apresenta três países praticamente com a mesma porcentagem (10%), respectivamente Espanha, Grécia e Itália.

Os partidos têm papel fundamental nas democracias representativas como agentes de intermediação, fazendo com que a preferência dos eleitores seja expressa nas ações dos governantes. De acordo com Lisi (2011), os partidos contribuíram para o desempenho de algumas funções essenciais, como o recrutamento da classe política, a formulação das políticas, a articulação de interesses e a participação, garantindo, dessa forma, o correto funcionamento dos regimes democráticos.

O entendimento da dinâmica, que envolve as instituições partidárias em determinada nação, só é estabelecido de maneira mais eficaz se houver a compreensão das funções destes partidos políticos. O sistema político baseado na representação, atribui um papel central aos partidos políticos, que desempenham funções específicas, como a mobilização eleitoral, a formulação e implementação das políticas de seleção dos representantes.

Segundo Sartori (1982), as funções dos partidos políticos são analisadas no contexto de sua relevância para o regime democrático, e não para

⁵⁴ A diferença entre a Europa do Norte e a Europa do Sul se dá não somente em termos de política econômica, mas também porque países como Portugal, Espanha e Grécia tiveram regimes militares até mais recentemente, fato que possivelmente influenciaram/influenciam nas atitudes e decisões do voto destes eleitores.

a organização. Por esta ótica, a função expressiva constitui a característica essencial dos partidos nos regimes democráticos, em particular. É por meio da competição eleitoral que o eleitorado tem a possibilidade de assegurar a autenticidade das questões expressas e a sua realização.

Uma relevante função dos partidos políticos, para a abordagem aqui trabalhada, diz respeito ao voto. A dimensão da estruturação do voto inclui todas as atividades relacionadas às eleições e às campanhas eleitorais. Os partidos são os principais atores na arena eleitoral e influenciam as orientações dos eleitores e desempenham funções primordiais em termos de educação.

No que tange à evolução dos partidos políticos, pode-se afirmar que um dos desafios principais que os partidos contemporâneos devem responder, consiste na perda do monopólio das funções de representação. Os interesses e as exigências dos cidadãos são, cada vez mais, fragmentados, há um aumento de pontos de intermediação e, finalmente, cresce a insatisfação em relação aos partidos.

Consequentemente, os partidos são levados a privilegiar as funções institucionais relacionadas ao controle dos processos de decisão, concentrando a sua ação nas arenas parlamentar e executiva na organização da competição eleitoral e na formulação das políticas. Apesar de ser necessário compreender os contextos históricos e as particularidades concretas, a bibliografia evidencia que parece surgir uma tendência geral: o refúgio progressivo nas instituições, acompanhado de um crescente enfraquecimento dos partidos na sociedade civil.

Nesse sentido, o que se percebe é a efetivação de Partidos de Cartel⁵⁵, o que fez com que estas instituições partidárias privilegiassem as funções executivas, em detrimento das funções de representação, colocando em segundo plano as relações com a sociedade civil. Estas transformações implicam, ao

⁵⁵ De acordo com Magalhães (2008), os partidos de cartel tornam-se dependentes dos fundos e benefícios do Estado. Este financia e cede os seus meios para uso dos partidos de modo a preservarem-se e sobreviverem no mercado político. A relação existente entre partidos é caracterizada por um cartelização dos principais partidos, isto é, a criação de cartéis ou alianças entre os partidos instituídos de modo a obter recursos públicos e para controlar o “mercado político”. Estes negociam e formam entre si acordos para poderem obter os recursos necessários e o modo de divisão destes para a manutenção dos partidos.

mesmo tempo, na marginalização das funções relativas à expressão das exigências dos cidadãos – articulação e agregação dos interesses, participação, mobilização e a valorização das atividades mais institucionais - que se baseiam essencialmente no recrutamento da elite política e no exercício das funções de governo.

Em síntese, o Partido de Cartel encontra-se longe da sociedade e mais próximo do Estado. Há muitas definições do que é um partido político com a especificidade de cartel. No entanto, estas não são simples e acabam por ser um tanto controversas. De acordo com Guedes (2006), a maioria dos autores classifica uma organização como “partido” quando reúne três requisitos: a) é dotada de estruturas que permitem a participação dos seus inscritos; b) está em condições de formular um programa de políticas públicas; c) pode perdurar além de um ato eleitoral.

Autores como Lisi (2011) e Guedes (2006) afirmam que, no caso português, o PS e o PSD integram, em graus variáveis, elementos do Partido Cartel. Nomeadamente, a relação com o Estado, ainda mais importante do que noutros países devido à sua natural debilidade estrutural e poucos filiados, levar a ocupar variadíssimos cargos no Estado, que desde o início do regime foi uma importante fonte de recursos (GUEDES, 2006). Como em outras novas Democracias⁵⁶, em que os partidos surgiram como uma necessidade à criação do regime, o financiamento público parece ser ainda mais importante do que em outros sistemas políticos europeus, devido à falta de financiamentos privados, do que em velhas democracias⁵⁷ em que foram consolidando com o tempo.

⁵⁶ Segundo Weffort (1992), entende como "novas" as democracias que vêm surgindo desde os anos 70, a primeira das quais veio com a "revolução dos cravos" em 1974, em Portugal. Teve início ali uma grande onda histórica, que passou pela Europa do Sul nos anos 70, e pela América Latina nos 80, e cujas últimas manifestações se acham nas mudanças políticas recentes da Europa Oriental (1989) e da União Soviética (1991). Acredita-se que a expressão se aplique a regimes políticos tais como os que existem atualmente, por exemplo, na Espanha, Brasil e Polónia. É que, apesar de suas muitas diferenças, eles têm pelo menos uma condição em comum: a recente derrubada das ditaduras, conduzindo à restauração de uma democracia que nunca foi realmente sólida, nas suas tentativas anteriores de implantação

⁵⁷ De acordo com Weffort (1992), o Chile e o Uruguai são exemplos de democracias consolidadas. Segundo ele, o Chile, provavelmente é o mais distinto (e também o mais dramático) caso de democracia consolidada que se conhece na região latino-americana.

Numa perspectiva interpartidária, Guedes (2006) salienta que a análise da evolução do sistema partidário português pode estar relacionada com a cartelização da política pelos partidos relevantes. O padrão visto em Portugal, não apenas através das subvenções estatais, mas também pelo monopólio da representação dos partidos, consagrado na Constituição, e grau de ocupação do Estado por quadros partidários. Em suas relações, os partidos têm interesse em adotar estratégias eleitorais comedidas, que não firam mortalmente os principais competidores, o que poderia abrir espaço a novos partidos, perturbando um sistema em que já são relevantes.

Assim, o que se percebe é que o sistema de partidos portugueses tem, aliás, como principal característica, um padrão de cooperação entre os seus dois maiores partidos, com o objetivo de manter a principal dimensão de competição entre si (GUEDES, 2006), numa espécie de acordo, mesmo que não explícito. Segundo o autor, em nível individual, o partido Comunista Português (PCP) é classificado como partido de “massas” e o Partido Popular (CDS-PP) como de “notáveis” ou “quadros”.

Dessa forma, o PS e o PSD destacam-se dentre os principais partidos políticos portugueses, que se enfrentam pela alternância pelo poder político em diferentes esferas (local e nacional). Estes partidos, tiveram as maiores porcentagens de eleitores simpatizados por eles, como se observa na tabela 2:

Tabela 2- Portugal: existência de alguma simpatia para com os partidos políticos

Partido político	Braga	Évora	Lisboa	Total-geral (n=384)
PSD	28,4%	7,2%	9,9%	13,8%
CDS-PP	1,1%	1,0%	1,6%	1,3%
PCP	6,3%	4,1%	2,1%	3,7%
PS	9,5%	17,5%	17,3%	15,4%
BE	3,2%	1,0%	6,8%	4,4%
Nenhuma	48,4%	62,9%	60,2%	58%
Outros	3,2%	6,2%	2,1%	3,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100%

Fonte: Aplicação de questionários (2015).

Os partidos que apresentaram mais simpatia para os eleitores foram também aqueles que mais obtiveram sucessos eleitorais no território português nas eleições para Assembleia da República: PS e PSD, respectivamente, 15,4% e 13,8% do total-geral. Os demais partidos tiveram porcentagens baixas entre 1,3% e 4,4% (CDS-PP e BE).

A porcentagem mais relevante, do total-geral apresentado na tabela, é aquela que representa a opção “nenhuma”, 58% dos eleitores questionados escolheram esta alternativa. Observa-se, pois, que apesar da relevância que existem as instituições partidárias na sociedade, parte do eleitorado não possui simpatia com estas instituições.

Ao analisar as cidades, separadamente, percebe-se que Braga reflete a tendência em simpatizar-se com o PSD. Foi nesta cidade que se apresentou a maior simpatia para com um partido político, um total de 28% dos eleitores questionados.

O PS apresentou uma menor porcentagem de eleitores simpatizantes em Braga (9,5%), porém alcançou 17,5% e 17,3%, respectivamente, em Évora e Lisboa.

A opção por “nenhuma” simpatia para com os partidos políticos teve menor porcentagem em Braga, 48,4% dos eleitores questionados. Contudo, nas cidades de Évora e Lisboa esse número foi superior nesta opção, 62,9% e 60,2% foram as maiores porcentagens da tabela 2, demonstrando um considerável número de eleitores que não são simpatizantes aos partidos políticos que se apresentam no cenário da política partidária portuguesa.

Portanto, a confiança e a preferência expressa pelos eleitores influenciam na decisão do voto e, portanto, na construção dos pleitos eleitorais. Ressalta-se que as diferentes escalas de pleitos eleitorais apresentam diferentes níveis de identificação pessoal e identificação partidária, e estas identificações são organizadas no cognitivo do eleitor por meio da confiança e simpatia para com os partidos, principalmente para a efetivação da identificação partidária.

O próximo item, dessa pesquisa, aponta o cenário político partidário português por meio das eleições e aborda questões ligadas à abstenção eleitoral,

fenômeno possivelmente influenciado pela confiança e simpatia que o eleitorado possui com os partidos políticos, mas também para com a conjuntura da política partidária.

2.2 Cenários político-partidários e o voto em Portugal: exemplos a partir de Braga, Évora e Lisboa

No sistema democrático, partidos políticos e candidatos organizam-se para disputar o voto do eleitorado. Mas para haver a concretização, desse fato, há organização do processo por meio das eleições. Em Portugal, as eleições são subdivididas em quatro tipos: eleições presidenciais, eleições legislativas, eleições legislativas regionais e eleições autárquicas. Para o trabalho aqui enfocado, busca-se abordar os elementos presentes em Eleições Legislativas e Eleições Autárquicas em que, respectivamente, elegem-se Primeiro-ministro⁵⁸ e Presidente de Câmara Municipal.

Em Portugal, as eleições democráticas, após o “25 de abril”, ocorreram no ano de 1975 - eleições que elegeram o parlamento responsável pela elaboração e aprovação da Constituição da República Portuguesa, por isso o nome Eleição para a Assembleia Constituinte. As eleições, daquele ano, apresentaram algumas particularidades, destaca-se o fato de ser a primeira após quase 50 anos de Ditadura no país. Esse pleito eleitoral foi conhecido também como aquele que levou o maior número de eleitores às urnas, um total de 92% de votantes, um recorde de participação.

No que tange as Eleições Legislativas, entre 1975 até 2015, Portugal distribuiu geograficamente os votos por partidos políticos: PSD no Norte, PCP no Sul e o PS distribuído por diversas regiões do país. Ao observar os dados das eleições legislativas durante os últimos 40 anos, da Constituinte até as eleições de 2011, que elegeu o governo de Passos Coelho⁵⁹ (PSD), os números, que se

⁵⁸ Vale ressaltar que, neste caso, o que é eleito são os deputados ao parlamento, e o partido mais votado é convidado a formar governo.

⁵⁹ Passos Coelho foi primeiro-ministro de Portugal entre 2007 e 2015. Venceu as eleições do dia 4 de outubro de 2015 com cerca de 39% dos votos, seis pontos a mais que o segundo colocado, o líder

tornam mais evidentes, dizem respeito aos dados da abstenção eleitoral, fato preocupante na política partidária portuguesa, analisada a seguir no gráfico 6 (COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES, 2017).

A abstenção não pode deixar de ser vista como uma ameaça à legitimidade, pois ela manifesta o desengajamento dos cidadãos em relação ao sistema político e aparece como um sintoma da crise do processo democrático. Diante disso, a abstenção eleitoral pode ser considerada um aviso ao sistema político, uma crítica do eleitorado ao sistema democrático instituído, um desencontro entre a oferta eleitoral e as expectativas dos eleitores.

Observa-se que o fenômeno da abstenção eleitoral reflete um acontecimento que vai além do simples ato de deixar de votar nos dias de eleições, uma vez que reflete o descontentamento com o governo, com os candidatos, além da frustração com o sistema político partidário que representa o total da população. De acordo com Brito (2008), a abstenção eleitoral carrega consigo inúmeros elementos interligados, em estudo de caso realizado por ele, aponta que um dos motivos desse fenômeno é a frustração para com seu contexto político:

Pode-se colocar como hipótese que haja uma certa frustração em relação às promessas e expectativas criadas nas eleições anteriores e que não se verificaram. Em termos gerais, o facto de mais de metade do eleitorado ter preferido não participar do escrutínio de 2004 parece significar que, independentemente de factores mais imediatos que terão contribuído para a abstenção, um grande número de cidadãos não sente que o seu voto tenha utilidade, ou valha a pena. (...) o discurso e a acção política não respondem aos problemas sentidos como mais importantes pelos cidadãos. Pelo contrário, a natureza do sistema de representação que não favorece o contacto dos eleitos e responsáveis políticos com o eleitorado e desloca o centro de gravidade da atividade política para os aparelhos partidários, favorecendo a predominância de uma “política do ventre” em circuito restrito, o que não pode deixar de provocar a alienação de uma parte

socialista António Costa, uma vitória insuficiente para revalidar a maioria com a qual contou na legislatura anterior. Mas a coalizão de Direita do primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, no poder desde 2011, perdeu a maioria absoluta depois de adotar uma impopular política de austeridade por quatro anos.

significativa dos cidadãos em relação ao jogo político (BRITO, 2008, p.11).

Ao analisar as palavras do autor, podemos identificar que a abstenção eleitoral é um fenômeno importante que reflete o sentimento intrínseco do cognitivo do eleitor. A frustração existente em parte do eleitorado, que se abstém em votar, mostra o quão descontente esses eleitores estão para com o sistema político eleitoral. A inutilidade de seus votos é visível, os eleitores descontentes demonstram que, através da abstenção eleitoral, o ato de votar não transforma ou melhora a vida ou a transparência do Estado. Os exemplos utilizados, por Brito (2008), evidenciam que podem ser aplicados para outras nações que utilizam a não obrigatoriedade do voto.

Ressalta-se que o descontentamento com a política partidária não é exclusivo das nações que adotam a não obrigatoriedade do voto. Em nações que há obrigatoriedade do voto, o descontentamento pode existir, contudo é manifestado por votos brancos ou nulos como ocorre no sistema eleitoral brasileiro, por exemplo. Isso pode ser visto por meio da evolução dos números de votos brancos ou nulos no decorrer das eleições democráticas do país.

Em Portugal, a soma de todos os votos, que poderiam ser computados no país, desde as eleições de 1975, totaliza em torno de 367 milhões de possibilidades de votos. Entretanto, o real número de eleitores que compareceram às urnas neste período foi de aproximadamente 222 milhões. Essa diferença, entre o total de possibilidades do voto e o efetivo número de votos, demonstra que houve falta de credibilidade dos partidos e candidatos, que não apresentaram justificativas plausíveis, a ponto de convencer que o voto poderia tornar-se algo relevante para esses eleitores (COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES, 2015).

O número observado, nas fontes oficiais da Comissão Nacional de Eleições (CNE), exprime os resultados dos questionários aplicados nas três cidades que se realizou a pesquisa de campo: Braga, Évora e Lisboa, onde o voto, para a grande maioria dos eleitores questionados, não é a primeira opção dos elementos considerados primordiais para praticar a cidadania, como se observa na tabela 3.

Tabela 3- Portugal: elementos considerados relevantes para a pratica da cidadania

Elementos\Cidade	Braga	Évora	Lisboa	Total-geral (n=384)
Pagar impostos	40,6%	48,5%	43,8%	44,3%
Obedecer às leis	32,3%	26,8%	24,5%	27,8%
Votar	14,6%	11,3%	15,6%	14,3%
Participar em org. e associações comunitárias	4,2%	6,2%	3,6%	4,4%
Participar em organizações políticas	0,0%	0,0%	1,6%	0,7%
Eleger produtos ambientalmente. Corretos	0,0%	3,1%	1,0%	1,3%
Ajudar pessoas desfavorecidas financeiramente	8,3%	4,1%	8,3%	7,3%
Cumprir com os serviços militares	0,0%	0,0%	1,6%	0,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100%

Fonte: Aplicação de questionários (2015).

Ao analisar a tabela 3, entende-se que o ato de votar foi considerado como primordial para praticar a cidadania para um total de 14,3% dos portugueses inquiridos, o que possibilita inferir que possivelmente o ato de votar consolida-se como um compromisso de menor importância, comparado com os elementos “pagar impostos” e “obedecer às leis”, respectivamente 44,3% e 27,8% do total da amostra.

A opção “pagar impostos”, que obteve o maior número de eleitores com esta preferência, mostra, também, a relevância que estes eleitores-votantes dão à necessidade de pagar impostos, tendo em vista o momento econômico que o país vivencia – crise econômica e imposição de medidas de austeridade baseadas no aumento de impostos, que é visto pelo governo, e também por parte da população, como medida de proteção e, principalmente, fato necessário para o país sair da crise econômica iniciada em meados de 2008.

Vale lembrar que o voto não obteve considerável êxito, conforme tabela 3 nas cidades de Braga 14,6%, Évora 11,3%, Lisboa 15,6%, isso se comprova pela baixa participação às urnas, já comentado anteriormente. No que tange a participação do eleitorado, pode-se dizer que este necessita de elementos que proporcionem certeza para a real relevância do ato de votar.

Atualmente, há abordagens teóricas que explicam a importância das redes sociais como determinante para o aumento do número de eleitores que vão às urnas e, logo, na formação de cenários eleitorais. Em trabalhos de campo realizados em Portugal, Magalhães (2008) utilizou dados recolhidos por meio de questionários realizados após as Eleições Legislativas de 2005 e as Presidenciais de 2006. Seu trabalho sugeriu que assim como ocorre com a opção de voto, as redes sociais exercem uma enorme influência sobre a decisão de votar. Por meio de sua pesquisa, é possível observar o motivo pelo qual os eleitores, ora votam, ora não votam, em uma dada eleição em Portugal. Conforme Magalhães (2008), a participação eleitoral e as redes sociais estão relacionadas:

Há pelo menos duas razões que nos fazem supor que as características das redes sociais de carácter informal em que os indivíduos estão inseridos, as relações que se estabelecem no seu seio e a informação que através delas circula podem influenciar decisivamente a participação eleitoral. Por um lado, a aquisição de competências para a participação não é feita apenas através da socialização primária, da escolarização ou do envolvimento formal em associações e organizações. A própria interacção com outros indivíduos em contextos informais pode cumprir essa função. Se os eleitores estiverem frequentemente envolvidos em discussões políticas com os indivíduos que compõem as suas redes sociais, elas próprias podem tornar-se fontes de «recursos sociais» úteis para a participação (MAGALHÃES, 2008, p. 477).

As redes sociais configuram-se, na contemporaneidade, como mais um dos elementos que o eleitorado pode utilizar para nortear suas decisões. O elevado crescimento dessas redes, entretanto, torna-se algo a ser pensado com cautela, pois além de contribuir para o fortalecimento de um maior número de eleitores que possam votar, estes podem facilmente ser influenciados politicamente e até mesmo manipulados por grupos que almejam o poder.

Na pesquisa de campo realizada, identificou-se que a maioria, 74,5% dos eleitores questionados, indicou votar, caso as eleições ocorressem naquele momento no momento em questão (tabela 4).

Tabela 4 – Portugal: Intenção em votar nas eleições para assembleia da república

Opção de escolha	Cidades			Total-Geral (N=384)
	Braga	Évora	Lisboa	
Não votaria	18,8%	26,8%	28,1%	25,5%
Votaria em candidato do partido do 1º Ministro	19,8%	13,4%	14,1%	15,3%
Votaria em candidato diferente do partido do 1º Ministro	29,2%	47,4%	35,9%	37,1%
Votaria em branco ou nulo	32,3%	12,4%	21,9%	22,1%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Aplicação de Questionários (2015).

Por meio da tabela 4, observa-se que do total dos votantes entrevistados, 74,5% demonstraram ter a intenção em votar nas eleições da Assembleia da República. Destes, 22,1% optaram pela opção “voto branco ou nulo”, o que reflete um descontentamento com o cenário político no que diz respeito ao “menu” de candidatos existentes na atual conjuntura da política partidária portuguesa. Outro dado que vale ressaltar, diz respeito aos eleitores que mencionaram não ter preferência em votar. Somado os eleitores que não votam com aqueles que votam em “branco ou nulo”, o número finaliza em 47,6%, ou seja, parte considerável do total geral de eleitores entrevistados propôs-se a abdicar em escolher seus governantes.

A insatisfação com a política, que, muitas vezes, é observada entre uma parcela do eleitorado, ecoa o descontentamento com a política partidária portuguesa, uma vez que muitos afirmam não compreender a necessidade que esta possui em suas vidas como se vê na seguinte frase: *“Eu não percebo nada de política (e nem quero perceber). Cá em Portugal, eu não vejo nada de políticos que façam o bem para a população. Um exemplo é a situação dos hospitais, os utentes não resolvem seus problemas...”* (Eleitora, 46 anos, lojista).

O descontentamento e insatisfação com a política partidária e os governantes em geral é retrato, também, do momento não muito favorável que atravessa a economia portuguesa na atualidade. Apesar da leve recuperação que obteve em 2014-2015, os problemas sociais que afligem a sociedade em função da situação econômica influenciam o pensamento de “crise”, “insatisfação”, “descontentamento” do eleitor. A tabela 5 demonstra os números que são reflexos

do sentimento de pouca satisfação para com a atual conjuntura econômica do país.

Tabela 5 - Portugal: situação econômica atual do país segundo os eleitores votantes

Qualificação	Cidade			Total-Geral (N=384)
	Braga	Évora	Lisboa	
Ótima	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Boa	0,0%	1,0%	1,0%	0,8%
Regular	19,7%	8,3%	12,1%	13,3%
Má	48%	37,5%	50,9%	46,1%
Péssima	27,3%	51,2%	31,8%	35,9%
Não sabe	0,0%	1,0%	1,6%	1,0%
Não responde	5,2%	1,0%	2,6%	2,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Aplicação de Questionários (2015).

A tabela 5 permite entender o sentimento de insatisfação, que muitos eleitores demonstraram, em relação à situação econômica de Portugal. Os itens que demonstram aspectos negativos como “Má” e “Péssima” somaram um total de 82% dos eleitores inquiridos. Das três cidades analisadas, Évora foi aquela em que os eleitores demonstraram estar mais pessimistas, 51% evidenciaram que a situação econômica do país está péssima – o mais alto grau de insatisfação no rol de opções da questão.

Para entender este resultado, observam-se também os números da tabela 4, que aponta o descontentamento entre os eleitores. Este dado é aquele que compreende a opção “votaria em candidato diferente do partido do 1º ministro”, que alcançou o maior número dentre todas as opções, um total de 37,1%. A situação econômica e, principalmente, as medidas de austeridade adotadas pelo governo do ex-Primeiro-ministro Passos Coelho são um indício de que há um descontentamento por considerável parcela do eleitorado português. Entretanto, apesar de haver eleitores que não concordam com a concretização tais medidas, o fato não fez com que grande maioria dos eleitores entrevistados escolhesse não votar, pelo contrário, quase 75% dos eleitores declararam a intenção de exercer seu direito de escolha.

Comparativamente, alguns dados nos revelam diferentes níveis de satisfação do eleitorado para com o governo português. As maiores diferenças estão entre os eleitores de Braga e Évora. A primeira apresenta uma maior satisfação com o governo, é a cidade que possui um comportamento político mais voltado para a Direita. Évora, cidade que possui um comportamento mais voltado para a Esquerda, demonstrou uma maior insatisfação para com o governo central, alcançou um total de 47,4% dos eleitores entrevistados, com a opção de votar em candidatos de partidos diferentes do atual Primeiro-ministro, o que evidencia o descontentamento para com políticas adotadas por este tipo de gestão.

Estes dados demonstram que além do ato de votar, as singularidades de cada escolha evidenciam uma série de elementos a serem analisados, dentre eles o comportamento político, e suas preferências partidárias, que influenciam para as características do voto.

Os partidos políticos, que detém uma posição única na sociedade, ou ao menos em algumas realidades, deveriam significar muito no que diz respeito ao comportamento político e comportamento eleitoral.

Hoje é urgente encontrar mecanismos de diálogo e ação coletiva de todos aqueles que na Europa mobilizam-se contra a austeridade obsessiva: movimentos sociais, sindicatos e partidos. Temos de ser capazes de fortalecer nossos laços de ação coletiva. E nesse exercício, quem deve mostrar doses de generosidade e humildade são os partidos. E, entender que se trata de desenhar um horizonte de alternativas e mudanças, em um dos processos históricos que acumulam mais dor e maior perda de poder dessa imensa maioria que compõem a sociedade (BENDIT, 2013, p. 19, tradução nossa)⁶⁰.

⁶⁰ Hoy urge encontrar los mecanismos de diálogo y de acción colectiva de todo aquello que en Europa se moviliza contra la austeridade obsesiva: movimientos sociales, sindicatos y partidos. Debemos ser capaces de fortalecer nuestros lazos de acción colectiva. Y en esse ejercicio, quien debe mostrar dosis de generosidade y humildad somos los partidos. Y a la vez entender que se trata de dibujar um horizonte de alternativas y de cambio, em uno de los procesos históricos que acunulan más dolor y un mayor desempoderamiento de esa inmensa mayoría que conformamos la sociedade (BENDIT, 2008, p. 19).

De acordo com o autor citado, há necessidade de se fortalecer os laços de ação coletiva e, neste caso, os partidos políticos são exemplos de meios que fortalecem tal ação, pois por meio das instituições partidárias é que poderia haver maior ligação entre o coletivo, ou seja, a população com os grupos detentores do poder, bem como o governo.

Outro importante resultado, sobre as eleições portuguesas, diz respeito às preferências por votar em eleições locais que, neste caso, são representadas pelas eleições para as Câmaras Municipais, como segue na tabela 6.

Tabela 6- Portugal: preferência por votar - eleições para câmara municipal

Opção de escolha	Cidades			Total-Geral (n=384)
	Braga	Évora	Lisboa	
Não votaria	15,6%	20,6%	24,5%	21,3%
Votaria em candidato do partido do presidente da câmara	49,0%	47,4%	34,9%	41,6%
Votaria em candidato diferente do partido do presidente da câmara	14,6%	22,7%	24,5%	21,6%
Votaria em Branco ou nulo	20,8%	9,3%	16,1%	15,6%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Aplicação de Questionários (2015).

A tabela 6 mostra o total de eleitores inquiridos que decidem votar (ou não) nas eleições para a Câmara Municipal, bem como as preferências em votar em partidos políticos situacionistas ou votar em partidos políticos que diferem dos atuais governos municipais.

Comparativamente, entre os dois níveis de eleições, o que se observou é que houve uma diminuição de eleitores que se propuseram a não votar, no que tange as Eleições Nacionais e Eleições Locais. Para as nacionais, obteve-se um total de 25,5% dos eleitores que afirmaram não votar para decidir o Primeiro-ministro (como se observou na tabela 4). Já nas eleições que decidem os Presidentes das Câmaras, o número foi de 21,3% como se vê na tabela anterior. Outro número relevante para estas discussões é sobre aqueles eleitores que assumiram votar em candidatos que pertencem ao mesmo partido político do Presidente da Câmara dos respectivos municípios. O total geral, para esta opção,

alcançou o número de 41,6% dos eleitores inquiridos, ou seja, a opção mais pontuada dentre eles.

Ao comparar as tabelas 6 e 4, o que se percebe é que a opção “Votaria em candidato do partido do presidente da câmara” obteve uma considerável diferença. Para as eleições de nível nacional (assembleia da república), o item obteve o menor número de eleitores a escolher esta opção, um total de 15,3% do total geral, como se vê na tabela 4. No caso das eleições de nível local (Presidência de Câmaras Municipais), os números foram consideravelmente distintos, ou seja, um total de 41,6% dos inquiridos escolheram esta opção como se mencionou anteriormente.

Diante disso, pode-se destacar que as escolhas eleitorais refletem resultados diferenciados nas eleições no que tange a mudança de escala destes pleitos eleitorais. No caso em questão, observou-se o descontentamento com Governo central português e isso levou com que diversos inquiridos “não votassem” em candidatos do partido do Primeiro-ministro português, caso as eleições fossem no momento do levantamento de dados. Por sua vez, para eleições de escala de nível local, o que se evidenciou foi um maior contentamento com os prováveis candidatos de mesmo partido dos atuais presidentes das câmaras de Braga, Évora e Lisboa.

Ao comparar os dados entre as cidades, nota-se que as maiores diferenças estão entre os números pertencentes às cidades de Braga e Lisboa. Na opção “Votaria em candidato de partido do atual Presidente da Câmara”, a diferença entre as cidades foi de 15%. Em Braga, 49% assumiram votar em candidatos do partido do atual Presidente da Câmara, em Lisboa, 34%. Entre as duas cidades, obteve-se uma diferença considerável no quesito número de eleitores que escolheram “não votar”, Em Braga, foi de 15,6% e em Lisboa, 24,5%, uma diferença de 9%.

No que se refere às eleições locais em Portugal, Gaspar (1990) discorre que este tipo de eleições tem características próprias e um tal número de diferenciações no espaço geográfico que tornam, por vezes, difícil o recurso a enfoques globais e comparativos. Para isso, o voto nas eleições locais é baseado

nas ações de grupos e pessoas que atuam no cotidiano das pessoas. A experiência vivida desde 1976 indica que as Eleições Municipais tendem a manifestar cada vez mais uma série de particularidades, embora dentro dos limites que decorre da própria legislação eleitoral – o fato de só aos partidos políticos seja permitida a apresentação de candidaturas, proporciona a estas eleições uma certa dimensão nacional e um significativo cunho ideológico.

Conforme Gaspar (1990), as primeiras eleições para os órgãos das autarquias locais foram realizadas em 1976, pouco depois de três eleições nacionais (Constituintes, Legislativas e Presidenciais) e após um período de lutas político-partidárias, com reduzidas referências sobre a experiência da gestão local, com muitos candidatos desconhecidos. Os resultados eleitorais foram determinados pelo posicionamento individual em detrimento ao leque partidário.

As eleições de 1979, embora evidenciando aspectos originais e uma dinâmica própria, foram ainda pouco características, e isso, sobretudo, pelo poder de “arrastamento” que tiveram as eleições intercalares, realizadas com apenas semanas de antecedência. Portanto, as movimentações registradas em vários municípios ocasionam, segundo Gaspar (1990), uma diferenciação, ou seja, há indícios de que as eleições de 1982 foram diferentes e mais “genuinamente” locais, refletindo, sobretudo, nos grandes centros urbanos e suas periferias, a situação política de todo o sistema eleitoral nacional, o que se reflete até os dias atuais.

Para o caso das Eleições Legislativas, que representam aqui as eleições de nível nacional, observa-se uma alternância no poder entre o PS e o PSD, o que para muitos eleitores é algo negativo, ou seja, sem perspectivas de mudanças no cenário da política partidária, como afirma o seguinte eleitor: *“Sinceramente? Eu não espero nenhuma mudança. Para mim, eles são todos iguais e por isso eu não voto!”* (ELEITOR, 41 anos, enfermeiro).

O relato do eleitor demonstra a insatisfação ao fato de haver alternância entre poucos grupos partidários que possuem expectativas de sucesso eleitoral. Esta alternância, entre os partidos mencionados, ocorre desde o início do período democrático pós 25 de abril.

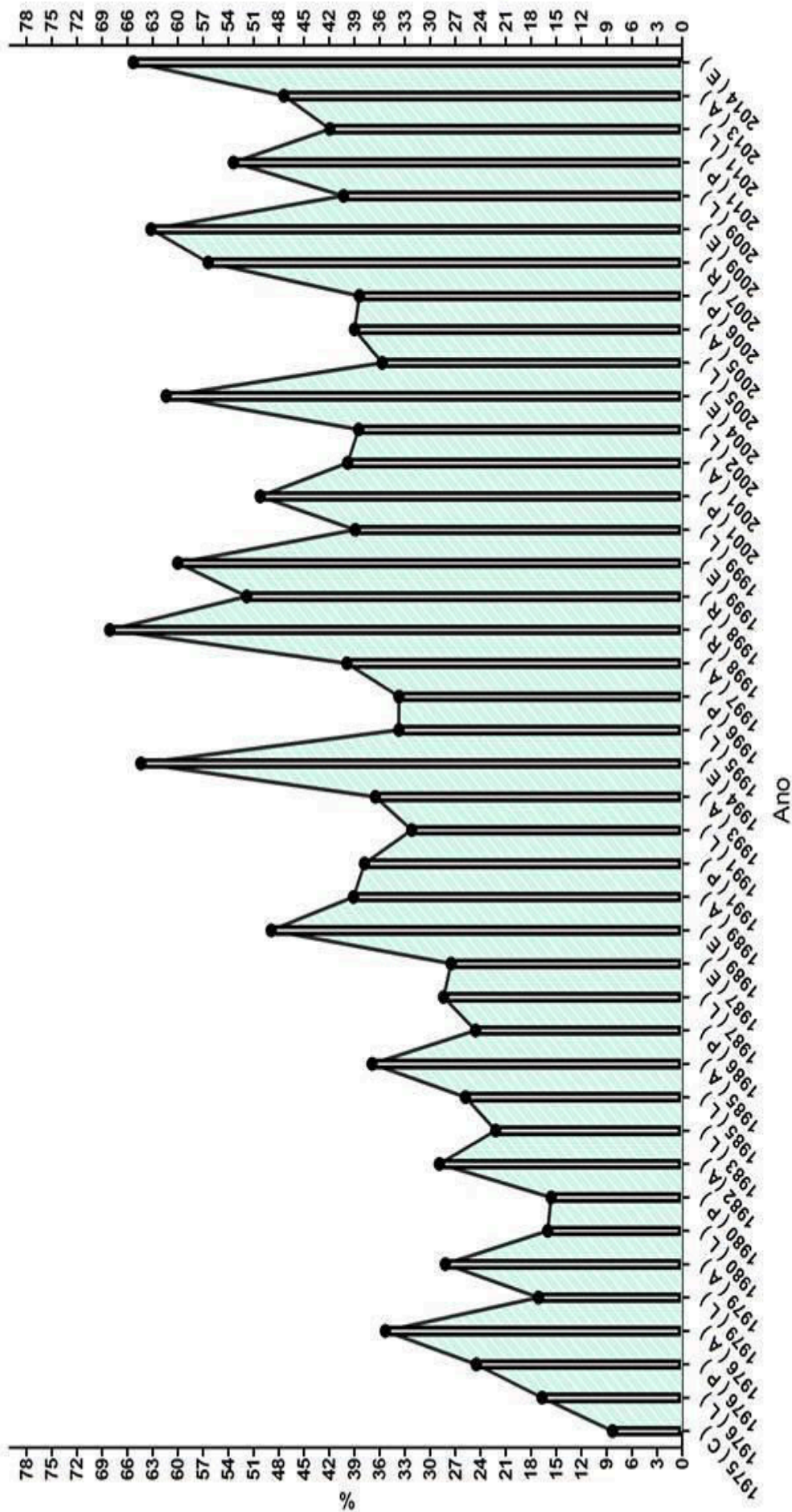
Ao longo do período de 8 anos e no que respeita actos para a eleição de deputados, observam-se três momentos de comportamentos distintos no voto dos portugueses: 1975-1976, 1979, 1980 e 1983, que se traduzem pela alternância no poder entre o Partido Socialista, isolado ou com alianças à sua direita, e a coligação dos principais partidos conservadores (GASPAR, 1983 p. 85).

A alternância do poder contribui para a falta de expectativa observada no relato do eleitor citado, o que possibilita o aumento da abstenção eleitoral. A complexidade do comportamento abstencionista, já evidenciada em estudos anteriores, diz respeito às várias facetas que pode assumir, quer como demonstração de indiferença, quer como atitude de protesto, ou ainda como forma de afirmação análoga ao voto partidário (GASPAR, 1983). Dessa forma:

Em qualquer das regiões analisadas, o perfil evolutivo da abstenção acompanha de uma forma quase idêntica o observado para o país, o que pressupõe uma certa independência deste fenómeno relativamente a factores de ordem estrutural, mormente às diferentes composições sociais das regiões (...). Contudo, para além das hipóteses explicativas anteriormente referidas ao nível nacional e que permanecem na generalidade válidas na interpretação dos casos regionais, parece-nos importante realçar as fortes variações de abstenções no Centro Litoral e sobretudo no Norte e Centro Interiores (GASPAR, 1983, p. 91).

As fortes variações de abstenções eleitorais, nas diferentes regiões do país, demonstram que as particularidades entre cada contexto social contribuem para os resultados eleitorais no território. A abstenção eleitoral segue este processo, a exemplo da região Norte, que notadamente é aquela que concentra os maiores níveis de abstenção eleitoral. Apesar das diferenciações existentes internas ao território, Gaspar (1983) reflete que o processo de evolução das abstenções eleitorais segue um mesmo ritmo. O gráfico 5, demonstra a abstenção eleitoral a partir das eleições em Portugal. Em que: (P) são eleições presidenciais, (C) constituinte, (L) legislativas, (A) autárquicas, (E) europeias e (R) referendos.

Gráfico 6 - Evolução da abstenção eleitoral em Portugal



Fonte: Comissão Nacional de Eleições (CNE).

Org.: Augusto, 2015.

Como se observa no gráfico 6, o panorama evolutivo da abstenção eleitoral em Portugal não seguiu um crescimento abrupto, mas sim houve linearidade na evolução dos números. É possível destacar, ainda, que os maiores números de abstenção eleitoral em Portugal concentram-se nas eleições para os representantes do país no Parlamento europeu. Os índices de 60,7%, 63,2%, 64,4% e 65,3%, referem-se respectivamente às eleições de 1999, 2009, 1994 e 2014, representam valores de abstenção de eleições que elegeram os eurodeputados e são os maiores números para votação em escolhas de representantes, perdendo apenas para os referendos, que concentram as mais altas taxas de abstenção eleitoral.

Através dos dados do gráfico 6, é possível analisar que a maior taxa de abstenção eleitoral se efetivou em referendo. Os números, neste tipo de votação, totalizaram altas porcentagens. Em 1998, houve dois referendos: o primeiro, em junho, discutia sobre a despenalização do aborto e obteve 68,11% de abstenção eleitoral, a mais alta taxa da história; o segundo foi referente à regionalização do país e totalizou 51,8% de abstenção. Em 2007, novamente, há o referendo para a despenalização do aborto e, dessa vez, houve uma participação maior dos eleitores na votação, pois a taxa de abstenção finalizou em 56,4%.

Para o caso do voto em referendos (denominados como “R” no gráfico), observa-se que diversos eleitores não se posicionam frente a temas polêmicos e preferem deixar a cargo dos demais a responsabilidade de decidir sobre determinados caminhos a se seguir, como se vê na seguinte afirmação: *“Eleições são importantes, portanto, eu voto. Entretanto, referendos não! Prefiro não expor minha opinião”* (ELEITORA, 35 anos, farmacêutica).

Para países que adotam o sistema não obrigatório do voto, as taxas de abstenções eleitorais são importantes para compreender a dinâmica eleitoral do território, pois demonstram aspectos cognitivos do eleitor (decisões eleitorais, por exemplo), como também o funcionamento dos sistemas de governos estabelecidos nos países. Em Portugal, como em outros países em que o voto não é obrigatório, os níveis da abstenção eleitoral são meios para medir a

satisfação em relação aos seguintes elementos: crescimento econômico, estabilidade econômica do país, condições e qualidade de vida, corrupção, além do sistema partidário.

Fatores relacionados à economia e crescimento socioeconômico do país, geralmente, são aqueles ligados à necessidade de votar (ou não votar) e que, como consequência, desencadeiam o crescimento ou o decréscimo dos índices de abstenção eleitoral. Para isso, o eleitorado utiliza-se do voto retrospectivo e prospectivo para analisar a necessidade de votar.

Segundo Carreirão (2002), as avaliações que os eleitores realizam sobre os candidatos resumem-se a três categorias: avaliações que explicitamente incluem os candidatos em julgamentos retrospectivos (pelo desempenho governamental anterior) ou prospectivos (pelas propostas para o futuro); avaliações pautadas em características pessoais de aptidão a governar (competência, inteligência etc.) e avaliações abalizadas em características físicas e de personalidade (simpatia, beleza etc.), que independem da habilidade para governar.

Vale ressaltar que o voto que se utiliza de elementos pautados em características da situação econômica do país é chamado de “voto econômico”. Este modelo de voto foi abordado pela primeira vez por Dows⁶¹. O pressuposto utilizado por ele é relativamente simples: se as hipóteses de escolhas racionais são capazes de explicar o funcionamento do mercado, então podem explicar também o funcionamento da racionalidade do voto. Segundo o autor, o funcionamento da Teoria da Escolha Racional se consolida em três premissas: 1. Todas as decisões (tanto de eleitores quanto de partidos políticos) são racionais; 2. O sistema político democrático tem implícitas as decisões tomadas por eleitores e partidos políticos e; 3. O sistema democrático possui um nível de incerteza importante para permitir a diferenciação das opções de escolha.

É comum, quando se discorre sobre avaliação de desempenho dos candidatos a cargos públicos, ocorrer debates sobre o “peso” da economia ou

⁶¹ Antony Dows é um economista estadunidense que desenvolveu pesquisas ao entorno do voto nas democracias. Trabalhou com questões ligadas à situação econômica dos EUA como determinante para o voto.

desempenho econômico na decisão do voto. A linha argumentativa que norteia este debate é a de que a avaliação, que os eleitores fazem do governo, é fortemente influenciada pelo estado da economia. Dessa forma, Carreirão (2002) menciona que a avaliação sobre o governo influencia o voto, logo, as condições econômicas que o país se encontra também o influenciarão. Esta seria a forma retrospectiva⁶² do voto econômico.

Uma visão complementar, mais prospectiva, partiria da seguinte pergunta: qual candidato ou partido promoveria uma situação econômica melhor para o país ou para o eleitor? Nesta visão prospectiva, pode-se analisar que o eleitor o utiliza como forma de economizar custos da decisão de votar. Quando o eleitor possui conhecimento do desempenho passado dos candidatos, é mais fácil para que ele adquira as informações que considera necessárias para avaliar suas propostas.

No que se refere à efetivação da existência do voto econômico, os questionários aplicados, durante a pesquisa de campo aos eleitores-votantes, demonstraram que as características econômicas são de grande relevância para a definição e a efetivação das estratégias de campanhas eleitorais, principalmente para aqueles que as constroem. Pelo conjunto das análises dos questionários, é possível entender que uma considerável parte dos inquiridos consideram que o país está em uma situação negativa, no que diz respeito ao crescimento econômico atual.

A partir do entendimento de que a situação econômica do país pode refletir no comportamento eleitoral, vale lembrar os dados da tabela 5 (correspondente a situação econômica atual), elementos relevantes para o debate acerca das eleições e o voto em Portugal. O primeiro número que se destaca, na tabela 5, no quesito “ótima” situação do país, é o que não obteve nenhum eleitor

⁶² Segundo Carreirão (2002), o eleitor, ao decidir o seu voto pela avaliação de desempenho, estrutura sua decisão em duas formas. A primeira é o voto pela avaliação retrospectiva em que o eleitor toma como referência o desempenho passado, ou seja, o que o governo ou candidato teve como ocupante de cargo público. A segunda é o voto pela avaliação prospectiva, sendo esta uma espécie de expectativa de desempenho futuro, consolidado, geralmente, em candidatos que não possuem muita ligação com governos antecessores ou aqueles candidatos considerados opositoristas.

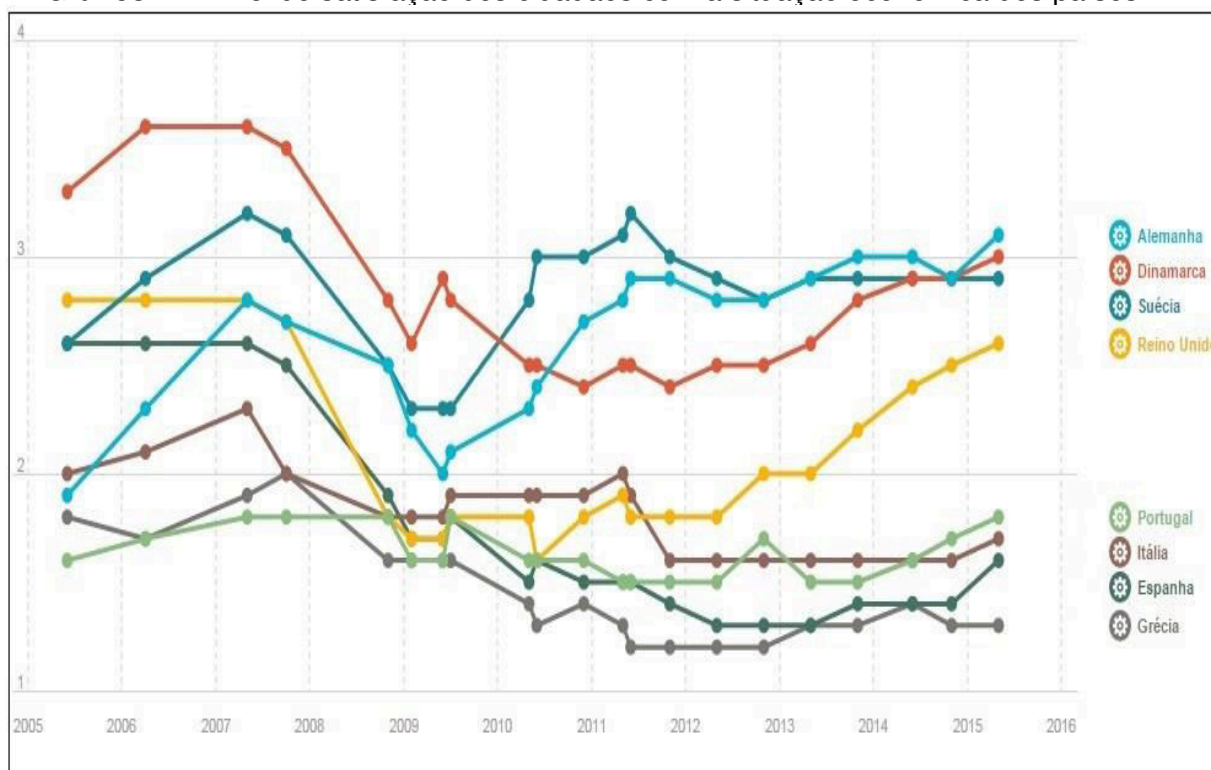
identificado com a opção. Outro item que reflete situação positiva, denominada como “boa”, apresentou o pífio valor de 0,8% dos inquiridos posicionando-se nesta alternativa. Ou seja, os efeitos da crise e das políticas de austeridade adotadas pelo governo português refletiram na opinião dos eleitores no que tange à situação econômica do país.

Portanto, estas posições refletem descontentamento acerca da conjuntura econômica de Portugal, afinal é possível observar que as maiores porcentagens da tabela 5 concentram-se nas possibilidades de escolhas que abordam os sentimentos de negatividade no que diz respeito a esta conjuntura, ou seja, as posições “má” e “péssima”, 46,1% e 35,9%, respectivamente, consolidaram-se como as escolhas da grande maioria dos inquiridos da amostra.

Na comparação entre os dados por cidades, observa-se que os inquiridos de Évora foram os que demonstraram o maior descontentamento para com a situação econômica do país, cerca de 51% dos eleitores escolheram a opção “péssima” como melhor definição para a atual situação econômica de Portugal. Com uma considerável diferenciação em relação a Évora, Braga e Lisboa que apresentam valores mais baixos para este quesito, respectivamente, 27% e 31% dos eleitores escolheram a opção “péssima”, entretanto a opção “má” foi a que obteve os maiores números nestas cidades, 48% para Braga e 50,9% para Lisboa.

O descontentamento dos portugueses no que diz respeito à situação econômica não é algo exclusivo deste país, mas sim daqueles em que se encontram em situação de baixo crescimento econômico, como se observa no gráfico 7.

Gráfico 7 – Nível de satisfação dos cidadãos com a situação econômica dos países



Fonte: Portal de Opinião Pública-POP (2015).

Os dados do Portal de Opinião pública, contidos no gráfico 7, esclarecem que a insatisfação para com a situação econômica não é algo restrito a Portugal, mas sim para os países latinos que sofreram com a última crise econômica. Além dos países latinos, há de se destacar a Grécia (país europeu que mais sofreu com a crise) como aquele que sua população mostrou os maiores níveis de insatisfação, em que 1 (no gráfico 7) representa “muito má” e 4 representa situação econômica “muito boa”.

Na contramão destes países, encontram-se aqueles cuja opinião sobre a situação econômica é positiva, tais como Alemanha e Dinamarca, que estão com os maiores índices de satisfação: níveis de 3.1 e 2.9, respectivamente. Os dados desses dois países refletem o bom andamento de suas economias. Apesar da insatisfação para com a economia portuguesa, os inquiridos mostraram que o país obteve uma “leve” melhora quando comparado com os dados do ano anterior (2014), como se observa na tabela 7.

Tabela 7 - Portugal: situação econômica do país comparada com o ano anterior - segundo eleitores votantes

Situação econômica	Cidades			Total-geral (n=384)
	Braga	Évora	Lisboa	
Muito Melhor	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Melhor	1,0%	2,1%	3,6%	2,6%
Um pouco melhor	53,1%	53,6%	51,0%	52,2%
Igual	26,0%	16,5%	26,6%	23,9%
Um pouco pior	7,3%	18,6%	13,0%	13,0%
Muito pior	12,5%	9,3%	5,7%	8,3%

Fonte: Aplicação de questionários (2015).

Os questionários aplicados aos eleitores votantes permitiram verificar que mais da metade dos entrevistados afirma entender que a situação econômica de Portugal está um pouco melhor e 52,2% do total geral concluíram que a situação do país melhorou. Outros 23,9% dizem que a situação está a mesma, sem maiores mudanças. Com uma opinião diferente, encontram-se aqueles que consideram que a situação econômica do país não está bem, ou seja, 21,3% do total afirmaram que Portugal está um pouco pior ou muito pior no que concerne à situação econômica.

Ainda, torna-se visível o baixo número de inquiridos que consideram que o país está em situação melhor: apenas 2,6% do total geral de eleitores votantes consideram que o país está em uma situação melhor. Já a opção “muito melhor” não foi a escolha de nenhum dos 384 inquiridos.

Os fatores que envolvem a economia de um país, ou o desenvolvimento/crescimento socioeconômico, influenciam diretamente na definição do voto e do comportamento eleitoral, bem como na opinião pública. Para Martins (2010), existe um contínuo debate sobre se na decisão de voto os critérios econômicos envolvem predominantemente as características econômicas individuais, ou a avaliação da macroeconomia. Segundo este autor, o voto em função da economia nacional é geralmente mais consistente do que o voto econômico pessoal.

Apesar de os indivíduos sentirem o pulso da economia de seus países, por meio das estatísticas apresentadas nos meios de comunicação, eles têm, de forma direta, contato com a economia da sua área geográfica, por exemplo, pela observação do número de seus conhecidos que estão desempregados, do contingente de fábricas e estabelecimentos comerciais que abrem ou fecham ou das obras públicas e privadas que vão sendo efetuadas na sua área de residência. Os próprios meios de comunicação regionais abordam com grande detalhe as condições econômicas e sociais locais.

Assim, também, a economia local surge como um ponto intermediário entre condições nacionais e individuais pelas eleições. No entanto, há uma variação substancial nas condições econômicas entre regiões, originando sinais por vezes contraditórios entre as condições individuais, regionais e nacionais que dificultam a avaliação individual da economia com base nestes três níveis, complicando a captura de efeitos fortes e coerentes da economia sobre o comportamento eleitoral.

Se o indivíduo vê a sua situação financeira melhorar, bem como a dos seus conhecidos, se assiste ao desenvolvimento da região onde vive e os meios de comunicação fornecem informações positivas relativamente aos indicadores macroeconômicos, provavelmente, poucas dúvidas lhe restam relativamente ao estado da economia. No entanto, quando sinais positivos se misturam com sinais negativos, a imagem econômica pode se turvar e, conseqüentemente, acarreta decisão sobre o voto. Para tanto:

A economia afeta claramente a escolha de voto, mas a sua influência - se é que tem alguma - na decisão de comparecer ao acto eleitoral é uma questão muito menos consensual. Desemprego, rendimento e, em abordagens agregadas, também a inflação são os indicadores mais comuns na literatura para retratar a situação económica. Um ponto de vista é que a adversidade económica fomenta a participação. Por um lado, as pessoas que atravessam dificuldades económicas culpam o governo pelo facto, logo são mais propensas a mobilizarem-se, participando em protestos e grupos de pressão e conseqüentemente têm maior probabilidade de votar. Por outro lado, segundo a teoria do voto negativo, a motivação para punir politicamente o governo é superior à motivação para o recompensar, reforçando o primeiro

argumento de responsabilização. Assim, em alturas de depressão económica deve assistir-se a um aumento da afluência às urnas, o mesmo acontecendo em menor grau, devido ao enviesamento do voto negativo, em alturas de expansão (MARTINS, p. 38, 2010).

Portanto, as condições económicas são, muitas vezes, contributos para a decisão do voto, pois auxiliam/influenciam o eleitorado a participar dos variados processos políticos, bem como de escolher seus respectivos governantes. Assim, a situação económica do país e seus problemas, ou ainda, suas potencialidades levam eleitores a identificar-se com partidos, pessoas e governos.

As escolhas eleitorais pautadas pela situação económica são determinadas, não somente pela análise da situação económica do país, mas também pela própria situação económica que o eleitorado possui, pois afinal, a “boa saúde” da economia da nação reflete ao nível individual do eleitor. Segundo Pereira (2014, p.151):

O chamado voto económico constitui uma escolha individual discreta na qual os indivíduos atribuem valores às alternativas políticas (candidatos e/ou partidos) com base em suas avaliações do desempenho económico do país, estado, ou qualquer outro nível de governo. Além disso, também é possível que os indivíduos tenham como referência diferentes períodos de tempo ao emitirem suas avaliações. Eleitores podem avaliar retrospectiva ou prospectivamente o desempenho da economia, ou podem simplesmente levar em consideração a presente situação sem qualquer referência a passado ou futuro. Além do mais, ainda que a definição dada acima focalize apenas o desempenho económico de coletividades (tal avaliação também é chamada de "sociotrópica"), parte da literatura também inclui na rubrica "voto económico" o ato de basear a escolha na avaliação da situação económica pessoal.

Ao responder perguntas sobre a situação da economia em uma pesquisa de opinião, levam-se em conta algumas das considerações ou informações que se tem sobre o assunto. Pereira (2014) discorre que as considerações das quais as pessoas recordam-se, ao avaliarem a situação da economia, do país ou do próprio lar, podem variar em conteúdo e em quantidade. Se a pessoa tem mais considerações positivas do que negativas guardadas na

memória, provavelmente emitirá um julgamento positivo sobre o objeto que avalia. Caso contrário, terá algo negativo a dizer.

Segundo Pereira (2014), para que uma pessoa conecte sua avaliação da economia do país a seu voto, são necessários requisitos adicionais. Primeiramente, deve-se eleger pelo menos um indicador do desempenho econômico do país. É preciso identificar um ou mais indicadores de bom ou mau desempenho econômico que podem variar, desde a prosperidade da própria vizinhança até os indicadores do Banco Mundial, sobre o desempenho econômico do país.

Um segundo requisito é que o indivíduo seja capaz de identificar a conexão entre o indicador de desempenho econômico e a política do país. Ou seja, é necessário que o indivíduo saiba que determinado aspecto da economia, que leva em consideração, depende de decisões dos líderes políticos.

Um terceiro requisito aponta que o indivíduo seja capaz de responsabilizar algum dos candidatos ou partidos que disputam a eleição pelos resultados econômicos avaliados. Dessa forma, caso veja o mandatário do governo como responsável pelo bom ou mau desempenho da economia, aumenta-se a probabilidade de que relacione a escolha de seu candidato à presidência e/ou primeiro ministro com tal avaliação.

Outro ponto que merece destaque, no que concerne a esta discussão, é o cálculo de interesse e o ganho individual que o eleitor possui. Nesta conjuntura, as eleições pautam-se em mostrar ao eleitorado, por meio de suas estratégias eleitorais, os benefícios que o indivíduo pode receber ao depositar sua confiança em determinado grupo político e/ou partido político. Fernandes e Fernandes (2013) esclarecem que a perspectiva econômica para analisar as eleições e o voto, pauta-se pela Teoria da Escolha Racional.

[...] um modelo do voto de forma semelhante ao comportamento de consumidores e produtores em situação de mercado. Os eleitores maximizam sua satisfação tendo em vista a ação do governo e os partidos a alcançam com o sucesso eleitoral. O cálculo de interesse seria feito de acordo com o diferencial de utilidade esperado entre os partidos a partir daquilo que o governo em exercício oferece em comparação com o que seria obtido caso

a oposição estivesse no poder (FERNANDES e FERNANDES, p. 3, 2013).

No que concerne as considerações acima, entende-se que, na teoria Dowsiana, as expectativas do eleitor são basicamente alicerçadas na situação econômica, mas também com “olhos” voltados ao interesse pessoal. Os benefícios/ganhos recebidos ou que poderão ser recebidos, são analisados pelos eleitores antes da decisão do voto, ou seja, as escolhas eleitorais tornam-se um elemento para a barganha de proveitos individuais.

Pode-se verificar que o eleitorado atua diante da escassez de informação disponível, porém, independente do grau de informação sobre o processo político os eleitores são sensíveis ao impacto das atividades governamentais e o utilizam como guia para a decisão do voto a melhora no seu bem-estar, elegendo como principal mecanismo para isso o voto retrospectivo.

De acordo com Martins (2010), o pressuposto é que os governos possuem capacidade de influenciar o desempenho econômico e, assim, a teoria econômica sugere que o voto retrospectivo baseado em resultados permite aos eleitores exigir responsabilidade dos eleitos no manejo da economia.

O voto enquanto alternativa de mudança ou continuidade é pensado, por parte do eleitorado, como possibilidade de ganhos individuais e/ou coletivo. As estratégias eleitorais de partidos e candidatos consolidam-se cada vez mais na imagem positiva ou negativa que o país se encontra no momento da eleição, ora com crescimento econômico, ora com possível recessão econômica e suas consequências.

Analisar os fenômenos políticos, em um dado território, requer observação aos fatores econômicos, pois são eles que determinam a situação e o corroboram para o bem-estar e qualidade de vida da população.

A compreensão sobre as eleições em Portugal perpassa pela observação de resultados e dados eleitorais. Ao analisar as eleições, é necessário entender que estas são a institucionalização e a efetivação do poder político no Estado. Para isso, os resultados eleitorais são, de antemão, consequências da organização e gestão do território, tais como: participação

política, cidadania, cultura política e desenvolvimento socioeconômico. Todos estes elementos dão ao território características únicas que o definem e identificam-no como tal.

O planejamento das estruturas de poder inicia-se, assim, a partir do conhecimento das estruturas que compõem uma sociedade que se pautará, posteriormente, nas estratégias racionais dos pleitos eleitorais. Como afirma Santos (2002), há uma distinção entre uma racionalidade substancial e uma racionalidade funcional, o espaço geográfico se enquadraria ao menos nesta última classificação, que envolve uma reorganização tendente a permitir que uma série de ações alcancem objetivos previamente designados antecipadamente calculados, tornando o território instrumentalizado sobre ações dos indivíduos, das empresas e das instituições.

Portanto, entende-se que as eleições e todo seu aparato organizativo são de considerável relevância para a compreensão da decisão do voto e a formação do comportamento eleitoral. As estratégias eleitorais, apesar de se concretizarem em períodos de campanhas, são construídas nos bastidores da política partidária durante o período pré-campanhas eleitorais. Dessa maneira, as percepções sobre a construção das escolhas eleitorais e da formação do poder político devem, de antemão, ser proposições que abordem partidos políticos, cultura e território.

2.3 Partidos políticos e seus sucessos eleitorais no território português

O território é constituído de inúmeros elementos que o organizam e constroem a sociedade, para isso as instituições partidárias possuem relevância neste contexto, pois corroboram para o estabelecimento da gestão dos territórios. O jogo de forças, ocasionado por meio dos pleitos eleitorais, propicia organização, ordenamento e reordenamento do território.

As relações sociais estabelecidas entre as diversas instituições, e também entre as pessoas, ocasionam permanências, continuidades e renovações entre aqueles que estão e/ou buscam o poder. Relações sociais são

compreendidas, desde as mais singelas, como, por exemplo uma relação de amizade, até mesmo aquelas mais amplas e complexas, como o vínculo que uma empresa possui com determinado grupo ou partido político.

As eleições e a atuação dos partidos políticos são elementos territoriais no “jogo de forças” da política partidária, na qual todos os processos de construção da campanha eleitoral, da decisão do voto, bem como dos sucessos eleitorais, são estabelecidos por relações sociais que constroem também o território. A formação da decisão do voto se dá em função de um construto de relações sociais estabelecidos com a terra, família e vizinhança, dando ao processo um caráter territorial. Então, a identidade com os lugares, partidos políticos e candidatos territorializam determinados grupos no imaginário do eleitorado (SAQUET, 2011).

A territorialização dos grupos de poder constrói-se alicerçada pelo entrelaçamento dos sujeitos de cada lugar em diferentes escalas de análise. De acordo com Saquet (2011), o processo denominado como territorialização é um movimento objetivo e subjetivo, histórico e relacional de construção de territórios e territorialidades que, simultaneamente, determina a si mesmo como movimento.

O território é apropriado e produzido socialmente no tempo e no espaço; ele significa a relação entre espaço-tempo em movimento de unidade; é reconstruído incessantemente, tanto espacial como temporalmente, pelas relações sociais, econômicas, políticas e culturais. De acordo com o autor, a interação é elemento primordial para uma abordagem que trabalha questões relacionadas à comunidade e, neste caso, o eleitorado.

Os indivíduos interagem, de modo especial, cultural e economicamente, e são essas relações que se condicionam, que correspondem à territorialidade ou às territorialidades (...). Podemos observar que o território e a territorialidade são compreendidos como produto de entrelaçamento entre os sujeitos de cada lugar, desses sujeitos com o ambiente e desses sujeitos com indivíduos de outros lugares, efetivando relações sociais *tramas transescalares* entre diferentes *níveis* territoriais (SAQUET, 2011, p.46).

Observa-se que o entrelaçamento, existente entre atores sociais, condiciona o território a formar redes que, em muitos casos, representam redes de poder. Os partidos políticos e suas ações, através dos pleitos eleitorais, são estabelecidos por meio de uma rede em que há relações entre eleitores, partidos políticos e atores sociais, tais como empresários, candidatos e cabos eleitorais. Todo esse processo visa ao alcance e/ou manutenção do poder, que é legitimado nas eleições.

Grupos de poder e partidos políticos buscam o constante sucesso eleitoral, angariando vínculos, relações e comprometimento na busca pelo voto da maior parcela do eleitorado. Em Portugal, em escala nacional, os sucessos eleitorais aconteceram a partir de dois partidos políticos (desde 1995), com o PSD e PS. Foram estes que obtiveram as maiores porcentagens de eleitores a votar nestas instituições partidárias, como se vê na tabela 8.

Tabela 8: Portugal: Porcentagem dos votos em eleições legislativas por partido político

Partido político	Eleição/Ano (%)						
	1995	1999	2002	2005	2009	2011	2015
PSD	34,1	32,3	40,2	28,7	29,1	38,6	36,8
PS	43,7	44	37,7	45	36,5	28	32,3
CDS-PP	9	8,3	8,72	7,24	10,4	11,7	(**)
PCP	8,5	8,9	6,9	7,54	7,86	7,9	8,25
BE	(*)	2,4	2,7	6,35	9,81	5,17	10,19
Outros partidos	4,7	4,1	3,78	5,17	6,33	8,63	12,46
Total	100	100	100	100	100	100	100
Abstenção eleitoral	33,7	38,9	38,5	35,7	40,3	41,9	44,1

(*) Neste ano período o referido partido político não tinha sido instituído.

(**) O CDS-PP para as eleições legislativas de 2015 compôs legenda com o PSD.

Fonte: Comissão Nacional de Eleições-CNE (2015).

Org.: Augusto (2015).

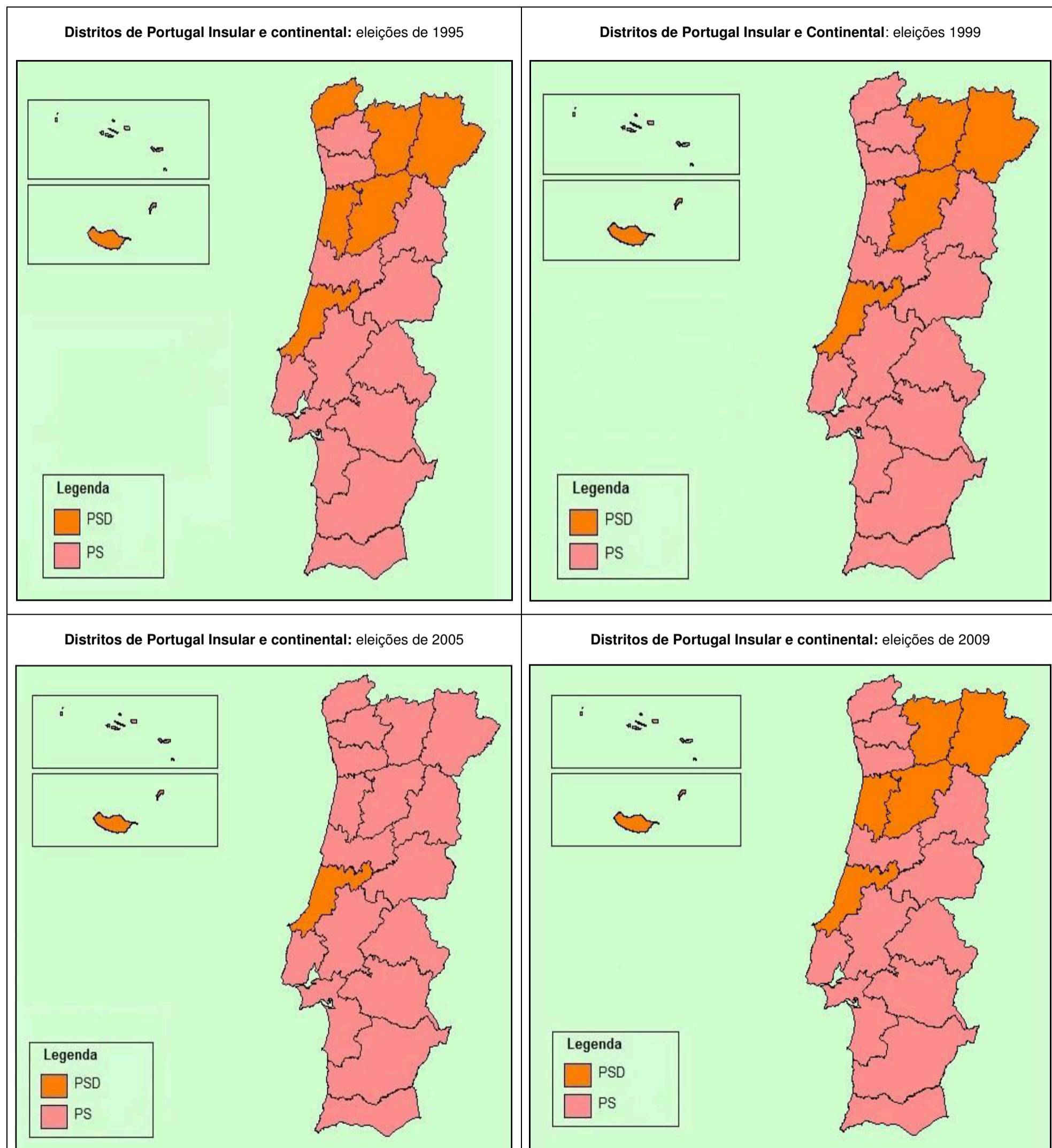
Observa-se que os sucessos eleitorais são restritos àqueles grupos com maior capacidade de articulações na rede da política partidária. No caso

português, o grande destaque está para o PSD e PS, que se alternam entre os partidos com os maiores números em votações para a Assembleia da República.

A partir de 1995, o PS teve leve hegemonia no que tange a eleger seus correligionários para o governo central, pois dos sete pleitos realizados nos últimos 20 anos, o PS teve maioria na votação em quatro deles. Destaca-se, ainda, o fato de haver continuidade nos governos, sem interrupção – ao menos no período analisado, ou seja, as eleições referentes aos anos de 1995 e 1999 com as maiores votações para o PS; eleições de 2005 e 2009, novamente com sucesso eleitoral do PS e, recentemente, as eleições de 2011 e 2015 com as maiores votações para o PSD, do ex-Primeiro-ministro Passos Coelho. A exceção nesta continuidade de governos ocorreu nas eleições de 2005, em que o PSD não conseguiu seguir com dois mandatos seguidos, sendo interrompido pelo sucesso eleitoral do PS.

Diante das votações expressas nos diferentes espaços temporais, analisa-se, ainda, que a política partidária se apropria do território para torná-lo elemento relevante para os respectivos sucessos eleitorais, no caso da assembleia da república de Portugal, se concretizaram a partir dos partidos PSD e PS. O quadro 3 apresenta a distribuição das maiores votações (eleições para Assembleia da República) por partido político, para os anos em que o PS obteve as maiores votações.

Quadro 3 – Portugal: distribuição das maiores votações – eleições para a Assembleia da República (1995, 1999, 2005 e 2009)



Fonte: Comissão Nacional de Eleições-CNE (2015).
Org.: AUGUSTO, Daniel Cirilo (2015).

As representações, apresentadas no quadro 3, demonstram os sucessos eleitorais dos dois partidos que, nos últimos 20 anos, alternaram-se no governo central português. As eleições registradas, no quadro 3, respectivamente eleições de 1995, 1999, 2005 e 2009, são aquelas em que o PS obteve as maiores taxas de votação, resultando sucesso eleitoral para este partido. Observa-se, nas quatro representações, que o território português se divide basicamente em dois grandes conjuntos de votações por partido político. O primeiro é aquele conjunto localizado no Norte do país, que possui maior predisposição a votar no PSD, já o segundo é aquele regionalizado no Centro-Sul do país, que as maiores votações são para candidatos do PS.

Evidencia-se, ainda no quadro 3, que o PS foi o partido com maior êxito nas eleições para assembleia da república. Nas eleições de 2005, por exemplo, o PS foi o partido mais votado em praticamente todos os distritos portugueses, com exceção da Ilha da Madeira e o distrito de Leiria no continente ao qual o PSD obteve maioria dos votos. Vale ressaltar que a maioria dos eleitores da Ilha da Madeira e do distrito de Leiria foram, nos últimos 20 anos, fiéis ao PSD, (especialmente para o apoio do então Primeiro-ministro português, Passos Coelho) pois representam as maiores votações neste partido em todas as eleições para Assembleia da República.

Há tendência em votar no PS na região Central e Sul de Portugal, bem como nas Ilhas dos Açores, conforme apresentado no quadro 3. O fato corrobora para a formação e consolidação de verdadeiros territórios dos grupos partidários, legitimados a partir das altas votações nestes partidos. A análise pela Geografia Eleitoral se torna importante, como afirma Cataia (2011, p. 120): “A Geografia incorpora o conceito de território, ele é qualificado como o espaço de dominação de um dado grupo social [...]”. Para tanto:

O território não é apenas político-estatal (em suas feições interna – nas relações Estado/cidadãos e relações intergovernamentais – e externa – relações diplomáticas e militares), econômico ou cultural. Entendido como um *espaço banal*, o território usado pode abrir novas perspectivas à análise política em geografia, pois a consideração de outras variáveis, que não apenas a estatal, permite apreciar outras fontes de poder, bem como autoriza

analisar os conflitos pelo uso de espaços que não são circundados por fronteiras (escala nacional) ou por limites político-administrativos (estados e municípios) (CATAIA, 2011, p. 123-124).

O território é “palco” de conflitos e disputas de interesses, proporciona novas fronteiras em diferentes escalas. As relações culturais entre os diferentes elementos intrínsecos ao território possibilitam seu diferente uso. Os partidos políticos, grupos de poder e grupos de poder econômico podem, por sua vez, proporcionar (re) configurações na Geografia Eleitoral do país. Os vínculos existentes entre os partidos políticos e grupos de poder no eleitorado influenciam diretamente nesta configuração e distribuição dos círculos eleitorais no território.

Em Portugal, os resultados eleitorais revelam a relevância de PSD e PS na disputa pelo poder. Dentro os partidos apresentados, ambos os partidos obtiveram as maiores votações nas eleições citadas anteriormente, 1995-2009. Logo, o que se pode considerar é a ligação que estes partidos ocasionam nos eleitores-votantes, através por exemplo da atuação nas bases de organização e gestão destas instituições partidárias, pois como analisou-se no capítulo 1, os partidos políticos para enraizar-se no território e ter sucesso, faz-se necessário instituir uma gestão eficiente que compreenda as especificidades do território, por exemplo.

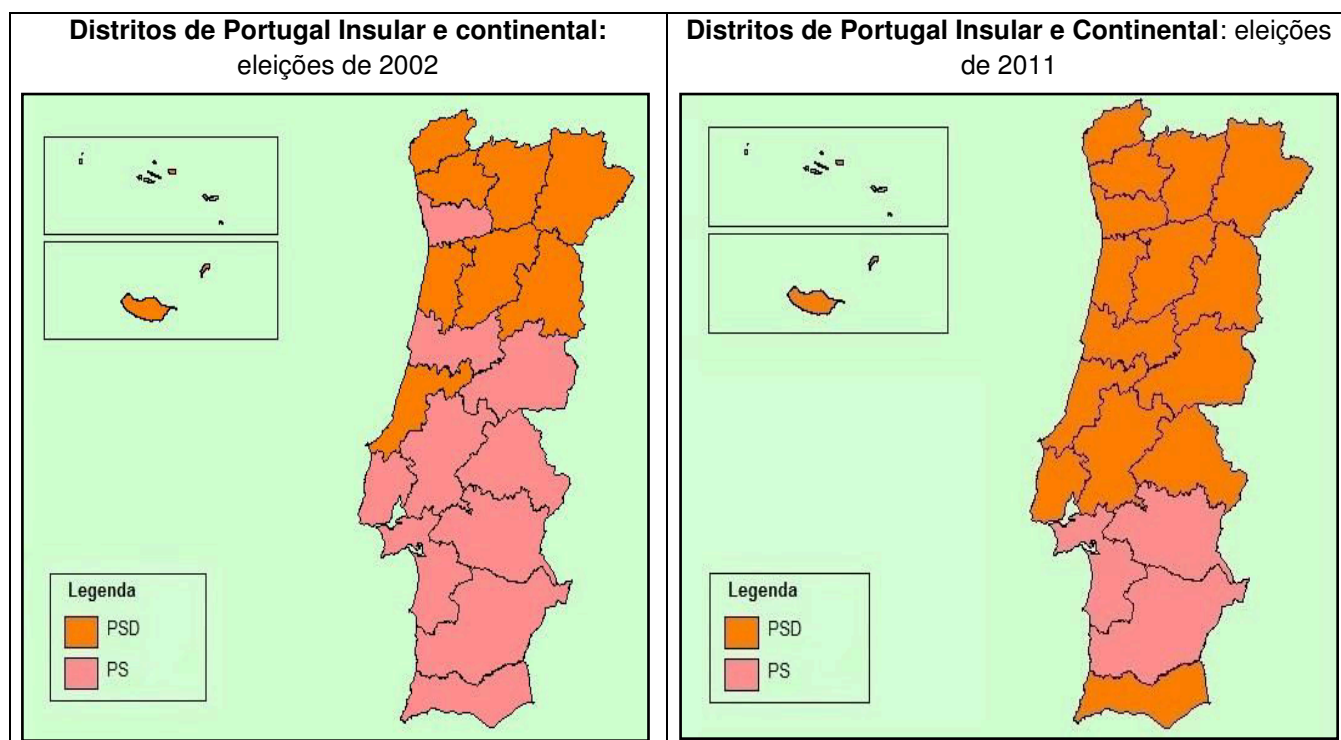
As instituições partidárias, ao causarem enraizamento no eleitorado, possibilitam uma continuidade, tornando-as legítimas naquele território. A ação do voto, respaldado pela confiança deste enraizamento, alça a instituição partidária ao posto de efetiva forma de representar a decisão da maioria. Como afirma Paiva (2011), a preferência partidária manifestada pelos eleitores costuma ser pesquisada para avaliar a importância dos partidos, seu enraizamento na sociedade e, especialmente, sua capacidade de estruturar o voto.

Piquet e Moisés (2015) explicam que o enraizamento dos partidos políticos na sociedade é medido pelo voto expresso por respondentes de pesquisas e pelo voto ideológico/programático medido pela aplicação da escala Esquerda/Direita. Através da análise do conjunto de questionários aplicados aos portugueses, compreendeu-se que o entendimento acerca de fenômenos e

temáticas ligadas à política partidária permitiu aos eleitores a noção de diferentes propostas e características dos partidos políticos, o que possibilita aos eleitores assumirem posições ideológicas e/ou adentrar ao campo da identificação partidária para decidir seu voto.

Os padrões de votação e a distribuição destes no território corroboram para consolidar este fato. O quadro 4 apresenta a distribuição dos votos no território português nas eleições de 2002 e 2011, eleições estas que demonstraram sucessos eleitorais do PSD.

Quadro 4 – Portugal: distribuição das maiores votações – eleições para a Assembleia da República (2002 e 2011)



Fonte: Comissão Nacional de Eleições-CNE (2015).

Org.: AUGUSTO, Daniel Cirilo (2015).

Na análise do quadro 4, identifica-se um padrão de votação para o PSD, constituído especialmente no Norte do país. A análise da distribuição dos votos nas eleições, em que o PSD obteve as maiores votações, possibilita verificar que os eleitores do Norte do país identificam-se partidariamente com este partido (PSD), pois nas duas eleições que este partido obteve êxito, em eleger-se

para a Assembleia da República, o padrão de votação resultou em uma ampla maioria no Norte do país. A única exceção para este padrão de votação se deu nas eleições de 2011, que o distrito de Faro (Sul do país) obteve maioria dos votos para o PSD.

No que se refere à Portugal Insular, observa-se no conjunto das análises dos quadros 3 e 4, que as Ilhas se dividiram em dois padrões de votação: 1. Região Autónoma da Madeira com maioria dos votos para o PSD e 2. Região Autónoma dos Açores com eleitores a votar em sua maioria para o PS.

No cômputo geral das análises acerca dos quadros 3 e 4, pode-se entender que no território português efetivaram-se importantes relações entre eleitorado e partido político. Esses vínculos, consolidados, por meio da identificação que o eleitor possuiu com o partido político, levaram a formar padrões de votações voltados a dois partidos políticos: PSD e PS.

O grau de afinidade, proximidade de contexto, conhecimento e aceitação de propostas de governo ocasionaram possíveis identificações entre eleitor e partido político, possibilitando um considerável enraizamento dos partidos políticos na sociedade portuguesa – no que diz respeito às eleições para Assembleia da República. Assim, as figuras pertencentes aos quadros 3 e 4 mostraram que o voto regionalizado, aos partidos políticos referidos, são consequências de uma organização territorial baseada em relações sociais estabelecidas entre partidos políticos e eleitorado, definidos através de uma Geografia Eleitoral bipolarizada (Norte e Centro-Sul).

No que diz respeito às eleições de escala local, apresentadas como as eleições para Câmara Municipal, estes partidos novamente encontram-se com relevantes votações. Ao analisar as três cidades elucidadas, nota-se que, no caso dos pleitos locais, surge o PCP como um importante partido político a eleger seus correligionários. A tabela 9 registra as votações dos cinco partidos políticos que obtiveram maiores votações em um espaço temporal de 20 anos. Nota-se que os números negritados são aqueles em que se obteve o sucesso eleitoral, ou seja, o primeiro lugar nas eleições.

Tabela 9 - Portugal: Porcentagem dos votos por partido político em eleições para câmara municipal

Partido político	Cidade	Ano eleitoral (%)					
		1993	1997	2001	2005	2009	2013
PSD	Braga	28,5	27,3	35,2	38,8	42,5	46,7
	Évora	17,2	13,4	9,5	14,7	17,5	14,7
	Lisboa	26,3	39,2	42,9	28,2	42,4	22,3
PS	Braga	50,2	50,3	47,7	44,5	44,8	32,8
	Évora	15,4	34,3	45,2	43,3	40,4	25,9
	Lisboa	56,7	51,8	41,5	35,8	26,5	50,9
CDS-PP	Braga	5,9	7,6	(**)	(**)	(**)	(**)
	Évora	5,3	3,4	1,6	1,45	2,2	(**)
	Lisboa	7,7	(**)	7,5	3,7	10,5	(**)
PCP	Braga	12,1	9,1	8,8	7,6	6,2	8,7
	Évora	57,8	45,2	40,1	32,9	34,7	49,3
	Lisboa	17,5	3,8	(**)	10,9	11,4	9,8
BE	Braga	(*)	(*)	3,3	4,3	3,8	1,3
	Évora	(*)	(*)	0,4	2,6	2,8	3,9
	Lisboa	(*)	(*)	3,8	2,9	7,9	4,6
Abstenção	Braga	29,4	34,4	29	32,2	34,7	40,1
	Évora	39,5	40	37,2	44,9	44,9	50,3
	Lisboa	46,5	51,7	45,1	47,4	47,4	54,9

(*) Neste ano o referido partido político não tinha sido instituído.

(**) Para este pleito o partido coligou-se com outro partido.

Fonte: Comissão Nacional de Eleições-CNE (2015).

Org.: AUGUSTO, Daniel Cirilo (2015).

A tabela 9 demonstra diversos dados que possibilitam uma análise sobre a conjuntura dos partidos políticos e as tendências nos padrões de votações para as eleições na escala local em Évora, Braga e Lisboa.

Em Évora, há uma constante em relação a sucessos eleitorais nos últimos 22 anos dos partidos de Esquerda, respectivamente PCP e PS. O primeiro obteve sucesso eleitoral em três eleições, a saber, 1993, 1997 e 2013, já o PS

nas eleições de 2000, 2005 e 2009 ininterruptamente, consolidando Évora como um importante território eleitoral destes partidos.

Braga, apesar de apresentar tendências em votar em partidos de Direita em pleitos de escala nacional, apresentou, até as eleições de 2009, maioria dos votos para o PS. Das seis eleições ocorridas para a Câmara Municipal, o partido obteve sucesso eleitoral em cinco, a exceção se deu recentemente nas eleições de 2013, que pela primeira vez em 24 anos⁶³, um outro partido político assumiu a Câmara Municipal, ou seja, o PSD do ex-Primeiro-ministro Passos Coelho.

O fato corrobora para dois fenômenos relevantes à Geografia Eleitoral: 1. Diferença em identificações partidárias, ao passo que se muda a escala de pleito eleitoral e 2. Eleições locais pautadas em imagens pessoais e proximidade do candidato que potencializa o voto pautado na identificação pessoal, supõe-se, pois, que o partido político não é tão necessário na escala local, comparado à escala nacional.

Entretanto, como se observa na tabela 9, os eleitores de Braga apresentaram considerável crescimento nos números de votos para o PSD, que o levou ao sucesso eleitoral nas eleições de 2013. Na esteira desta evolução do número de votos do PSD, o PS decresce, passando de 50,2% dos votos nas eleições de 1993 para 32,8% nas eleições de 2013.

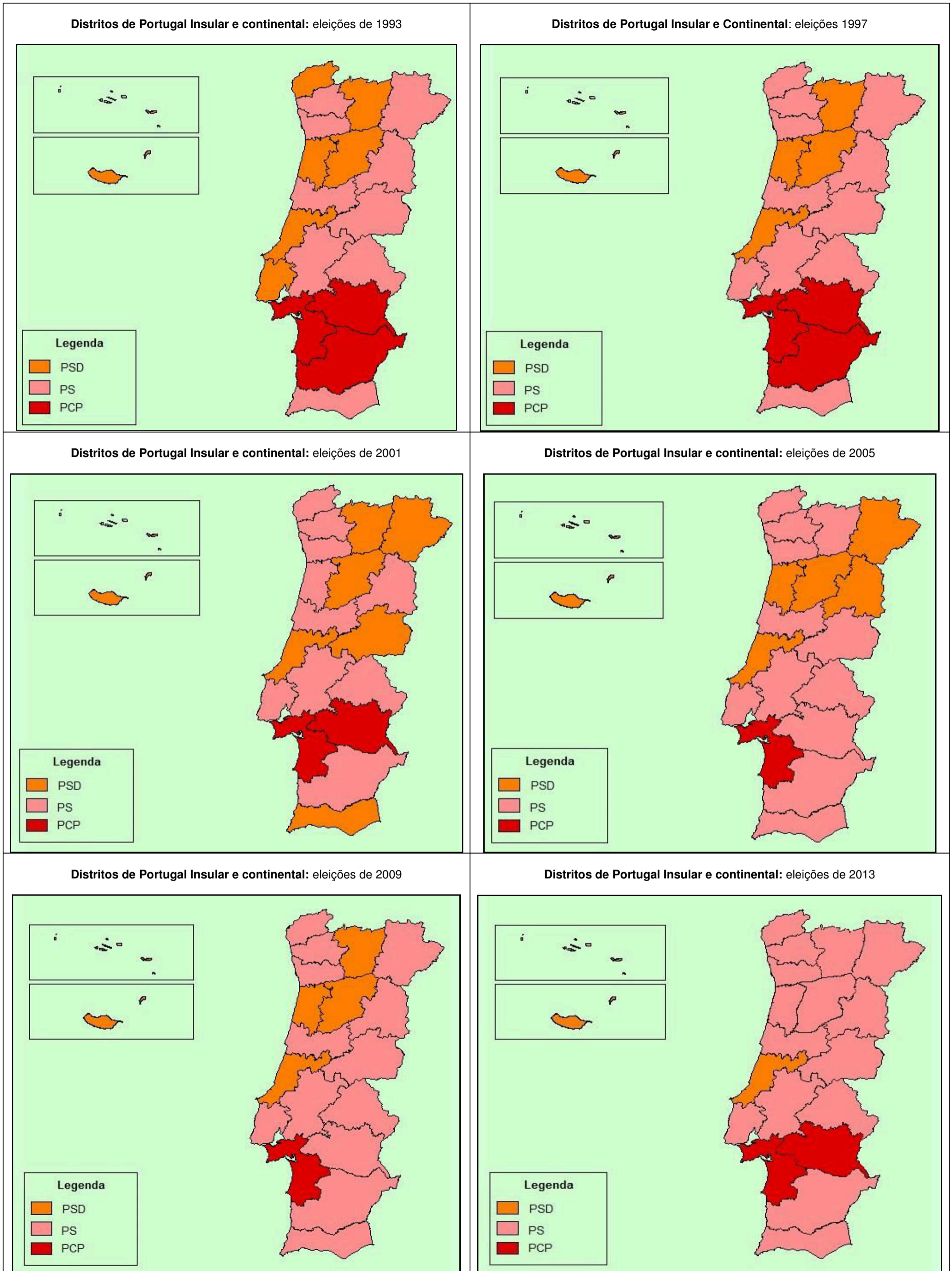
Em Lisboa, destacam-se também os dois partidos hegemônicos em Portugal: PSD e PS. O primeiro obteve êxito em duas eleições (2001 e 2009), já o PS obteve a maioria dos votos em quatro pleitos eleitorais, sendo o atual partido a governar a Câmara Municipal de Lisboa.

Através do conjunto das análises dos dados sobre as três cidades abordadas, é analisado que nos pleitos eleitorais de escala local - representados aqui pelas eleições para as Câmaras Municipais, ocorre forte tendência a eleger aqueles partidos hegemônicos em escala nacional (PSD e PS). A diferença entre as escalas de pleitos eleitorais está na potencialidade apresentada pelo PCP, que em Évora, venceu três eleições.

⁶³ Em 1989, o PSD venceu pela última vez as eleições para a Câmara Municipal de Braga.

Destes três partidos que obtiveram sucesso eleitoral nestas campanhas, o PS foi aquele que obteve maior êxito: dos 18 possíveis sucessos eleitorais evidenciados no espaço temporal da tabela 9, este partido angariou 12 pleitos, ou seja, uma diferença considerável para os demais partidos que conseguiram três eleições cada. Esta diferença é observada também quando se analisam os dados gerais dos distritos de Portugal (Quadro 5).

Quadro 5 - Portugal: Distribuição das maiores votações por partido político – eleições autárquicas



Fonte: Comissão Nacional de Eleições-CNE (2015).
Org.: AUGUSTO, Daniel Cirilo (2015).

As representações do quadro 5 demonstram que os padrões de votações por partidos políticos não são tão localizados nas eleições para as Câmaras Municipais, comparado com a eleições para Assembleia da República. Ao Norte, nesta subdivisão por distritos, pode-se observar que há diferenciações comparativamente com aquelas eleições de escala nacional (observadas anteriormente) como, por exemplo, a ascendência de um outro partido político com sucesso eleitoral: o PCP. Nestas eleições de escala local, nota-se que há hegemonia do PS a vencer os pleitos, em 1993 o PS venceu em 9 distritos em Portugal continental, passando para 15 distritos nas eleições de 2013, um aumento considerável.

Diferentemente deste notável crescimento do PS, o PSD apresentou um decrescimento no número de distritos com maioria dos votos: dos seis distritos com maioria dos votos em 1993, o PSD conseguiu maioria dos votos somente no distrito de Leiria.

O PCP apresentou um decrescimento no número de distritos com maioria em votação, ou seja, dos quatro distritos nas eleições de 1993, este partido conseguiu a maioria dos votos apenas nos distritos de Évora e Setúbal nas últimas eleições para a Câmara Municipal (2013).

Em Portugal insular, observa-se a mesma tendência para o continente, ou seja, na Ilha da Madeira a maioria dos votos foi para o PSD e, nas Ilhas Açorianas, o PS obteve a maioria dos votos, apresentando a mesma tendência nos padrões de votações observados nas eleições de escala nacional.


A ampla diferença entre o número de distritos do PS comparado com o PSD permite observar, que o eleitorado português, possui diferenciações na decisão do voto ao passo que muda a escala de análise. Como se verificou, em eleições nacionais, a tendência dos últimos pleitos foi maioria dos votos para o PSD, já em eleições de nível local, o PS obteve uma ampla maioria de distritos.

Diante disso, foi possível analisar que houve diversos elementos que compuseram a decisão do voto em Portugal, como por exemplo, os partidos políticos, a situação econômica do país, a confiança do eleitor nos partidos e na

política partidária. Todos esses elementos fazem parte dos cenários político-partidários que são construídos no território e, por conseguinte, condicionam os sucessos eleitorais dos partidos políticos e grupos políticos de maneira diferenciada no território. O fato contribuiu para diferentes decisões do voto, em especial na mudança de escala de pleito eleitoral, especificadas no capítulo 4.

Todo o processo e a gama de elementos evidenciados pelos sucessos obtidos no cenário eleitoral possibilitam ao eleitorado diferenciar-se na identificação, ora identificação pessoal, ora identificação partidária. Isso contribui diretamente para a formação da decisão do voto que por sua vez determinará os sucessos eleitorais, transformando (ou não) a Geografia Eleitoral.

Para estabelecer vinculações entre esta realidade portuguesa, apresenta-se a seguir o capítulo sobre o Brasil. Com a formulação do próximo capítulo, procedem-se as vinculações de resultados e, principalmente, compreende-se alguns cenários que são apresentados nesta tese. Dois países distintos, com sistemas eleitorais diferentes e contextos territoriais que os diferenciam, logo, com influências diferenciadas na decisão do voto.



CAPÍTULO III

CENÁRIOS POLÍTICO-PARTIDÁRIOS NO BRASIL: A
INFLUÊNCIA NA DECISÃO DO VOTO

Explanada dos ministérios e o
parlamento brasileiro

3 CENÁRIOS POLÍTICO-PARTIDÁRIOS NO BRASIL: A INFLUÊNCIA NA DECISÃO DO VOTO

A decisão do voto perpassa por inúmeros elementos até concretizar-se no ato de votar. Características distintas coexistem na sociedade e formam os diferentes contextos que o eleitorado está incluso. Esses contextos condicionam os partidos políticos, grupos de poder político e candidatos a organizarem pleitos eleitorais com coligações coerentes, mas também contraditórias, principalmente no que diz respeito à sincronia de partidos coligados nas diferentes escalas de pleitos eleitorais.

As diferentes uniões de partidos, com objetivos comuns de angariar o voto e chegar ou manter-se no poder, é posicionada de maneira confusa, bem como suas propostas de governo e objetivações. O fato leva, em geral, à diminuição da confiança desse eleitorado nos partidos políticos, decrescendo o enraizamento partidário nas sociedades contemporâneas.

Posta esta conjuntura de enfraquecimento das instituições partidárias, o texto a seguir busca investigar os fenômenos pertencentes à dinâmica que envolve a decisão do voto no Brasil. Primeiramente, há análises sobre as instituições partidárias brasileiras e a atuação dos candidatos, com especificidades aos candidatos em pleitos eleitorais de escala nacional. Relaciona-se a isso observações acerca dos sucessos eleitorais dos partidos políticos nas eleições para Presidência da República, nas quais PT e PSDB consolidaram-se, nas eleições de 2014, como aqueles partidos políticos com maiores probabilidades de vencerem os pleitos eleitorais de escala nacional, ao menos até o período citado.

Os diferentes processos que envolvem a dinâmica dos pleitos eleitorais tornam-se meios para condicionar a decisão do voto, que no caso brasileiro focou-se prioritariamente na identificação pessoal. Pleitos eleitorais de escala nacional tendem a apoiar-se, também, nas características partidárias para a decisão do voto. Entretanto, no Brasil, o que se verifica é uma estreita relação entre identificação pessoal e decisão do voto.

3.1 Os partidos políticos no Brasil: confiança e simpatia do eleitorado

As análises efetivadas no capítulo 2, sobre partidos políticos, permitem confirmar que estes são instituições importantes no processo de escolha dos candidatos, bem como, de aglutinação de ideias, propostas, ideologias e encaminhamentos de gestão de governos. Os partidos políticos são elos entre a sociedade e a administração direta do Estado, podendo contribuir para fortalecer as demandas dos grupos sociais.

Partidos políticos e candidatos são dois elementos centrais na estrutura do sistema democrático em países como o Brasil. Tais elementos são relevantes, prioritariamente, para dar “voz” à população por meio da representação. Contudo, esta representação é instituída de maneira eficaz à população, através da participação política. Diante disso, há a necessidade da existência das instituições partidárias, principalmente pela efetiva participação política.

De acordo com Avelar (2007), o ideal democrático supõe o envolvimento dos cidadãos em diferentes atividades da vida política. Estas atividades juntas sob expressão de participação política, vão desde as mais simples como conversas com família e amigos sobre os acontecimentos políticos locais, nacionais e internacionais, até as mais complexas, como fazer parte de governos, mobilizar pessoas para protestar contra autoridades políticas, associar-se em grupos e movimentos para reivindicar direitos, envolver-se na atividade da política eleitoral, votar, candidatar-se, pressionar autoridades para mudanças nas regras constitucionais para favorecer grupos de interesses etc.

As formas e os canais de participação política, segundo Avelar (2007), variam conforme o contexto histórico, as tradições da cultura política de um país ou região, e também em decorrência da situação social e econômica. Diante disso, observa-se que a lógica da organização e participação política nem sempre são as mesmas. As formas, por exemplo, dos membros das elites econômicas diferem daquelas relacionadas aos provenientes dos que não fazem parte destas elites. Então, nas palavras da autora, é mais fácil para os membros de elites econômicas iniciarem suas atividades nos partidos políticos e na política

partidária. A corporação existente entre partidos e elites faz com que pessoas destas elites alcancem cargos políticos.

A consolidação da ideia de um Estado de soberania popular oferecia a possibilidade para que cada cidadão, indiferentemente de sua posição na sociedade civil, pudesse reivindicar os seus direitos, de modo a superar sua desigualdade diante de outros que usufruíam de privilégios sociais e políticos. A extensão do sufrágio às camadas populares e a introdução do voto secreto foram instrumentos para que cada eleitor manifestasse sua opção política, longe da coerção dos mais poderosos. Foi, porém, com a organização política que se conquistou, historicamente, um novo terreno de confrontação”, pois tornou-se possível para as coletividades organizadas politicamente lutar contra os valores que justificavam as estruturas sociais de enormes desigualdades (AVELAR, 2007, p. 262).

Diante disso, o que se observa é uma necessidade da representação, principalmente daqueles que não possui possibilidades para angariar o poder ou os benefícios oriundos do poder, como por exemplo, suas demandas político-sociais. Assim, a abertura da escolha e da própria representação política possibilitaram, mesmo que limitadamente, uma melhora para aquela população que sofria a coerção exercida pelos grupos de poder ou detentores do poder.

Vale ressaltar, em consonância com Borba (2012), que a participação política é um comportamento que influencia ou tenta influenciar a distribuição dos bens públicos. Considerando também as mudanças no âmbito da participação política, pode-se dizer que esta, também, pauta-se na ação de cidadãos comuns com o objetivo de influenciar alguns resultados políticos. Segundo este autor, há necessidade de se incluir também o entendimento sobre a ação direta exercida por determinados grupos nas discussões acerca da participação política.

As definições de participação política materializam-se em diferentes indicadores empíricos, os quais, por sua vez, se transformam em medidas de participação passíveis de serem verificadas empiricamente. Tais medidas se materializam em modalidades de participação, das quais, com a posse dos dados empíricos, temos a possibilidade de verificar sua frequência, evolução, comparar países, identificar determinantes etc.

Neste cenário, Borba (2012) apresenta uma tipologia de 14 modalidades para a participação política, como se segue: 1) expor-se a solicitações políticas; 2) votar; 3) participar de uma discussão política; 4) tentar convencer alguém a votar de determinado modo; 5) usar um distintivo político; 6) fazer contato com funcionários públicos; 7) contribuir com dinheiro a um partido ou candidato; 8) assistir a um comício ou assembleia; 9) dedicar-se a uma campanha política; 10) ser membro ativo de um partido político; 11) participar de reuniões onde se tomam decisões políticas; 12) solicitar contribuições em dinheiro para causas políticas; 13) candidatar-se a um cargo eletivo e 14) ocupar cargos públicos.

O que se verifica nestas tipologias políticas propostas por Borba (2012) é que o voto e os partidos políticos são elementos relevantes para o contato entre população e Estado. Enquanto o voto significa a escolha de uma opção para representação no governo e/ou parlamento, o partido político unifica as propostas de governo, ideologia e “vontade” comum da população.

Nos variados elementos tipológicos colocados, estão intrínsecas vontades e anseios de uma classe social. Portanto, a atuação de um grupo político ou mesmo o triunfo de uma classe social em uma eleição, por exemplo, perpassa pela participação política desta classe – quanto mais forte e atuante, maiores são as chances de sucessos eleitorais. A participação política, assim, pauta-se também na consciência de classe, onde a participação seria produto da identidade política compartilhada pelos atores.

No Brasil, a extensão da participação cresceu com o passar do Império para a República se materializando principalmente pela efetivação dos partidos políticos. O fato proporcionou uma adesão maior dos indivíduos à política.

Segundo Grosselli (2011), a ideia de que deveria haver maior participação dos cidadãos nas decisões governamentais surge na década de 1960, com os movimentos estudantis e comunitários que passaram a exercer pressões políticas. A questão que se coloca na atualidade é como motivar os cidadãos para o envolvimento político. A participação mais ampla na esfera política começa, necessariamente em microesferas da vida social. De acordo com

a autora, quanto mais os indivíduos participam, mais capacitados se tornam para “fazer política”. Nesse sentido, sobre a falta de participação política Grosselli (2011, p. 133) menciona que:

Mas se falta participação política é porque faltam também outros requisitos da vida democrática. Algumas dessas faltas são relacionadas à cultura política, na qual, faltaria aos cidadãos nas democracias contemporâneas um elementar sentido de efetividade das práticas políticas civis. Parece ausente a sensação de que há uma conexão de causa e efeito entre a ação do cidadão e o modo como as coisas referentes ao Estado se decidem. Este sentimento se reforça pela impressão de que, com efeito, as indústrias da notícia, do lobby e da consultoria política têm muito maior eficácia junto à sociedade política e ao Estado de que a esfera civil. Haveria como que uma marginalização do papel dos cidadãos.

Avelar (2007) propõe que a intensidade da participação varia conforme a posição social do indivíduo porque quanto mais central, do ponto de vista da estrutura social, maior a participação e maior o senso de agregação.

A participação na política seria apenas mais um dos atributos dos indivíduos de maior centralidade, aqueles com maiores recursos materiais (dinheiro) e simbólicos (prestígio, educação), essências do arsenal de vantagens sociais e psicológicas que proveem um capital de autoconfiança, aos indivíduos, fundamentando-lhes a crença de que podem mudar as situações que lhe são adversas (AVELAR, 2007, p, 271).

E, nesta conjuntura, aqueles indivíduos de menor poder aquisitivo, sem recursos simbólicos, sem a consciência dos direitos, sentem-se inibidos a participar porque apresentam uma autoimagem negativa, se comparado com aqueles que participam. Não é sem razão que em países como o Brasil, a política é vista como uma arena para letrados, diante de evidência de que são os homens, de mais alto status e brancos que, historicamente, ocupam as mais altas posições na hierarquia política.

Portanto, a escassa participação política torna o indivíduo apto a não praticar a cidadania na essência, ou seja, este não se utiliza de um direito. De acordo com Grosselli (2011), a cidadania é um *status* concedido àqueles que são

membros integrais de uma comunidade, sendo que todos que o possuem são iguais em relação aos direitos e às obrigações. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades em que a cidadania é uma prática, cria-se uma imagem de uma cidadania ideal em relação a qual o sucesso pode ser medido e em relação a qual a aspiração pode ser dirigida. A insistência, em seguir o caminho assim determinado, equivale a uma insistência por uma medida efetiva de igualdade, um enriquecimento da matéria-prima do status e um aumento no número daqueles a quem o é conferido. A cidadania, esteve associada ao exercício do poder.

A cidadania está, ao longo da história, associada à questão do exercício do poder, dos mecanismos de representação e dos direitos e, com o advento do Estado-nação, às identidades nacionais. Está, portanto, tradicionalmente associada aos espaços nacionais e condicionada pelas culturas nacionais, com todos os condicionalismos dos vários espaços e tempos históricos (GROSSELLI, 2011, p. 134).

Assim, segundo a autora, entende-se que a cidadania é o conjunto de condições jurídicas da pessoa natural, que se acha no gozo de seus direitos civis e políticos, outorgados e assegurados pela Constituição e pelas leis pertinentes à matéria (exercício do direito de voto e de ser votado; desempenho de funções públicas; atividades profissionais em geral, comerciais, empresariais, etc.).

Porém, embora os vocábulos cidadania e cidadão, no modelo democrático, venham adquirindo particularidades, que não se esgotam na compreensão de ser aquele que participa dos negócios da cidade ou o indivíduo que passou a ser o centro da Sociedade. Levando-se em conta que a Constituição Federal delimitou quem são os portadores de direitos políticos com capacidade para o exercício da soberania popular, cidadãos, nesta abordagem, restringem-se aos indivíduos eleitores. Contudo, o que se sabe é que a definição é repensada e revivida nos dias atuais e não mais se expressa na fórmula do poder apenas, exercício em nome do povo. Ela é hoje, cada vez mais, exercida pelo próprio povo. A organização política amadurecida na cidadania participativa direta e permanente assegura o exercício do poder pelo próprio povo. Vale

ressaltar que estas afirmativas são decisivas, por exemplo, em realidades de democracias amadurecidas (GROSSELLI, 2011).

Nesse sentido, a sociedade encontra no voto o elo entre sociedade e Estado. A busca por demandas e a participação política passam pelo ato de votar, sendo que no Brasil esse ato é um pré-requisito para a atuação cidadã, portanto, é obrigatória. Na aplicação de questionários realizada para esta tese, observou-se que o voto, dentre algumas possibilidades, foi a opção mais escolhida pelos eleitores, como elemento para praticar a cidadania (tabela 10).

Tabela 10 - Brasil: elementos considerados relevantes, pelos eleitores, para a prática da cidadania

Elementos\Cidade	Laranjeiras do Sul	Maringá	Curitiba	Total-geral (n=384)
Ajudar pessoas desfavorecidas financeiramente	16,7%	9,4%	4,5%	5,5%
Cumprir com os serviços militares	0%	0%	1,0%	0,8%
Eleger produtos ambientalmente. Corretos	0%	1,6%	2,5%	2,3%
Obedecer às leis	16,7%	34,4%	27,1%	28,1%
Pagar impostos	33,3%	12,5%	13,1%	13,3%
Participar em organizações e associações comunitárias	0%	1,6%	10,2%	8,6%
Participar em organizações políticas	0%	4,7%	3,2%	3,4%
Votar	33,3%	35,9%	38,5%	38%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100%

Fonte: Aplicação de questionários (2015).

Como se observa na tabela 10, o ato de votar é primordial para exercício da cidadania para 38% dos inquiridos, obtendo o maior número na cidade de Curitiba, com 38,5%. A explicação para este considerável número na opção “votar” reside, possivelmente, na obrigatoriedade do voto, pois no Brasil é condicionado aos eleitores que o voto é um dever do cidadão, diferentemente do caso português em que o eleitorado entende o voto como um direito.

As demais opções, com destaque nas escolhas dos eleitores brasileiros, foram: “Obedecer às leis”, com um total de 28,1% de inquiridos; “Pagar impostos” obteve um total geral de 13,3%.

Um menor número de eleitores, mencionaram que “Cumprir com os serviços militares” e “Eleger produtos ambientalmente corretos” são alternativas para a prática da cidadania, apresentado 0,8% dos eleitores para esta primeira opção e 2,3% para a segunda opção.

Diante da totalização dos dados da tabela 10, é possível destacar que as opções “Participar em organizações políticas” e “Participar em organizações comunitárias” não foram escolhidas por um considerável número de inquiridos, respectivamente 3,4% e 8,6%, o que demonstra que estes condicionam sua ação, enquanto cidadãos, no ato de votar. É consenso que participar de associações comunitárias e organizações políticas, é um meio de exercitar a cidadania, no entanto, este meio não é utilizado por um grande número de eleitores.

A análise feita nas cidades demonstra que Laranjeiras do Sul foi, dentre elas a que os entrevistados menos participam das associações comunitárias e organizações políticas uma vez que nenhum inquirido optou por uma dessas possibilidades para demonstrar o exercício da cidadania. Em Maringá, os números também foram inexpressivos, com 1,6% e 4,7%, respectivamente, “Participar em organizações e associações comunitárias” e “Participar em organizações políticas”.

Diante disso, o que se observa em algumas realidades brasileiras é que a prática da cidadania, na conjuntura política, é restrita ao ato do voto. Logicamente, votar é importante e necessário para um país democrático como é o caso do Brasil, entretanto, a cidadania perpassa por diversas outras atuações que condicionam uma formação efetiva da participação política.

A inserção da população nos partidos políticos contribui para, além da participação política, uma representação capaz de fortalecer as instituições partidárias com bases consolidadas na sociedade. Desse modo, a falta de participação política ocasiona o enfraquecimento de instituições, inclusive aquelas responsáveis pela representação da população, como é o caso dos partidos políticos.

Avelar (2007) salienta que a participação política e a democracia são fenômenos intimamente ligados, e cuja relação é complexa e delicada. Nem todas

as democracias apresentam alto grau de politização em sua vida social, e este fato contribui para uma menor participação política. Portanto, há necessidade de as instituições democráticas tornem os indivíduos aptos a participarem da sociedade politicamente, pois isso indica ser o caminho para a democratização.

Nessa conjuntura, os partidos políticos são essenciais para criar enraizamento nos indivíduos, antes mesmo destes tornarem-se eleitores. Kinzo (2005) e Carreirão (2007) evidenciam a necessidade dos partidos políticos se organizarem para a conquista do eleitorado, tornando-se elementos facilitadores da escolha eleitoral.

[...] a condição básica para torná-los um instrumento orientador da decisão é que eles tenham visibilidade suficiente na competição eleitoral. É mediante sua visibilidade, combinada com a contínua participação em eleições, que é possível o surgimento da lealdade partidária, que pode crescer ao longo da experiência política democrática. (KINZO, 2005, p. 66)

A autora destaca a importância dos partidos em organizar o processo eleitoral. Diante disso, vale ressaltar que partidos políticos deveriam ser facilitadores e estruturadores, obtendo visibilidade na escolha eleitoral, como mencionou a autora anteriormente. A visibilidade, aliada à contínua participação em eleições gerais, e também à lealdade partidária, pode crescer ao longo da experiência democrática (KINZO, 2005).

Kinzo (2005), ainda analisa, a possibilidade de os partidos políticos brasileiros oferecerem opções políticas distintas para construir no eleitorado a identificação partidária. Para esta análise, a autora busca discutir a questão a partir dos índices de volatilidade eleitoral⁶⁴. Segundo ela, o Brasil possui uma das mais elevadas volatilidades eleitorais do mundo. Do período de 1982 a 1998, em média, cerca de 30% do eleitorado mudou seu voto em relação ao partido político que votou anteriormente, índice que tem se mantido até os dias atuais.

⁶⁴ De acordo com Kinzo (2005), o índice de volatilidade eleitoral mensura a preferência partidária num determinado lugar. É ela que indica as dificuldades de estabilização do sistema partidário. Se a volatilidade eleitoral for baixa, maior será a probabilidade de que os partidos estabelecidos tenham força para determinar as preferências. Se ocorrer o contrário, significa que os partidos não conseguiram se enraizar junto ao eleitorado.

[...] criam uma situação que não apenas estimula a personalização da competição, mas também torna nebulosa a disputa propriamente partidária. Como os partidos têm menos visibilidade do que os candidatos, não conseguem fixar suas imagens junto ao eleitorado, o que dificulta a criação de identidades e conexões com os eleitores. (KINZO, 2005, p. 67)

Dessa forma, demonstra-se que as “imagens” construídas para os/dos candidatos nos períodos eleitorais contribuem significativamente para a personificação. Incorporando esta situação à mídia, consolida-se como elemento de apoio às campanhas eleitorais centradas em personalidades e contribui para o decréscimo das competições centradas em partidos.

A alta volatilidade é um indicador do quanto os partidos estão enfraquecidos perante o eleitorado. Quais razões justificam este fato? Algumas já foram mencionadas, outras se reportam ao comportamento eleitoral centrado na identificação pessoal. Com relação à identificação partidária, Carreirão (2007) afirma que, recentemente, o governo do petista Luiz Inácio Lula da Silva (primeiro mandato) foi primordial para a diluição das diferenças ideológicas entre os partidos na percepção de considerável parte do eleitorado brasileiro. Segundo o autor, as semelhanças entre Lula e seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso (FHC) (PSDB), guardadas as devidas proporções, contribuíram para a diluição das diferenças entre as ideologias partidárias.

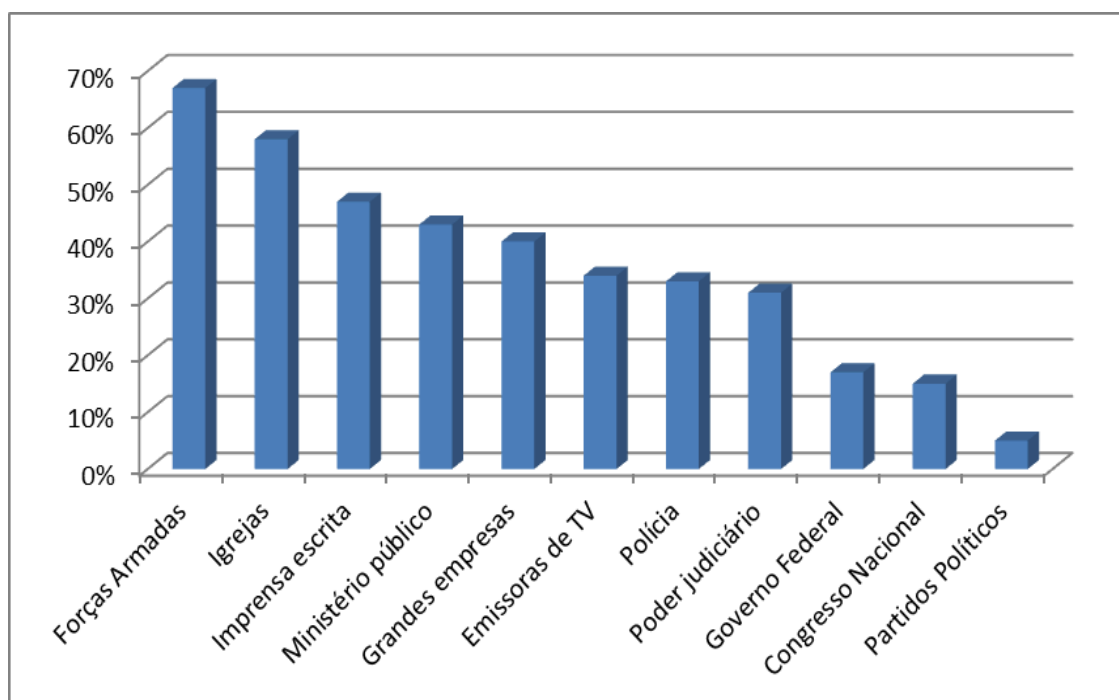
Carreirão (2007) explica que a diferença se pauta, em especial, no posicionamento desses eleitores, sendo de Esquerda ou de Direita, ou seja, o eleitorado, ao possuir dificuldades em avaliar e identificar o arcabouço ideológico dos diversos partidos, automaticamente não está capacitado a analisar, de forma profícua, as diferenças entre os partidos. Por este motivo, para o eleitor, a diferença de ideologias se resume a duas, quais sejam, Esquerda e Direita, mesmo sem saber ao certo o significado para a política brasileira.

Ainda conforme o autor, a principal diferença entre os eleitores com identificação à orientação de Esquerda e os com identificação à orientação de Direita está em que os primeiros esperam que sejam realizadas mudanças pela

mobilização social, e os demais se expressam no apego à autoridade e à ordem, respectivamente.

Diante disso, compreende-se que para a efetiva criação de identificações partidárias e afinidades aos partidos políticos, faz-se necessário torná-los instituições de confiança para a população, uma vez que, no Brasil, isso não acontece para a maior parcela da população. Em pesquisas realizadas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2015), os partidos políticos ocupam uma posição de destaque, negativamente, no que se refere à confiança dos brasileiros (gráfico 8).

Gráfico 8 - Brasil: confiança dos eleitores em instituições públicas e privadas



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (2015).

Org.: AUGUSTO, Daniel Cirilo (2015).

A pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas com algumas instituições públicas e privadas, para as quais observa-se menor ou maior grau de confiança. Para estes resultados, o inquirido tinha a opção de escolher uma ou mais instituições. Assim, observou-se que instituições envolvidas na política partidária foram aquelas com menor grau de confiança. Os partidos políticos destacaram-se como a opção com menor grau de confiança entre os inquiridos

(4%), bem como, o congresso nacional e o governo federal, respectivamente 12% e 15%.

O fato reflete a baixa participação destas instituições no cotidiano da população e, em geral, demonstra, além do não enraizamento destes enquanto meio de instituir ideologias e filosofias de pensamento, um sentimento negativo, a desconfiança.

Ainda conforme o gráfico 7, observa-se que as três maiores instituições que inspiram confiança nas pessoas questionadas foram: “Forças Armadas” 65%, “igrejas” 58% e “imprensa escrita” 45%. A primeira instituição citada, reflete o clichê utilizado em demasia por inúmeros manifestantes que no período entre 2015-2016 incitavam intervenção militar para a retirada do PT e da ex-presidente Dilma Rousseff da Presidência da República.

Dentre os vários motivos que colocaram a instituição “igreja” bem colocada no gráfico anterior, pode-se citar o fato que as bancadas religiosas estão em um crescente na política partidária brasileira, em especial, a bancada evangélica⁶⁵ no parlamento. Em sua mais recente pesquisa, ano de 2010, os dados do IBGE demonstram que a bancada evangélica cresceu 61% na década passada (2000-2010), com crescimento de 30% exclusivo da última legislatura - eleições de 2014 (IBGE, 2016).

A “imprensa escrita” é vista por 45% das pessoas questionadas como instituição que apresenta confiança e, próximo à esta porcentagem encontra-se as “Emissoras de televisão” que inspira confiança à 33% das pessoas questionadas. Além disso, outras instituições apresentadas no gráfico 8 que

⁶⁵ Segundo Dantas (2011), a força política dos segmentos evangélicos começou a se manifestar em meados da década de 1980, no período de redemocratização da sociedade brasileira, durante as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Diferentes denominações evangélicas se mobilizaram para eleger seus candidatos e garantir uma representação parlamentar que pudesse defender interesses institucionais, princípios cristãos e orientações doutrinárias, como a manutenção da família, a união conjugal monogâmica e heterossexual, a proibição do aborto e do divórcio, a moral sexual e o combate à homossexualidade. Além da questão moral, as agremiações pentecostais e neopentecostais investiram na política partidária para ampliar seu poder de competição no campo religioso, combater a hegemonia da Igreja Católica bem como obter concessão de canais de rádio e televisão e doação de terrenos públicos em troca de apoios ao governo federal.

merecem destaque é o “Ministério público” e a “Polícia”, respectivamente, obtiveram uma porcentagem de 41% e 31%.

Aos partidos políticos brasileiros, instituições mais descreditas segundo as pessoas questionadas do gráfico 8, há necessidade de conhecer o funcionamento destas instituições, bem como, seus objetivos.

De acordo com Araújo (2004), os partidos atuam como instituições voltadas para a disputa e o exercício do poder. Assim, sua característica fundamental seria influenciar ações sociais de qualquer conteúdo.

Duverger (1970) afirma que a linguagem cotidiana restringe o uso da palavra “partido” aos grupos organizados para a disputa e exercício do poder no âmbito de uma organização estatal. No entanto, para o autor, essa restrição ainda é insuficiente. Com esse sentido, os partidos políticos continuam a englobar facções de todo tipo: grupos de cidadãos nas repúblicas da antiguidade, bandos sob a liderança de chefes militares e partidos modernos. Apenas a estes últimos caberia, a rigor, o termo “partido”: organizações políticas caracterizadas pela existência articulada de facções parlamentares e comitês eleitorais.

“Partido” supõe, nessa acepção, atuação parlamentar conjunta de um grupo e ações organizadas com vistas à eleição de seus membros. Segundo essa definição, portanto, organizações clandestinas, sociedades secretas, movimentos de massa que não disputam o poder pelos caminhos que a institucionalidade define como legais, não seriam partidos, no sentido moderno do termo (ARAÚJO, 2004).

Entretanto, as discussões acerca de partidos políticos, e neste caso, dos partidos políticos brasileiros, se constroem mais a fundo. A reflexão, em torno deste tema, deve levar em consideração os objetivos, as diferenças ideológicas existentes nestas instituições que buscam o poder, muitas vezes, a qualquer custo.

O debate recorrente evidencia, principalmente, a origem ideológica da Esquerda ou Direita, possibilitando compreender quais atribuições diferenciam as instituições partidárias. Michels (1982) evidenciou, em análise sobre os partidos socialistas e aqueles partidos voltados às classes dominantes que:

A luta que os socialistas travam contra os partidos das classes dominantes não é mais concebida como uma luta de princípios, mas como uma luta de concorrência. O partido revolucionário rivaliza com os partidos burgueses pela conquista do poder. Por isso ele abre seus quadros a todos os indivíduos que possam lhe ser úteis sob esse aspecto ou sejam simplesmente suscetíveis de reformar e aumentar seus batalhões na luta em que está engajado (MICHELS, 1982, p. 224).

Os partidos caracterizam-se como aglutinadores de “força”, que potencializam ações e que levam determinado grupo ou pessoa ao poder, como afirma Michels (1982). Uma preocupação recorrente às instituições partidárias é a potencialidade que esta detém no jogo de forças para alcançar ou manter-se no poder. Para isso, o autor menciona que:

Um partido não é nem uma unidade social, nem uma unidade econômica. Sua base está formulada pelo seu programa. Este pode muito bem ser a expressão teórica dos interesses de uma determinada classe. Mas na prática cada um pode aderir a um partido, independente dos seus interesses privados coincidirem ou não com os princípios enunciados no programa (MICHELS, 1982, p. 224).

Portanto, entende-se pelas palavras do autor, que as pessoas e grupos podem aderir a um partido buscando objetivos privados, pois, na teoria, existem partidos políticos que formulam suas filiações e adesões, por exemplo, por meio de seu conteúdo programático, bem como, suas propostas e ideologia, mas, na prática, grupos e pessoas podem aderir a um determinado partido possuindo objetivos privados.

Os partidos políticos têm como objetivos dar respostas às demandas provenientes do ambiente social ou converter as demandas em respostas. As respostas das instituições políticas são dadas sob a forma de decisões coletivas vinculatórias para toda a sociedade. Por sua vez, estas respostas retroagem sobre a transformação do ambiente social, do qual, em sequência ao modo como são dadas, nascem novas demandas e respostas (BOBBIO, 2007).

No caso brasileiro, é importante analisar em que medida os partidos políticos estão atrelados à sociedade e quais as respostas estas instituições colocam na sociedade como contrapartida do mérito da representação do todo ou maioria, para o caso dos partidos com sucesso eleitoral, por exemplo.

Na Geografia Eleitoral, a ligação nas abordagens entre Geografia e Partidos Políticos, ocorre por meio da análise da distribuição dos votos por partidos políticos no território, como observou-se nas análises acerca das pesquisas em Geografia Eleitoral (conforme capítulo 1). De acordo com Braga e Pimentel (2011), é considerável o volume da literatura que busca avaliar a capacidade dos partidos políticos brasileiros de estruturar a competição político-eleitoral na atual quadra democrática. A maioria desses estudos defende que os partidos estão pouco enraizados na sociedade, limitados a uma maioria dos eleitores com maior escolaridade e envolvimento político, mitigando, dessa forma, a eficiência dessa variável em explicar os resultados finais dos pleitos. Assim, considera-se que:

Boa parte desses trabalhos utiliza medidas empíricas de surveys baseados no conceito de identificação partidária, tal como formulado pela escola de Michigan (CAMPBELL et al. 1960). Tradicionalmente, nos surveys brasileiros é perguntado para os entrevistados responderem de forma espontânea se possuem algum partido de preferência. Os resultados desse tipo de medida têm sido níveis de identificação partidária com pouco menos da metade dos eleitores declarando algum partido de preferência (BRAGA e PIMENTEL, p. 274, 2011).

Para tanto, esses índices de identificação partidária na democracia brasileira, considerados relativamente baixos por essa literatura, não são totalmente desalentadores. Comparado a outros países, o Brasil encontra-se em um patamar não muito diferente, mesmo quando o aproximamos das chamadas democracias consolidadas. Assim, no que concerne às novas democracias, advindas da terceira onda de democratização, o Brasil se destaca em relação a países da América do Sul, como, por exemplo, Chile e Peru, e a nações da Europa Oriental, como Eslovênia, Lituânia, Bulgária e Polônia. O Brasil encontra-se ainda em um patamar muito próximo ao do México e de Portugal, conforme dados do quadro 6.

Quadro 6 – Identificação partidária comparada (1995 – 2005)

País	Ano de 1995	Ano de 2005
Austrália	83,5	83,9
Ucrânia	70,5	0,2
Israel	64,2	62,4
Estados Unidos	57	56,1
Nova Zelândia	56,3	55,7
Rússia	56,1	0,3
França	-	55,8
Polónia	53,7	41,8
Suécia	53,1	48,8
Noruega	52,9	41,3
Canadá	52,1	-
Portugal	51,8	51,7
Islândia	51,6	54,2
Dinamarca	51,4	50
Brasil	-	49,4
Grã-Bretanha	48,8	44,9
República Tcheca	48,8	63,7
México	48,2	51,9

Fonte: Comparative Study of Electoral Systems.

Adaptado por: Dalton e Weldon (2007).

Em relação a identificação partidária, ao estabelecer comparações com às democracias consolidadas, o Brasil se posiciona em níveis próximos aos encontrados na Grã-Bretanha, Dinamarca, Noruega, Suécia, Finlândia e Irlanda, e ainda possui nível superior ao Japão, Coreia, Alemanha, Suíça, Bélgica e Holanda. Aparecem com níveis um pouco superiores, mas dentro de uma margem estreita, Islândia e Hungria. Mesmo a França e os EUA, não apresentam níveis muito maiores que os do Brasil (BRAGA e PIMENTEL, 2011), conforme quadro 6.

Braga e Pimentel (2011) ressaltam que a média de identificação partidária nas democracias consolidadas vem diminuindo gradativamente nas últimas décadas. Ao comparar a diferença entre as décadas (1995/2005), apresentadas no quadro 6, terá uma diminuição de aproximadamente 5% na identificação partidária. O fato é um processo de escala global que também atinge as novas democracias, sobretudo em função do impacto crescente das mídias de

massa e da centralização das campanhas nos candidatos⁶⁶, reduzindo, dessa forma, o papel ocupado pelos partidos no passado, aumentando os sentimentos antipartidários e a desconfiança dos partidos na opinião pública.

Nesse sentido, um destaque que se observa com a análise dos autores trabalhados neste capítulo como, Braga e Pimentel (2011) e Dalton e Weldon (2007), conjunto de autores é que de fato, um contexto generalizado como esse, é provável não encontrarmos no futuro do Brasil níveis de identificação partidária parecidos aos existentes na experiência democrática de 1945-64, quando esse número chegou a 64% e que se equiparava aos índices encontrados nas democracias consolidadas à época.

Dessa forma, como afirma Carreirão (2007), é válido salientar que o partido que mais contribui para que a identificação partidária no Brasil (desde a redemocratização do país na década de 1980) foi o PT, cujos níveis de preferência encontram-se relativamente altos, alcançando acima de 20% na década de 2000. Contudo, episódios de corrupção durante o governo Lula e Dilma, influenciaram para o declínio da imagem positiva do partido⁶⁷, tendo a partir de 2013 alcançando altos índices de rejeição. Vale ressaltar que esta rejeição ao PT é confirmada pelos resultados das eleições municipais (com forte decréscimo do número de prefeitos eleitos pela sigla) e, também, pelos resultados apresentados pelos questionários aplicados aos eleitores brasileiros em 2015, demonstrados *a posteriori*.⁶⁸

⁶⁶ Em 2015, ocorreu no Brasil algumas mudanças nas regras eleitorais com o intuito de fomentar um equilíbrio maior entre os partidos. Destaca-se as seguintes regras: *Doações de campanhas*: ficam proibidas as doações empresariais, apenas por pessoas físicas. E não é possível doação de um valor imenso para determinada campanha. *Tempo de campanha eleitoral*: reduzido de 90 dias para 45 dias. *Horário eleitoral na TV e rádio*: diminuído de 45 para 35 dias, com dois blocos de 10 minutos cada (TSE, 2016), a lei que regulariza as campanhas eleitorais está presente no anexo D desta tese (pag. 307).

⁶⁷ O enfraquecimento do PT instigou-se por alguns acontecimentos, altamente divulgados na mídia brasileira, dentre eles: a investigação pela operação “Lava Jato”, Gestão Dilma Roussef, situação de crise econômica e propostas política do PT que caíram na descrença em função dos casos de corrupção.

⁶⁸ Além desses fatos citados, destacam-se as derrotas que o PT sofreu no parlamento, em especial no segundo mandato de Dilma Roussef na presidência, como por exemplo, a derrota da eleição do candidato do partido à presidência da Câmara federal (Arlindo Chinaglia) para Eduardo Cunha (PMDB), articulador do impeachment da ex-presidente.

Até a década de 2010, o PT conseguia alcançar bons índices de identificação partidária no eleitorado, em função de sua organização partidária e claro, a “boa imagem” junto aos eleitores. Tido como único partido de massas do Brasil, o PT soube se colocar junto aos movimentos sociais, integrando-se no eleitorado como um partido de Esquerda e de oposição (até 2002), tratando de fixar uma imagem robusta e conjunta dos seus políticos, cativando, com o passar do tempo, uma grande quantidade de eleitores. Segundo Braga e Pimentel (2011), outra possível razão para esse vínculo do PT com o eleitorado é o uso estratégico que os seus candidatos fazem do horário eleitoral gratuito.

Em comparação com os demais partidos, o PT utilizou muito mais o seu símbolo partidário, e os discursos dos candidatos deram ênfase à questão partidária. Mesmo centradas na figura e imagem dos políticos, as campanhas dos candidatos do PT, em todos os níveis e cargos, possuem um discurso partidário que os demais partidos não fazem questão de salientar.

Autores clássicos, como Dueverger e Michels, afirmam que o cerne do partido de massas está na mobilização. Para Dueverger (1970), vários partidos coexistem num mesmo país: as formas e as modalidades dessa coexistência definem o “sistema de partidos” do país. Nesta conjuntura, a existência de partidos de massas, procede à educação política, investe em uma nova cultura, mobilizando-a, efetivando uma vida partidária no cotidiano.

Segundo Dueverger (1970), na oposição do fator mobilizador existente no seio dos partidos de massas, há existência dos partidos *totalitários* e *partidos de quadros*. O primeiro cria um sistema geral de explicação do mundo e exclui o que difere de sua ideia. Diferentemente do partido de quadro, o partido totalitário não possui liberdade para discussão, são doutrinados ao extremo.

Por sua vez, os partidos de quadro consolidam-se como uma “constelação”, ou seja, está repleto de pessoas ilustres no seu interior. Estes são, essencialmente, partidos de notáveis, de individualidades com certa identidade de opiniões, que se reúnem para preparar eleições, por isso são partidos flexíveis, sem disciplina rígida e pouco estruturados, em que predomina a preocupação com a qualidade dos seus membros efetivos em detrimento da quantidade. Esta

última diferença é o grande “divisor” entre os partidos de quadros e partidos de massas.

Os dados apresentados por Carreirão (2006), durante o período em que o PT possuía consideráveis níveis de identificação partidária, evidenciam que no Brasil, o PT era o partido político que mais se aproximava à definição de partido de massa, pois por consequência, obteve maiores níveis de identificação partidária nas últimas décadas. Entretanto, como afirma o autor, a experiência no governo, a partir de 2003, fez com que os níveis de identificação partidária no PT declinassem. A explicação, para o autor (em 2006), foi a pouca diferença entre o governo do PT com o partido que o antecedeu, o PSDB.

O caso brasileiro se aproxima da visão negativa exposta por Michels (1914), ao escrever sob o pessimismo vivido em sua estrutura política na Europa no final do Século XIX. Segundo ele, os partidos de massas tornavam-se similares àqueles aos quais se opunham.

O sentimento de responsabilidade começa a despertar subitamente no partido socialista. Por isso ele reage usando toda a autoridade que dispõe, contra as correntes revolucionárias que existem no seu seio e que ele tinha visto até aqui com olhos indulgentes. Em nome da grave responsabilidade que lhe incumbe e da qual sente agora todo peso, ele reprova o antimilitarismo, repudia a greve geral e renega todas as ousadias lógicas do seu passado (MICHELS, 1982, p. 222).

Nas palavras de Michels (1970), observa-se o sentido negativo que o autor atribui aos partidos políticos que estão no poder. Para o autor, tanto os partidos socialistas, quanto os partidos que buscam representar a massa, quando alcançam o poder e visualizam como funciona a “máquina pública”, estabelecem suas ações governativas de modo distinto ao qual apregoavam anteriormente, ou seja, assemelham-se à forma de governo que antes condenavam. Diante disso, a atuação dos partidos, e em especial aqueles que alcançam o poder, determinam a afinidade que o eleitorado possui com a estrutura da política partidária e também com as instituições partidárias. O fato leva muitos eleitores a sequer demonstrar qualquer simpatia em relação à atuação dos partidos políticos, como se verifica na tabela 11.

Tabela 11 - Brasil: eleitores e a simpatia pelos partidos políticos

Partido Político	Cidades			Total geral (n=384)
	Laranjeiras do Sul	Maringá	Curitiba	
PSDB	16,7%	10,9%	12,7%	12,5%
PT	37,0%	21,9%	14,6%	16,4%
PSOL	0,0%	0,0%	1,3%	1,0%
PMDB	13%	10,9%	4,5%	5,5%
Nunca	0,0%	43,8%	56,1%	53,1%
Outro	33,3%	12,5%	10,8%	11,5%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Aplicação de questionários (2015).

No conjunto das análises dos resultados oriundos da tabela 11, tem-se uma elevada porcentagem de eleitores que nunca obtiveram qualquer simpatia para com os partidos políticos. O total geral da amostra utilizada alcançou 53,1% de inquiridos a escolher a opção “nunca”, o que significa uma pequena possibilidade de ascensão da identificação partidária, já que está na base desta, a existência da simpatia.

A tabela 11 expõe que os partidos que inspiraram alguma simpatia (mesmo que baixa), no eleitorado foi o PT (16,4), seguido do PSDB (12,5%). A existência destas porcentagens nas realidades estudadas, um pouco mais elevada para o PT e PSDB, refletem o panorama da conjuntura nacional no momento da aplicação dos questionários (ano de 2015), em que ambos os partidos são os mais votados nas últimas disputas eleitorais para a presidência da república, inclusive nas eleições antecedentes, especificamente, desde 1994 até 2014.

Ao comparar as três cidades de aplicação dos questionários, pode-se analisar que Laranjeiras do Sul apresentou um maior número de eleitores que já tiveram simpatia com o PT, cerca de 37% dos eleitores questionados afirmaram já possui simpatia pelo partido. O resultado reflete a influência dos movimentos sociais existentes neste município, a saber o Movimento Sem Terra (MST) que possui diversos assentamentos pela região que se localiza este município. Em uma segunda posição no número de eleitores simpatizados, encontra-se o PSDB

e PMDB, respectivamente 16,7% e 13% das simpatias do eleitorado de Laranjeiras do Sul.

Maringá e Curitiba apresentaram um número menor de eleitores que em algum momento, tiveram simpatia pelo PT, a primeira com 21,9% e a segunda com 14,6% de simpatias pelo partido. O PSDB em Maringá obteve a mesma porcentagem que o PMDB, cerca de 10,9% e em Curitiba, o PSDB alcançou 12,7% dos eleitores a afirmarem em algum momento da vida ter simpatia com este partido.

Através da análise do conjunto dos questionários aplicados, observou-se um sentimento evidente de negação no que diz respeito à proximidade entre eleitor e partido políticos. Ao ser questionado, um determinado eleitor mencionou: *“Eu não tenho nenhum gosto por estes partidos, nenhum presta! Só sabem roubar o dinheiro do povo, por isso eu não gosto e nunca gostei de nenhum [partido político]”* (Eleitor, 65 anos, Guarda Municipal).

O demonstrativo de negação existente no eleitor citado reflete, possivelmente, uma “vergonha” ou receio em assumir posição a favor de algum partido político, pois, na visão desses eleitores, não há distinção entre os partidos, são todos iguais sem qualquer diferenciação. A fala a seguir corrobora para o fato: *“Para falar a verdade eu gostava do PT, votei no Lula e na Dilma, mas agora eles fizeram tanta coisa errada, que eu nem gosto mais... Não quero mais saber de política sabe? [...]”* (Eleitora, 49 anos, diarista).

Exemplos como este corroboram com as afirmativas já realizadas aqui. A situação posta pela eleitora, permite identificar que o PT vem se consolidando desde 2013, como o partido que mais decresceu nos níveis de simpatia do eleitorado brasileiro. A diminuição do ritmo de crescimento da economia, no primeiro mandato de Dilma Rousseff, bem como a recessão econômica e escândalos de corrupção na Petrobras, levaram muitos eleitores simpatizantes pelo PT a perderem a preferência em eleger correligionários deste partido. Vale ressaltar que este descontentamento foi substancialmente ganhando adeptos, graças ao crescente número de notícias e manchetes que exaltaram os problemas e fatos envolvendo a corrupção junto ao PT.

Ao analisar os últimos 20 anos de eleições, Paiva e Tarouco (2011) mencionam que PT, PSDB e PMDB, nesta ordem, concentravam quase a totalidade das preferências do eleitorado. É interessante observar que os partidos que lideraram as preferências são aqueles que, nos últimos anos, estiveram liderando a disputa pelas eleições presidenciais – PT e PSDB. No período em questão, como se analisou o PT apresentava grande vantagem. Em seguida, está o PMDB, partido que teve um papel importante na transição política e, desde então, vem elegendo bancadas expressivas no Congresso Nacional e se destacando nas demais esferas da competição eleitoral, à semelhança dos dois primeiros colocados.

Em 2010, ano de realização de *Surveys* pelo Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), os níveis de preferência para o PT eram consideravelmente maiores, como é possível constatar na tabela 12, que apresenta a preferência pelos partidos políticos exclusivamente daqueles eleitores que afirmaram “gostar” dos partidos, ou seja 47,6% do total geral da amostra.

Tabela 12 - Brasil: proporção de eleitores que afirmam “gostar” de algum partido político

Partido político	Porcentagem (%)
PT	58
PSDB	16,3
PMDB	10,9
PV	7,3
PP	4
PCB	3
DEM	1,6
PSB	1
PDT	0,9
Não lembra	0,7
PSOL	0,6
PC do B	0,3
PR	0,3
PTB	0,2
PSC	0,2
PPS	0,2
PRP	0,1
PSTU	0,1
PRB	0,1
PDS	0,1
Total (n=953)	

Fonte: ESEB 2010.

Adaptado por: Paiva e Tarouco (2011).

Todavia, os demais eleitores que não estão demonstrados na tabela 12, apresentam um percentual bastante significativo, são os eleitores que declararam não gostar de qualquer partido, totalizando 52,4% (PAIVA e TAROUCO, 2011)⁶⁹.

A preferência partidária manifestada pelos eleitores costuma ser pesquisada para avaliar a importância dos partidos, seu enraizamento na sociedade e, especialmente, sua capacidade de estruturar o voto. A atuação dos partidos políticos e suas propostas de gestão, baseadas nos fatores ideológicos intrínsecos no seio do partido político, contribuem para o comportamento eleitoral e a estruturação do voto.

O destaque maior se deu para o PT. Neste exemplo, ao analisar os dados do ESEB, de 2010, presentes na tabela 12 e comparar com dados atuais da aplicação dos questionários em 2015, visualiza-se um nítido decréscimo no que diz respeito à simpatia pelo PT, conforme tabela 13.

Tabela 13 - Brasil: simpatia para com os partidos políticos

Partido Político	Cidades			Total geral (n=384)
	Laranjeiras do Sul	Maringá	Curitiba	
PSDB	33,3%	12,5%	7,6%	8,9%
PT	0,0%	9,4%	6,1%	6,5%
PSOL	0,0%	0,0%	0,3%	0,3%
PMDB	0,0%	9,4%	1,9%	3,1%
Nenhuma	50,0%	57,8%	76,4%	72,9%
Outro	16,7%	10,9%	7,6%	8,3%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Aplicação de questionários (2015).

A tabela 13 apresenta os partidos políticos que apresentaram as maiores porcentagens de simpatia junto ao eleitorado brasileiro em 2015, ano de aplicação dos questionários. Nessa pesquisa, o partido político que demonstrou

⁶⁹ Essa percentagem (52,4%) de eleitores que não gostam de nenhum partido se aproxima dos encontrados por meio do trabalho de campo aqui desenvolvido. Na aplicação de questionários aos eleitores em 2015, obteve-se 53,1% dos questionados a afirmarem que nunca tiveram simpatia pelos partidos políticos.

maiores níveis de simpatia foi o PSDB, alcançando 8,9% do total geral da amostra, seguido do PT, com 6,5%. A baixa porcentagem de eleitores que afirmam ter simpatia pelos partidos políticos, reflete uma conjuntura negativa do momento político e econômico que o Brasil iniciou no referido ano, marcado por recessão econômica, ajustes fiscais e aumento de impostos.

Como se observou, no capítulo 2, a situação econômica do país em geral, compromete os governos e, logo, a imagem dos políticos e partidos políticos que estão à frente do governo. Então, esta situação econômica contribui de maneira importante para o estabelecimento do Cenário político partidário brasileiro, como também, contribuiu para o cenário político partidário português.

Outro resultado, que chama a atenção na tabela 13, diz respeito àqueles eleitores que optaram pela alternativa “nenhuma”, ou seja, são aqueles inquiridos que afirmaram não ter nenhuma simpatia pelas instituições partidárias. O número de eleitores que escolheram esta opção foi de 72,9%, concentrando, portanto, a maioria das respostas a este questionamento.

Este resultado para a opção “nenhuma” reflete o que já se mencionou: o declínio das preferências partidárias, principalmente em relação aos partidos que tiveram tradição em apresentar os maiores níveis de identificação partidária no eleitorado.

Apesar do considerável declínio da imagem do PT, o PSDB (que representa a maior força de oposição ao PT) não conseguiu absorver aqueles eleitores que anteriormente se diziam preferencialmente adeptos ao PT⁷⁰. Os dados da tabela 13 demonstram um número relativamente baixo de inquiridos que afirmaram possuir alguma simpatia pelo PSDB (8,9%).

Dessa maneira, a percepção que se constrói a partir da análise é a de que o enfraquecimento ou diminuição das simpatias por alguns partidos não levam ao crescimento de outros, ou seja, não ocorre remanejamento das

⁷⁰ De fato, nos questionários aplicados em 2015, não houve um número considerável de eleitores que apresentaram simpatia pelo PSDB, como talvez se esperasse em função do enfraquecimento do PT no país, pela imagem negativa. Os cenários políticos partidários que configuraram o ano de 2015 no estado do Paraná, relacionados ao governo Beto Richa (PSDB), enfraqueceram a imagem positiva deste partido, logo, possivelmente os eleitores questionados não demonstraram alguma simpatia.

simpatias entre os partidos políticos, mas sim um “remanejamento” para as opções apartidárias que, neste caso, foi a opção “nenhuma”. Todas estas minúcias geridas por partidos e candidatos, organizam as eleições e influenciam as atitudes dos eleitores, como se analisa no próximo item.

3.2 Cenários político-partidários e voto no Brasil: exemplos a partir Curitiba, Laranjeiras do Sul e Maringá

Os cenários eleitorais refletem a dinâmica da política partidária em um determinado território. No Brasil, o cenário eleitoral das últimas décadas, especificamente, a partir de 1994, demonstraram disputas eleitorais protagonizadas pelo PT e PSDB. Estes partidos, estiveram à frente do governo federal brasileiro no período citado e logo, efetivaram os caminhos trilhados pelo país.

A partir desse cenário eleitoral, decorrem alguns fenômenos no país que contribuem diretamente para a dinâmica da política partidária, como por exemplo, o fortalecimento e/ou enfraquecimento da economia. A dinâmica econômica ora enfraquecida, ora fortalecida, atua diretamente no cotidiano da população e, portanto, há estreita ligação com o eleitorado e suas opiniões.

Pelo conjunto de análises dos questionários, observou-se que a maioria dos eleitores inquiridos atribuiu o enfraquecimento da economia do país como algo condicionado pelos partidos, ou ainda, relacionaram a não atuação dos partidos políticos para a melhora da situação econômica. A tabela 14 apresenta o descontentamento dos eleitores para com a situação econômica do país.

Tabela 14 - Brasil: situação econômica do país segundo eleitores

Situação econômica	Cidades			Total Geral (N=384)
	Laranjeiras do Sul	Maringá	Curitiba	
Ótima	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Boa	0,0%	6,3%	1,0%	1,8%
Regular	16,7%	14,1%	10,8%	11,5%
Má	33,3%	31,3%	21,0%	22,9%
Péssima	33,3%	48,4%	65,0%	61,7%
Não sabe	0,0%	0,0%	2,2%	1,8%
Não responde	16,7%	0,0%	0,0%	0,3%

Fonte: Aplicação de Questionários (2015).

Na tabela 14, os dados mostram a insatisfação do eleitorado ao atual momento econômico do país. De acordo com os dados apresentados, 61,7% do total geral de eleitores afirmaram que a situação econômica do Brasil está “péssima” e outros 22,9% escolheram a opção “má” como definição da atual situação econômica brasileira.

Os dados, pertencentes a uma posição mais otimista referentes à economia brasileira, foram significativamente menores, ou seja, 1,8% dos inquiridos optou por definir a situação como “boa” e nenhum inquirido escolheu a opção “ótima”.

No que concerne as vinculações entre as cidades pesquisadas, os dados revelaram que não há maiores distinções. O fato demonstra o descontentamento generalizado acerca da situação econômica brasileira. Indícios para isso? A forte atuação da mídia corroborou para a opinião negativa da população no que diz respeito à situação econômica do país, bem como, de um futuro incerto no quesito ascendência financeira por parte das famílias, conforme analisa-se posteriormente na tabela 15.

O imaginário social do brasileiro, bem como o juízo de valor que posteriormente exalta as variadas opiniões, são criados por diversos elementos. Entretanto, destaca-se o papel da mídia e, mais especificamente, a televisão na formação das opiniões, pois é considerada como a principal fonte de informações do brasileiro. Os dados, presentes na tabela 15, destacam o quão forte são os

meios de comunicação (a exemplo da televisão), como fonte de informação do eleitorado brasileiro.

Tabela 15 - Brasil: fontes de informações sobre política partidária segundo eleitores

Opção de escolha	Cidades			Total Geral (n=384)
	Laranjeiras do Sul	Maringá	Curitiba	
Jornais ou revistas	16,7%	20,3%	18,8%	19,0%
Televisão	16,7%	32,8%	37,6%	36,5%
Internet	50,0%	26,6%	26,8%	27,1%
Conversas com familiares	16,7%	6,3%	10,5%	9,9%
Conversas com amigos	0,0%	3,1%	5,1%	4,7%
Livros científicos	0,0%	10,9%	1,3%	2,9%
Total	100%	100%	100%	

Fonte: Aplicação de Questionários (2015).

Com 36,5% do total geral, a televisão foi a opção mais elencada pelos respondentes da amostra trabalhada. Assim, nota-se que jornais, manchetes e demais informativos afins consolidam-se como condicionantes ao imaginário social, bem como, as opiniões formadas pela população em geral.

De acordo com Aldé (2004), os jornais, telejornais e demais meios de comunicação são apontados pelas pessoas como fundamentais para o acesso ao cenário político partidário, promovendo a circulação de informação desses cenários na sociedade. Os cidadãos com acesso amplo e às fontes de informação, como jornais impressos, internet ou canais a cabo, passam a ser vistos como especialmente competentes, assumindo um papel importante na circulação de informações e na construção de explicações e atitudes políticas. Para a maioria das pessoas, os meios de comunicação são o instrumento por excelência de conhecimento sobre a política, e critério para o exercício da boa cidadania.

Assim, o eleitorado é sujeito a não fazer distinção do teor das informações, ou seja, acordos existentes entre mídia e grupos políticos fazem desta forma de retirada de informação, tendenciosa para determinados grupos

políticos ou políticos. A mídia, torna-se então, veículo de manipulação desta população que não está apta a observar os acordos tácitos existentes entre mídia e grupos de poder político.

A internet, também, é entendida como meio de divulgação e fonte de informações aos eleitores. Na tabela 15, esta opção também foi reconhecida por uma considerável parcela dos inquiridos como um meio de obtenção de informações sobre a política partidária. Um total de 27,1% da amostra afirma ter a internet como fonte de informação. Na soma entre as duas opções que dizem respeito a mídia (televisão e internet), o percentual total alcançou 63,6%, um resultado considerável tendo em vista a quantidade de meios de comunicação apresentados como possíveis escolhas a essa questão.

A explicação para dados, tão expressivos para as opções pertencentes à mídia, reside na facilidade de acesso a estes meios. Para alguns eleitores, a mídia torna-se a única forma de se obter informações referentes à política partidária. Como afirma Aldé (2004, p. 2):

O cidadão comum estrutura seu conhecimento do mundo e sua opinião sobre a política procurando fugir do sentimento de aleatoriedade, construindo explicações plausíveis, aceitáveis, a partir dos quadros de referência a que tem acesso. A necessidade de se justificar discursivamente, ainda que para si mesmo e de maneira minimamente coerente, faz com que esteja atento a discursos legitimadores que simplifiquem as complexidades do mundo público, orientando a tomada de posições. A mídia de massa aparece como um quadro de referência particularmente acessível para a maioria das pessoas, e os enquadramentos que oferece podem ser determinantes nas interpretações correntes do mundo público, pois contribuem para a construção de esquemas explicativos socialmente compartilhados.

Diante disso, a mídia de massa tem um papel preponderante, e se efetiva como um condicionamento de posições acerca de temáticas variadas, dentre elas a política partidária. Estes meios de informações possibilitam a tomada de decisões e opiniões, o que permite “politizar” o eleitorado. As possibilidades de escolha “conversa com amigos” e conversa com familiares” à indagação realizada aos respondentes, alcançaram resultados muito inferiores quando comparados aos meios de comunicação.

Destes que escolheram as “conversas”, provavelmente, há ainda eleitores que já se utilizaram da mídia para conseguir alguma informação sobre a política partidária, para, a partir de então, socializarem/dialogarem sobre a temática com amigos e familiares. Dentre as opções de escolha para retirada de informação sobre a política partidária, as opções “Conversas com familiares” e “Conversas com amigos” tiveram, respectivamente 9,9% e 4,7% do total geral das amostras. Para a existência destas opções, entende-se que o eleitorado possui informações ou conhecimento acerca da temática, que por sua vez é elencada a partir de várias fontes, dentre elas a mídia.

Diante desse cenário, observa-se, ainda, que em 2015 (ano de aplicação dos questionários), a mídia brasileira utilizou-se de uma grande carga de noticiários e manchetes que fizeram alusão à crise econômica no país, bem como do enfraquecimento da economia brasileira. Esta grande bagagem de informações recebida pela população, aliada com o real enfraquecimento do setor econômico, condicionou os inquiridos admitirem que a situação econômica do Brasil está consideravelmente pior, comparado com o ano anterior (tabela 16).

Tabela 16 - Brasil: situação econômica comparada ao ano anterior (2014-2015)

Situação econômica comparada	Cidades			Total Geral (N=384)
	Laranjeiras do Sul	Maringá	Curitiba	
Muito Melhor	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Melhor	0,0%	0,0%	0,3%	0,3%
Um pouco melhor	16,7%	3,1%	1,9%	2,3%
Igual	0,0%	7,8%	6,7%	6,8%
Um pouco pior	33,3%	39,1%	38,9%	38,8%
Muito pior	50,0%	50,0%	52,2%	51,8%
Total	100%	100%	100%	

Fonte: Aplicação de Questionários (2015).

Diante da exposição da tabela 16, o que fica evidente é que a grande maioria dos eleitores pesquisados optou por elencar as posições em que a situação econômica do país é pior do que no ano anterior, ou seja, para eles, o ano de 2015 foi considerado pior economicamente no comparativo ao ano 2014.

Os dados levantados e apontados, na tabela 16, revelam que 38,8% do total geral optaram pela alternativa “Um pouco pior”, demonstrando, portanto, descontentamento para com os rumos da economia brasileira. Este dado é confirmado com o número de inquiridos, 51,8%, responderam que a economia está “muito pior” em 2015 que em 2014.

Como se mencionou em um momento anterior, o fator econômico é um elemento na sociedade que condiciona as decisões e demais juízos de valor existentes no eleitorado e, logo, influencia também nas posições políticas e outras posições referentes aos governos estabelecidos. Entre 2014-2015 os jornais, manchetes, noticiários, ou seja, os veículos midiáticos mais populares no país focaram-se na desmoralização do governo Dilma e, principalmente, em seu partido, o PT, fato este que acarretou numa queda considerável da popularidade da ex-presidente. O quadro 7, apresenta alguns exemplos de manchetes em jornais veiculados na internet, mas também impresso que apresentam reportagens relacionados ao enfraquecimento do governo Dilma.

Quadro 7 - Brasil: Manchetes com informações sobre o governo Dilma Rousseff

<p>veja.com</p> <p>Arquivo com Da Redação</p> <h2>Governo Dilma é o mais corrupto e desastroso da história, diz Villa</h2> <p>Dilma é única na história deste país. É recordista em corrupção, escândalos, trapalhadas e desastres econômicos. E de quebra é mais corrupto que o de Lula. A avaliação é do colunista de VEJA, Marco Antônio Villa, no Aqui entre Nós, com Joice Hasselmann.</p> <p>set 2016, 11h43</p>	<p>globo.com g1 globoesporte gshow famosos & etc videos</p> <p>Valor.com.br ValorInveste Valor RI</p> <h2>Valor Investe</h2> <p>A opinião independente</p> <p>25/01/2016 às 23h07 Postado por: Andre Rocha Seção: Conjuntura</p> <h3>A desastrosa política econômica de Dilma</h3> <p>Pode se dizer que, em seu primeiro mandato, a presidente Dilma Rousseff errou praticamente tudo o que tentou em termos de política econômica. Sua reeleição lhe deu a oportunidade de consertar os desastrosos. Contudo, uma visão econômica intervencionista e dificuldades na composição de sua base econômica a impedem de implementar uma agenda econômica positiva.</p>
<p>GAZETA DO POVO</p> <p>SEÇÕES » Posts</p> <p>Enviado por Rogério Waldrigues Galindo, 13/03/16 às 15:29 PM</p> <h2>Nenhum governo resiste às multidões na rua, quanto mais um governo frágil como o de Dilma</h2> <p>Política é feita de símbolos. Ninguém sabe disso melhor do que Lula, ele mesmo um símbolo ambulante. O símbolo de milhares, milhões de pessoas na rua gritando que o governo é corrupto é fortíssimo e que quer vê-lo derrubado. Praticamente insuperável. Não há governo que resista a isso, muito menos um governo fraco como o de Dilma Rousseff.</p>	<p>odiarrio.com</p> <p>Assine O Diário Clube do Assinar</p> <p>MARINGÁ POLÍCIA PARANÁ POLÍTICA GERAL ECONOMIA ESPORTES BLOGS VIVA SABOR DFLASH</p> <p>MANIFESTAÇÕES</p> <h2>Protestos contra o governo de Dilma começam na região</h2> <p>Leonardo Filho</p> <p>12/04/2015 às 10:56 - Atualizado em 12/04/2015 às 10:56</p> <p>Os atos contra o governo da presidente Dilma Rousseff (PT) já começaram a levar milhares de pessoas para as ruas neste domingo em todo o Brasil. Paranavai (a 75 quilômetros de Maringá) é uma das primeiras cidades da região a mobilizar pessoas nas ruas neste domingo.</p>
<p>GAZETA DO POVO VIDA PÚBLICA</p> <p>JUSTIÇA E DIREITO ELEIÇÕES COLUNISTAS ESPECIAIS</p> <p>EM DESTAQUE GUIA DOS CANDIDATOS IMPEACHMENT DE DILMA LAVA JATO OPERAÇÃO PUBLICANO OPERAÇÃO QUADRO NEGRO</p> <h2>A Queda de Dilma</h2> <h3>16 de março de 2016: o dia que o governo Dilma ruiu</h3> <p>Vazamento de gravação de conversa da petista com o ex-presidente Lula sobre nomeação para ministério amplia a convulsão política nacional</p> <p>Euclides Lucas Garcia 16/03/2016 23h24</p>	<p>Datafolha</p> <p>INSTITUTO DE PESQUISAS</p> <p>SOBRE OPINIÃO PÚBLICA ELEIÇÕES MERCADO PRODUTOS PREÇOS DATACENTER DÚVIDAS</p> <h2>Opinião Pública</h2> <h3>Aprovação a governo Dilma Rousseff cai, e reprovação a petista dispara</h3> <p>OPINIÃO PÚBLICA - 09/02/2015</p> <p>DE SÃO PAULO</p> <p>No início do segundo mandato, a presidente Dilma Rousseff (PT) atingiu seu pior índice de aprovação desde que tomou posse, em janeiro de 2011. Atualmente, 23% dos brasileiros adultos avaliam a gestão da petista como ótima ou boa, enquanto 44% a consideram ruim ou péssima. Há ainda 33% que avaliam o governo Dilma como regular e 1% não opinou. Na comparação com</p>

Fonte: Pesquisa Google, (2017).

Observa-se, no quadro 7, que as notícias apresentadas contribuem para formar um discurso pessimista, condicionando ao imaginário popular uma opinião de que os problemas enfrentados pelo Brasil se dá principalmente pelo governo Dilma. A corrupção, em especial, foi relacionada diretamente ao nome da ex-presidente, como evidencia-se na primeira manchete do quadro “Governo Dilma é o mais corrupto e desastroso da história” ou “A desastrosa política econômica de Dilma”.

O discurso apresentado, nos diversos meios de comunicação, intensificou não somente a crise econômica no país, mas corroborou para uma crise política, visto por parte da população como germinada a partir dos governos petistas no país. Este cenário de desaprovação ao governo da ex-presidente, condicionou incertezas ao que diz respeito ao futuro do país, logo, influenciou substancialmente à recessão econômica.

De fato, os problemas de ordem econômica e política, refletem um cenário político partidário também negativo. O descrédito nos partidos políticos reflete no decréscimo das identificações partidárias, uma vez que a confiança na atuação do partido e no governo é um dos elementos que consolidam a identificação partidária do eleitorado.

Portanto, é notável que a identificação pessoal ganha força e resistência em uma população, que, cada vez mais, enxerga nos partidos políticos um meio para disseminar a corrupção, como é visto na fala a seguir: “ *Eu, antes, até pensava no partido na hora de votar. Mas agora vejo que são todos iguais. Esses partidos só servem para corromper as pessoas e aumentar essa corrupção*” (Eleitora, 40 anos, técnica em administração).

A fala da eleitora evidencia um desestímulo para se analisar as características partidárias a fim de se tomar decisões eleitorais. Um possível enfraquecimento dos partidos políticos é observado em realidades como estas, de eleitores que se mostram desenraizados das estruturas partidárias e, assim, à mercê de tomar decisões eleitorais pautadas em imagens pessoais de candidatos que as constroem, muitas vezes apenas para fins eleitoreiros, na busca ou manutenção do poder político.

Entende-se, para efeitos de vinculações, ser necessário atentar para a modalidade de eleição de nível local. Essa análise se justifica para que se compreenda como há a manifestação dessa diferença na decisão dos votos em diversas escalas: pleito de escala local e pleito de nacional, analisado a posteriori no capítulo 4.

A configuração da decisão do voto no Brasil é estabelecida por inúmeros elementos, tais como: escolaridade, contexto familiar, ação midiática, características e organização dos pleitos eleitorais etc. Por meio do empenho no estabelecimento das características organizacionais da política partidária, condicionam-se as identificações, ora de caráter pessoal, ora de caráter partidária. Além disso, existe a formação de eleitores que se utilizam destas duas identificações para condicionar sua decisão do voto. O eleitor, a seguir, demonstra o fato de coexistirem as duas formas de identificações, e as utiliza conforme a natureza dos pleitos eleitorais. [...] *“Eu voto na pessoa e no candidato, depende muito. Para presidente, geralmente, eu gosto de ver as propostas bem certinho e o partido que pertence. Mas para vereador e prefeito, eu voto na pessoa, porque a gente conhece* (Eleitor, 52 anos, motorista).

Diante da possibilidade de se utilizar das duas identificações para decidir o voto, as análises do conjunto dos resultados desta tese, corroboram para o entendimento de que a identificação partidária no Brasil não é utilizada pela maioria do eleitorado e, quando feita, alterna-se nas duas identificações, ou seja, em eleições de escala local, a decisão do voto se dá a partir das características pessoais do candidato e, em eleições de escala nacional, este mesmo eleitor decide seu voto pelo partido político do candidato, o que possibilita o estabelecimento da identificação partidária.

Para tanto, a pouca identificação partidária revela uma constante, a de que os partidos políticos continuam não se enraizando no seio da sociedade, pelo contrário, há um descontentamento generalizado entre os brasileiros que atrelam a corrupção aos partidos políticos. O fato contribui para a manutenção de um sistema político partidário baseado em imagens pessoais, poder econômico e campanhas eleitorais de alto custo financeiro.

O processo de enfraquecimento dos partidos políticos entre os eleitores e a automática exaltação das imagens pessoais dos candidatos contribuem para a formação da identificação pessoal e da identificação partidária (tema que será analisado no capítulo 4), elemento relevante para a construção dos pleitos eleitorais, tanto em pleitos eleitorais de escala nacional, como pleitos eleitorais de escala local.

No tocante aos elementos, que concretizam a organização dos partidos políticos e de seus respectivos candidatos, é observado que o processo é complexo e vinculado especialmente a objetivos intrínsecos de projetos de estratégias de governo, bem como, de alcance e manutenção do poder. As estratégias organizadas no seio dos partidos são colocadas em práticas em momentos não apenas restritos aos períodos eleitorais, mas, sobretudo, são nestes períodos que afloram estratégias, disputas, divergências e convergências dos variados grupos sociais. Neste arcabouço de teorias e práticas, efetivam-se as eleições, o ápice do processo democrático. Escolhas, ações e demais trabalhos de partidos políticos e candidatos são construídos visando as eleições, sendo estas, a consequência de um trabalho profícuo entre o meio da política partidária e a sociedade.

A Geografia, recentemente, busca compreender as relações intrínsecas entre a democracia e o território, utilizando-se de uma análise sob a ótica dos seus conceitos e aportes metodológicos para compreender a configuração do processo democrático no território.

De acordo com Castro (2011), a expansão das democracias representativas pelo mundo desafia a Geografia a engajar-se na compreensão da territorialidade e das escalas desse fenômeno político. Este não deve ser um campo restrito à ciência política e requer uma reflexão sobre os conteúdos explicativos dos territórios. Especialmente, frente a esse fenômeno novo nas democracias de massa cujas consequências ainda requerem avaliação.

A democracia brasileira, por sua vez, passa por um momento crucial de massificação, consolidação e de estabilidade das suas instituições políticas. O sistema eleitoral multipartidário de representação proporcional, apesar das críticas

aos seus desvios, não tem sido obstáculo ao ritmo acelerado das mudanças social e econômica no país e ao tamanho e complexidade do seu território.

Nesse sentido, a respeito do quadro geral das eleições brasileiras, Nicolau (2012) descreve que para a atual conjuntura da política partidária estabelecida na contemporaneidade, o movimento das Diretas Já e todo o processo de instituição do voto direto, consolidou-se como um marco para a conjuntura política do Brasil e, portanto, da organização das eleições.

O voto foi o elemento central no processo de reorganização desta conjuntura, pois, a partir de 1985, todos os brasileiros com dezoito anos, poderiam votar.

O sufrágio universal não era uma realidade no país até o fim do regime militar, por conta da proibição de que os analfabetos pudessem votar. Em maio de 1985, essa restrição foi eliminada. A emenda Constitucional n.25 estabeleceu a idade como único critério para definir quem poderia ser eleitor. A constituição de 1988 confirmou o sufrágio universal, inovou ao ampliar o direito ao voto para jovens de dezesseis e dezessete anos e manteve a obrigatoriedade de alistamento e de voto para todos os cidadãos acima de dezoito anos. Porém a obrigatoriedade não se estendeu aos novos segmentos recém-incorporados ao processo eleitoral. A constituição definiu que o alistamento e o voto seriam facultativos para analfabetos, para os jovens de dezesseis e de dezessete anos, assim como para os maiores de setenta anos. Além disso, os analfabetos foram considerados inelegíveis, ou seja, eles têm direito a voto, mas não podem candidatar (NICOLAU, 2012, p. 126).

Sob esta conjuntura, as eleições se estabeleceram a partir das transformações após os anos 1980 no Brasil. A constituição do voto para toda a população, independentemente de renda, escolaridade e alfabetização, tornaram o processo democrático no Brasil mais amplo, pois o direito ao voto é a milhões de pessoas que até então estavam as margens do sistema eleitoral.

As transformações no Sistema Democrático brasileiro, bem como nas eleições, possibilitaram ao eleitor maior participação e transparência no processo de escolha e definição de candidatos e governos, evidenciando contentamento pelo eleitor dos processos que envolvem as eleições no Brasil.

Por meio do conjunto de análises de resultados (via questionários), nota-se que a preferência pelo sistema democrático do país está presente em

mais da metade daqueles eleitores inquiridos na pesquisa, como se observa pelos dados da tabela 17.

Tabela 17 - Brasil: preferência dos eleitores quanto ao regime político

Preferência quanto ao regime político	Cidades			Total geral (N=384)
	Laranjeiras do Sul	Maringá	Curitiba	
Democracia é preferível a qualquer forma de governo	50,0%	60,9%	52,5%	53,9%
Autoritarismo é preferível ao regime democrático	16,7%	9,4%	10,8%	10,7%
Indiferente	0,0%	9,4%	10,2%	9,9%
Não sabe	33,3%	6,3%	9,2%	9,1%
Não respondeu	0,0%	14,1%	17,2%	16,4%
Total	100%	100%	100%	

Fonte: Aplicação de questionários (2015).

Por meio dos resultados apresentados na tabela 17, é visto que uma considerável parcela dos eleitores inquiridos (53,9% do total geral) opta pelo regime democrático e estão condicionados a manter este sistema, pois fazem parte do processo por meio do exercício das decisões eleitorais estabelecidas pelo voto.

Com menor expressividade, constam eleitores que possuem como preferência o regime autoritário, ou seja, em uma situação hipotética de escolha entre regime autoritário e regime democrático, 10,7% do total geral optariam pelo regime autoritário, o que denota uma insatisfação destes com a efetivação do sistema democrático de eleições diretas no Brasil.

No que tange às diferenças entre as cidades analisadas, as maiores discrepâncias estão entre as cidades de Laranjeiras do Sul e Maringá, sendo a primeira a que possui as maiores porcentagens (16,7%) de eleitores que optaram pela alternativa “Autoritário é preferível ao regime democrático”. Diferentemente, os eleitores da cidade de Maringá escolheram, em sua grande maioria (60,9%), a alternativa pró democracia, ou seja, “Democracia é preferível a qualquer forma de governo”.

Apesar da preferência existente entre os eleitores no que diz respeito ao regime democrático, o conjunto das análises dos resultados nos permitem observar que a satisfação por tal sistema não é consenso entre estes eleitores. Os dados da Tabela 18 possibilitam identificar a satisfação entre o eleitorado brasileiro.

Tabela 18 - Brasil: satisfação com o sistema democrático segundo eleitores

Nível de Satisfação	Cidades			Total geral (N= 384)
	Laranjeiras do Sul	Maringá	Curitiba	
Muita	0,0%	0,0%	1,9%	1,6%
Satisfeito	16,7%	10,9%	12,7%	12,5%
Pouca	83,3%	45,3%	45,5%	46,1%
Nenhuma	0,0%	43,8%	39,8%	39,8%
Total	100%	100%	100%	

Fonte: Aplicação de questionários (2015).

Apesar da preferência demonstrada pelo regime democrático, os eleitores, inquiridos para a pesquisa, afirmaram, em sua maioria, que não estão satisfeitos com o atual sistema democrático, ou então, estão pouco satisfeitos.

Os níveis de satisfação apresentados na tabela 18 demonstram que 46,1% do eleitorado pesquisado encontra-se “pouco satisfeito” com o sistema e 39,8% possuem “nenhuma satisfação” com a democracia brasileira. Somados os valores das opções referentes à “Pouca satisfação” e “Nenhuma satisfação”, tem-se o total de 77,1% dos eleitores insatisfeitos com democracia brasileira.

O elevado número que aponta a insatisfação da maioria dos eleitores inquiridos é exposto em função dos recentes escândalos de corrupção que assolam o país nas diversas escalas do governo e parlamento. O eleitorado relaciona os problemas de desvios de verbas, declínio da economia e corrupção, por exemplo, como problemas ocasionados pela característica do regime democrático. *“Eu não gosto da democracia, olhe como o país está! No tempo dos militares, não existia essa roubalheira!”* (Eleitor, 66 anos, taxista).

A fala do eleitor mostra a estreita relação que ele atribui entre corrupção e democracia. Além disso, os demais elementos que contribuem para o andamento do sistema democrático são relacionados à corrupção, como é o caso

dos partidos políticos, que constantemente são postos como instituições corruptas e sem eficiência.

No ano de 2015, houve indícios de o sentimento de insatisfação pela democracia no Brasil. O movimento induzido também pela Direita brasileira condicionou alguns grupos de manifestantes a protestarem contra o governo da presidente Dilma Rousseff e seu partido, o PT. Estas mesmas manifestações faziam alusão ao regime militar ditatorial, que no Brasil teve início em 1964, com o golpe militar, e se estendeu até 1984, quando iniciou-se o movimento pelas “Diretas já!”.

Assim, a estratégia desses grupos foi o de generalizar uma imagem em que a ditadura no país poderia ser o caminho para o fim da corrupção, logo, influenciando no imaginário social que o sistema democrático não é tão apropriado como se apregoa. Esta estratégia, densamente veiculada na mídia, em especial por aqueles meios ligados à Direita, contribuiu efetivamente para uma posição desfavorável e de insatisfação ao sistema democrático como se observou na tabela 18.

A conjuntura apresentada construiu-se, principalmente, em detrimento do acirramento que existiu, em especial, nas eleições de 2014 para presidência da república, em que pela quarta vez consecutiva o PT saiu vitorioso, reelegendo sua então candidata Dilma Rousseff. O diferencial destas eleições é que a margem de votos de Dilma Rousseff e seu adversário, Aécio Neves (PSDB), foi, no segundo turno, muito pequena: 51,6% dos votos válidos para Dilma e 48,3% para Aécio Neves, ou seja, uma diferença de 3,3%.

Desde as eleições de 1994, em diferentes escalas de pleitos, PT e PSDB se digladiam pelo voto do eleitor. Com mais visibilidade nas competições entre partido político, as eleições nacionais, especialmente as presidenciais, são aquelas responsáveis pela intensa disputa de imagens, propostas pelos candidatos do PT e PSDB. São nestas eleições, que se evidenciam então, partidos hegemônicos nesta escala de pleitos eleitorais.

Assim, faz-se necessário compreender de maneira mais específica a atuação dos partidos políticos no território, compreender por exemplo, a

distribuição dos votos no país, tendo como base as eleições majoritárias, pois, são nelas que a atuação dos partidos se tornam mais contundentes para a formação da identificação partidária.

3.3 Partidos Políticos e seus sucessos eleitorais no território brasileiro

Os partidos políticos, como elo entre eleitorado e política partidária, tornam-se elementos condicionantes às transformações do território. Por meio das votações e resultados eleitorais, visualiza-se como é distribuída a atuação destes partidos no território. As distinções entre os círculos eleitorais dos partidos políticos são ocasionadas em função de uma gama de características dos lugares, como, por exemplo, características populacionais (renda, escolaridade, posição social), enraizamento do partido político na sociedade, financiamento das campanhas partidárias etc.

Estes círculos eleitorais possibilitam o sucesso de partidos e candidatos em pleitos de escala nacional, e, também, condiciona o partido a ser conhecido no nível local, dos municípios, possibilitando o seu sucesso eleitoral em pleitos eleitorais de escala local.

Para esta discussão, os partidos utilizados para demonstrar suas respectivas dinâmicas foram o PT e PSDB, pois esses mostraram-se mais consolidados desde as eleições de 1994, como mencionou-se no capítulo 1. Ambos os partidos, apresentam-se como aqueles que obtiveram os números mais expressivos nas últimas eleições para a Presidência da República. Assim, estes partidos são aqueles em que se verificam os mais consideráveis sucessos eleitorais.

A existência de sucessos eleitorais está condicionada aos programas de fortalecimento da sigla partidária, o que se configura em potencialidades para disputar pleitos eleitorais. Telles (2003) exemplifica duas possibilidades para o fortalecimento de partidos políticos, tendo como base exemplos do PT e seus resultados eleitorais satisfatórios, a partir das eleições municipais de 1988.

Segundo a autora, esses sucessos eleitorais (nas diferentes escalas) poderiam ser analisados como indícios de que se estaria seguindo para uma

situação em que diferentes segmentos do eleitorado se orientariam pela percepção ideologicamente estruturada de seus valores e interesses próprios e se distribuiriam entre partidos iguais e ideologicamente orientados.

A segunda perspectiva reside na comparação com os partidos socialistas europeus. O êxito eleitoral dessas organizações tem se baseado sobretudo na desideologização de seu discurso. O imperativo de otimização de votos induziu à adoção de estratégias de extensão dos apelos às “massas”, genericamente, o que enfraqueceu a importância da classe como mais importante determinante do comportamento político dos indivíduos.

Esta segunda alternativa torna-se pertinente, pois a partir do momento em que o PT assumiu o governo federal brasileiro, em 2003, este atuou em algumas políticas de governo com algumas semelhanças ao seu antecessor Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, ou seja, para buscar a governabilidade e, conseqüentemente, o maior contingente de adeptos ao seu governo, o PT utilizou-se de atitudes, enquanto governo, similares ao PSDB. Segundo Telles (2003, p.16):

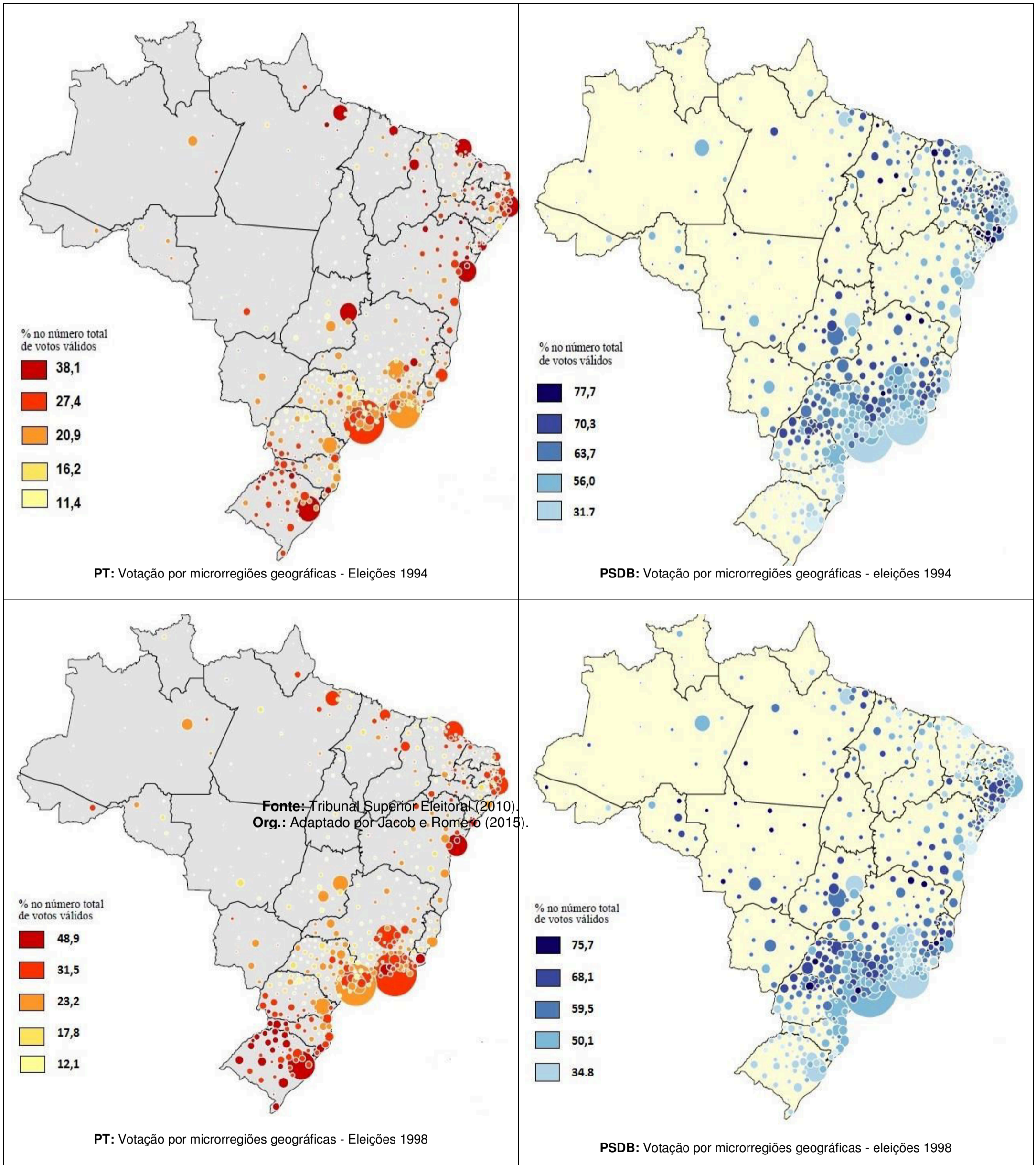
A orientação para o mercado político, em que perdem destaque a política de classe e a ideologia declarada, resulta em aumento de apoio eleitoral aos partidos, mas os custos desse apoio podem significar a redução da capacidade dos partidos em mobilizar os trabalhadores (...). As pesquisas realizadas por Lima Jr. (1995) reforçam o argumento do enfraquecimento das clivagens sociais nos discursos partidários, durante os processos eleitorais. Ao analisar as implicações político-institucionais dos resultados das eleições presidenciais brasileiras de 1994, o autor demonstra que a heterogeneidade social do eleitorado majoritário, que é nacional, impõe a necessidade de acordo com as máquinas e oligarquias estaduais e apelos generalizados que ultrapassam as fronteiras geográficas e sociais.

Os partidos políticos e seus respectivos discursos refletem um objetivo que, muitas vezes, não condizem com seu espectro ideológico. Como visto nas ideias de Telles, a capacidade de mobilização de classes sociais pode ser enfraquecida no momento em que o partido configura transformações. Os eleitores identificados ideologicamente com o partido quando observam que suas

crenças, ideias, e proposições não são mais atendidas por estas instituições, tornam-se sujeitos a reduzir, por exemplo, sua identificação partidária, como já mostrada, por Carreirão (2006), a diminuição dos níveis de identificação partidária do PT após o primeiro mandato do ex-presidente Lula.

Com as Eleições Diretas no Brasil, após o Regime Militar, o país conheceu um crescimento de uma enorme variedade de partidos políticos, que aumentaram ao longo do tempo, alcançando o número de 35 instituições partidárias em 2015. Entretanto, apesar do grande número de partidos políticos registrados pelo TSE, apenas dois partidos obtiveram sucesso eleitoral, ou seja, alcançaram as primeiras colocações nos pleitos eleitorais. Estes partidos, PT e PSDB, ao longo dos últimos 20 anos, foram os únicos partidos que estiveram em 1º ou 2º lugares nos pleitos eleitorais de escala nacional, para o cargo de Presidência da República. O quadro 8, evidencia as eleições com sucesso eleitoral do PSDB: eleições de 1994 e eleições de 1998.

Quadro 8 - Brasil: distribuição das maiores votações, por partido político, nas eleições para presidência da república (1994 e 1998)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2010).
Org.: Adaptado por Jacob e Romero (2015).

A observação dos dados, apresentados nas eleições de 1994 e 1998, mostra que o PSDB se constituiu como o partido que obteve o maior número de votos dentre o rol de possibilidades ofertados nas eleições deste período. Na sequência, vem o PT.

Comparativamente, ambas as eleições (1994 e 1998) demonstraram os maiores ganhos eleitorais pró-PSDB, com um baixo crescimento em votos para o PT: em 1994, 54,28% dos eleitores votaram em FHC e 27,04% escolheram Lula para Presidência da República. Já nas eleições de 1998, 53,06% dos eleitores escolheram o candidato do PSDB e 31,71% optaram por Luiz Inácio Lula da Silva como Presidência da República.

No que diz respeito à distribuição dos votos pelo território brasileiro, percebe-se que não houve grandes discrepâncias no comparativo dos pleitos em evidência. A diferença, com maior evidência no quadro 8, está no fato das eleições de 1994 adensar a votação de Lula (PT) nos grandes centros, pois nas eleições de 1998, houve uma “pulverização” destes votos nas diferentes microrregiões geográficas.

De acordo com Jacob e Romero (2010), os dois candidatos mais bem situados nas campanhas eleitorais de 1994, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Luís Inácio Lula da Silva (PT), tiveram suas campanhas fortalecidas, sobretudo, em função do estabelecimento de alianças políticas. Fernando Henrique lançou-se à política em 1978, quando candidatou-se ao senado pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Conseguindo eleger-se suplente do Senador Franco Montoro, assumiu o cargo quando este tornou-se Governador de São Paulo, em 1983. Reelegeu-se senador, em 1986, pelo PMDB, partido que substituiu o MDB. Assim:

Em 1992, após o impeachment do Presidente Collor, tornou-se ministro do Governo Itamar Franco, ocupando, sucessivamente, os cargos de Ministro das Relações Exteriores e da Fazenda. Durante o período em que ocupou a pasta da Fazenda, preparou o Plano Real, que viabilizou o lançamento de sua candidatura à presidência, ao promover a estabilização econômica. Além do PSDB, compunha-se de partidos conservadores, tais como o

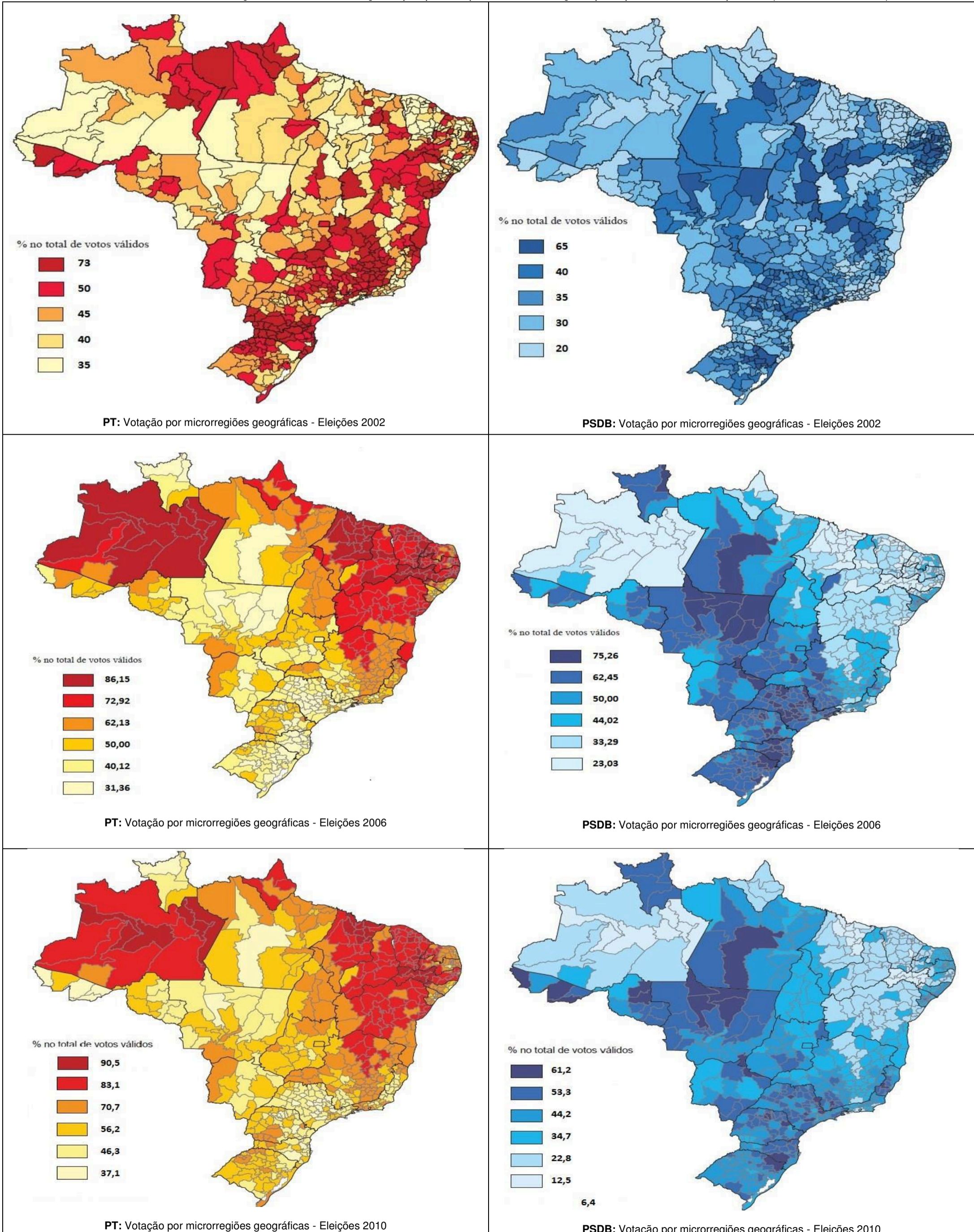
Partido da Frente Liberal (PFL), o Partido Popular (CDS-PP), o PTB e o PL. Tal coligação representou, principalmente, uma aliança do PSDB, que reúne parte da elite moderna de São Paulo, com PFL, composto por setores da elite tradicional do Nordeste (JACOB; ROMERO, 2010, p.43).

A coligação estabelecida entre o PSDB de Fernando Henrique Cardoso e os demais partidos, condicionou uma campanha eleitoral com potencialidade para alcançar a presidência da república, o que posteriormente foi concretizado nas eleições. Da mesma forma que FHC, Lula apresentou-se à eleição liderando uma frente que, além do PT, compunha-se de pequenos partidos de Esquerda, tais como o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), o Partido Popular Socialista (PPS), o partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e o Partido Verde (PV) (ROMERO e JACOB, 2010).

Este panorama da conjuntura política partidária, definiu o PSDB como o partido com maiores ganhos nos pleitos eleitorais de escala nacional, até 1998⁷¹. Entretanto, nas eleições que se sucederam, o PSDB não mais conseguiu atingir a primeira colocação em número de votos para a presidência da república. Respectivamente, eleições 2002, 2006, 2010 e 2014 o PSDB alcançou o segundo lugar, estando sempre atrás do PT (quadro 9).

⁷¹ Vale ressaltar, que as eleições de 1998 apresentam, como principal diferença em relação às eleições de 1994, a introdução do direito à reeleição do Presidente da República e de Governadores de Estado, alterando uma norma constitucional que vigorava desde o início da República. Naturalmente o direito à reeleição favorece aqueles que, na ocasião do pleito, detêm os cargos de Presidente e Governador. Além disso, o fato de as eleições serem no mesmo período, propicia o fortalecimento dos candidatos de uma determinada coligação partidária, num sistema de apoio mútuo entre o postulante à presidência e os candidatos aos demais níveis (JACOB e ROMERO, 2010).

Quadro 9 - Brasil: distribuição das maiores votações, por partido político, nas eleições para presidência da república (2002, 2006 e 2010)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2010).
Org.: Adaptado por Jacob e Romero (2015).

Nas eleições que se seguiram, conforme quadro 9, o diferencial foi a ampla votação no PT e, conseqüentemente, um decréscimo nas votações no PSDB. Através da observação das representações do quadro 9 é possível identificar algumas mudanças relacionadas à distribuição dos votos no território nacional, no que tange aos pleitos eleitorais de escala nacional.

O primeiro elemento evidenciado, no conjunto das representações do quadro 9, são as expressivas votações do PT nas regiões Norte e Nordeste, especialmente no que diz respeito às eleições de 2006 e 2010. Observa-se que o PT perdeu uma pequena parcela do eleitorado no decorrer dos oito anos de governo apresentados no quadro 9. Nas eleições de 2002, 61,27% dos eleitores brasileiros votaram em Lula (segundo turno), já para as eleições de 2006, 60,83% do eleitorado escolheram o candidato do PT e, para as eleições de 2010, a diferença foi um tanto maior, ou seja, 56,05% do eleitorado escolheu a então candidata Dilma Rousseff (PT) para a Presidência da República.

A diminuição dos votos do PT, no decorrer destas três eleições, não foi tão significativa quanto o decréscimo da maioria de votação por estados. Para as eleições de 2002 (2º turno), o PT obteve maioria dos votos em praticamente todas as Unidades Federativas, ficando em 2º lugar apenas no Estado de Alagoas.

José Serra (PSDB), nas eleições presidenciais de 2002, obteve somente 23,2% dos votos válidos no primeiro turno, ou seja, a metade do percentual alcançado por Lula. As figuras acerca das eleições 2002, presentes no quadro 9, revelam uma fraca votação do candidato, o que traduz o seu mau desempenho no conjunto do país.

Serra destacou-se, basicamente, no agreste de Pernambuco e da Paraíba, no sul do Piauí e no Nordeste de Minas Gerais, regiões rurais de modo geral estagnadas economicamente. Obtém bons resultados nas áreas de frente pioneira de Mato Grosso, Tocantins e Pará, tradicionalmente conservadoras. Em contrapartida, Serra apresenta percentuais muito fracos em estados que antes haviam dado sustentação a candidatos apoiados pela Direita, sobretudo

Maranhão, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e, de uma maneira geral, a Amazônia.

Em 2006⁷² e 2010 (segundo turno), após mostrar sua experiência enquanto governo, o PT perdeu a liderança em número de votos em 10 unidades administrativas, mantendo a hegemonia eleitoral em 16 estados da federação.

No que diz respeito às eleições presidenciais de 2006, a figura que representa as eleições de 2006 no quadro 9, demonstra o desempenho de Lula (48%) no primeiro turno, revelando, de imediato, que o candidato demonstrou ter bases de sustentação em todo o território nacional. No entanto, ao analisar os seus percentuais de votos, verificam-se acentuados contrastes regionais, com votações que variam de 19% a 86%. Assim, as mais elevadas estão concentradas nas Regiões Nordeste e Norte, em oposição ao Sul e Centro-Oeste.

A região Nordeste foi aquela em que o candidato alcançou o seu melhor desempenho, sobretudo em Pernambuco, Ceará, Piauí e Maranhão. Já o Sudeste apresentou-se dividido, uma vez que São Paulo votou majoritariamente em Alckmin, enquanto Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo contribuíram para o sucesso eleitoral de Lula. No caso de Alckmin, candidato do PSDB, pode-se afirmar que ele foi beneficiado eleitoralmente em São Paulo e nas Regiões Sul e Centro-Oeste exatamente por causa dos problemas decorrentes do câmbio que vinha afetando a agricultura dessas Regiões, nas quais predominam o agronegócio de exportação, que estava sendo prejudicado pela valorização do real frente ao dólar (JACOB e ROMERO, 2010).

Em termos gerais, o quadro 9 deixa posto que o PT manteve suas bases eleitorais, com enfraquecimento no número de eleitores nos estados do Sul e Sudeste. Este panorama é influenciado, também, pelo fortalecimento do PSDB que governou, neste período, os estados de São Paulo e Minas Gerais. Esta conjuntura possibilita fortalecer as bases dos partidos, que logo estão nos

⁷² Na disputa presidencial de 2006 os dois principais candidatos, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que buscava a reeleição, e Geraldo Alckmin do PSDB, que se candidatava pela primeira vez, tiveram importantes desafios para que pudessem obter êxito nessas eleições. Lula precisava manter as alianças de 2002, enquanto Alckmin necessitou recompor os acordos com as forças conservadoras, que muito contribuíra para os sucessos eleitorais de Fernando Henrique Cardoso, em 1994 e 1998.

municípios – mais próximos do eleitorado, o que proporciona a ampliação destas bases eleitorais pró-PSDB. Segundo Romero e Jacob (2010, p. 55):

A disputa presidencial de 2002 apresentava aos dois principais partidos políticos concorrentes, o PSDB e PT, alguns importantes desafios para que pudessem alcançar a vitória nessas eleições. Para o PSDB, seria indispensável manter as alianças bem-sucedidas com as forças conservadoras, responsáveis pelas vitórias eleitorais de Fernando Henrique Cardoso em 1994 e 1998, e, para o PT, seria fundamental romper o limite de um terço os votos que os candidatos de esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola, obtiveram no país, como rivais ou aliados, nas eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998.

Nesta circunstância o PT conseguiu alcançar o poder e obter sucesso eleitoral não somente nas eleições de 2002, mas sim, nos próximos três pleitos eleitorais de escala nacional. Especificamente, nas eleições de 2010, ocorreu uma acirrada disputa entre o PT, com Dilma Rousseff, e o PSDB, com José Serra, que deviam enfrentar importantes e diferentes desafios para que pudessem alcançar a vitória nessas eleições.

Para a ex-presidente Dilma, os principais desafios da sua candidatura eram o fato de ser desconhecida da maior parte da população, não ter experiência em disputas eleitorais, pois pela primeira vez ela se candidatava a um cargo eletivo, e nessa medida não ter a necessária desenvoltura em debates políticos com os seus adversários. Além disso, havia a dúvida sobre a possível transferência de votos do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para sua candidata, mediante o fato dele apresentar elevado grau de popularidade e de aprovação de seu governo que, ao final do mandato, chegava à casa de 80% (JACOB; ROMERO, 2011).

A alta aprovação do governo petista condicionou ao PSDB um grande problema: encontrar um candidato que pudesse disputar o pleito eleitoral de 2010, com consideráveis chances de sucesso eleitoral.

Para o ex-governador de São Paulo, José Serra, o seu maior desafio seria se apresentar como um candidato de oposição a um governo com tamanho índice de aprovação popular, apesar de ser conhecido de grande parte do eleitorado e de ter experiência em campanhas políticas, uma vez que já havia sido candidato a

Presidência da República, em 2002, a prefeito da cidade de São Paulo, em 2004, e a governador do estado de São Paulo, em 2006 (ROMERO; JACOB, 2010, p. 189).

Para tanto, o que se observou nas eleições de 2010 foi a continuidade nos padrões espaciais do voto. A análise do desempenho dos principais candidatos à Presidência da República em 2010 revelou, em linhas gerais, a manutenção dos padrões de votação já evidenciados em 2006. Assim, verificou-se a mesma clivagem no comportamento eleitoral, de orientação norte-sul, baseada no grau de desenvolvimento regional, na qual se diferenciaram as Regiões Norte e Nordeste, menos favorecidas economicamente, das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, mais desenvolvidas em termos econômicos.

Deste modo, são nas regiões que apresentam maiores desequilíbrios quanto aos níveis de educação e renda que Dilma Rousseff alcançou seu melhor desempenho, segundo o TSE (2014). Este fato se deve, entre outras razões, aos programas sociais do governo Lula, como o Bolsa Família, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Luz para Todos, cujos beneficiários se encontram, em sua maior parte, no Norte e Nordeste (ROMERO; JACOB, 2010).

A aparente facilidade em angariar votos obtida pelo PT nas eleições de 2002, 2006 e 2010 não se repetiu nas eleições de 2014. As eleições presidenciais deste ano foram conhecidas como aquelas que apresentaram o maior nível de acirramento desde o início das eleições direta pós regime militar. Em ambos os turnos, PT e PSDB obtiveram números aproximados de votos para as eleições para Presidência da República (tabela 19).

Tabela 19 - Brasil: resultado das eleições presidenciais (2014)

Candidato (a)	Partido político	Número de votos	Porcentagem dos votos válidos	Turno
Aécio Neves	PSDB	34.897.211	33,5	1º
		51.041.155	48,3%	2º
Dilma Rousseff	PT	43.267.668	41,5%	1º
		54.501.118	51,6%	2º
Luciana Genro	PSOL	780.513	0,7%	1º
Marina Silva	PSB	22.176.619	21,3%	1º

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral-TSE (2016).

Por meio da tabela 19 é possível perceber que a diferença entre o primeiro e o segundo colocados foi pequena nos dois turnos, acentuando-se ainda mais no 2º turno. A candidata do PT obteve sucesso eleitoral em ambos os turnos, alcançando 41,5% no primeiro turno. Aécio Neves (PSDB) e Marina Silva (PSB) obtiveram resultados significativos, respectivamente, 33,5% e 21,3% do eleitorado.

Apesar dos importantes resultados apresentados no 1º turno, com expressivas votações para os três primeiros colocados, foi no 2º turno que houve acirramento, apontado como o pleito mais disputado da História do Brasil, em eleições para Presidência da República com uma diferença de 3% a favor de Dilma Rousseff, que se reelegeu Presidência da República. A figura 5 apresenta a distribuição dos votos nos estados brasileiros, destacando qual o partido político nele saiu vencedor⁷³.

⁷³ É importante ressaltar, que em 13 de agosto de 2014, durante o início da campanha eleitoral para a presidência da república, Eduardo Campos do PSB, faleceu durante uma viagem aérea em Santos-SP. O então candidato, era considerado um importante candidato à sucessão presidencial. A sua morte causou comoção à população e mudanças nos caminhos daquele pleito eleitoral, colocando no cenário político partidário Marina Silva, a terceira colocada do primeiro turno das eleições de 2014.

Figura 5 - Brasil: votação no 2º turno das eleições para presidência da república (2014)



Fonte: Tribunal Superior Regional-TSE (2014).

Org.: AUGUSTO, Daniel Cirilo (2015).

Como mencionou-se, as eleições de 2014 apresentaram-se como as mais acirradas nos últimos 20 anos, mas o fator determinante para estas eleições não foi somente a disputa intensa que elas demonstraram, mas sim a divisão do país a partir dos apoios partidários. A figura 5 delinea as unidades federativas a partir da votação por partido político. Apresenta-se, então, um Centro-Sul

preposto a votar para o PSDB e as regiões Norte e Nordeste optando em votar para o PT.

Entretanto, está visível “divisão” em número de votos por partido não evidencia fatores intrínsecos a estas eleições como, por exemplo, o fato da equidade em percentagens em cada estado, ou seja, apesar de existir maioria de votação para Dilma Rousseff em Minas Gerais (52,4%), houve um expressivo número de votos ao candidato Aécio Neves do PSDB (47,5%).

Alguns estados apresentaram maiores diferenças entre o primeiro e o segundo colocado, como é o caso do Paraná. Aécio Neves (PSDB) alcançou 60,9% dos votos válidos no segundo turno, enquanto Dilma Rousseff (PT) 39%, uma porcentagem consideravelmente menor. Diferentemente, em Pernambuco (por exemplo), Dilma Rousseff obteve considerável maioria 70,2%, enquanto seu opositor Aécio Neves, 29,8%.

Esta conjuntura consolida o fato dos pleitos eleitorais de escala nacional tornarem-se disputados exclusivamente por dois partidos: PT e PSDB, partidos estes que se firmam como “únicos” e prováveis na barganha dos votos.

Este panorama, vitória nas eleições presidenciais na década de 1990 e de posteriores sucessivos sucessos eleitorais para o PT, obrigou o PSDB modificar algumas condutas do partido, frente à conjuntura da política partidária. Roma (2003), ao analisar as estratégias internas do PSDB, cita que o partido, a partir de 1994, deslocou-se ideologicamente de uma posição de Centro-Esquerda para a de Direita no espaço político.

Esse deslocamento ideológico estaria expresso na redefinição de suas diretrizes políticas, deixando de lado o ideário socialdemocrata para adotar um programa de governo rotulado como neoliberal. Essa mudança para a Direita, com políticas mais favoráveis ao mercado, teria sido, sobretudo, o custo que o partido teve de pagar para chegar ao governo e para governar em aliança com o PFL/DEM.

De fato, o PT passou por algumas transformações, especialmente em função de suas aproximações e alianças no decorrer dos anos em que esteve à frente da Presidência da República. Transformações que perpassaram pela

maneira de gerir por exemplo a economia do país. E estas, aconteceram em detrimento de atender as demandas de seus apoios eleitorais, estabelecidos nas coligações partidárias. A exemplo desses apoios, teve-se o Partido Social Cristão (PSC), Partido Progressista (PP) e o próprio PMDB, articulador do *impeachment* de Dilma em 2016.

Pode-se dizer que as estratégias eleitorais dos partidos, em especial o PT e PSDB, modificaram-se com o passar dos últimos 20 anos. O radicalismo entre os petistas, por exemplo, em favor de sua ideologia, começou a decrescer, conforme o partido adentrou nas diferentes esferas do governo.

Telles (2003), em seu estudo acerca da ligação entre partidos e eleitores, constatou que coexiste uma multiplicidade de portadores de diferentes atitudes e opiniões. Verificou, ainda, que uma grande parte dos entrevistados possui opiniões diferentes daquelas emitidas pelo partido.

Esse conjunto de opiniões, que tende à autonomia, foi indicado pelo contraste entre, de um lado o “partido oficial” e, de outro, os entrevistados amostrados principalmente no caso do grupo formado pelos candidatos a vereador. A autora constatou que a grande maioria mencionou a preferência por um partido tático, ou seja, com objetivos não socialistas. Existe, ainda, uma nítida opinião favorável às alianças com os partidos de centro e de Direita, como o PFL/DEM e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Diante disso, a pauta que norteou as ações dos partidos políticos focou prioritariamente na eleição/reeleição dos seus candidatos nas diferentes escalas de pleitos eleitorais. A ideologia e o radicalismo diminuíram internamente aos partidos, dando abertura a tendências mais à Esquerda, mais a Direita. Este processo contribui para facilitar as coligações que, muitas vezes, ocorrerem de maneira contraditória e diferenciada nas diferentes escalas de pleitos eleitorais.

Candidatos e partidos políticos no Brasil formam uma estrutura eletiva condicionada a eleger correligionários de dois partidos: PT e PSDB, ao menos no que diz respeito aos pleitos eleitorais de escala nacional. Assim, estes partidos foram aqueles que apresentaram as maiores chances de sucessos eleitorais no decorrer dos últimos 20 anos. Esta conjuntura evidencia esquemas, objetivos,

acordos, coligações que atendem a projetos de manutenção do poder por determinados grupos da sociedade, representados, por exemplo, pelos partidos políticos nas diferentes escalas de pleitos eleitorais.

Como afirma Nicolau (2012), a realização de eleições limpas e competitivas é condição necessária para caracterizar um país como plenamente democrático. No entanto, isso não garante que outras dimensões do sistema representativo funcionem direito.

Sabemos, por exemplo, que o financiamento ilegal de campanhas eleitorais, compra de votos, baixo conhecimento sobre política partidária, reduzida importância dos partidos políticos, possibilitaram, nesta jovem democracia brasileira, pleitos eleitorais pautados em baixo conhecimento e enfraquecidos debates sobre ideais partidários. O fato condiciona um problema que se evidencia no eleitorado: a legitimidade⁷⁴.

A legitimidade, usualmente colocada no atual governo do PT, reflete insatisfação aliada ao desconhecimento sobre os diferentes processos que envolvem a conjuntura da política partidária. De acordo com Almeida (2011), é necessário ressaltar que a desconfiança generalizada da população, quanto a “desconfiança democrática”, parece apontar para um mesmo fenômeno: a insuficiência dos aspectos procedimentais de legitimidade democrática. O autor salienta que a crise de legitimidade nas democracias contemporâneas vislumbra para a necessidade de superação desse receituário liberal diante das dificuldades em responder às demandas de liberdade e igualdade.

Primeiramente porque aposta numa sociedade de livre mercado com profundas desigualdades, que afetam diretamente a capacidade individual de ser livre. Segundo, porque a representação política centrada no princípio majoritário é marcada por contradições internas que dificultam decisões coletivas e universalistas. Terceiro, porque nesse momento de demandas crescentes e agravamento das condições sociais e econômicas da população, o Estado

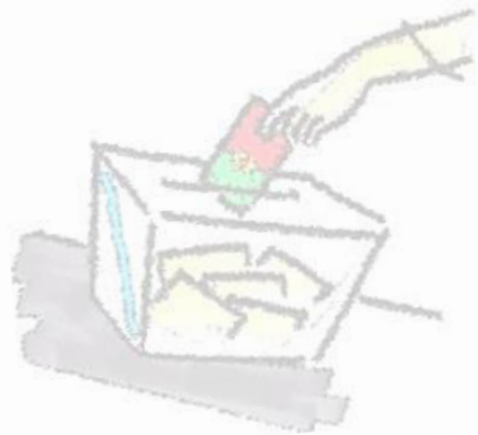
⁷⁴ A legitimidade é entendida, na Ciência Política, como a capacidade de um poder obter obediência e aceitação sem utilizar a coerção.

soberano e representante político da coletividade por excelência é chamado a se afastar e a intervir o mínimo possível (ALMEIDA, 2011).

Observa-se, pois, que o eleitorado é frágil aos fatores políticos, torna-se volátil às decisões e, logo, a decisão do voto. O enfraquecimento dos partidos políticos influencia baixos índices de enraizamento destes na sociedade, possibilitando, por exemplo, a utilização de conjunturas econômicas momentâneas para firmar posições eleitorais, na esperança de encontrar “culpados” ou “salvadores”. Para tanto, faz-se necessário compreender os elementos que estão pertencentes à formação da decisão do voto que, neste caso, pauta-se nos relevantes processos de identificação pessoal e identificação partidária no eleitorado.

CAPÍTULO IV:

A FORMAÇÃO DA DECISÃO DO VOTO: IDENTIFICAÇÃO PESSOAL E IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA



4 A FORMAÇÃO DA DECISÃO DO VOTO: IDENTIFICAÇÃO PESSOAL E IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA

Neste capítulo, o objetivo é desenvolver um debate teórico acerca dos principais conceitos e categorias de análise da decisão do voto, bem como atrelar a teoria aos resultados encontrados nos questionários aplicado aos eleitores portugueses e brasileiros.

Para a compreensão de como ocorre a formação do voto, serão utilizados os conceitos de identificação pessoal e identificação partidária. Serão investigadas as estratégias dos grupos partidários, que compõem a organização das campanhas, possuem para condicionar a decisão do voto ora na pessoa, ora no partido político.

Os estudos pertinentes à formação da decisão do voto corroboram para a compreensão de que todos os elementos exaltados nas campanhas eleitorais, bem como no imaginário social do eleitorado, são originados pelas particularidades territoriais, ou seja, as características do território.

Todo o processo de formação da decisão do voto perpassa pelos dois principais conceitos trabalhados no momento: a identificação pessoal e a identificação partidária. Porém, outros temas são primordiais para o entendimento da formação da decisão do voto, tais como: sofisticação política⁷⁵, imagens pessoais de candidatos, estratégias de condicionar as identificações, etc.

A finalidade deste capítulo pode ser realizado a partir da relação entre as leituras sobre a temática (em especial a brasileira e portuguesa, por tratar de maneira mais contundente ambas as realidades), dados dos questionários e, também, a análise de entrevistas realizadas com políticos brasileiros.

Vale lembrar, que o capítulo ainda contém resultados referentes aos diferentes níveis de identificação pessoal e identificação partidária de acordo com

⁷⁵ Sofisticação política é um construto que inclui as seguintes dimensões: “saliência” (que inclui aspectos como o interesse e o envolvimento políticos e a exposição aos meios de comunicação); “conhecimento da política” (em geral medido a partir de questões de *surveys* sobre o governo, personalidades políticas e *issues* políticos) “capacidade de conceituação política” (que envolve, de um lado, a capacidade de diferenciar os diversos atores do processo político e, de outro, a capacidade de organizar as ideias políticas em termos de construtos abstratos ou ideológicos) (CARREIRÃO, 2002, p. 26).

a escala de pleito eleitoral. Neste momento, observa-se como diferencia o voto por meio dos pleitos eleitorais.

4.1. Diferenças territoriais, diferentes votações

A formação da decisão do voto não se limita ao “rápido” ato de votar, ou mesmo, às ações momentâneas potencializadas em períodos próximos aos dos pleitos eleitorais. A formação da decisão do voto tem ligação na base territorial, ou seja, é o território o primeiro elemento apropriado pelas diferentes estratégias eleitorais para barganhar o maior número de votos do lugar, ou mesmo da nação.

Observou-se, nos capítulos anteriores, em especial, os capítulos 1 e 2, que as votações nos diferentes territórios se diferenciaram por partidos políticos e candidatos. Para tanto, é pertinente compreender que o território possui relevância para a compreensão da formação do voto, e ainda, que o voto e o território têm vínculos.

A análise territorial voltada para a decisão do voto é aquela que analisa por exemplo, a dimensão simbólica do território, Claval (1999) faz um recorte a respeito do tema e explica que:

A dimensão simbólica do território está efetivamente presente nos trabalhos dos geógrafos, desde pelo menos o período entre as duas guerras. Jean Gottman a sistematiza quando propõe, em 1952, fazer da análise das iconografias uma das bases da geografia política. Os trabalhos de inspiração fenomenológica e humanista caminham no mesmo sentido. (...) para as sociedades primitivas, a terra é *poder* pois ela é *origem* (é dela que procede toda a realidade), *presença* é no seu encontro como uma paisagem que se apresenta e se anuncia a ela que o presente se renova e se transmite como uma reserva oculta de vigor e de força, *força sobrenatural* “na base da geografia dos povos primitivos, há... um comportamento religioso, e é através desse valor sagrado que se manifestam os ‘fatos’ geográficos”. A geografia novamente se inclina sobre o sentido de enraizamento, sobre os laços afetivos e morais que os grupos tecem com o solo onde nasceram e estão sepultados seus antepassados (CLAVAL, 1999, p. 10).

Portanto, a decisão do voto carrega consigo uma visão simbólica, o que permite aos candidatos e partidos políticos utilizarem-se de tal fato para organizar suas estratégias eleitorais que devem, então, pautar-se na “terra” (enquanto base) e nos laços que ela detém com o eleitorado, afinal, os eleitores ao votar, deliberaram quem se elege e quem não se elege, logo, quem possuirá poder político, via Estado.

O poder não está apenas naqueles que detém o poder político, mas também no simbólico. De acordo com Haesbaert (2004), o território, assim em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Pode-se distinguir apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca, e aquele como um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso. Neste caso, o eleitorado através do seu voto tem um valor de troca pela dominação, mesmo que simbólica. Grupos de poder político, por exemplo, enxergam no eleitorado um valor de troca.

Neste sentido, as relações sociais que se estabelecem nos diferentes territórios condicionam os desdobramentos da política partidária e demais resultados eleitorais. Haesbaert (2004) afirma que, dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações, que é também e, sobretudo, a multiplicidade de poderes, neles incorporados pelos múltiplos agentes/sujeitos envolvidos. Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a igreja etc.

Portanto, a construção dos desdobramentos da política partidária, devem levar em consideração os diferentes aspectos e instituições imbricados na sociedade. As razões do controle social pelo espaço variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo. Controla-

se uma “área geográfica”, ou seja, o “território”, visando “atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos” (HAESBAERT, 2004).

Ademais, o controle da “área geográfica”, exposta por Haesbaert, permite a análise de que os atores sociais, são aqueles responsáveis pelas maiores transformações e (re) organizações do território, pois estes detém o poder e influência para o controle da dinâmica territorial.

Haesbaert (2002) busca, por meio das ideias Deleuzze e Guatarri, trazer o sentido inicial da formação do território por meio de uma abordagem naturalista ou *biologicista*, discutida a partir da territorialidade dos animais.

[...] o ambiente de um grupo (por exemplo, um coletivo de lobos, de ratos ou um grupo de nômades) que não pode por si mesmo ser objetivamente localizado, mas que é constituído por padrões de interação por meio dos quais o grupo ou coletivo assegura uma certa estabilidade e localização. (...) exatamente no mesmo sentido o ambiente de uma única pessoa (ambiente social dele ou dela, espaço de vida pessoal, hábitos dele ou dela) pode ser visto como um ‘território’, no sentido psicológico, a partir do qual a pessoa age ou para o qual se volta” (HAESBAERT, 2002, p. 6).

Portanto, os hábitos, crenças, espaços de vida pessoal ou conjunta, ou mesmo o ambiente social, pertencem à estruturação da vida do eleitor, do seu imaginário e de sua formação psicológica e estes elementos basilares formam não só a decisão do voto, mas também a pessoa enquanto cidadã. Tais características são, assim, geridas pelas formações territoriais estabelecidas entre os grupos humanos e seu ambiente enquanto território. Com isso, o território influencia no psicológico e nas diferentes atitudes do cidadão, tendo então, por exemplo, diferentes decisões do voto a partir dos diferentes territórios.

A base das diferenças entre os territórios configura-se de maneira primordial para a regulação das campanhas eleitorais. Em geral, a análise e os estudos prévios das características territoriais tornam-se corriqueiras para os organizadores das campanhas eleitorais, principalmente no caso brasileiro, país

continental de diferenças sociais, culturais, econômicas e de densidades populacionais muito grandes⁷⁶.

Essas diferenças podem ser observadas quando se comparam as estratégias eleitorais utilizadas entre os países. Ao comparar realidades distintas, observa-se que alguns países operam as suas eleições com valores financeiros consideravelmente superiores à outras nações. Comparativamente, no que tange ao território brasileiro e português, as eleições se diferenciam e o primeiro aspecto apresentado são os valores gastos, como é constatado na tabela 20:

Tabela 20 – Brasil e Portugal: gastos em campanhas eleitorais para presidente (2014-2015)

Candidato (a)	Cargo	País	Gasto (Em Reais)	Ano eleitoral
Dilma Rousseff	Presidência da República	Brasil	318 milhões	2014
Marcelo Rebelo	Presidência da República	Portugal	569 mil	2015

Fonte: TSE (2014) e CNE (2015).

Verifica-se, por meio da tabela 20, que os gastos da última campanha brasileira (2014) para a Presidência da República foram consideravelmente superiores àqueles que elegeu o presidente português nas eleições de 2016. A campanha eleitoral que reelegeu a ex-presidente Dilma Rousseff, no ano de 2014, demonstrou um franco crescimento nos gastos com as eleições majoritárias brasileiras. Em 2010, foram gastos R\$ 282 milhões, superado pelo crescente número das eleições de 2014 (R\$318 milhões⁷⁷), considerado o maior gasto oficial declarado ao TSE desde a redemocratização do país, em 1985.

Em Portugal, há de se destacar a população e a dimensão do país, obviamente os valores naturalmente apresentar-se-iam diminutos comparados à realidade brasileira. No entanto, na tabela 20, chama atenção a diferença entre os

⁷⁶ De acordo com os dados da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, sendo o 4º mais desigual da América Latina e 8º a nível mundial.

⁷⁷ Além dos R\$ 318 milhões, o comitê de Dilma declarou outros R\$ 32 milhões referentes às chamadas despesas estimadas – gastos feitos por candidatos a governador com materiais ou eventos nos quais a presidente também apareceu. Isso eleva o custo total da campanha para aproximadamente R\$ 350 milhões (O ESTADÃO, 2014).

números, ou seja, os valores gastos na campanha de Dilma Roussef superam 300 vezes o valor gasto pelo então candidato à presidência de Portugal, Marcelo Rebelo.

A explicação está na forma como o território se comporta, o que configura as estratégias eleitorais que se fixam a partir desta conjuntura territorial. No Brasil, as campanhas são pautadas em imagens pessoais e nos atrativos oferecidos pelos candidatos, diferentemente do caso português em que não há tamanha necessidade de buscar os votos de eleitores que pautam suas decisões basicamente nos atributos pessoais.

Devido ao fato da obrigatoriedade do voto no Brasil, todo e qualquer tipo de eleitor “vai às urnas”, sendo uma parcela do eleitorado sem a chamada “*sofisticação política*”, e, então, as estratégias eleitorais, voltam-se para o imaginário social destas pessoas, pensamentos e decisões que, muitas vezes, fogem do verdadeiro sentido da política partidária e canalizam-se para as imagens pessoais, barganhas financeiras e demais ganhos individuais que o eleitor possa conseguir, para então, confiar seu voto em determinado candidato.

É, por este motivo que, para muitos eleitores, o voto é tido como uma moeda de troca, para o seu bem próprio e não da coletividade. Explicações para isso vão além da obrigatoriedade do voto, mas também nas baixas condições educacionais apresentadas em países como o Brasil. Como já mencionado, o autor Carreirão (2007) deixou evidente que a escolaridade influencia no aumento da identificação partidária e logo, na “*sofisticação política*”.

Condições sociais como a educação (já citado), saúde e habitação influenciam diretamente para a formação da decisão do voto e logo, condicionam as estratégias eleitorais a possibilitar o ganho individual para essas populações mais necessitadas. Por este motivo que, no Brasil, “cestas básicas, combustível, compra de voto” ainda estão corriqueiramente presentes no imaginário social.

Barbosa (1988) já mencionava sobre a desigualdade no voto, apresentando características do voto daquele eleitor mais carente. Segundo ele, numa sociedade como a brasileira, extremamente desigual, não é de se admirar que os mais pobres se empolguem tanto nas épocas eleitorais, valorizando o ato

de votar mais do que as camadas sociais elevadas. Pelo voto, os pobres se igualam momentaneamente a todos e se integram à massa festiva no “ritual” das urnas. Além do mais, a sensação de igualdade, para o homem pobre, conduz ao sentimento de sua valorização como ser humano.

Durante campanhas eleitorais, favelas, bairros pobres, territórios da miséria jamais visitados em outras ocasiões, adquirem novo ritmo de vida e novo visual. Surgem, então, os candidatos e cabos eleitorais e forma-se o período eleitoral, carregado sempre de cifras e valores, o último podendo sofrer alterações de acordo com o ambiente social. Diante disso, Barbosa (1988) relata acontecimentos inusitados neste período:

Seguidos da pequena multidão de cachorros sarnentos e crianças malvestidas, de nariz escorrendo, políticos vão distribuindo abraços, tapinhas nas costas, cumprimentos de mão durante sua caminhada cívica. De vez em quando uma parada no barraco de alguém influente no lugar. Bate-papo com a família e vizinhos acotovelados nas portas e janelas. Promessas. Pedidos de apoio. O líder comunitário e a mulher procuram agradar o “ilustre” visitante com a comida ou bebida que conseguirem oferecer, e com o rosto desvanecidos, promete – e a todos os candidatos que porventura honrarem seu barraco com tal passagem insigne – muitos e muitos votos, desde que naturalmente, se digne ele a atender uma série de pedidos, que podem incluir somas em dinheiro (BARBOSA, 1998, p. 50-51).

Portanto, temos, nas palavras do autor, atitudes que representam estratégias eleitorais, aptas para adentrar aos territórios (uma favela por exemplo), e se tornarem parte dele com objetivo de, posteriormente, se apropriar da própria condição de demanda diversas por meio do exercício do poder do Estado.

Destarte, as campanhas eleitorais brasileiras configuram-se com alto poder econômico e, então, estão repletas de imagens, belezas e artimanhas que chamam a atenção de quem as observa, o que eleva a capacidade pessoal de atuação dos candidatos nas campanhas.

Diferentemente, em Portugal as campanhas são menos personalizadas e buscam um debate voltado às condições partidárias apresentadas. A não

obrigatoriedade do voto condiciona este fato, pois não há a preocupação dos grupos políticos em angariar os votos daqueles que são menos escolarizados e distantes da política partidária, pois estes dificilmente “não irão às urnas”.

Portanto, o que se percebe é que o território é imprescindível para as estratégias e o foco eleitoral, tornando-se um território político, de dominação. Cataia (2011), ao trazer as discussões de Ratzel, escreve:

Quando então, por intermédio de RATZEL, a geografia incorpora o espaço de dominação de um dado grupo social, tal qual o uso em zoologia relativo à territorialidade animal (...). Um país é um fundamento natural no qual o homem introduz sua cultura, sem, no entanto, poder fugir das influências do ambiente, principalmente daquelas que atuam no corpo humano, como o clima e a oferta de alimentos. Mas, por outro lado, afirma que essa influência depende, em grande medida, da força da vontade que a ela resista (CATAIA, 2011, p. 119-120).

Assim, o território é político, ambiente da dominação, nas eleições é claramente definido e barganhado pelos grupos de poder que, através do poder econômico, condicionam as campanhas eleitorais a se aproximarem de realidades em que há o interesse em se angariar os votos. E, assim, de fato as estratégias eleitorais se modificam ao passo que modifica o território. Em entrevista, a Senadora do Gleisi Hoffman (PT), destaca o alto custo das campanhas eleitorais nas eleições brasileiras:

Agora, nós vamos ter uma mudança importante. A partir do ano que vem, não vamos ter mais o financiamento privado das campanhas eleitorais. Isso quer dizer que as campanhas devem ser feitas com financiamento público, do fundo partidário, que já existe. Ou, com doações de pessoas físicas, cujo limite é 50% de todo seu rendimento durante o ano. Então, com certeza as receitas das campanhas serão reduzidas. Isso vai exigir dos candidatos, estratégias diferentes. (...) de fato a gente tinha eleições muito caras. Na realidade a produção de TV era quase cinematográfica, o candidato ao invés de debater a política e as propostas, virava um artista.

Tornam-se, então, as campanhas eleitorais caras e complexas, pois devem considerar o grande dispêndio de dinheiro colocado nos períodos eleitorais

para movimentar as diferentes estratégias eleitorais de barganha de votos. Em observação à fala da senadora, o meio televisivo e o midiático têm um papel preponderante para o sucesso eleitoral do candidato, pois a qualidade da publicidade envolvida resultará em uma campanha eleitoral forte, porém, cara.

Em geral, há contribuição dos gastos financiados pelo poder econômico ao candidato, mas também a contribuição do candidato na expectativa de se eleger. Portanto, a memória eleitoral, ou seja, a atuação do candidato e partidos políticos em pleitos anteriores, seja um elemento definidor para arrecadações de campanha.

Speck e Cervi (2016) descrevem que se espera que o volume de recursos arrecadados tenha relação com o fator memória eleitoral. O ideal é que os doadores atuem de forma estratégica na alocação de recursos, apoiando preferencialmente candidatos que tenham alguma chance de chegar a um bom resultado eleitoral. Um dos indicadores probabilísticos para o bom desempenho na eleição presente é o desempenho na eleição anterior. A análise mais detalhada dessa relação destaca a questão clássica da pesquisa sobre financiamento: se o gasto eleitoral gera votos ou se a expectativa de votos gera arrecadação de recursos. Portanto, segundo Speack e Cervi (2016):

Esperamos que tanto o dinheiro gasto na campanha como o horário eleitoral tenham influenciado sobre o sucesso nas urnas. A alocação de mais dinheiro (variável “dinheiro”) e mais tempo de rádio e TV (variável “tempo”) deveriam resultar em mais votos (variável “voto”), uma vez que esses dois recursos são considerados decisivos para a disputa eleitoral pelos próprios atores envolvidos. A nossa pergunta é: o que conta mais? É mais importante ter mais gastos eleitorais ou ter tempo para propaganda gratuita? A nossa primeira hipótese é que o recurso tempo tem um peso similar ao recurso dinheiro (SPEACK e CERVI, 2016, p. 63).

Observa-se que tanto o “tempo” como o “dinheiro”, chamado também de poder econômico, estabelecem-se como importantes condicionantes das campanhas eleitorais. A questão não é apenas perceber quais deles interferem mais diretamente nos sucessos eleitorais, mas sim concebê-los como relevantes

elementos que atuam diretamente na decisão do voto, afinal, o próprio poder econômico condiciona a quantidade de tempo das propagandas eleitorais dos grupos partidários.

Em geral, as propagandas eleitorais possuem maiores possibilidades de condicionar o voto em eleições nacionais, principalmente pelo fato da distância entre eleitor e candidato, portanto, o elo entre eles torna-se a televisão, rádio, jornais, etc. Então, Speck e Cervi (2016) discorrem que, nas eleições municipais, a influência da mídia eletrônica sobre a política local depende da possibilidade de veicular propaganda eleitoral, no entanto, isto nem sempre é o caso. Para que o horário eleitoral gratuito influencie a dinâmica das eleições locais, é necessário que as estações de rádio e, eventualmente, as emissoras de TV veiculem a propaganda dos candidatos locais.

O acesso dos partidos à propaganda local depende de uma combinação de dois fatores: a infraestrutura de comunicação disponível no município e a legislação eleitoral regulando o acesso e distribuição do tempo de propaganda. Nos municípios sem emissora de rádio e/TV própria, os cidadãos têm acesso à propaganda eleitoral de outros municípios. A disputa local fica sem cobertura oficial no rádio, TV ou em ambos.

Ao levar em conta a infraestrutura disponível, o quadro da cobertura de rádio e TV para eleições locais é peculiar. Somente 68% dos municípios brasileiros analisados por Speck e Cervi (2016) dispõem de estações próprias de rádio e menos de 4% dos municípios têm uma estação de TV com produção própria. No Brasil, por exemplo, 205 municípios têm pelo menos um transmissor de TV e 3.572 municípios contam com pelo menos uma emissora de rádio, o que representa 68,4% do total analisado.

Em todos os municípios com estações próprias de rádio ou TV, as emissoras devem veicular gratuitamente a propaganda eleitoral dos partidos e candidatos e, nos municípios acima de 200 mil habitantes (com eleições em dois turnos), a justiça eleitoral tenta viabilizar a transmissão do horário eleitoral gratuito nas estações de TV, mesmo que o local não disponha de emissoras próprias (SPECK E CERVI, 2016, p. 56).

Na prática a combinação entre infraestrutura e lei resulta em três situações diferentes em relação ao acesso à propaganda gratuita pelos cidadãos. Primeiro, os municípios que não contam com infraestrutura própria e não recebem propaganda dos candidatos locais. Via de regra, os eleitores desses locais o horário eleitoral dos municípios que sediam estações de rádio ou transmissoras de TV. Um segundo grupo de municípios possui estações de rádio próximas, que transmitem a propaganda das eleições locais, mas recebem a propaganda da TV de outro município por não existir transmissor de TV local. No terceiro grupo estão os municípios onde estações de rádio e emissoras de TV garantem a veiculação da propaganda eleitoral gratuita dos candidatos locais pelos dois canais. A distribuição numérica dessas situações no universo dos municípios brasileiros se dá na seguinte forma: no primeiro grupo estão 33% dos municípios, no segundo grupo, 63%, e no terceiro grupo, 4%.

No que tange às informações apresentadas, pode-se analisar que o número de habitantes dos municípios pode atuar como condicionante do voto, pois as propagandas eleitorais se diferem de acordo com o tamanho de suas populações. Ruiz (2015), ao relatar as diferenciações do voto, busca compreender não somente tamanho do município enquanto população, mas sim diferenciá-los enquanto “áreas urbanas”. Segundo o autor: “Para então analisar com mais precisão o voto urbano, é melhor trabalhar com ‘áreas urbanas’ ao invés do tamanho dos municípios” (RUIZ, 2015, p. 3, tradução nossa)⁷⁸.

Para tanto, o caso citado reflete características do território europeu, que tem áreas mais densas e logo faz-se necessário discernir o voto pelas diferentes dinâmicas urbanas que existem, mas que também podem ser determinadas pelo tamanho da área urbana. De acordo com Ruiz (2015), as dinâmicas territoriais dos espaços urbanos de maior densidade possibilitam uma maior competição eleitoral, devido, também, ao fato desses eleitores estarem mais propensos a votar.

Em contraposição ao relatado por Ruiz (2015), em Portugal, ao analisar o histórico de abstenções eleitorais em três áreas urbanas, observa-se que há um processo inverso daquele descrito pelo autor (tabela 21).

⁷⁸ Ya se ha explicado porqué, para analizar más correctamente el voto urbano, es mejor trabajar con 'áreas urbanas' en lugar de con el tamaño de los municipios (RUIZ, 2015, p. 3).

Tabela 21 - Portugal: Porcentagem de abstenções eleitorais, por município, em eleições para Câmara Municipal

Abstenções	Cidade	Ano eleitoral (%)					
		1993	1997	2001	2005	2009	2013
	Braga	29,4	34,4	29	32,2	34,7	40,1
	Évora	39,5	40	37,2	44,9	44,9	50,3
	Lisboa	46,5	51,7	45,1	47,4	47,4	54,9

Fonte: Comissão Nacional de Eleições-CNE (2016).

Org.: AUGUSTO, Daniel Cirilo (2016).

Pela tabela 21, destaca-se que as maiores abstenções eleitorais estão em Lisboa, maior área urbana dentre todas as demonstradas na tabela 21. Entre 1993 e 2013, Lisboa superou as demais cidades no que diz respeito à porcentagem de abstenções nas eleições para a câmara municipal. Portanto, no caso português, o que se analisa é que para este tipo de pleito eleitoral as menores áreas urbanas são mais competitivas.

As diferenciações analisadas entre o caso citado por Ruiz (2015) e os exemplos trazidos neste trabalho a partir das realidades de Braga, Évora e Lisboa - que correspondem ao caso português de análise- permitem compreender que a formação da decisão do voto atende aos diferentes aspectos da realidade do eleitorado, atribuídos em especial à dinâmica territorial que o eleitor se insere.

Portanto, o tamanho das áreas urbanas pode influenciar o voto, mas o território, enquanto ambiente social do eleitor, traz consigo particularidades e, são estas que determinam a formação do voto como também em outros juízos/opiniões/valores que os cidadãos possam construir. Por isso que, ao analisar os exemplos de Portugal, as porcentagens apresentaram abstenções menores nas áreas urbanas menos populosas, como foi o caso de Évora e Braga. Assim, mais do que o tamanho da população, as diferenças territoriais carregam as diferentes votações.

Ademais, há de se ressaltar que as estratégias eleitorais se diferenciam de acordo com a dinâmica territorial. A partir desses pressupostos, campanhas eleitorais e mídia fundem-se para organizar, conforme cada território, um aparato de meios para formar o voto do eleitorado. Como apontado, as eleições para a Presidência da Câmara obtiveram mais adesão por parte dos eleitores portugueses naqueles municípios com menor população, ou seja, a proximidade

que os candidatos possuem com o eleitorado em uma área urbana menor facilitou o contato e, logo, interferiu na adesão do eleitorado em votar.

Para o caso brasileiro, as porcentagens encontradas não foram consideravelmente diferentes. Para fazer vinculações com a realidade portuguesa é possível analisar a relevância do voto, ao observar as porcentagens da opção “voto” enquanto elemento primordial para praticar a cidadania⁷⁹. A tabela 22 mostra as porcentagens da opção “voto” nas três cidades brasileiras analisadas.

Tabela 22 - Brasil: elementos considerados relevantes para a prática da cidadania

Elemento\Cidade	Laranjeiras do Sul	Maringá	Curitiba	Total-geral (n=384)
Votar	33,3%	35,9%	38,5%	38%
Obedecer às leis	16,7%	34,4%	27,1%	28,1%
Pagar impostos	33,3%	12,5%	13,1%	13,3%
Outros	16,7	17,3	21,7	20,6

Fonte: Aplicação de questionários (2015).

Os três elementos apresentados, na tabela 22, correspondem aos três mais bem colocados entre os oito de possibilidade de escolha na pergunta. Portanto, por meio dos resultados da tabela, é possível identificar o voto como principal elemento considerado importante para praticar a cidadania dos brasileiros. Além disso, interessa, neste momento, analisar as diferenças entre as cidades que, como se viu, não apresenta grandes distinções no elemento “voto”.

A proximidade entre os números das cidades, 33,3%, 35,9% e 38,5%, respectivamente, Laranjeiras do Sul, Maringá e Curitiba nos permite observar que a diferença populacional entre as cidades não foi condicionante para fazer considerável distinção, pois, as porcentagens estiveram entre 33% e 38%. Por conseguinte, os dados da pesquisa de campo respaldam o fato de analisar que a formação do voto enquanto elemento preponderante para o eleitor perpassa por diversas conjecturas do território e não por elementos isolados.

⁷⁹ No Brasil, há obrigatoriedade do voto. Então, nos questionários aplicados aos eleitores brasileiros não se realizaram as perguntas referentes à opção “votar ou não”. Por isso, o caminho é realizar a vinculação pela pergunta: “O que você analisa como importante para praticar a cidadania?”.

Portanto, estas diferenças territoriais a partir dos diferentes territórios, analisado em especial ao caso português e brasileiro contribuem não somente para as diversas opiniões da pessoa, ou então para a decisão do voto (em eleitores), mas também, para a identificação pessoal e identificação partidária – conceitos que abrangem a formação da decisão do voto, como segue nos itens 4.2 e 4.3 desse trabalho.

4.2 Elementos para a formação da decisão do voto: a identificação pessoal

Os eleitores, como sujeitos atuantes na dinâmica política por meio do ato de votar, decidem seu voto a partir de inúmeros pressupostos, dentre eles a identificação pessoal.

A identificação pessoal é mais uma abordagem que auxilia na explicação do comportamento eleitoral. Entende-se a identificação pessoal como pressuposto do eleitor para definir seu voto ou suas escolhas a partir de imagens e atributos pessoais de cada candidato. Pode-se considerar que, no caso do eleitor brasileiro, as definições para escolher determinado candidato ou partido se dão pelo “voto por imagem”⁸⁰. O voto do eleitorado brasileiro se enquadra melhor nesta conceituação. Já o português, aproxima-se a esta definição, entretanto, a diferença está nas campanhas eleitorais que colocam ênfase à capacidade administrativa do candidato, com eleições demonstrando não tanto a imagem da pessoa, como acontece no Brasil.

Para o cargo de Presidência da República em Portugal, o eleitorado votante atrai-se também pelo carisma e imagens pessoais evidenciados nos pleitos eleitorais. Em janeiro de 2016, Marcelo Rebelo de Sousa (PSD) elegeu-se Presidente da República com uma eleição com pouca evidência em imagens na mídia, contudo, levou favoreceu-se pelo fato de possuir uma larga vantagem em termos de imagens e conhecimento a seu respeito - participou como comentarista político na mídia portuguesa (desde os anos 60) na imprensa escrita primeiro, e

⁸⁰ O termo “voto por imagem” foi mencionado por Silveira (1998) para determinar os atributos pessoais dos candidatos. Segundo ele, estes atributos induzem o eleitor a votar pelas características pessoais do candidato, chamadas assim de “voto por imagem”.

na rádio e televisão posteriormente (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2016). O fato permite observar que as imagens pessoais que Marcelo Rebelo detinha junto ao eleitorado contribuiu para o sucesso eleitoral de sua candidatura, tendo o partido político pouca participação nessa conquista.

Para tanto, nesta conjuntura propícia à identificação pessoal, o eleitorado, ao não levar em consideração os aspectos partidários na decisão do seu voto, procurou outros atributos que lhe deram condição para escolher a melhor forma de votar. É nesta etapa que ganham força os aspectos pessoais, pois são o primeiro atributo que o eleitor se apoia para determinar seu voto. A identificação, assim, é entendida como uma característica do eleitor que se preocupa em decidir o voto por elementos que condizem com a imagem e a simpatia do candidato, por exemplo.

É provável que a Identificação pessoal seja um fenômeno que possui origens históricas e raízes no clientelismo⁸¹. A estrutura política associa-se ao poder político e econômico que alguns grupos de poder possuíam/possuem. Estes grupos determinam as posições e regras do “jogo político”. Ao relatar sobre as raízes da identificação pessoal, Silveira (1998, p. 14) esclarece que:

O processo político e eleitoral era um jogo de cartas marcadas, totalmente controlado pelos chefes políticos locais. Utilizados por eles instrumentalmente, os partidos não passavam de organizações artificiais, carentes de coerência ideológica e de representatividade social. Os partidos não representavam diferentes setores sócio-econômicos, mas clãs familiares que, através das suas lideranças, ocupavam os principais cargos na estrutura estatal. Os principais enfrentamentos políticos decorriam não dos conflitos entre classe sociais, mas das disputas entre as famílias mais importantes das localidades e regiões.

⁸¹ Para o caso brasileiro, “até a década de 1960, o clientelismo foi considerado o elemento central de explicação do comportamento eleitoral. Na maior parte da literatura sobre o assunto, o fenômeno clientelista era associado a relações de dependência pessoal e coerções políticas que compunham um sistema articulado de caráter estrutural. O termo “coronel” foi retirado da linguagem popular das cidades do interior, especialmente do Nordeste. A origem do termo refere-se ao posto de comando municipal o regional da extinta Guarda Nacional, geralmente concedido aos proprietários de terras que dispunham de maior poder econômico e político de cada região” (SILVEIRA, 1998, p. 13).

É comum encontrar eleitores que procuram votar pela identificação pessoal (ou nos “chefes políticos”) antes mesmo de passar pela etapa de escolha do partido político. Isso pelo fato destes partidos não causarem afinidades e nem proporcionarem preferências que façam deste eleitor um conhecedor ou participante destas instituições democráticas, como observado nas discussões anteriores. Radmann (2001, p. 206) descreve que:

Tanto as pesquisas quantitativas como as qualitativas indicam que a pessoa do candidato caracteriza-se como o principal fator de decisão eleitoral. No processo de escolha eleitoral, a maioria do eleitorado escolhe a pessoa do candidato com base em uma avaliação ou percepção em relação a imagem que os candidatos apresentam. Registra-se que, como em um círculo vicioso, a escolha da maioria do eleitorado direciona-se à pessoa do candidato em resposta a dinâmica da maior parte das campanhas eleitorais, que enfatizam e personalizam a pessoa do candidato.

A partir daí, torna-se mais oportuno afirmar que a imagem que os candidatos demonstram ao eleitor, bem como alguns atributos que os candidatos possuem, como honestidade e capacidade administrativa, são elementos que os eleitores também se utilizam para definir o voto.

O conjunto das análises dos questionários demonstrou que a insatisfação para com a política partidária, e, também, para com os partidos políticos, é considerável. O recente impedimento de Dilma Rousseff à presidência do Brasil é analisado no imaginário popular como exemplo de que a política partidária é “suja”, mesmo que ela esteja longe de ser o pivô dos problemas de corrupção no país.

O próprio discurso político de parcela dos políticos brasileiros se utiliza do fato para exaltar suas imagens e principalmente se eximir dos problemas de corrupção, ou seja, a exaltação de suas imagens enquanto imagens de pessoa honesta, torna-se um “trunfo”, um destaque a ser ressaltado positivamente. Em entrevista, o Senador Álvaro Dias (PV) comenta:

O voto é ligado à credibilidade, a imagem, ao conceito adquirido, muito mais do que propostas. Porque quase sempre as propostas dos candidatos são semelhantes e quase nunca são cumpridas (...). Há fatores que influenciam em determinado momento e em

outros não. Eu imagino que hoje, em função dessa situação nacional de descalabro administrativo e de tantos escândalos de corrupção, tem muito peso, a questão ética. Uma figura que tem um histórico de respeito as pessoas e as instituições, que tenha um histórico de um comportamento ilibado, etc., certamente tem uma força eleitoral.

Vale ressaltar que o entrevistado foi um dos principais opositores ao governo do PT, desde 2003, quando o Lula assumiu a Presidência da República. É claro, então, que em seu discurso não se configuraria de maneira diferente, pois as divergências políticas é fato consumado. No entanto, o próprio senador assume que o histórico do candidato e a “ética” em seus trabalhos, possuem considerável importância para a decisão do voto.

Em sua narrativa, percebe-se que as estratégias de campanhas eleitorais terão rumos no imaginário social, a demonstrar soluções de problemas da nação a partir da mensagem de honestidade dos futuros candidatos e mesmo dos políticos que já possuem cargos, ou seja, as qualidades de honesto e correto, possivelmente ganharão as campanhas eleitorais, em resposta ao tão pedido solícito da população brasileira por novos caminhos e novas perspectivas de melhora para o sistema político partidário brasileiro.

No entanto, o que acontece são “novas mensagens” apresentadas sob “velhas vozes”, pois afinal, estas, em geral, possuem poder econômico, portanto mais tempo/espço na mídia, repassando “belas” mensagens para aqueles que necessitam escutá-las e querem escutá-las. Em entrevista, o deputado federal Aliel Machado comenta:

Hoje as eleições no Brasil são muito personificadas, muito individualizada no ser, não é no projeto político e isso é uma falha muito grande. [...] a mídia potencializa as coisas ruins, a mídia destrói a vida das pessoas muitas vezes, sem dar o direito a contradição e o povo culturalmente em nosso país assimila isso. Então, as eleições em maneira geral é a “mídia”, ela é muito o que é potencializado individualmente. Hoje está ficando de lado a discussão sobre projetos que se apresentam para o país.

Com a fala do deputado, pode-se perceber que efetivamente a mídia influencia na dinâmica do poder e, principalmente, quando o fato se constrói ao

entorno das eleições. Além disso, o papel da mídia não se resume aos períodos eleitorais, tem sim maiores visibilidades neste período, contudo, a atuação dos noticiários, manchetes, reportagens estão imbricados no cotidiano da população e, neste cotidiano, é que estas informações veiculadas são absorvidas no imaginário social, ora para construir imagens de “bons candidatos” como também para degradar as suas imagens.

Ao analisar esta conjuntura, o que se observa é que o fortalecimento da mídia pode corroborar para o enfraquecimento dos partidos políticos, principalmente, aqueles que possuem maiores ligações com o espectro ideológico de suas raízes partidárias, como também, aqueles partidos que não possuem apoio do poder econômico para “comprar” o tempo/espço na mídia (televisiva, escrita ou falada). O senador Roberto Requião, do PMDB, destaca que o voto se torna, então, fruto da conjuntura potencializada pelo poder econômico e, por isso, é um caso que ocorre de maneira global:

O voto hoje é de uma forma global e massiva, definido pela mídia. A mídia que tem elegido, ela fabrica líderes, demole outros, constrói e desfaz. Principalmente nas majoritárias (nacionais), não é o caso de uma eleição de vereadores que funciona a ligação direta. No Brasil os partidos políticos estão sendo um cartório de registro de candidaturas e distorcidos através do financiamento empresarial de campanhas. Uma boa quantidade dos parlamentares não pertence aos partidos e não veem ideias, eles simplesmente servem a grupos de financiadores e aos seus interesses.

Por meio das palavras do senador Roberto Requião, identifica-se que os principais pressupostos para a existência de uma mídia definidora das campanhas eleitorais, e em consequência, das estratégias eleitorais, é o poder econômico intrínsecos aos grupos empresariais. Deste modo, os partidos políticos, tendem a se enfraquecer, não possibilitando seus preceitos ideológicos à população.

O fato pode potencializar um perigoso fenômeno dentro do comportamento eleitoral: a decisão do voto baseada apenas nas imagens pessoais, sem qualquer observação ao espectro partidário.

O enfraquecimento da identificação partidária torna a decisão do voto dependente às imagens pessoais do candidato, voltada para analisar suas características muitas vezes personalizada e maquiada por objetivos obscuros à ótica da população. Em geral, os primeiros sinais que o eleitor demonstra ao basear-se prioritariamente pelas bases da identificação pessoal, são as inúmeras mudanças de comportamento eleitoral apresentadas no tocante à totalidade da população, ou seja, o quão mudancista torna-se um contingente eleitoral de determinado território⁸².

No que diz respeito aos eleitores possuírem comportamentos eleitorais mudancistas, por meio das vinculações entre as duas realidades aqui pesquisadas, considera-se importantes diferenciações. Os casos português e brasileiro se diferem, em especial, pela base do sistema eleitoral que ambos países possuem, que se distinguem: no Brasil voto é obrigatório e em Portugal não.

Para o caso brasileiro, o que se passa é que o eleitorado possui a obrigação em votar, logo decidir seu voto. Então, mesmo aquele eleitor que não anseia votar é obrigado a tomar uma decisão. Contudo, esta decisão nem sempre é levada a sério ou mesmo “pensada” de maneira contundente e eficiente.

No caso português, a obrigatoriedade não existe, então, há um “filtro natural” que permite organizar o eleitor-votante como aquele eleitor que possui, talvez, uma carga ideológica e partidária que lhe permita conceber o voto como algo relevante e decidir de maneira coerente e concernente aos seus princípios políticos. A tabela 23 apresenta uma vinculação entre os níveis de identificação em ambos países:

⁸² Segundo Silveira (1998), indiscutivelmente os estudos referentes à identificação partidária e a identificação pessoal demonstraram, a partir dos anos 1970, que o voto partidário e estável se tornou minoritário, enquanto o voto mudancista, flutuante e volátil tornou-se majoritário.

Tabela 23 – Brasil e Portugal: comparação da decisão do voto em escala nacional

País	Decisão do voto (%)	
	Na pessoa (candidato)	No partido político
Brasil	65,1	34,9
Portugal	45,7	54,3

Fonte: Aplicação de questionários (2015).

Nota-se que ocorrem distinções entre as porcentagens dos dois países. A principal delas concentra-se nas diferenças da decisão do voto pautada na identificação pessoal, ou seja, os questionários aplicados aos eleitores brasileiros apresentaram maiores níveis desta identificação, cerca de 65%, enquanto que entre os eleitores portugueses o número alcançou 45,5% do total das amostras dos questionários. Isso reflete que, para o sistema de eleições português (não obrigatoriedade do voto), o eleitorado que efetivamente vota é aquele que possui interesse e em geral, uma motivação para votar. A motivação pode ser o vínculo partidário, ou mesmo sua estruturação ideológica, alinhada com partidos políticos e seus ideais.

Nos exemplos a partir da realidade brasileira, a identificação partidária não aparece, como o caso português e como averiguou-se pelos questionários, como uma motivação, uma vez que o sistema eleitoral se configura pela obrigatoriedade do voto, ou seja, condiciona a totalidade do eleitorado a votar.

Isso possibilita, então, que qualquer tipo de eleitor vote e, por esse motivo, as estratégias eleitorais acabam alinhando-se com a imagem pessoal, pois parte considerável do eleitorado não possui condições e discernimento para abstrair uma campanha voltada a explicitar informações e conceitos partidários. Diante disso, um sistema eleitoral regido por esta lógica possibilita um comportamento eleitoral mudancista, que eleitores votem em candidatos de partidos de diferentes ideologias como também, os próprios partidos se coliguem sem levar em consideração suas divergências ideológicas. Como afirmou o Senador Requião, “Os partidos no Brasil estão sendo um cartório de registo de candidaturas (...)”.

Tanto no Brasil como em Portugal, as conjunturas da política partidária influenciam as pessoas a desacreditarem no chamado “meio político”. No

conjunto das análises dos questionários, destacamos algumas falas que corroboram com essa perspectiva: “*Estou farto da política. Este governo elegeu-se e o que esta a fazer, são imensos cortes!*” (Eleitora portuguesa, 40 anos, farmacêutica). “*Eu não acredito neles, todos os políticos são iguais, só querem saber de tirar vantagens!*” (Eleitor brasileiro, 47 anos, comerciante).

A percepção que o eleitor (e por consequência a população) tem sobre a política partidária não permite inferir que tenham credibilidade no que diz respeito, por exemplo, à honestidade dos candidatos. Entretanto, a mídia (especialmente a mídia brasileira) contribui para exaltar as imagens pessoais, principalmente nos momentos de campanhas eleitorais, o que gera nos eleitores certa expectativa de melhoras quanto ao trabalho sério de seu candidato/político.

Segundo Carreirão (2007, p. 334), “As ‘identificações partidárias’ (se tomarmos as preferências partidárias como seu indicador) estão em declínio, ou seja, um percentual menor do eleitorado afirma hoje ter preferência por algum partido, comparativamente ao que ocorria há 20 anos”.

Ainda de acordo com Carreirão (2002), em seu estudo sobre o voto nas eleições presidenciais brasileiras, a literatura não compartilha o diagnóstico da avaliação feita pelos eleitores a respeito dos candidatos e de seu caráter meramente emocional, irracional e efêmera.

[...] as avaliações dos candidatos (feita pelos eleitores) recaem em três categorias: avaliações que explicitamente incluem os candidatos em julgamentos retrospectivos (a partir dos desempenhos governamentais passados) ou prospectivos (a partir das propostas para o futuro); avaliações centradas em características pessoais relevantes para sua habilidade de governar (competência, inteligência, etc.) e avaliações baseadas em características físicas e de personalidade (simpatia, beleza, etc.) que são independentes da habilidade para governar (CARREIRÃO, 2007, p. 59).

Pode-se afirmar, ainda, que três são as dimensões relevantes da imagem, que é elemento primordial a ser resguardado pelo candidato: integridade, confiabilidade e competência. A partir da integridade, o eleitor observa a origem e os aspectos vinculados à estabilidade e seriedade familiar

deste. A confiabilidade é o nível que analisa a confiança que o eleitor deposita no candidato como pessoa apta a governar. A competência mostra a capacidade que o candidato tem para administrar o que é público, bem como seu sucesso enquanto empreendedor.

Torna-se importante analisar, na linha da identificação pessoal, que não é objetivo mensurar esta como fator isolado, em que eleitores de baixo nível de estruturação ideológica tomam decisões eleitorais pautadas nesta identificação.

Pelo contrário, a identificação pessoal está estreitamente atrelada à identificação partidária. Os eleitores que se identificam com imagens e atributos pessoais dos candidatos, possivelmente, possuem descrenças no sistema partidário, ao qual este mesmo sistema influencia para tal descrença. O fato de existir essa a identificação pessoal é, também, resultante da ausência de opções que consolidem a preferência em identificar-se a partidos políticos.

Na vinculação entre Portugal e Brasil, a evidência maior da ocorrência da identificação pessoal está no caso brasileiro. Neste, a identificação pessoal é vista como consequência de fenômenos políticos que se perduram há anos, como, por exemplo, o clientelismo. Nesta concepção, a influência que o poder econômico possui em determinar campanhas e indicar candidatos é analisada como fator primordial para a decisão do voto, já que ainda há indícios de “compra” de votos nos extratos sociais desprovidos de recursos financeiros, mas também em outros, com a compra e a venda sendo realizada por relações muito mais complexas, como a troca de favores. E, desse modo, a identificação pessoal para com o candidato é observada como preditor de continuísmo de “nomes” na política, o que muitos entendem como incompatível com o sistema democrático.

Radmann (2001, p. 201) indica que as campanhas eleitorais corroboram para a identificação pessoal. A autora menciona que:

Em suas campanhas eleitorais os partidos políticos enfatizam a pessoa do candidato contribuindo para o declínio partidário. Todavia, caberia aos partidos políticos o papel de estruturação das escolhas eleitorais por intermédio de propostas politicamente estruturadas, que viessem a atender as necessidades e os

interesses da população. Por sua vez, na prática, os partidos políticos cada vez mais ficam reféns das lideranças políticas personalistas e igualam-se nas questões temáticas pontuais e nas propostas generalizantes.

A questão central no contexto explicitado está no entorno do poder econômico presente nas mãos dos grandes “nomes” da política partidária. Dessa maneira, são estes “nomes” que comandam as alianças, dissidências e demais rumos dos partidos políticos brasileiros.

De acordo com as análises anteriores, em que se observa que os partidos não promovem grandes afinidades aos eleitores a ponto de germinar a identificação partidária, é válido compreender as disputas eleitorais como palco de lutas de *marketing* e de simbolismo consolidados nas imagens dos candidatos.

Nessa perspectiva, a crescente personalização das campanhas e as disputas eleitorais concentram-se fundamentalmente em torno da imagem e dos atributos simbólicos dos candidatos. Paralelamente, por sua natureza, a televisão desempenha um importante papel na formação e constituição dessas imagens, e caracteriza-se como um instrumento indispensável das atuais “competições”.

Na *competição eleitoral midiática* das campanhas pela televisão, é de suma importância a produção visual dos candidatos, a construção de sua imagem pública e as reações eleitorais do candidato (...). Nesta conjuntura de campanha eleitoral personificada através da televisão, onde a pessoa do candidato passa a ser o principal elemento em disputa, deve-se considerar a atuação do marketing político (RADMANN, 2001, p. 221).

Diante disso, o próprio sistema informacional e a acessibilidade aos meios de comunicação para grande parte da população levam as campanhas eleitorais midiáticas a pautarem-se em verdadeiras disputas de imagens e atributos pessoais. Este arcabouço, no entanto, tem levado, por outro lado, ao enfraquecimento das siglas partidárias e ao fortalecimento das posições e imagens individuais dos candidatos.

O partido político, por se colocar na posição central da política partidária na percepção do eleitor, é o principal influenciador para os elementos que geram a desconfiança e a descrença no “mundo da política”. Lago (2005)

menciona que o ceticismo e a desconfiança em relação às estruturas ligadas ao “mundo da política” levam o eleitor a optar pelas pessoas envolvidas no processo de disputa eleitoral muito mais do que pelos partidos e suas ideologias. Segundo este autor:

Como consequência, esse eleitor procura se distanciar da “política”, por ele concebida como algo “sujo”, condenável, pouco se preocupando em adquirir informações acerca dos partidos e/ou das estruturas propriamente políticas. Com isso, os elementos mais importantes aos quais esse eleitor atribui importância na hora de decidir seu voto são as informações acerca dos candidatos envolvidos na disputa enquanto agentes individuais (LAGO, 2005, p. 76).

Diante disso, a esperança do eleitor se finda na imagem concebida do candidato. As escolhas eleitorais se resumem a oferecer características de honestidade, simpatia e comprometimento, todos estes elementos pessoais que demonstram as qualidades individuais dos candidatos. É neste intermédio entre candidato e eleitor que a informação midiática e as atribuições dela originadas tornam-se, por vezes, determinantes para a criação da identificação pessoal.

Observa-se, então, que um indício do fortalecimento da identificação pessoal é o alto custo das campanhas eleitorais financiadas por diversos grupos de poder econômico. Este fato permite a formação de elevada imagem pessoal, no quesito confiança e capacidade administrativa, em momentos em que os partidos políticos são balizadores de corrupção e descrença, mesmo este aspecto sendo impetrado há apenas alguns de seus membros. Logo, em conjunturas em que as campanhas eleitorais propiciam a identificação partidária, como se analisou, em exemplos portugueses, as imagens pessoais dos candidatos tornam-se coadjuvantes na decisão do voto.

Ademais, a decisão do voto para os eleitores portugueses é tratada por Martins (2010) como estreitamente relacionada à realidade econômica. Como foi abordado no segundo capítulo desta tese, os eleitores analisaram, em especial, a capacidade administrativa do governo e do grupo partidário para observar quais os rumos da economia o país pode seguir. Em período de crise (mesmo com recuperação), o conjunto das análises dos questionários possibilitou perceber que

a formação do voto destes eleitores preocupou-se em demonstrar suas frustrações com a política do então primeiro ministro português Passos Coelho.

Martins (2010) relata que os estudos efetuados sobre o comportamento de voto têm sido direcionados especialmente para os campos sociológico e econômico. Segundo ele, apesar do voto econômico ter um impacto importante nas escolhas eleitorais dos portugueses nas legislativas, as clivagens sociais dominam a explicação do voto. Em âmbito geral, em Portugal parecem coexistir as explicações econômica e sociológica do sentido de voto, pelo menos no que se refere à análise das eleições legislativas. Dessa forma, o eleitorado português parece servir-se de uma heterogeneidade de mecanismos de decisão de voto.

No Brasil, o voto obrigatório carrega consigo inúmeros elementos que tornam cada região, município ou unidade federativa diferenciados, bem como, as eleições se diferem de um período eleitoral para outro. Isso significa que nosso sistema eleitoral se torna complexo com voto mudancista.

De acordo com Kinzo (2003), a volatilidade eleitoral no Brasil, de uma perspectiva comparada, está entre as mais altas do mundo. Entre as democracias consolidadas, o nível de volatilidade varia de um país para outro, mas raramente atinge as altas taxas brasileiras. Dados calculados indicam que no período de 1982-1998, em média, cerca de 30% do eleitorado mudou seu voto de um partido para outro em eleições consecutivas. De acordo com a autora:

Uma análise mais detalhada da volatilidade eleitoral foi feita por Braga (2003) que calculou os índices para a Câmara Federal e Assembleias Estaduais usando os resultados eleitorais, por município, para o período de 1990 a 2002. Esses números são ainda mais surpreendentes: a média para o país, tomando-se os três pares de eleições, é 38,3 para a Câmara Federal e 36,7 para as Assembleias Estaduais. Mais recentemente, a volatilidade eleitoral parou de crescer (Braga, 2003), mas ela se estabilizou em um nível bastante elevado – acima de 30 por cento. Isto nos faz sugerir não haver ainda se estabelecido no Brasil um padrão definitivo de apoio partidário (KINZO, 2003, p. 5).

Portanto, se no início dos anos 1990 os altos índices de volatilidade podiam ser explicados pela emergência de um novo partido relevante – o PSDB -,

os ainda altos níveis atuais não se devem à entrada de um novo competidor partidário de peso. A que se deve então a persistência na elevada volatilidade?

Não há dúvida de que uma das causas tem a ver com as transformações no ambiente eleitoral, as quais ocorreram em todas as partes do mundo, ou seja, ao impacto da era televisiva sobre a campanha eleitoral, o que resultou numa competição centrada muito mais em personalidades do que em partidos. No caso brasileiro (por exemplo), além do fato de o jogo partidário e a própria democracia serem instituições jovens, a estrutura de incentivos sob as quais os atores políticos competem por votos contribui para dissipar as distinções entre os partidos, tornando difícil a ascensão do partidarismo (KINZO, 2003).

No tocante às informações apresentadas neste item, deduz-se que a formação do voto no território é algo relevante para compreender a dinâmica do comportamento eleitoral e, portanto, da decisão do voto. Contudo, a análise acerca da identificação pessoal, dever ser observada concomitantemente às análises acerca da identificação partidária.

4.3 Elementos para a formação da decisão do voto: a identificação partidária

A identificação partidária é um elemento do comportamento eleitoral que se fundamenta em algumas características do eleitor, como, por exemplo, o grau de escolaridade. Diversos autores, como Silveira (1998) e Carreirão (2007), mencionam que, no caso brasileiro, a identificação partidária já possuiu mais expressividade para os estudos sobre a decisão do voto e o comportamento eleitoral, principalmente quando da consolidação do bipartidarismo⁸³, pela facilidade de escolha entre apenas dois partidos.

Em Portugal, segundo Jalali (2003), as clivagens ideológicas são fracas, uma vez que, por exemplo, eleitores jovens (com idade inferior a 25 anos)

⁸³ O bipartidarismo, no caso brasileiro, perdurou por 12 anos (entre 1966 a 1979), instituído pelo golpe militar de 1964, em que destituiu o então presidente João Goulart. O bipartidarismo era constituído por dois grandes eixos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O primeiro era considerado conservador ao então regime militar, ou seja, aqueles grupos que eram tendenciosos ao regime. O segundo, considerado de Centro-Esquerda, era identificado como oposição de submissão, sujeitos as imposições dos militares.

se sentem instigados a votar, tornando a identificação às ideologias partidárias fica comprometida. As divisões territoriais e a religião são os principais determinantes do comportamento político no país. Os partidos de Direita possuem maior apoio eleitoral no Norte e a Esquerda, mais forte no Sul. De forma complementar, os partidos de Direita são mais fortes nas áreas rurais, onde a religião é mais forte, e a Esquerda recebe maior apoio eleitoral nas áreas urbanas. Assim, entende-se que estes são elementos que condicionam a formação da decisão do voto no eleitorado português (JALALI, 2003).

Antunes (2008) descreve, em seu estudo a respeito da identificação partidária, que de uma forma geral, os eleitores portugueses apresentam uma alta identificação partidária: 74,6% declaram se identificar com algum partido, contra 25,4%, que se declara independente. Os partidos que mais apresentam simpatizantes são os partidos de centro: PSD e PS. Observa-se, ainda, uma alta estabilidade da identificação partidária dos portugueses, com uma média de mais de 65% dos simpatizantes de cada partido que declara sempre ter sido simpatizante daquele mesmo partido. A exceção são os identificados com o Bloco de Esquerda (BE) que, pelo fato de ser um partido mais recente, apresenta 78,6% de identificados que já foram simpatizantes de outros partidos (ANTUNES, 2008).

Vale ressaltar que a identificação que o eleitor possui em relação aos partidos políticos é considerada elemento chave em países onde existe um sistema partidário que cria raízes com os eleitores, fazendo com que estes fortaleçam, cada vez mais, suas preferências com as instituições partidárias.

Enquanto isso, em países como o Brasil, em que diversos partidos são pouco eficazes do ponto de vista da sustentação ideológica ao eleitor, a identidade partidária pouco se expressa. Silveira (1998) descreve que a preferência partidária demonstrou ser o melhor elemento do voto em países de consolidada tradição partidária. Segundo o autor (1998, p. 24):

Verificou-se nestas pesquisas forte associação entre a preferência partidária e a opção de voto: eleitores partidariamente identificados dificilmente deixavam de escolher candidatos do partido de sua preferência. Isto ocorria apenas em circunstâncias excepcionais, como, por exemplo, no caso em que um candidato

encontrasse forte rejeição por parte do eleitorado do partido que o lançou na disputa eleitoral. Mas, via de regra, a identificação partidária constituía o principal indicador de tendência de voto.

Neste sentido, parece premente aos partidos políticos brasileiros, criar situações de interesse que permitam ao eleitor se identificar com este ou aquele partido político, bem como interessar-se pelas instituições e questões político-partidárias e políticas.

A escola de Michigan, ou como prefere mencionar Silveira (1998), a equipe do *Survey Reserch Center of Michigan*⁸⁴, esclarece que a identificação partidária se inicia muito cedo em decorrência da socialização política que o eleitor possui. Dentro desta socialização, pode-se citar a experiência familiar, educacional, religiosa e do meio social - grupal, em que é reforçada de geração para geração, do mesmo modo que os vínculos religiosos. Diante disso, os eleitores que escolhem determinado partido, possivelmente irão agir de forma semelhante em futuros pleitos, sendo uma espécie de tradição partidária. Silveira (1998, p. 25) menciona que “[...] com o hábito do voto passado, com as influências recebidas nos grupos de referência, formam-se predisposições a preferências partidárias”.

Nesse contexto, a Teoria Psicossociológica⁸⁵ do comportamento eleitoral pode auxiliar a entender a premissa de que os contextos familiar e social, os quais ao eleitor estão presentes, podem ser um determinante para o fortalecimento das preferências partidárias. A tradição e a escolha da família (por exemplo) por determinado partido leva seus “herdeiros” a acreditar nas postulações desta instituição partidária. Desse modo, a família, que busca aspectos ideológicos para definir seu voto, provavelmente contribuirá para que suas gerações futuras façam opções similares.

No Brasil, devido à discreta expressividade de conhecimento/interesse do eleitor brasileiro acerca de política partidária, as diferenciações ideológicas se

⁸⁴ Centro de Pesquisa e Avaliação de Michigan.

⁸⁵ Basicamente, o pressuposto desta teoria é que o comportamento eleitoral é atribuído em função das crenças do eleitor e também da estrutura de personalidade (AUGUSTO, 2012).

resumem a Esquerda e Direita⁸⁶. Esta diferenciação ideológica está estreitamente ligada à identificação partidária (ou ao menos na teoria, deveria estar), isso porque a diferenciação entre Esquerda e Direita⁸⁷ é o principal meio utilizado pelo eleitor para diferenciar e, assim, escolher a afinidade pelo partido político. Pode-se relacionar o fato pelo eleitor brasileiro ainda estar pouco qualificado, em sua maioria, para as concepções do “mundo político”. De acordo com Lago (2005, p. 74):

Como os eleitores não apresentam uma identificação consistente com o “mundo da política” – ao contrário, se demonstram fortemente preocupados em desqualificá-lo e desprovê-lo de dignidade e legitimidade – resta-lhes o personalismo, associado a questões e avaliações conjunturais, como elemento de grande importância no processo de escolha eleitoral, prevalecendo sobre outros critérios como, por exemplo, a identificação partidária.

Algumas vezes a identificação partidária não se torna um elo entre eleitor e “mundo da política”. Com isso, o personalismo e a escolha a partir de imagens e atributos pessoais do candidato prevalecem às características partidárias, já que as campanhas eleitorais, principalmente as municipais, são repletas de informações dos candidatos. A falta de compreensão mais aprofundada das características definidoras de cada partido político (se é que na prática elas existem) também contribuem para o fato.

Por meio da análise do conjunto dos questionários aplicados no Brasil e em Portugal, em uma perspectiva comparada, nota-se que os eleitores portugueses estão mais “atentos” ao fato da compreensão de termos referente à identificação partidária, como é o caso de posicionamento Direita e Esquerda. Uma explicação plausível para tal afirmação são as motivações que este eleitor

⁸⁶ Segundo Bobbio (1994, p. 49), “ ‘Direita’ e ‘Esquerda’ são termos antiéticos que há mais de dois séculos têm sido habitualmente empregados para designar o contraste entre as ideologias e entre os movimentos em que se divide o universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas

⁸⁷ A referência por Esquerda e Direita que se menciona significa a apropriação dos termos pelo eleitor, ou seja, a definição de estar atrelado ao governo de oposição ou ao governo da situação. Esta observação foi possível por meio da pesquisa de campo, que podem ser consultadas em Augusto (2012).

possui. Em Portugal, a não obrigatoriedade do voto permite diferenciar aqueles eleitores que votam e que não votam e, logo aqueles eleitores votantes possuem “motivações” e, conseqüentemente, buscam conhecer acerca da conjuntura da política partidária, diferenciando-se daqueles que se abstêm em votar.

Assim, ao comparar eleitores votantes portugueses com o eleitorado brasileiro, ocorrem distinções consideráveis nas características que definem o “saber político” destes eleitores, pois, no caso brasileiro, muitos eleitores votam sem motivação, ou seja, “sem querer” votar, como menciona a eleitora brasileira a seguir: *“Eu não queria votar, se pudesse escolher, nem perderia meu tempo votando [...]”* (Eleitora, vendedora, 39 anos).

Nas palavras da eleitora, pode-se perceber que a identificação partidária está distante da sua realidade, a decisão do voto não é juízo de pertença desta eleitora, portanto, a formação da decisão do voto deste tipo de eleitor ocorre a partir de uma “negação”. Então, para um eleitorado que não se motiva para votar, suas perspectivas em buscar conhecimento e “saber político” diminuem.

A gênese da identificação partidária no Brasil nem sempre foi inexpressiva. No período em que o país vivia o regime da Ditadura Militar, os índices de identificação partidária eram considerados significativos. A existência somente do MDB e a da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) facilitava a escolha do eleitor pautada em características de cada partido.

No caso do Brasil, as pesquisas eleitorais nos anos 1970 encontraram altas taxas de identificação dos eleitores com as duas opções partidárias permitidas pela ditadura militar. A identificação com a Arena ou o MDB permitiu avaliar o perfil regional e social dos eleitores inclinados a apoiar o regime ou o partido de oposição. Assim, a literatura da época concluiu que a experiência bipartidária forçada imposta pelo regime militar ajudou a consolidar junto ao eleitorado a imagem do MDB como o partido do povo, que defendia o homem comum contra os poderosos, e que lutava pelas liberdades políticas e a volta das eleições diretas (SPÉCK e BALBACHEVSKY, 2016, p. 571).

Com a redemocratização e a possibilidade de criação de outros partidos, o que se entende como elemento positivo para um país democrático, o eleitor perdeu esta vinculação. Em 2015, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), existiam 35 partidos políticos devidamente registrados.

Neste sentido, Speck e Balbachevsky (2016) discorrem que após a volta ao multipartidarismo, a análise do fenômeno da identificação partidária no Brasil manteve continuidade. Se no regime militar o desafio principal era entender a dinâmica do ideário do governo e da oposição no eleitorado, agora, a identificação partidária é usada como um termômetro da consolidação do novo sistema partidário.

A indagação gira em torno de como os partidos podem causar laços de identidades no eleitorado. As taxas globais de identidade partidária se tornam um indicador do enraizamento social dos partidos. Em suma, a intensa fragmentação e a falta de nitidez do sistema partidário fazem com que os eleitores tenham dificuldade em fixar os partidos, distingui-los e, assim, conseguir criar identidades partidárias. No balanço comparativo das taxas de identificação partidária no eleitorado, o Brasil é um dos últimos colocados, tanto na América Latina (SPÉCK e BALBACHEVSKY, 2016).

Ainda podemos analisar que, no período em questão, o conceito de identificação partidária foi largamente utilizado no Brasil para associar a preferência partidária com a intenção de voto. Segundo Silveira (1998), no caso do MDB, era mais forte a presença da identificação por caráter partidário. A escolha ao MDB estava associada à identificação deste partido como de oposição, ou até mesmo dos “pobres”, “do povo”, de Esquerda. Enquanto a ARENA era identificada, por parte da sociedade brasileira, como partido “das elites”, “dos ricos”, “do poder”, de Direita.

Em oposição, o mesmo autor assevera que tais ideias não podem considerar o eleitor como utilizador de capacidade de estruturação ideológica a partir das posições dos partidos políticos e, muito menos, pela lógica de entender os partidos políticos como instituições políticas a fim de colaborar para o

crescimento econômico do país com aliada equiparação de renda para as classes sociais. Pelo contrário:

[...] os pesquisadores dos anos setenta, seguindo os passos da Escola de Michigan, perceberam que os eleitores apresentavam fraca capacidade de relacionar logicamente conteúdos políticos e ideológicos, e que a identificação partidária, no caso de um grande contingente de eleitores, era formada a partir de imagens pouco estruturadas e difusas dos partidos e de suas propostas. No caso dos eleitores politicamente desinformados, a simples admissão de preferência colocava em relevo diferenças dificilmente percebidas por outros meios (SILVEIRA, 1998, p. 28).

A partir das pesquisas realizadas pela escola de Michigan nos EUA, as temáticas vinculadas à identificação partidária tomaram rumos diversos, dos que havia sido considerado como “válido” para o estudo do comportamento eleitoral até o momento. Os eleitores, em razão da baixa estruturação ideológica a respeito dos partidos políticos, bem como de suas posições difusas das propostas partidárias, direcionaram os estudos a outros vieses das singularidades das escolhas do voto.

Segundo Silveira (1998), indiscutivelmente os estudos referentes à identificação partidária e à identificação pessoal demonstram, a partir dos anos 1970, que o voto partidário e estável se tornou minoritário, enquanto o voto mudancista, flutuante e volátil tornou-se majoritário. Desse modo, o enfraquecimento das identificações partidárias foi acompanhado pelo crescimento da volatilidade eleitoral. Na realidade brasileira, Silveira (1998, p. 29) explica que:

Na década de 1980, os pesquisadores brasileiros também foram confrontados com fatos que os levaram a revisar a ideia de que a identificação partidária constituía o principal fator explicativo do comportamento eleitoral. Em primeiro lugar os dados empíricos coletados não deixaram dúvidas em relação às mudanças que estavam se processando: as taxas de preferência partidária reduziram-se gradativamente após o fim do bipartidarismo.

Assim, os eleitores perceberam os partidos políticos como necessários apenas para organizar as disputas pelo poder político, não sendo caracterizados como elos entre a afinidade dos eleitores e as ideologias.

Silveira afirma que houve pulverização e enfraquecimento das identificações partidárias conforme o país consolidava a democracia e criava inúmeros partidos políticos. Resumidamente, além dos partidos oriundos dos então existentes, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), originário do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e o Partido Democrático Social (PDS), originário da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) foram criados novos partidos com fisionomias políticas próprias, como, por exemplo, o PT, nascido do chamado novo sindicalismo, e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), herdeiro do “Varguismo”. Em 1985, o PDS foi enfraquecido com a cisão interna que originou a criação do Partido da Frente Liberal (PFL). Em 1988, o PMDB também apresentou baixas a partir da divisão interna que resultou na criação do PSDB (SILVEIRA, 1998).

No Brasil, em detrimento da criação de inúmeros partidos políticos e ainda pela ausência de comprometimento dos próprios políticos com a fidelidade partidária, o eleitor parece tomar suas decisões eleitorais não mais pautadas em preferências partidárias.

Todavia, Kinzo (2005) alerta para o fato de que, conforme o sistema democrático de um país “envelhece”, há maior probabilidade deste se estabilizar. Quanto mais duradouro for o padrão de competição partidária, maiores as chances de que eleitores construam imagens partidárias e criem lealdade com determinado partido político. A autora relata, ainda, que a visibilidade e a capacidade de construir uma imagem para o eleitor são elementos fundamentais ao fortalecimento do partido político enquanto identificação partidária.

No que se refere à identificação partidária, pode-se discorrer, como afirma Silveira (1998), que o crescente declínio das taxas de preferências partidárias também está relacionado à ampliação de uma percepção negativa dos partidos políticos, como observado nos capítulos 2 e 3, utilizando respectivamente as realidades portuguesa e brasileira. O favorecimento pessoal, a corrupção e a

imagem dos partidos associados à dos políticos corruptos fazem destes ineficientes, ou seja, não suscita atrativo para o eleitor utilizar os partidos para a decisão do voto.

Em detrimento desse fato, o eleitorado vê nas imagens positivas de candidatos (em especial em períodos eleitorais), uma possibilidade de decisão e, com isso, deposita seu voto na esperança de ter feito uma boa escolha. Silveira (1998) observa que, para os eleitores, muitos políticos e partidos políticos, em geral, não são considerados confiáveis e se fazem inúteis a cada novo escândalo de corrupção.

Silveira (1998) esclarece que a identificação partidária é um fator importante para a decisão eleitoral somente em pequenos grupos de eleitores que realmente estejam envolvidos com a política e conclui: “Neste caso, seria mais apropriado falar em partidarismo. A única exceção de identificação partidária forte de um contingente considerável de eleitores refere-se ao PT”, no período entre os anos 1990 e 2000 (SILVEIRA, 1998, p. 37).

A atual conjuntura brasileira e, principalmente para o PT, condiciona ao enfraquecimento da imagem do partido no eleitorado, como analisou-se no capítulo 3. O enraizamento que os autores colocam nos períodos que escreveram seus textos, a exemplo de Silveira (1998) e Kinzo (2005), não previa todas as modificações no cenário político partidário brasileiro que culminaram no processo de impedimento de Dilma Rouseff e outras mudanças no decorrer do ano de 2016.

Por meio do conjunto das análises dos questionários, evidencia-se que todo o processo de corrupção exaltado - a partir de 2013 no Brasil- e as acusações realizadas aos diversos governos (nas três escalas) corroboraram para o eleitorado assumir ainda maior afastamento das instituições partidárias. Ademais, estas situações contribuem para o fortalecimento da identificação pessoal (a favor e contra a pessoa/pessoalidade), como por exemplo, a oscilação da popularidade do presidente Lula, a forte imagem negativa de Dilma Rouseff que durante 2015 e 2016 despencou em termos de popularidade, mas também a

ascensão de outros políticos como é o caso de Jair Bolsonaro (PSC), cotado para ser candidato à Presidência da República em 2018.

Todavia, estas imagens pessoais que fortalecem a identificação pessoal, são explicitadas no próximo item (4.4) com o intuito de observar como o eleitorado português e brasileiro externalizam estas identificações a partir dos seus respectivos comportamentos eleitorais.

Vale lembrar, que a distribuição do voto nos territórios oculta por trás dos números elementos que perpassam pela subjetividade das atitudes humanas e dentre elas a decisão do voto. Portanto, está na formação da decisão voto, o embrião da chamada Geografia do Voto, aquela subárea da Geografia que se preocupa com a análise da distribuição do voto no território.

Portanto, merece destaque o caráter agregador do território, que traz consigo diversos elementos e particularidades que condicionam o eleitorado a se comportar em função desta contextualização. A dinâmica territorial envolve as particularidades da economia, as características culturais, sociais, os sistemas eleitorais e os sistemas de governo dos territórios, elas corroboram para a formação da decisão do voto.

Em resumo, a formação da decisão do voto se efetiva nas diferentes realidades observáveis, a partir do que se chama aqui de cenários político-partidários (capítulos 2 e 3), vale mencionar que cada cenário é estabelecido em função de aspectos econômicos e sociais intrínsecos ao território, bem como as práticas de campanhas eleitorais.

Assim, no que tange às campanhas eleitorais, evidencia-se que o valor gasto por elas influencia na amostragem das imagens pessoais, e, até mesmo, na exaltação dos partidos políticos. Em Portugal, campanhas eleitorais possuem um custo financeiro inferior às campanhas brasileiras. Logo, a corrida eleitoral em Portugal instiga ao eleitorado uma exaltação das propostas partidárias, possibilitando ao voto uma maior identificação partidária, comparado ao caso brasileiro. No Brasil, campanhas com alto custo financeiro, enaltecem imagens pessoais de candidatos e possibilitam a reprodução do poder para grupos políticos com elevado poder aquisitivo.

Estes exemplos permitem considerar que os resultados de abstenções eleitorais ou ainda, as porcentagens de eleitores que compreendem o voto como primordial para a prática da cidadania, são consequências da formação da decisão do voto, diferenciada a partir dos diferentes contextos territoriais

Ademais, estas motivações exibem a existência de diferenças consideráveis entre as realidades de municípios, regiões e países, mas também diferenças intraterritoriais, como aquelas diferenças desenhadas a partir das distintas escalas de pleitos eleitorais, analisadas no próximo item deste capítulo.

4.4 Território e voto: diferenças e semelhanças na decisão do voto em Portugal e no Brasil

Apontamentos e vinculações de realidades territoriais e socioeconômicas distintas como é o caso de Portugal e Brasil, requer cuidado nas análises, principalmente ao discorrer sobre fenômenos complexos como é o caso dos pleitos eleitorais e da política partidária.

É por isso que se considera que a escala de eleição tem papel importante nas identificações pessoais e partidárias e podem sofrer menor ou maior utilização de acordo com as condições do eleitorado naquele território.

No texto a seguir, então, busca-se observar como as escalas se distinguem enquanto possibilidade de análise às identificações e, também, como se assemelham, isto é, se relacionam. Vale lembrar, que os cenários político-partidários de escala nacional têm influência na escala local, assim como os cenários de escala local interferem na escala nacional, em suporte como base eleitoral, por exemplo. Ou seja, não se excluem, apesar de serem diferentes.

Neste sentido, a identificação pessoal e a identificação partidária podem ter origem no comportamento geográfico do voto por corroborarem, ainda Neste sentido, a identificação pessoal e a identificação partidária podem ter origem no comportamento geográfico do voto por corroborarem, ainda, para a efetivação e compreensão do voto híbrido, como se aborda a partir dos “A decisão do voto em eleições de escala local: presidente da câmara (Portugal) e

prefeito (Brasil)” e “A decisão do voto em eleições de escala nacional: Assembleia da república (Portugal) e Presidente da república (Brasil)”.

4.4.1 A decisão do voto em eleições de escala local: Presidente da Câmara (Portugal) e Prefeito (Brasil)

As eleições locais são influenciadas pelos resultados eleitorais alcançados nas eleições de nível nacional, e, também, condicionadas pela conjuntura da política partidária nacional. A conjuntura brasileira é factível de ser analisada, por meio do decrescimento da identificação ao PT, o que contribuiu, nas eleições de 2016, para a diminuição de candidatos eleitos deste partido para as prefeituras do país.

Esta conjuntura que se estabeleceu no ambiente social, permeado no território, construiu a decisão do voto do eleitorado que se difere nas diferentes escalas de pleitos eleitorais.

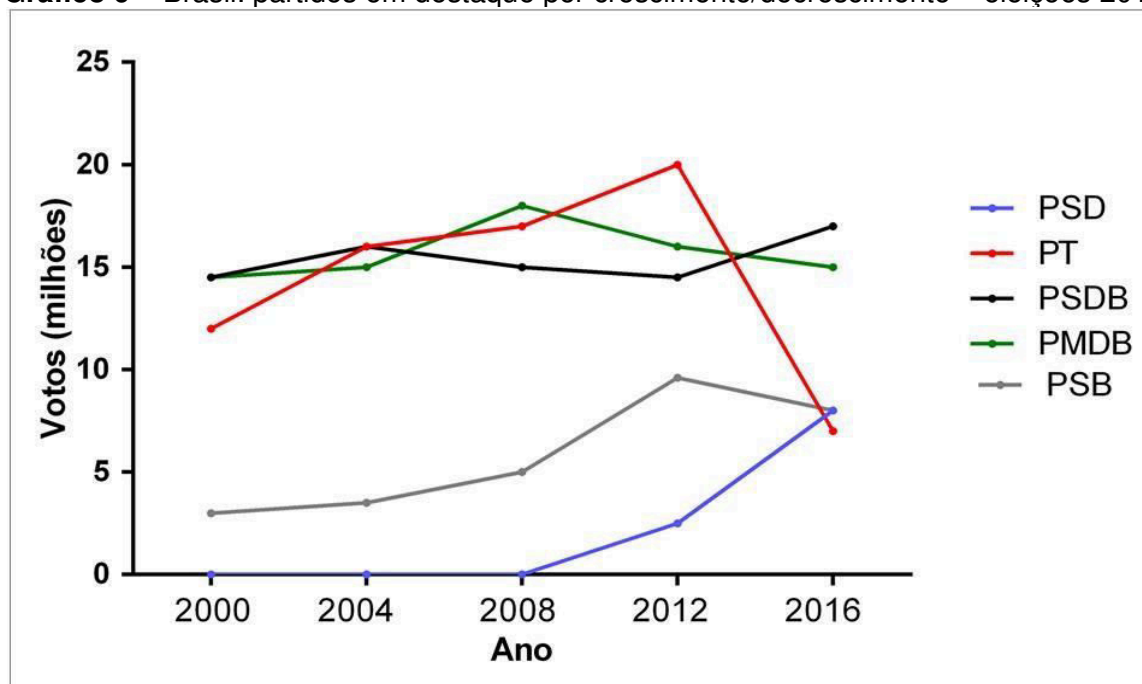
As discussões desenvolvidas, nesse trabalho, defendem a tese de que o voto é híbrido e sensível às adversidades do cenário político partidário. Esta premissa, ocorre nas diferentes escalas de pleitos eleitorais, pois elas se influenciam de maneira diferente em ambos os países.

Pelos exemplos brasileiros, verificamos maiores evidências deste voto híbrido. Dentre os dados, que comprovam esta tese, destacamos neste momento o decrescimento do partido político que detinha, até meados de 2010, os maiores níveis de identificação partidária do país.

As últimas eleições de escala local, no Brasil, apresentaram pleitos que confirmaram a influência do cenário político partidário na decisão do voto. A ligação entre os casos de corrupção com o nome da ex-presidente Dilma Rousseff, por parte de eleitores, evidencia o caráter efêmero das opiniões dos brasileiros, tendo em vista que em 2014, o país elegia Dilma como Presidente da República. A rápida mudança das opiniões sobre Dilma Rousseff e a construção de um cenário negativo para o PT, influenciaram este partido nas eleições de

2016. Em escala local, decrescerem nos ganhos pelas prefeituras do Brasil, conforme é apresentado no gráfico 9.

Gráfico 9 – Brasil: partidos em destaque por crescimento/decrescimento – eleições 2016



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2016).

A diminuição dos votos do PT reforça a tese do voto híbrido. Eleitores que, até então, diziam-se, segundo as teorias do comportamento eleitoral expostas no decorrer desta tese, identificados com o PT, até meados de 2010, apresentavam preferências partidárias e não identificação partidária. Mesmo a preferência, declinou a ponto de o partido decrescer aproximadamente de 20 milhões de votos para 5,5 milhões de votos, conforme gráfico 9. O partido da 3ª para a 10ª posição no *ranking* dos partidos políticos que mais elegeram prefeitos em 2016.

Estes resultados demonstram que as posições partidárias confirmadas pelo voto dos eleitores não foram suficientemente fortes a ponto de manter o número de votos que o PT angariou nas eleições de 2012. Estes resultados, portanto, mostram a interferência do cenário político partidário nacional, na decisão do voto, assim como, o voto volúvel e influenciável do brasileiro.

Ademais, para compreender a decisão do voto nas eleições de nível local, faz-se necessário perceber a relevância que o voto possui em Portugal e no Brasil. Os questionários aplicados, nesses países, demonstram que a importância desta expressão de opinião, confiança e democracia, o “voto”, distingue-se entre os países, conforme tabela 24.

Tabela 24 – Elementos relevantes para a prática da cidadania – segundo eleitores

Opção de escolha	Países (%)							
	Brasil				Portugal			
	Curitiba	Laranjeiras do sul	Maringá	Total Geral (N=384)	Braga	Évora	Lisboa	Total Geral (N=384)
Pagar impostos.	33,3	12,5	13,1	13,1	40,6	48,5	43,2	44,2
Obedecer todas as leis.	16,7	34,4	27,1	27,1	32,3	26,8	24,5	27
Votar.	33,3	35,9	38,5	38	14,6	11,3	15,6	14,2
Participar em organizações/associações comunitárias.	--	1,6	10,2	8,6	4,2	6,2	3,6	4,4
Participar em organizações políticas.	--	4,7	3,2	3,4	--	--	1,6	0,8
Eleger produtos ambientalmente corretos	--	1,6	2,5	2,3	--	3,1	1,0	1,3
Ajudar as pessoas que se encontram desfavorecidas financeiramente.	16,7	9,4	4,5	5,5	8,3	4,1	8,3	7,3
Cumprir com os serviços militares.	--	--	1,0	0,8	--	--	1,6	0,8
Total				100				100

Fonte: Aplicação de questionários (2015).

Org.: Augusto, Daniel Cirilo (2017).

A principal informação a ser destacada, na tabela 24, é aquela que diz respeito a opção “votar”. Pois, analisa-se qual relevância tem o voto para eleitores portugueses e brasileiros, numa perspectiva de comparação.

Na análise de cada cidade trabalhada, observa-se que não há grandes distinções ao relacionar cidades de um mesmo país. Curitiba, Laranjeiras do Sul e Maringá, apresentaram, respectivamente, 33,3%, 35,9% e 38,5% de

eleitores que escolheram a opção “votar”. Em Braga, Évora e Lisboa, respectivamente, 14,6%, 11,3% e 15,6%, eleitores optaram pelo mesmo item. Há, portanto, pouca diferenciação dos resultados comparados entre cidades.

Na comparação estabelecida entre cidades de países diferentes, o que se observa é que Maringá e Évora obtiveram as maiores distinções, respectivamente 38,5% e 11,3% dos eleitores mencionaram o voto como elemento relevante para a prática da cidadania.

A respeito das porcentagens do total geral, nota-se que, em Portugal, esta opção representou 14,2% dos eleitores inquiridos e, no Brasil, os eleitores que escolheram o voto como principal opção para praticar a cidadania representaram 38,8%, um número consideravelmente superior ao caso português.

A explicação para a diferenciação pode estar relacionada ao sistema eleitoral de ambos os países. A obrigatoriedade do voto, no Brasil, inculca no imaginário social a relevância do voto, pois este é considerado uma obrigação legal, mas um direito que possibilita mudanças. Então, para eleitores inseridos, neste tipo de sistema, o voto é elemento determinante para a prática da cidadania.

O contrário pode ocorrer naqueles sistemas em que o voto não é obrigatório, considerado como facultativo àquele eleitor que o considera como elemento de segundo plano para estabelecimento da cidadania, como é o caso de Portugal.

A conjuntura política e econômica, de ambos os países, interfere na a escolha de temas relevantes para o debate político, conforme apresentado na tabela 24.

No Brasil, os inúmeros casos de corrupções apresentados e evidenciados, diariamente nos meios de comunicação do país, contribuiu para fomentar o pensamento de mudança na política partidária do país e, este anseio pode ser realizado por meio do voto, ou seja, reside nele a possibilidade e a crença de mudança e fim da corrupção. No período de aplicação dos questionários (ano de 2015) como analisado nos capítulos 3 e 4, s inúmeros

casos de corrupção foram ligados ao governo da ex-presidente Dilma Rousseff. Portanto, a argumentação centrava-se na retirada da Presidente do poder⁸⁸.

Em Portugal, a opção “pagar impostos” foi a mais escolhida entre os eleitores, atingiu o número de 44,2%. Por meio da análise do conjunto dos questionários aplicados em Portugal, pode-se considerar que este número reflete os últimos quinze anos em que os portugueses sofreram com inúmeros aumentos em encargos e impostos, devido à necessidade de aumentar as receitas do Estado para combater a crise econômica que se estabeleceu na Europa a partir de 2008.

Este período de ajustes fiscais nas contas públicas, fez com que a sociedade portuguesa se habituasse a pagar inúmeros impostos na esperança de reverter a crise econômica e solidificar as contas do Estado português. Este fato, não quer dizer que a sociedade/o eleitorado concorde com essa taxaço, mas sim os levou a um certo conformismo em ter os impostos aumentados como sacrifício necessário para salvar o país.

Outras opções evidenciaram a relevância que o ambiente social e o contexto, vivenciado pelo eleitor, tem na tomada de decisões e, logo, na decisão do voto. O debate político a ser realizado nas diversas esferas do Estado e, também, na mais alta cúpula dos grupos políticos possuem em geral, prioridades para discussões. Segundo os eleitores inquiridos, essas discussões poderiam permear alguns temas, conforme tabela 25.

⁸⁸ Além dos casos de corrupção envolvendo a alta cúpula do PT e também do governo Dilma, o eleitorado local-regional, esteve habituado a assistir nos meios televisivos e redes sociais, inúmeros casos de corrupção no governo do estado do Paraná, envolvendo o nome do governador Beto Richa (PSDB), oposição do, então, governo federal de Dilma Rousseff. Todos esses casos citados diariamente na mídia, contribuiu para que houvesse uma preocupação do eleitorado de mudar os nomes que estavam relacionados com a corrupção e, possivelmente influenciou para exaltar a necessidade do voto enquanto elemento necessário para praticar a cidadania.

Tabela 25 – Temas relevantes para o debate político – segundo eleitores

Opção de escolha	Países (%)	
	Brasil Total Geral (N=384)	Portugal Total Geral (N=384)
Desemprego	14,3	47
Crescimento econômico	17,4	27,5
Corrupção	19	8,8
Saneamento básico	2,3	1,8
Educação	34,1	6,5
Saúde	12,8	8,3
Total	100	100

Fonte: Aplicação de questionários (2015).

Org.: Augusto, Daniel Cirilo (2017).

Os números apresentados, na tabela 25, permitem avaliar que o contexto social, no qual o eleitor está inserido, tem influência nas suas opiniões e decisões. No momento da aplicação dos questionários, a crise vivenciada pela economia portuguesa pode ter condicionado o eleitorado a optar pelo “desemprego” como principal tema a ser abordado no debate político, totalizando 47% do inquiridos. O desemprego em momentos de crise é o problema mais recorrente em termos sociais porque atinge diretamente a situação financeira das famílias e seu modo/qualidade de vida, apesar de não ser este o único fator que levou parte da população brasileira às ruas, inclusive os segmentos sociais menos favorecidos.

A segunda opção de tema para o debate político foi a opção “crescimento econômico”, vista por 27,5% do eleitorado como meio para combater o desemprego e, logo, melhorar as condições de vida que foram sendo degradadas desde a crise de 2008. As demais opções de escolhas atingiram números menores se comparados com estes citados, o que permite inferir que a maioria dos eleitores inquiridos, concentrou-se nas opções “desemprego” e “crescimento econômico”, refletindo a atuação de crise em suas vidas.

Os eleitores brasileiros pulverizaram mais as respostas entre as opções de escolha, conforme apresentado na tabela 25. O destaque é a opção “educação” com 34,1%. Possivelmente, o primeiro lugar para esta opção, está no fato dos eleitores inquiridos, residirem no estado do Paraná que, durante 2015, passou por inúmeros entraves entre governo e funcionários públicos ligados à

educação, com um longo período de greve e também um lamentável episódio conhecido como “massacre dos professores”⁸⁹ ocorrido quatro meses antes da aplicação dos questionários desta pesquisa.

Esta conjuntura político-econômica levou a decisão do voto em escala local, isso se efetivou no momento da aplicação dos questionários em Portugal e no Brasil. O contexto, em que estava inserido o eleitorado, foi primordial para condicionar as escolhas e posições a serem tomadas e, portanto, a identificação pessoal e a identificação partidária consolidaram-se, a partir deste ambiente infiltrado por dinâmicas políticas e econômicas intrínsecas às especificidades das dinâmicas de cada território.

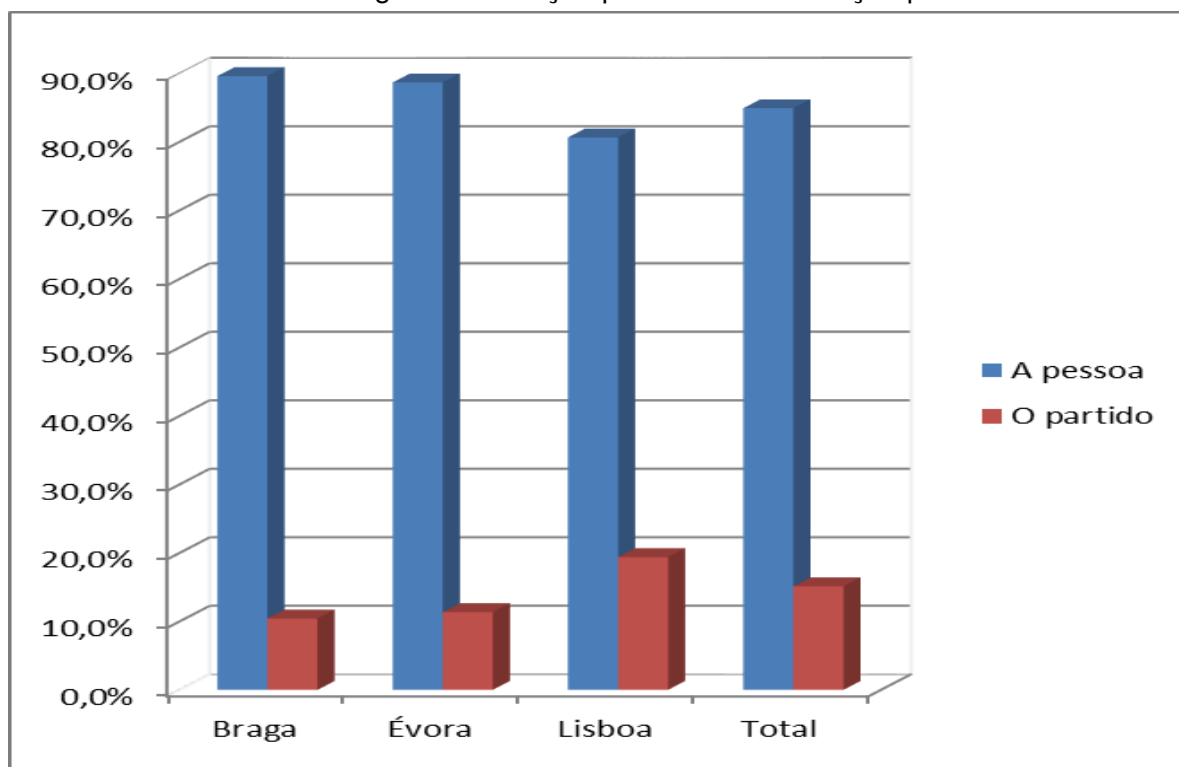
No bojo das conjunturas específicas de cada país, as Identificações (pessoal e partidária) distinguiram-se de acordo com cada recorte territorial (Portugal e Brasil) e, também, de acordo com cada recorte de escala (eleições de escala nacional e eleições de escala local)⁹⁰.

No tocante aos resultados oriundos de eleitores portugueses, o que se nota são similaridades, demonstrando uma linearidade entre as identificações, conforme os gráficos 10 e 11.

⁸⁹ A repercussão em todo Estado foi imediata. A OAB do Paraná lançou uma nota de repúdio as medidas e classificou o episódio como um “verdadeiro massacre”. O procurador-geral de Justiça do Paraná, determinou a instauração de procedimento destinado a apurar responsabilidades por “eventual excesso” na repressão das manifestações. O governador Beto Richa culpou os manifestantes e supostos *black blocs* infiltrados e chamou de “ação de defesa” da PM (CARTA CAPITAL, 2016).

⁹⁰ Ver organograma 3, página 43.

Gráfico 10 – Portugal: identificação pessoal e identificação partidária

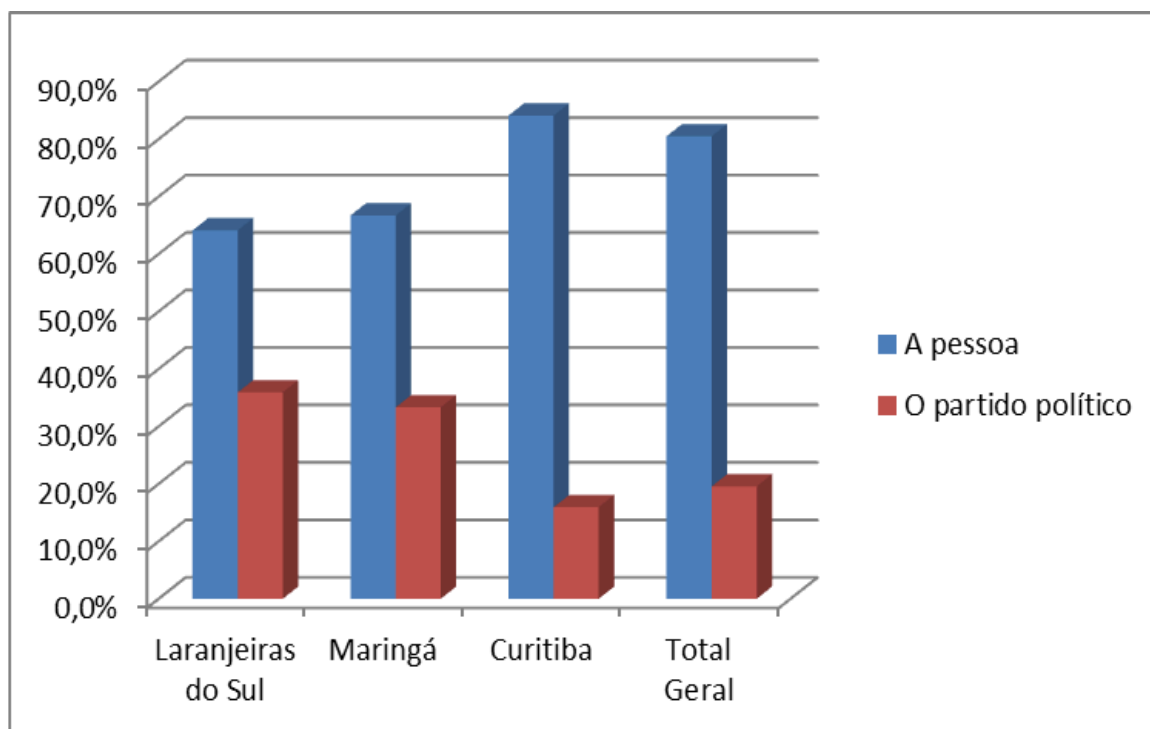


Fonte: Aplicação de questionários (2015).

Os resultados da coleta de dados apresentaram números próximos no que se refere à identificação pessoal e identificação partidária nas eleições de escala local de Braga, Évora e Lisboa. Como é apresentado no gráfico 10, Braga e Évora alcançaram números próximos a 10% do total e Lisboa diferenciou-se com 19,4% do eleitorado que afirma que decidiu seu voto em função do partido político.

A identificação pessoal ficou evidente nas eleições de escala local, com indiscutível maioria, chegando a 89,6% do eleitorado de Braga que decidiu o voto por este atributo. Évora e Lisboa também apresentaram resultados expressivos no que se refere à identificação pessoal, respectivamente 88,7% e 80,6%. Portanto, os resultados demonstrados apontam que a identificação pessoal se efetiva na escala local, a escala da proximidade, do corpo a corpo, a escala que candidato e eleitor possuem maior reconhecimento. Como mencionado, as identificações foram similares para o caso brasileiro, conforme gráfico 11.

Gráfico 11 - Brasil: Identificação pessoal e identificação partidária



Fonte: Aplicação de questionários (2015).

As escolhas dos eleitores brasileiros, por cidade, demonstram preferência em decidir os votos por meio da identificação pessoal, no tocante às eleições de escala local. Curitiba apresentou o maior grau de identificação pessoal, 84,1% dos eleitores questionados afirmaram decidir o voto por meio desse atributo.

As cidades de Laranjeiras do Sul e Maringá apresentaram números aproximados. A primeira totalizou 66,7% do eleitorado votante pela Identificação pessoal e Maringá 64,1%. O alto grau de identificação pessoal nas cidades abordadas reflete a premissa de que o eleitorado, em eleições de escala local, tende a decidir o voto pelas características pessoais dos candidatos, evidenciando que as escalas de pleitos eleitorais podem condicionar a diferentes decisões do voto.

Ressalta-se que a maneira de decidir o voto é resultado das dinâmicas locais de gestão⁹¹ e pela efetivação das campanhas eleitorais, que, em geral, são pautadas em demonstrar significativamente imagens, informações, estórias, etc., pertinentes aos candidatos, podendo estas, rechaçar ou enaltecer estas imagens pessoais.

Estas identificações permitem aos partidos e candidatos formarem bases eleitorais que possibilitam a manutenção do poder durante longos períodos de tempo. Segundo Terron (2009, p. 51):

O termo base eleitoral é frequentemente empregado como referência a grupos de eleitores que apoiam, sistematicamente, determinado partido ou candidato, e que são identificados pelo local onde vivem, por características socioeconômicas semelhantes, ou por ambos.

Ao analisar estas bases eleitorais e seus respectivos níveis de identificação pessoal e identificação partidária, reafirma-se e se reforça que as configurações de cada base eleitoral refletem o ambiente social, enquanto contexto, e suas dinâmicas socioeconômicas e territoriais é que se diferenciam.

Eleitores de Laranjeiras do Sul apresentaram índices mais voltados para a identificação partidária, se comparado a Curitiba, cidade onde os índices de identificação partidária apresentaram-se consideravelmente menores àquela cidade. É evidente que a dinâmica socioeconômica se diferencia demasiadamente, a começar pelas dimensões populacionais e urbanas de Curitiba que superam largamente as de Laranjeiras do Sul.

O contexto social interfere, mas não é o único processo que condiciona as identificações. Neste caso, a explicação para o maior índice de identificação partidária em Laranjeiras do Sul pode ser explicado pelas estratégias eleitorais aplicadas. Em Curitiba, as campanhas eleitorais possuem muitas propagandas e estas possibilitam a exaltação da imagem dos candidatos a Prefeito, pois, em

⁹¹ Em especial, estas dinâmicas locais de gestão são relevantes principalmente quando partidos e candidatos buscam a reeleição, como analisou-se no capítulo 4 desta tese.

geral, os Prefeitos de Curitiba, que conseguem construir uma carreira com êxito no executivo municipal, possuem grandes chances de se elegerem em outros pleitos⁹².

Quanto ao comportamento eleitoral e a decisão do voto, os resultados apresentados evidenciaram que o ambiente social e as estratégias eleitorais utilizadas, especialmente nos períodos próximos as eleições, possibilitaram configurar de maneira diferente os níveis de identificação pessoal e identificação partidária, especialmente no contexto brasileiro, o que demonstra campanhas eleitorais de alto custo financeiro⁹³.

Os resultados citados, neste item, evidenciam que as decisões e opiniões do eleitorado são reflexos de meios utilizados por candidatos e partidos políticos para angariar votos e cargos eletivos, conseqüentemente, ampliar suas bases eleitorais. Para isso, as eleições de escala local são importantes fenômenos legitimadores do poder desses grupos, porque definem o poder local e condicionam as conjunturas e possibilidades de eleições de escala nacional, conforme abordagem a seguir.

4.4.2 A decisão do voto em eleições de escala nacional: assembleia da república (Portugal) e Presidente da República (Brasil)

Ao analisar a identificação pessoal e a identificação partidária, torna-se possível entender especificidades no comportamento eleitoral. Observou-se, ao longo das análises anteriores, que em eleições de escala local os níveis de identificação pessoal foram consideravelmente superiores se comparados aos de identificação partidária.

Em Portugal e no Brasil, os sistemas eleitorais são regidos a partir de normas estabelecidas hierarquicamente da escala nacional para a escala local,

⁹² São exemplos de prefeitos de Curitiba que se tornaram posteriormente governadores do Paraná: Jaime Lerner, eleito e reeleito. Roberto Requião eleito e reeleito e o atual governador Beto Richa, eleito e reeleito.

⁹³ Ver anexo D, página 307.

apesar das constantes coligações de partidos ideologicamente diferenciados, especialmente na escala local. Toda articulação político-partidária, em teoria, deveria respeitar estes estratos. Silveira (2013), ao discorrer sobre as atribuições do sistema eleitoral brasileiro, comenta:

Hoje, no que se refere às eleições, possuímos um sistema legal bastante centralizado no qual as instituições públicas responsáveis pela regulação dos pleitos e os partidos encontram-se organizados sob um sistema hierarquizado de forma análoga ao federalismo do país. As instituições federais da justiça eleitoral possuem a competência por regular o sistema, coordenar os trabalhos dos órgãos estaduais e evitar fraudes assim como punir os que fogem a norma. E atribuição dos tribunais estaduais, por outro lado, a parte operacional de administrar as eleições, o alistamento de votantes e o registro de candidatos, filiados e órgãos administrativos dos partidos (SILVEIRA, 2013, p. 170).

Apesar de a existência de prerrogativas, que delimitam a atuação das instituições partidárias como elo de organização partidária e ideológica (normas), essa prática não é respeitada em sua plenitude. Incongruências ocorrem, especialmente, em aspectos qualitativos da gestão dessas hierarquias de organização dos pleitos eleitorais, como por exemplo, a formação das coligações partidárias, que seguem acordos tácitos de grupos de poder e mantêm em segundo plano o espectro ideológico.

A atuação ideológica dos partidos políticos em nível nacional e toda sua articulação nesta esfera, não necessariamente condiciona esta mesma linha organizativa nas escalas locais, principalmente, em países com inúmeras dinâmicas de grupos de poder político local, como ocorre no Brasil.

Pode-se analisar que os acordos entre candidatos, partidos e grupos de poder formam os contextos territoriais e, logo, estes contextos induzem incoerências ideológicas nos pleitos de escala local⁹⁴. As eleições de 2016, por exemplo, demonstraram grande incoerência político-ideológica entre as escalas

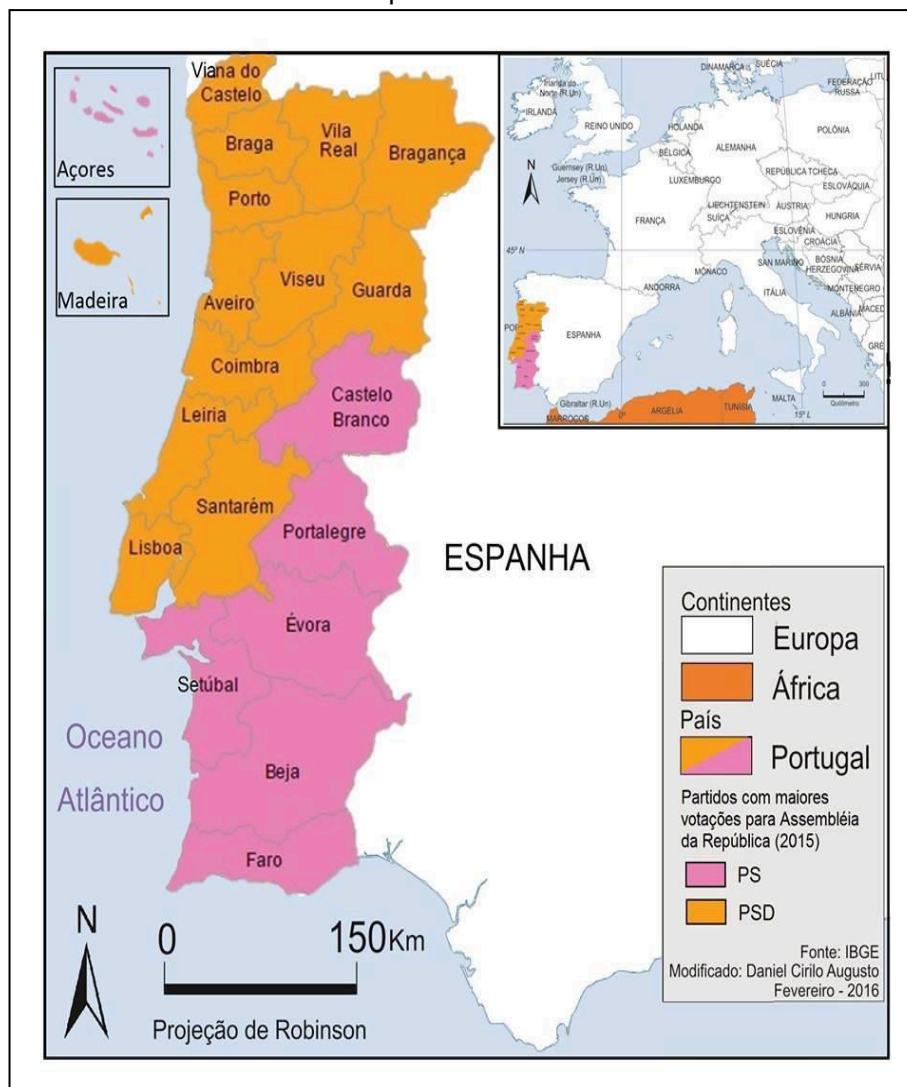
⁹⁴ As dissidências entre o PT e os partidos que apoiaram o impedimento de Dilma Rousseff não afetaram inúmeras coligações locais em municípios brasileiros. Do total de 5.570 municípios, o PT coligou-se em 1.683 municípios com ao menos um dos partidos que estiveram na vanguarda do *impeachment* da ex-presidente, respectivamente PMDB, PSDB e DEM.

de pleitos eleitorais, nas campanhas eleitorais locais, que não seguiram a linha ideológica do contexto nacional.

Essas incoerências ideológicas permitem o eleitorado promover uma análise superficial das propostas políticas, não promove, pois, uma profunda análise acerca do histórico do partido, bem como a compreensão de seu aspecto ideológico, pois os próprios partidos contradizem-se nos períodos em que poderiam esclarecer e diferenciar suas ideias: os períodos eleitorais. Essa dinâmica contraditória causa confusão (em especial no eleitorado psicossociológico) e esfacelamento da identificação partidária, mesmo em eleições de escala nacional – vistas como pleitos propensos à identificação partidária.

Em Portugal, as contradições ideológicas podem ser consideradas menores que no Brasil, pois ao analisar as votações por partidos políticos, percebe-se a partir das eleições de 2015, uma constante nas preferências partidárias no mapa eleitoral do país (figura 6).

Figura 6 – Portugal: Distribuição das duas maiores votações - eleições para Assembleia da República – 2015



Fonte: Comissão Nacional de eleições (2017).

Ao vincular o território com os resultados eleitorais por partidos, observa-se que o eleitor português, apesar do descontentamento com o cenário econômico iniciado em meados de 2000, manteve-se estável ao voto pelo PSD, especialmente na porção setentrional do país⁹⁵.

⁹⁵ A coligação do PSD, que esteve no governo até 2015, não conseguiu atingir um número suficiente de deputados para formar governo, possivelmente devido ao contexto territorial que se apresentou enfraquecido devido à crise econômica e as medidas de austeridade, que assolaram o país, a saber, congelamento na admissão e progressão nas carreiras do funcionalismo público, corte de salários dos servidores públicos, aumento de impostos etc.

A hipótese inicial de que haveria um número consideravelmente superior de eleitores votantes por meio da identificação partidária em eleições de escala nacional, foi confirmada em Portugal. No Brasil, o voto volúvel e as interferências dos cenários político partidários foram suficientes a ponto de modificar as preferências partidárias do eleitorado que, até as eleições de 2014, diziam-se identificados partidariamente por partidos como PT e PSDB. Assim, o que possivelmente existia eram eleitores com preferências partidárias, e não efetivamente uma identificação partidária.

O Senador brasileiro Álvaro Dias, em entrevista em seu gabinete no Senado Federal, comenta sobre tal dinâmica e descreve que esse processo leva os eleitores a creditarem o voto em qualidades ligadas à capacidade administrativa dos candidatos:

Então, há um desencanto das pessoas em relação às propostas durante a campanha eleitoral. Eu acho que o peso maior é exatamente do conceito adquirido nas ações desenvolvidas em mandatos já exercidos, especialmente quando se trata em eleição de porte, uma eleição nacional.

Sua fala evidencia a predisposição do eleitorado em votar por meio das características pessoais do candidato e suas qualificações. Porém, o Senador defende a capacidade administrativa, analisada pelos eleitores, fato que este destaca pela própria experiência, pois atualmente exerce seu quarto mandato como Senador da República, foi Governador do estado do Paraná, Deputado Federal, Estadual e Vereador. Ainda sobre as eleições de escala nacional, o Álvaro Dias relata que as dimensões ampliadas deste tipo de pleito não possibilitam contato direto com o eleitorado. Segundo ele:

[...] em um país continente como o Brasil, é impossível um contato direto com as pessoas. Então é a imagem que se constrói ao longo do tempo que se consolida durante a campanha eleitoral que certamente resultará em votos. Tanto em um âmbito menor de um município, quanto no nacional. No município sim, tem uma possibilidade de um contato pessoal, um conhecimento mais aproximado que deve ter peso. E também toda eleição tem a sua história.

Na entrevista, o Senador demonstra que as imagens pessoais e as capacidades do candidato interferem e fazem a diferença na decisão do voto. Para o político, os diferentes pleitos eleitorais não diferem na decisão do voto, pois a imagem que se constrói durante um longo tempo resultará nas barganhas eleitorais. A diferença se resume no “contato” que ocorre nas escalas locais.

Para analisar as diferenças na decisão do voto nos pleitos eleitorais de escala nacional, recorreu-se aos questionários aplicados aos eleitores em Portugal e no Brasil. A tabela 26 apresenta a identificação pessoal e a identificação partidária em eleições de escala nacional, segundo os países analisados.

Tabela 26 – Brasil e Portugal: decisão do voto em eleição de escala nacional

Decisão do voto	Países (%)							
	Portugal				Brasil			
	Braga	Évora	Lisboa	Total-geral	Curitiba	Laranjeiras do Sul	Maringá	Total-geral
Na pessoa	74	41,2	49	45,7	65,6	50	64,1	65,1
No partido Político	26	58,8	51	54,3	34,4	50	35,9	34,9
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Aplicação de questionários (2015).

O primeiro destaque a fazer na tabela 26 se dá nas observações específicas de cada cidade que pertence a amostra. Para o caso brasileiro, os resultados de Laranjeiras do Sul foram iguais entre as Identificações Pessoal e Partidária (50% cada). Já as demais cidades apresentaram superioridade nas porcentagens da identificação pessoal, com 65,6% e 64,1%, respectivamente, Curitiba e Maringá.

O eleitorado português, em uma cidade analisada, apresentou maior número de questionados que decide o voto pela identificação pessoal, esta é Braga com 74%. Évora e Lisboa apresentaram um eleitorado predisposto a decidir o voto pela identificação partidária, com um total de 58,8% (Évora) e 51% (Lisboa) dos eleitores a utilizarem o partido político como possibilidade de decidir o voto.

No que diz respeito às Identificações Partidárias, pode-se observar que as porcentagens apresentaram-se entre 34,4% e 58,8%. As cidades que tiveram os maiores níveis de identificação partidária foram Évora, Lisboa e Laranjeiras do Sul, respectivamente com 58,8%, 51% e 50%.

Em consonância, duas destas cidades possuem maior número de eleitores com tendência a votar em candidatos e partidos da esquerda⁹⁶. As cidades com disposição ao voto em candidatos e partidos de direita apresentaram índices muito baixos de identificação partidária, a exemplo de Braga (Portugal) e Maringá (Brasil), respectivamente 35,9% e 26%. Isso possibilita relacionar os aspectos políticos com a decisão do voto pautada ora na identificação pessoal ora na identificação partidária.

Na comparação entre o total geral de cada país, verificam-se os maiores níveis de identificação partidária em Portugal, posto que os eleitores portugueses apresentam um total geral de 54,3 de votantes indicando o voto pelo partido político. Em contrapartida, entre os eleitores brasileiros 35,9% decidem o voto pela análise do partido político, o que possibilita inferir que o país possui um eleitorado mais propenso a decidir seus respectivos votos pelas características pessoais do candidato, conforme apresentado pela tabela 26.

Há distinções ao analisar as diferentes escalas de pleitos eleitorais (nacional e local), principalmente ao promover o cruzamento de informações por cidades. Algumas cidades possuem eleitores mais voltados para decisão do voto pela identificação pessoal, outras cidades, com eleitores a decidir o voto pelas características partidárias, porém no cômputo geral das 384 amostras do Brasil, a identificação pessoal superou a identificação partidária em porcentagens de eleitores, em ambas as escalas de pleitos eleitorais. Em Portugal, a identificação partidária superou a identificação pessoal em porcentagem de eleitores.

Os baixos índices de identificação partidária podem ser observados na tabela 27, a partir dos dados que apresentam o conhecimento que o eleitorado possui acerca dos partidos políticos dos candidatos eleitos. Em Portugal,

⁹⁶ As eleições de 2015 em Portugal e as eleições de 2014 no Brasil mostraram esta tendência. Em Laranjeiras do Sul, 50,6% dos eleitores votaram na candidata do PT (2º turno) e o distrito de Évora obteve o PS como partido mais votado (37,4%).

corresponde ao ex-primeiro-ministro eleito nas eleições de 2011 (Passos Coelho) e Presidentes das Câmaras de Braga, Évora e Lisboa nas Eleições Autárquicas de 2013. Para o caso brasileiro, corresponde à ex-Presidente da República Dilma Rousseff e os prefeitos de Curitiba, Laranjeiras do Sul e Maringá, conforme segue na tabela 27.

Tabela 27 – Brasil e Portugal: conhecimento acerca dos partidos dos candidatos eleitos nas últimas eleições

Resposta	Conhecimento acerca do partido do candidato			
	Brasil Total Geral (N=384)		Portugal Total Geral (N=384)	
	Presidente da República	Prefeito	Primeiro ministro	Presidente de câmara
Correta	92,4	32,3	82,3	74,3
Incorreta	7,6	67,7	7,5	11,7
Não soube responder	--	--	10,1	14
Total	100	100	100	100

Fonte: Aplicação de questionários (2015).

A tabela 27 demonstra que as diferentes escalas de pleitos eleitorais contribuem para a análise das possíveis interferências da identificação partidária e pessoal na decisão do voto. Ao perceber as distinções entre as respostas corretas e incorretas referente aos candidatos eleitos de escala nacional com aqueles de escala local, percebe-se uma considerável diferença.

A primeira diferença diz respeito aos acertos que ocorrem na escolha referente aos partidos dos candidatos eleitos em eleições de escala nacional. Em Portugal, 82,3% dos eleitores votantes obtiveram êxito em responder corretamente o partido político do ex-primeiro ministro português, Passos Coelho do PSD, que à época da aplicação dos questionários respondia pelo governo central português.

As porcentagens correspondentes aos eleitores brasileiros, também, seguiram esse elevado número de assertivas, totalizando 92,4% do eleitorado que respondeu corretamente o partido político da ex-presidente Dilma Rousseff do PT.

No entanto, respostas corretas relativas aos partidos dos candidatos (ou eleitos) de pleitos de escala nacional, foram maiores entre os eleitores do Brasil. A justificativa parcial está no declínio da imagem do Partido dos Trabalhadores, o que levou o eleitorado a conhecer o partido, mesmo que não seja de maneira positiva e, dessa forma, a grande maioria respondeu corretamente o partido da ex-presidente.

Ainda de acordo com a tabela 27, o conhecimento dos partidos políticos, a que pertenciam os governantes da escala local os quais foram eleitos, foi diferenciado se comparado com aqueles correspondentes aos governantes da escala nacional. Em Portugal 74,3% dos eleitores questionados responderam corretamente o partido político do Presidente da Câmara Municipal, contudo outros 25,7% responderam incorretamente e/ou não souberam responder.

Para o caso do Brasil, todos os eleitores souberam responder, porém 67,7% responderam incorretamente o partido político do Prefeito Municipal e apenas 32,3% responderam de maneira correta. De fato, as respostas aos questionários aplicados no Brasil confirmam os dados, já apresentados anteriormente, sobre baixos índices de identificação partidária em eleições de escala local. Conseqüentemente, o eleitorado desconhece o partido político e as coligações partidárias que seu candidato realiza.

Comparativamente, observa-se que o eleitor português é mais sensível as aspirações partidárias, já que conhece mais e erra menos ao afirmar os partidos políticos de seus governantes. Esta afirmação está vinculada ao sistema eleitoral daquele país, pois vota, em Portugal, aquele eleitor que se sente apto e tem vontade/disposição para o voto. Na prática, o fato se constrói como um filtro de eleitores mais sofisticados politicamente. O sistema eleitoral brasileiro não permite a ocorrência deste “filtro”, pois todo eleitor no Brasil é obrigado a votar, portanto, todos são votantes.

Além disso, o número de partidos políticos contribui diretamente para as distinções entre os sistemas eleitorais, enquanto em Portugal, há 23 partidos políticos, no Brasil, há 35 instituições partidárias. Essa gama de partidos políticos

no rol de possibilidades aos eleitores brasileiros, podem causar confusão ao relacionar o candidato/eleito ao seu devido partido.

Apesar destas distinções entre os sistemas eleitorais, no conjunto da análise dos totais gerais o que se observa é que o conhecimento que o eleitorado possui, em termos de partidos políticos, ocorre com mais eficácia em pleitos eleitorais de escala nacional. Em ambos os países, os governantes eleitos por eleições de escala nacional tiveram seus partidos políticos identificados de maneira correta, com 92,4% para o total geral do Brasil e 82,3% para o total geral de Portugal.

As explicações, sobre a decisão do voto em escala nacional, não se resumem apenas a determinada predisposição de eleitores a decidirem seus votos por meio de características pessoais dos candidatos. Ao tratar de dimensões territoriais distintas como é o caso de Portugal e Brasil, outros elementos organizam a expressão territorial do voto.

Ao analisar a escala nacional, percebe-se que a dimensão do território brasileiro constitui-se como um dos elementos importantes de sua desigualdade socioespacial ou diversidade de configurações territoriais, ou seja, a desigual distribuição do meio técnico-científico-informacional dos fixos e dos fluxos, além de outros condicionantes.

Assim, a análise territorial do comportamento eleitoral possibilita identificar que elementos são intrínsecos ao território e que contribuem para a formação da decisão do voto e, portanto, averiguar os meios que ocasionam diferentes distribuições de votos nos territórios. Por meio do conjunto das análises dos resultados, há o registro de diferentes perfis de candidatos, partidos políticos, campanhas eleitorais, meios de comunicação, que fazem do território relevante meio de condicionar o voto.

Existem elementos que aproximam Portugal e Brasil nas questões ligadas ao comportamento eleitoral e na decisão do voto, como a predisposição do eleitorado que, ainda, vota pelos atributos pessoais do candidato, a democracia representativa para escolha de governantes, e a falta de confiança no ambiente da política partidária etc. Contudo, outros elementos e os distancia,

como por exemplo, as campanhas eleitorais, a obrigatoriedade e não obrigatoriedade do voto, o sistema de governo etc. Na verdade, estes, em parte, condicionam os primeiros.

Nesse sentido, então, os elementos citados são intrínsecos à sociedade, e pertencem a uma dinâmica que contribui, efetivamente, para a consolidação da decisão do voto, mas cada um deles insere-se em uma determinada configuração territorial.

Portanto, os diferentes territórios possuem particularidades que explicam determinadas expressões do comportamento eleitoral vinculado às Identificações Partidária e Pessoal, bem como contribuem para a abordagem da Geografia eleitoral. Os diferentes recortes do território, que estabelecem os contextos territoriais, assim como as diferentes escalas de pleitos eleitorais, escala local e escala nacional, permitem analisar com mais especificidade a decisão do voto e os elementos que a compõem.

A partir das particularidades dos recortes territoriais, bem como das escalas de eleições, a saber, decisão do voto em pleitos de escala local e decisão do voto em pleitos de escala nacional conclui-se que o voto é mudancista devido à complexidade de elementos que o condicionam, tornando um voto híbrido de difícil enquadramento às teorias existentes ao comportamento eleitoral.

De fato, a complexidade do território torna factível uma decisão do voto pautada na multiplicidade de identificações, partidária ou pessoal. Assim, os elementos imbricados no território possibilitam, para as atuais conjunturas, a formação, dentre outras, de decisões do voto irregulares/híbridas.

Diante das exposições acrescentadas a este capítulo, observamos algumas aproximações entre ambos os contextos territoriais. O maior destaque se deu pelos níveis de identificação pessoal do voto em Portugal e no Brasil, ou seja, mostraram eleitores propensos a votar por meio da vinculação (material ou simbólica) à pessoa.

Ao abordar estas realidades foi possível identificar alguns distanciamentos na formação da decisão do voto, com destaque para a escala nacional. No Brasil, nesta escala, a quantidade de eleitores que afirma decidir o

voto por meio da identificação partidária não foi superior àquela que afirma decidir o voto pela identificação pessoal, diferentemente de Portugal, onde a maior parcela dos eleitores questionados afirma decidir o voto pela identificação partidária.

Assegura-se, ainda, pelas prerrogativas apontadas nos demais capítulos desta tese, que as mesmas contribuem para a formação de um voto híbrido, tanto para a identificação pessoal quanto para a identificação partidária. E o que isso significa? Significa que o voto híbrido se consolida pelos acontecimentos intrínsecos ao território, como analisado nos cenários político-partidários apresentados nos capítulos 2 e 3. Além disso, abre debate futuro para o fato de seu difícil ajuste às teorias do comportamento eleitoral que, até certo ponto, não conseguem responder determinadas demandas da realidade, consubstancialmente a brasileira, em razão das constantes e rápidas transformações no cenário político-partidário nos anos mais recentes.

Aliás, as transformações não ocorreram/ocorrem somente em relação direta ao voto, mas também estão nas opiniões que formam o comportamento geográfico do voto, ou seja, aquele sensível as adversidades e especificidades dos territórios. Em realidades estáveis (em termos de comportamento eleitoral) como é o caso de Portugal, as adversidades apresentadas pelos cenários político-partidário, não interferiram de maneira abrupta e repentina como no caso brasileiro.

Então, distante de esgotar o tema e de analisá-lo nos pormenores que o momento e os contextos históricos nos demandaram ao longo destes quatro anos de pesquisa, algumas reflexões se colocam para hoje, não para o futuro, que nos parece politicamente incerto – e aqui destaca-se especificamente o Brasil: Como explicar o impedimento de uma presidente (e de seu governo) no exercício de seu cargo sem nenhuma prova (e contraprova) de que cometeu crime? Como explicar a ida de parte da população brasileira às ruas cobrar ordem para comportamentos políticos históricos, como a troca de favores ou o clientelismo? Como explicar a recente imposição de medidas impopulares pelo atual presidente Michel Temer, mas que não motivam a população a voltar às

ruas, como se estivesse numa letargia? O não destaque na mídia a estas medidas seria o indutor deste “faz de conta que está tudo bem”? A esquerda de fato está perdendo espaço/poder/representatividade ou está na berlinda porque retirou privilégios de quem sempre se beneficiou do *status quo* ou dos poderes estabelecidos e tentou dividir com aqueles que nunca estiveram no poder? Como explicar um legislativo que há seis meses não aprovava nenhuma medida, condicionado a parar o país, e após a mudança de governo aprova diversas propostas sem qualquer consulta à sociedade? Como explicar o papel que o Poder Judiciário tem exercido nesta realidade? É a politização do judiciário ou a judicialização da política? Como as respostas a todas estas indagações poderão, agora sim no futuro, determinar o comportamento geográfico do voto nas diferentes escalas de eleições (nacional e local)? Quais elementos incidirão na identificação pessoal e na identificação partidária do voto?

CONSIDERAÇÕES FINAIS



As mudanças ocasionadas na dinâmica territorial, por meio dos resultados eleitorais, estão se tornando objeto de pesquisas que utilizam a Geografia Eleitoral como campo analítico de construção da Ciência. Desde a origem de seu raciocínio teórico-metodológico, a Geografia Eleitoral esteve ligada à dimensão territorial da distribuição do voto e, também, das motivações que estabelecem o voto nos diferentes territórios.

Em cada território, há uma base diferenciada para a formação do voto, de acordo com as dinâmicas político-partidárias e regulamentações de cada país.

Em Portugal e no Brasil, os cenários político-partidários interferem diretamente tanto para a organização das eleições, quanto para a distribuição da votação no território. Este contexto, em Portugal, influenciou na decisão do voto, destacam-se, neste ponto, os fatores relativos ao abatimento da economia que acarretaram opinião negativa dos eleitores-votantes portugueses em relação ao sistema democrático e, logo, da dinâmica eleitoral partidária.

Os resultados dos questionários aplicados aos eleitores portugueses demonstram que o voto é visto por estes como o terceiro elemento de importância para a prática da cidadania. Este resultado congrega-se ao fato de que em Portugal haja obrigatoriedade do voto. Os sistemas democrático-eleitorais, de cada território, condicionam a prática do voto, isso no tocante ao caso português, e, também, influenciam a decisão do voto.

Ao discorrer sobre a estruturação democrática e sua importância para o funcionamento do arcabouço eleitoral, Martins (2010), aborda que a democracia pode ser dividida em três grandes componentes que estabelecem os pilares legais do funcionamento eleitoral. O primeiro componente é o contexto institucional que se reporta à estrutura constitucional e define se o governo é presidencialista ou parlamentar, se existe unicameralismo (como é o caso português) ou bicameralismo (caso brasileiro) e se o poder está centralizado em um governo ou é distribuído de forma federalista. Num segundo plano de abrangência, encontra-se o sistema eleitoral constituído pelo conjunto de leis que permitem estabelecer: a forma de voto, a fórmula de transposição de votos em lugares de representação, o número de lugares por círculo, a existência, ou não,

de um número de votos mínimo para um partido assegurar assento no parlamento, para além de outros regulamentos. Por último, assinalam-se os procedimentos eleitorais, as regras mais específicas de âmbito técnico ou prático que incluem, por exemplo, as leis que regem a candidatura a candidato, a distribuição dos espaços de voto, que definem quem pode votar, que regulamentam o financiamento e os tempos de televisão das campanhas eleitorais e que impõem, ou não, o voto obrigatório.

No tocante às afirmações de Martins (2010), entende-se que as regulamentações, do sistema democrático, contribuem para a efetivação do voto, bem como para opiniões referentes à democracia, para o sistema eleitoral e, por consequência, influi na decisão do voto.

As diferenças existentes entre ambos os sistemas eleitorais, Portugal e Brasil, organizam cenários eleitorais e dinâmicas distintas. O sistema eleitoral português distingue-se, prioritariamente, pela não obrigatoriedade do voto, se comparado ao brasileiro. Esta distinção possibilita ao eleitor relacionar o voto como o primeiro elemento relevante na efetivação da cidadania, para o caso brasileiro.

Se forem comparados os eleitores brasileiros com os eleitores-votantes portugueses, observa-se que, devido às variações entre os sistemas eleitorais, no Brasil, os partidos são menos arraigados ao eleitorado se forem comparados aos eleitores portugueses. Os índices que merecem destaque são: o conhecimento que o eleitorado de ambos os países possui com os candidatos/eleitos e, também, a identificação partidária analisada em ambos os países, conforme analisado no capítulo 4.

Apesar do grande número de partidos políticos, as eleições de escala nacional, no Brasil até 2014, foram centralizadas em dois partidos políticos, PT e PSDB, confirmando a hipótese de que estes partidos possuem maior potencial para angariar votos em campanhas eleitorais de escala nacional.

Dentre os inúmeros fatores que compõem o cenário eleitoral no Brasil, merece evidência o que aponta o voto como resultado do cenário econômico, similar ao caso português. A então definida crise econômica e a recessão

econômica, no Brasil, influenciaram as opiniões dos eleitores a respeito do governo vigente à época da aplicação dos questionários, o que diminuiu a simpatia para com o PT.

A aproximação entre ambas as realidades se refere, então, ao cenário econômico, visto por eleitores dos dois países como contraproducente. Este cenário contagia a imagem de instituições, candidatos e grupos relacionados aos governos dos países, pois para o eleitor, os governos são responsáveis pelo enfraquecimento da economia dos respectivos países. Assim, o aspecto econômico subsidia, prioritariamente, a decisão do voto.

Diante disso, reforça-se a tese de que o voto é resultado dos diferentes elementos imbricados ao território. Assim, concorda-se com as afirmações estabelecidas por Toledo Júnior (2007) quando este aborda a realidade brasileira em um momento em que as identificações partidárias com o PT estavam, ainda, consolidadas.

Segundo o autor, o voto possui uma “âncora territorial” que propicia estabilidade que se mantém eleição pós-eleição. Em sistemas eleitorais, em que não há obrigatoriedade do voto, como em Portugal, os mapas eleitorais seguiram este pensamento, como observado nas eleições de 2015 para Assembleia da República. Porém, o caso brasileiro sofreu alterações com o abrupto decréscimo do número de prefeituras ganhas pelo PT nas eleições de 2016. No Brasil, os fatores do território, em especial os meios de comunicação em suas condições estruturais consolidadas (televisão, internet e revistas) foram preponderantes para a descontinuidade dos sucessos eleitorais do PT.

Estes fenômenos eleitorais, refletem, portanto, que o eleitorado brasileiro é volúvel em suas opiniões e decisões, a exemplo da decisão do voto, tornando-se substancialmente influenciado pelos diferentes meios intrínsecos ao território.

A expressão territorial do voto em Portugal e no Brasil diferiram-se, principalmente, no que diz respeito a vinculação que o eleitorado possui com os partidos. Apesar do descontentamento em relação aos partidos políticos (em

ambos os países), em Portugal, os eleitores tiveram maior nível de identificação partidária, se comparado ao Brasil.

A decisão do voto, baseada na identificação partidária, reside nas instituições partidárias e em suas formas de organizar a gestão das campanhas eleitorais. De fato, os partidos políticos tornam-se mais um elemento de identidade, o que possibilita um voto híbrido.

Ademais, os resultados explicitados no decorrer desta tese, provam que a identificação pessoal e a identificação partidária podem coexistir no eleitor, determinando, dessa forma: 1) decisão do voto baseada na identificação partidária; 2) decisão do voto baseada na identificação pessoal; 3) decisão do voto baseada em ambas as identificações; 4) decisão do voto baseada na identificação pessoal e na identificação partidária utilizada a partir das diferentes escalas de pleitos eleitorais, como as aqui analisadas, nacional e local.

Por estas condições apresentadas, das diversas identificações do eleitor no momento de formação do voto, é que se confirma a tese do voto híbrido, diretamente relacionado ao contexto territorial. Assim, o voto e os elementos que compõem a decisão do eleitorado apontam para diferentes comportamentos geográficos do voto no território, como parte singular da Geografia Eleitoral.

REFERÊNCIAS



AGNEW, J. **Making Political Geography**. EUA: Rowman & Littlefield, 2002, 1-296.

AGNEW, J.; MITCHELL, K.; TOAL, G. **A Companion to Political Geography**. Oxford: Blackwell Publishers, 2003.

ALDÉ, A. Jornalistas e internet: a rede como fonte de informação política. In: **NP 02 – Jornalismo, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom**, Rio de Janeiro, 2004.

ALLEN, J. Power. In: AGNEW, J. A.; MITCHELL, K.; TOAL, G. (Editors). **A Companion to Political Geography**. Oxford: Blackwell, 2003, 95-108.

ALMEIDA, D. C. R. **Repensando, Representação Política e Legitimidade Democrática: Entre a unidade e a pluralidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2011. (Doutorado em Ciência Política).

ANTUNES, R. J. S. **Identificação partidária e comportamento eleitoral: factores estruturais, atitudes e mudanças no sentido de voto**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008. (Tese de doutorado em Psicologia)

ARAUJO, C. E. P. **Partidos Políticos: Há Futuro para o Monopólio da representação?**. Brasília: Senado Federal, 2004.

AUGUSTO, D. C. **Geografia Eleitoral e decisão do voto: uma análise a partir do eleitorado de Guarapuava - PR**. Guarapuava: UNICENTRO, 2012. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

AVELAR, L. WALTER, M. I. M. T. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. **Opinião Pública**, Campinas, 96-122. vol. 14, nº 1, Maio, 2008.

BAGEHOT, W. III. **Círculos obrigatórios e círculos voluntários**. In.: CRUZ, M. B. **Sistemas eleitorais: o debate científico**. Lisboa: Instituto de ciências sociais de Lisboa, 1998. 55-62.

BANCO DE PORTUGAL. *Início*. Guarapuava, 2015. Disponível em: <<https://www.bportugal.pt/>>. Acesso em: 05 de Dez de 2016.

BARTON, J. **A Political geography of Latin America**. London and New York: Routledge, 1997.

BENDIT, D. C. **¿Contra los partidos Políticos!?**. Madrid: Catarata, 2013.

BOBBIO, N. III. **Estado, poder e Governo**. In: _____. **Estado, Governo e**

Sociedade. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007, 53- 133.

BORBA, J. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. **Soc. estado**. vol. 27 no. 2, 2012.

BRAGA, M. S. S.; PIMENTEL, J. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?. **Opinião Pública**, Campinas, p.271-303, vol. 17, nº 2, 2011.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Base cartográfica IBGE**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000 e 2010.

BRITO, L. Uma Nota Sobre Voto, Abstenção e Fraude em Moçambique. In: **Conferência “Pensar a República: Estado, governo e contrato social em África”**, África, 2008.

CARREIRÃO, Y. S. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**, 136-163 vol. 12, nº 1, 2006.

_____. **A Decisão do Voto nas Eleições Presidenciais Brasileiras**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

_____. **Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006**. In: *Revista Opinião Pública*, Campinas, v.13, 2007.

CASTRO, I. E. **Espaços da democracia**: Rio de Janeiro, 2013.

_____. **Geografia e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CATAIA, M. A. Território político: fundamento e fundação e fundação do Estado. **Sociedade & Natureza**, v.23, n.1: 115-125, 2011.

CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. *GEO-Graphia*, (2), 7-26, 1999.

CODATTO, A. N.; SANTOS, J.S. (Eds.). **Partidos e Eleições no Paraná: uma abordagem histórica**. Curitiba: Edição do TRE-PR, 2006.

COX, K. R. **The State in Geographic Context, in Political Geography Territory, State, and Society**. Oxford: Blackwell, 2002.

CRUZ, M. B. **Introdução**. In: _____. **Sistemas eleitorais: o debate científico**. Lisboa: Instituto de ciências sociais de Lisboa, 1998. 9-26.

DALTON, R.; WELDON, S. Partisanship and party system institutionalization. **Party Politics**, 13: 179-196, 2007.

DANTAS, B. S. D. *Ideologia e ação da "Bancada evangélica" na Câmara Federal*. Tese (Doutorado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

DAVID M.; SMITH, D. M. **Open Borders and Free Population Movement: A Challenge for liberalism**. In: BARNETT, C; LOW, M. *Spaces of Democracy: Geographical Perspectives on Citizenship, Participation and Representation*. Londres: SAGE Publications, 2004, 113-127.

DUVERGER, M. **Livro II. Os sistemas de partidos**. In: _____. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967, 240- 341.

_____. **A influência dos sistemas eleitorais na vida política**. In: CRUZ, M. B. *Sistemas eleitorais: o debate científico*. Lisboa: Instituto de ciências sociais de Lisboa, 1998. 115-154.

FERNANDES, I. F. A. L.; FERNANDES, G. A. A. L. O voto econômico no Brasil: evidências com dados em painel e em multinível. In: **III Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo**, São Paulo, 2013.

FLEISCHER, D. **Os partidos políticos**. In: AVELAR, L.; CINTRA A. O (org.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. São Paulo. Editora Unesp, 2007, 303- 349.

GASPAR, J. ANDRÉ, I. HONÓRIO, F. **Geografia Eleitoral II: Coletânea de Artigos**. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos de Lisboa - CEG, 1990, 3-81.

GASPAR, J. L' abstention électorale au Portugal 1975-1980. **Revista Portuguesa de Geografia**, Lisboa, 65 - 97, 1983.

GROSSELLI, G. MEZZARROBA, O. A participação política e suas implicações para a construção de uma cidadania plena e de uma cultura política democrática. In: **Anais do XX Encontro Nacional do CONPEDI**, Belo Horizonte, 2011.

GUEDES, N. O partido-cartel: Portugal e as leis dos partidos e financiamento de 2003. In: **Congresso CIES**. Lisboa, 2006.

HASBAERT, R. **A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda**. Terra Livre n. 7. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002.

_____. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2ed, 2009.

HARE, T. I. **Sobre a eleição dos representantes.** In: CRUZ, M. B. *Sistemas eleitorais: o debate científico.* Lisboa: Instituto de ciências sociais de Lisboa, 1998. 27-36.

HERMES, F. A. **IV. Dinâmica da representação proporcional.** In: CRUZ, M. B. *Sistemas eleitorais: o debate científico.* Lisboa: Instituto de ciências sociais de Lisboa, 1998. 63-114.

HOWITT, R. Scale. In: AGNEW, J. A. MITCHELL, K and TOAL, G. (Editors). **A Companion to Political Geography.** Oxford: Blackwell, 2003, 138-157.

JACOB, C. R. A eleição presidencial de 1994 no Brasil: uma contribuição à Geografia eleitoral. **Comunicação e política**, V.4, n.3, 17-86, 1997.

_____. A eleição presidencial de 2010 no Brasil: continuidade política e estabilidade na geografia eleitoral. **Alceu**, 189- 229 v. 12, n. 23, 2011.

JACOB, C. R.; HEES, D. R. WANIEZ, P.; BRUSTLEIN, V. As eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura militar: continuidade e mudança na geografia eleitoral. **Alceu**, 102-151, v1 n1, 2000.

_____. A eleição presidencial de 2010 no Brasil: continuidade política e estabilidade na geografia eleitoral. **Alceu**, v. 12, n.23, 189- 229, 2011.

JALALI, C. A investigação do comportamento eleitoral em Portugal: história e perspectivas futuras. **Análise Social**. 545-572, vol.28. n.167, 2003.

JOHNSTON, R.; PARTTIE, C. **Electoral Geography in Electoral Studies: Putting voter in their place.** In.: BARNETT, C; LOW, M. *Spaces of Democracy: Geographical Perspectives on Citizenship, Participation and Representation.* London: SAGE Publications, 2004, 45-66.

JOHNSTON, R. Manipulating maps and winning elections: measuring the impact of malapportionment and gerrymandering. **Political Geography**, Bristol, p.1-31, 2002.

JONES, M. JONES, R and WOODS, M. **An Introduction to Political Geography Space, Place and Politics.** Nova York: Editora Routledge, 2004, 1-208.

JUNIOR, R. de T. **O lugar e as eleições: A expressão territorial do voto.** *GeoTextos*, 3(1), 171–183, 2007.

KINZO, M. D. Os partidos no Eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. In: **XXVII Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 2003.

_____. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços

partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 20(57), pp.65-81, 2005. DOI: 10.1590/S0102-69092005000100005

LAGO, I. C. **O Significado do voto em eleições municipais: Análise dos processos de decisão de voto em eleições para prefeito em Itajaí/SC**. Florianópolis: UFSC, 2005. (Dissertação de Mestrado em Sociologia Política).

LAVAREDA, A. **Emoções ocultas e estratégias eleitorais**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LEIB, J.; QUINTON, N. **On the Shores of the “Moribund Backwater”?: Trends in Electoral Geography Research Since 1990**. In: WARF, B & LEIB, J. *Revitalizing electoral Geography*. England: Published by Ashgate Publishing Limited, 2011.

LEVIN, J. **Estatística Aplicada a Ciências Humanas**. 2ed. São Paulo: Editora Harbra, 1987.

LISI, M. **Os partidos políticos em Portugal: Continuidade e Transformação**. Coimbra: Almeida, 2011.

MAGALHÃES, P. Redes sociais e participação eleitoral em Portugal. **Análise Social**, Lisboa, 473-504, vol. 43, 2008.

_____. **A qualidade da democracia em Portugal: A perspectiva dos cidadãos**. Lisboa: Fundação Luso-americana, 2009.

MARTINS, R. C. A. **Análise Económica do Comportamento Eleitoral em Portugal**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010, (tese de doutorado na área científica de Economia).

MATEUS, J. RAMALHO, T. O Sistema de Partidos em Portugal. In.: **Congresso CIES**. Lisboa, 2013.

MICHELS, R. **A base conservadora da organização**. In: _____. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982, 220-243.

MILL, J. S. II. **Da democracia verdadeira e falsa: Representação de todos ou somente da maioria**. In: CRUZ, M. B. *Sistemas eleitorais: o debate científico*. Lisboa: Instituto de ciências sociais de Lisboa, 1998. 37-54.

MONZÓN, N. B. Consideraciones teóricas para el caso argentino Cuadernos de Geografía. **Revista Colombiana de Geografía**, núm. 18, pp. 119-128, 2009.

MONTIBELLER, G. F. **“Apropriações diferenciadas do conceito de**

desenvolvimento sustentável". In: Geosul, Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina, Ed. da UFSC, Florianópolis, p. 49-51, jan./jun. 2000.

MORRIL, R. **Representation, Law and Redistricting in the United States**. In: BARNETT, C; LOW, M. Spaces of Democracy: Geographical Perspectives on Citizenship, Participation and Representation. Londres: SAGE Publications, 2004, 67-93.

NEWMAN, D. **Boundaries**. In: AGNEW, J. A. MITCHELL and K. TOAL, G. (Editores). A Companion to Political Geography. Oxford: Blackwell, 2003, 123-133.

NEWTON, K.; DETH, J. W. V. **Foundations of Comparative Politics: Democracies of the Modern World**. Cambridge: Cambridge University, 2005.

NICOLAU, J. **Eleições no Brasil: Do império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

_____. O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, 689-720, Vol. 49, no 4, 2006.

O'LOUHLIN, J. **Global Democratization: Measuring and Explaining the Diffusion of Democracy**. In: BARNETT, C.; LOW, M. Spaces of Democracy: Geographical Perspectives on Citizenship, Participation and Representation. Londres: SAGE Publications, 2004, 23-44.

PAASI, A. **Territory**. In: AGNEW, J.; TOAL, G. A Companion to Political Geography. Oxford: Blackwell, 2003, 109-122.

PASQUIANO, G. **Sistemas políticos comparados**. Lisboa: Principia, 2005.

PAIVA, D., & TAROUÇO, G. da S. Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores. **Opinião Pública**, 17(2), 426-451, 2011. <http://doi.org/10.1590/S0104-62762011000200006>

PIQUET, G. MOISÉS, J. A. Sobre o Enraizamento dos Partidos Políticos na Sociedade Brasileira. **Revista Interesse Nacional**. n.20, 2015. Disponível em: <<http://interessenacional.uol.com.br/index.php/edicoes-revista/sobre-o-enraizamento-dospartidos-politicos-na-sociedade-brasileira-2/>>. Acesso em 14 de janeiro de 2016.

PRESCOTT, V. TRIGGS, G. D. **International Frontiers and Boundaries Law, Politics and Geography**. Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2008.

RADMANN, E. R. H.. **O eleitor brasileiro: uma análise do comportamento eleitoral**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. (Dissertação de Mestrado em Ciência Política).

RAFFESTIN, C. **Crítica da Geografia Política clássica**. In_____. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993, p.5-29.

ROMA, C. R. **Pragmatismo e ideologia: analisando as decisões das lideranças do PSDB**. In: TELLES, H. S.; LUCAS, J. I. P. (orgs.). Das ruas às urnas, partidos e eleições no Brasil contemporâneo. Caxias do Sul: Educus, 2003. 49-78.

RUIZ, F. Diferencias entre el Voto Urbano y el Rural en las Elecciones Locales. **Electomania**, 2015.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, D. "Geografia do voto": Breves apontamentos. In.: **1º Seminário Internacional de Ciência Política**. Porto alegre, 2015.

SAQUET, M. A. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SARTORI, G. **Partidos e Sistemas Partidários**. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

SHORT, J. R. **Na introduction to Political Geography**. New York: Routledge, 1993.

SIEGRIFIED, A. **Géographie électorale de l'Ardèche sous la IIIe République**. Paris: A. Colin, 1949, 3-34.

SILVEIRA, F. E. **A Decisão do Voto no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

SILVEIRA, R. R. Território, escala e voto nas eleições municipais no Brasil. **Cadernos Adenauer**, 14(2), 167–192, 2013.

SPECK, B. W., CERVI, E. U. Dinheiro, Tempo e Memória Eleitoral: Os Mecanismos que Levam ao Voto nas Eleições para Prefeito em 2012. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 1, p. 53-90, 2016.

SPECK, B. W., & BALBACHEVSKY, E. Identificação partidária e voto. As diferenças entre petistas e peessedebistas. **Opinião Pública**, 22(1807–191), 569–602, 2016. <http://doi.org/10.1590/1807-01912016223569>

TAYLOR, P. J. Radical Political Geographies. In: AGNEW, J. A. MITCHELL, K and TOAL, G. (Editors). **A Companion to Political Geography**. Oxford: Blackwell, 2003, 47-58.

TELLES. H. S. **O PT e as eleições: da liderança programática à base pragmática**. In: TELLES, H. S. LUCAS, J. I. P. (org.). Das ruas às urnas, partidos e eleições no Brasil contemporâneo. Caxias do Sul: Educs, 2003. 15-48.

TERRON, S. **A Composição de Territórios Eleitorais no Brasil: Uma Análise das Votações de Lula (1989 - 2006)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

TRIGAL, L. L.; DAL POZO, P. B. D. **Geografia Política**. El comportamiento electoral y los sistemas políticos (pp. 34-73) Madrid: Cátedra, 1999.

WARF, B & LEIB, J. **Revitalizing electoral Geography**. England: Published by Ashgate Publishing Limited, 2011.

SITES CONSULTADOS

CÂMARA DE ÉVORA. *Início*. Guarapuava, 2016. Disponível em: <www.cm-evora.pt/>. Acesso em: 05 de Jan de 2016.

CARTA CAPITAL. *Início*. Guarapuava, 2016. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/>. Acesso em: 05 de Jan de 2016.

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES. *Início*. Guarapuava, 2017. Disponível em:< www.cne.pt/>. Acesso em: 01 de Fev de 2017.

ESEB. *Início*. Guarapuava, 2015. Disponível em:<www.eseb.org/>. Acesso em: 24 de Jan de 2016.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Início*. Guarapuava, 2015. Disponível em:<portal.fgv.br/>. Acesso em: 05 de Jan de 2016.

O ESTADÃO. *Início*. Guarapuava, 2015. Disponível em:<www.estadao.com.br/>. Acesso em: 24 de Jan de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Início*. Guarapuava, 2016. Disponível em:< www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 de Abr de 2016.

PORTAL DE OPINIÃO PÚBLICA. *Início.* Guarapuava, 2015. Disponível em:<www.pop.pt/>. Acesso em: 15 de Nov de 2015.

PREFEITURA DE LARANJEIRAS DO SUL. *Início.* Guarapuava, 2016. Disponível em: <www.laranjeirasdosul.pr.gov.br/>. Acesso em: 01 Dez de 2016.

PREFEITURA DE MARINGÁ. *Início.* Guarapuava, 2016. Disponível em: <www.maringa.pr.gov.br/>. Acesso em: 05 de Jan de 2016.

PREFEITURA DE CURITIBA. *Início.* Guarapuava, 2015. Disponível em:<www.curitiba.pr.gov.br/>. Acesso em: 05 de Jan de 2016.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Início.* Guarapuava, 2016. Disponível em:<www2.planalto.gov.br/>. Acesso em: 30 de Jul de 2016.

TSE. *Início.* Guarapuava, 2016. Disponível em:<www.tse.jus.br/>. Acesso em: 25 de Jan de 2016.

CAPAS:

CAPA DA TESE ELABORADA POR: LORHUANE FERREIRA DE MATTOS – 2017.

PARLAMENTO PORTUGUES. *Início.* Guarapuava, 2016. Disponível em:< http://shalom-israel-shalom.blogspot.com.br/2014/12/parlamento-portugues-vota-favor-de-um_12.html>. Acesso em: 10 de Jan de 2017.

MURO DO IMPEACHMENT. *Início.* Guarapuava, 2016. Disponível em:<http://www.diariocachoeirinha.com.br/_conteudo/2016/08/multimedia/fotos/385160-muro-do-impeachment-e-reconstruido-em-brasilia-veja-imagens.html>. Acesso em: 10 de Jan de 2017.

URNA PORTUGAL*. *Início.* Guarapuava, 2016. Disponível em:<Portugal:<http://certform66.blogspot.com.br/2009/09/equivocos-da-democracia-portuguesa-19.html>>. Acesso em: 10 de Jan de 2017.

URNA BRASIL*. *Início.* Guarapuava, 2016. Disponível em:<<https://guilhermetelesadv.jusbrasil.com.br/noticias/355047613/conheca-as-vantagens-da-urna-eletronica-de-votacao>>. Acesso em: 10 de Jan de 2017.

*Adaptado por: Augusto, Daniel Cirilo (2017).

APÊNDICES



APÊNDICE A

Questionário aplicado aos eleitores portugueses



Universidade de Lisboa – ULISBOA
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território-IGOT



Universidade Estadual de Maringá – UEM
Programa de Pós-Graduação em Geografia-PGE
Questionário aplicado aos eleitores de Portugal

1ª PARTE – INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O VOTO

Eleitor: _____ (não responder) Cidade: _____ Freguesia: _____ Idade: _____

1- Qual foi o curso de nível mais elevado que frequentou?

- 1.º ciclo (1.º ano ao 4.º ano)
- 2.º ciclo (5.º e 6.º ano)
- 3.º ciclo (7.º ao 9.º ano).
- Ensino secundário
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento

2- Você costuma votar? () Sim () Não

- Se vota (escolha apenas uma):

- Porque considera importante a política partidária
- Porque tem o sentimento de estar representado a partir do voto
- Porque pensa que a política partidária contribui para transformar a sua vida em sociedade
- Porque é através dele que detém algum benefício pessoal
- Outro, qual? _____

-Se não vota (escolha apenas uma):

- Porque os políticos não me representam
- Porque não acredito que a Política partidária faça alguma diferença para minha vida
- Porque acredito que os partidos políticos são estruturas sem finalidade
- Outro, qual? _____

3- Qual, dos seguintes elementos, uma pessoa não pode deixar de fazer para praticar sua cidadania?

- Pagar impostos
- Obedecer a todas as leis
- Votar
- Participar em organizações sociais e associações comunitárias
- Participar em organizações políticas
- Eleger produtos ambientalmente corretos
- Ajudar as pessoas que se encontram desfavorecidas financeiramente
- Cumprir com os serviços militares

4- Procura influenciar o voto dos que lhe são próximos?

- Frequentemente () De vez em quando () Raramente
- Nunca () Não sei () Não responde

5- As suas informações sobre a política partidária são oriundas (escolha apenas uma):

- Jornais e/ou revistas () Televisão () Internet () Conversas com familiares
- Conversas com amigos () Livros científicos

6- Quando foi a última vez que votou (ano)? _____

7- Nesse ano, lembra-se em que candidato votou? _____ Qual era o partido desse candidato? _____

- O seu voto foi:

- nas últimas eleições para a Assembleia da República
- nas últimas eleições para a presidência da República
- nas últimas eleições para as Autarquias
- nas últimas eleições para os Deputados Europeus

2ª PARTE: SOBRE GOVERNO E PAÍS

8- Em sua opinião, qual desses elementos considera mais importante ao debate político-governamental?

- Desemprego Crescimento económico Corrupção
- Saneamento básico Educação Saúde

9- Como qualificaria em geral a situação económica atual do país

- Ótima Boa Regular Má Péssima Não sabe Não responde

10- Em comparação com o ano anterior, considera que a situação econômica atual do país está:

- muito melhor melhor um pouco melhor igual um pouco pior muito pior

11- Na sua opinião, o seu sentimento acerca da democracia em Portugal é de:

- muita satisfação satisfação pouca satisfação nenhuma satisfação

12- Com qual das seguintes frases você está mais de acordo?

- A democracia é preferível a qualquer forma de governo
- Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um governo democrático
- Para mim é indiferente um governo democrático ou um governo não democrático
- Não sabe
- Não responde

13- Qual a principal falha no sistema democrático? (escolha apenas uma)

- Falta consolidar os partidos políticos
- Falta garantir a justiça social
- Falta a participação dos cidadãos
- Falta reduzir a corrupção
- Falta aumentar a transparência do Estado
- Está bem como está

3ª PARTE: SOBRE POLÍTICA PARTIDÁRIA

14- O que costuma ter em consideração para decidir o seu voto para presidente da câmara municipal?

- A pessoa enquanto candidato e suas qualidades de ordem pessoal
- O partido político ao qual o candidato pertence

15- O que costuma ter em consideração para decidir o seu voto para assembleia da república (1º ministro)?

- A pessoa enquanto candidato e suas qualidades de ordem pessoal
- O partido político ao qual o candidato pertence

16- Já teve simpatia para com algum partido Político?

- PSD CDS-PP PCP PS BE Nunca
- Outro. Qual? _____

17- Se esta semana ocorresse a próxima eleição para assembleia da república, você:

- Não votaria

- Votaria em candidato do partido do atual 1º ministro
- Votaria em algum candidato de partido diferente do atual 1º ministro
- Votaria, porém escolheria a opção “voto em branco” ou “nulo”

18- Se esta semana ocorresse a próxima eleição para assembleia da república (1º ministro) e você fosse obrigado a votar:

- Votaria em candidato do partido do atual 1º ministro
- Votaria em algum candidato de partido diferente do atual 1º ministro
- Votaria, porém escolheria a opção “voto em branco” ou “nulo”

19- Se esta semana ocorresse a próxima eleição para presidente da câmara você:

- Não votaria
- Votaria em candidato do partido do atual presidente da câmara
- Votaria em algum candidato de partido diferente do atual presidente da câmara
- Votaria, porém escolheria a opção “voto em branco” ou “nulo”

20- Se esta semana ocorresse a próxima eleição para presidente da câmara e você fosse obrigado a votar:

- Votaria em candidato do partido do atual presidente da câmara
- Votaria em algum candidato de partido diferente do atual presidente da câmara
- Votaria, porém escolheria a opção “voto em branco” ou “nulo”

21- O Primeiro Ministro pertence a que partido político? _____

22- O presidente da câmara pertence a que partido político? _____

23- Neste momento simpatiza com algum partido Político?

- PSD CDS-PP PCP PS BE Nenhuma Outro. Qual? _____

APÊNDICE B

Questionário aplicado aos eleitores brasileiros



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes -CCH

Programa de Pós-Graduação em Geografia-PGE

Questionário aplicado aos eleitores brasileiros

1ª PARTE – INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O VOTO

Eleitor: _____ **(não colocar nome da pessoa).** **Cidade:** _____.

1- Faixa etária do entrevistado

16 – 20 anos 21-35 anos 36-64 anos 65 anos ou mais

2- Qual foi o curso de nível mais elevado que frequentou?

- Sem escolaridade – 1º ao 5º ano do ensino fundamental
 - 6 ao 9.º ano do ensino fundamental – Ensino Médio
 - Graduação – Mestrado – Doutorado

3 – Qual sua renda mensal-familiar?

Nenhuma renda
 Até 1 salário mínimo
 De 2 a 4 salários mínimos
 De 5 a 8 salários mínimos
 De 9 a 13 salários mínimos
 De 14 ou mais salários mínimos

4- Qual, dos seguintes elementos, uma pessoa não pode deixar de fazer para praticar sua cidadania?

Pagar impostos
 Obedecer a todas as leis
 Votar
 Participar em organizações sociais e associações comunitárias
 Participar em organizações políticas
 Eleger produtos ambientalmente corretos
 Ajudar as pessoas que se encontram desfavorecidas financeiramente
 Cumprir com os serviços militares

5- Procura influenciar o voto dos que lhe são próximos?

Frequentemente De vez em quando Raramente Nunca Não sei Não responde

6- As suas informações sobre a política partidária são oriundas (escolha apenas uma):

Jornais e/ou revistas Televisão Internet Conversas com familiares Conversas com amigos
 Livros científicos

7- Quando foi a última vez que votou (ano)? _____

8- Nesse ano, lembra-se em que candidato votou? _____ **Qual era o partido desse candidato?** _____

- O seu voto foi:

nas últimas eleições majoritárias (presidência, governador, deputados e senadores)

() nas últimas eleições locais (prefeito e vereadores).

2ª PARTE: SOBRE GOVERNO E PAÍS

9- Em sua opinião, qual desses elementos considera mais importante ao debate político-governamental?

() Desemprego () Crescimento econômico () Corrupção () Saneamento básico () Educação () Saúde

10- Como qualificaria em geral a situação econômica atual do país

() Ótima () Boa () Regular () Má () Péssima () Não sabe () Não responde

11- Em comparação com o ano anterior, considera que a situação econômica atual do país está:

() muito melhor () melhor () um pouco melhor () igual () um pouco pior () muito pior

12- Na sua opinião, o seu sentimento acerca da democracia no Brasil é de:

() muita satisfação () satisfação () pouca satisfação () nenhuma satisfação

13- Com qual das seguintes frases você está mais de acordo?

- () A democracia é preferível a qualquer forma de governo
- () Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um governo democrático
- () Para mim é indiferente um governo democrático ou um governo não democrático
- () Não sabe
- () Não responde

14- Qual a principal falha no sistema democrático? (escolha apenas uma)

- () Falta consolidar os partidos políticos
- () Falta garantir a justiça social
- () Falta a participação dos cidadãos
- () Falta reduzir a corrupção
- () Falta aumentar a transparência do Estado
- () Está bem como está

3ª PARTE: SOBRE POLÍTICA PARTIDÁRIA

15- O que costuma levar em consideração para decidir o seu voto para prefeito?

- () A pessoa enquanto candidato e suas qualidades de ordem pessoal
- () O partido político ao qual o candidato pertence

16- O que costuma ter levar em consideração para decidir o seu voto para presidente da república?

- () A pessoa enquanto candidato e suas qualidades de ordem pessoal
- () O partido político ao qual o candidato pertence

17- Já teve simpatia para com algum partido Político?

- () DEM () PSDB () PT () PSOL () PC do B () PPS () PDT () PR () PP () PSB () PV ()
PCB () PHS () PMDB () PT do B () PHS () PSD () Nenhuma ()
Outro. Qual? _____

18- Se esta semana ocorresse a próxima eleição para presidente da república, você:

- () Votaria em candidato do partido da atual presidente da república
- () Votaria em algum candidato de partido diferente da atual presidente da república
- () Votaria, porém escolheria a opção “voto em branco” ou “nulo”

19- Se esta semana ocorresse a próxima eleição para prefeito municipal você:

- () Votaria em candidato do partido do atual prefeito

- Votaria em algum candidato de partido diferente do atual prefeito
 Votaria, porém escolheria a opção “voto em branco” ou “nulo”

20- A presidente da república pertence a que partido político? _____

21- O prefeito municipal pertence a que partido político? _____

22- Neste momento simpatiza com algum partido Político?

- DEM PSDB PT PSOL PC do B PPS PDT PR PP PSB PV PCB
PHS PMDB PT do B PHS PSD Nenhum Outro. Qual? _____

APÊNDICE C

Roteiro de entrevista com políticos brasileiros



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes-CCH
Programa de Pós-Graduação em Geografia – PGE
Mestrado e Doutorado

ROTEIRO DE ENTREVISTA – Políticos

Doutorando: Daniel Cirilo Augusto

01) Como o Sr. (a) analisa as eleições brasileiras e as estratégias para angariar votos nos diferentes tipos de pleitos eleitorais?

- Participação dos partidos se diferenciam?
- Atuação pessoal do candidato nas campanhas?
- Contribuição para financiamento de campanhas

02) Como procede a formação das coligações partidárias pelo seu partido? Elas se diferem, a partir dos tipos de eleições? Por quê?

03) Caso o Sr. fosse candidato, qual seria sua prioridade em termos de estratégia para eleger-se prefeito de um município? E para eleger-se presidente da república?

- Foco ao voto pela identificação pessoal?
- Foco ao voto pela identificação partidária?

ANEXOS



ANEXO A

Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Centro de Documentação e Informação

LEI Nº 13.165, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015

Altera as Leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do § 5º do art. 66 da Constituição, as seguintes partes da Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015:

Art. 1º Esta Lei modifica as Leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, alterando a legislação infraconstitucional e complementando a reforma das instituições político-eleitorais do País.

Art. 2º A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º A escolha dos candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações deverão ser feitas no período de 20 de julho a 5 de agosto do ano em que se realizarem as eleições, lavrando-se a respectiva ata em

livro aberto, rubricado pela Justiça Eleitoral, publicada em vinte e quatro horas em qualquer meio de comunicação.

....." (NR)

"Art. 9º Para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de, pelo menos, um ano antes do pleito, e estar com a filiação deferida pelo partido no mínimo seis meses antes da data da eleição.

....." (NR)

"Art. 10. Cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais no total de até 150% (cento e cinquenta por cento) do número de lugares a preencher, salvo:

I - nas unidades da Federação em que o número de lugares a preencher para a Câmara dos Deputados não exceder a doze, nas quais cada partido ou coligação poderá registrar candidatos a Deputado Federal e a Deputado Estadual ou Distrital no total de até 200% (duzentos por cento) das respectivas vagas;

II - nos Municípios de até cem mil eleitores, nos quais cada coligação poderá registrar candidatos no total de até 200% (duzentos por cento) do número de lugares a preencher.

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).

.....
§ 5º No caso de as convenções para a escolha de candidatos não indicarem o número máximo de candidatos previsto no *caput*, os órgãos de direção dos partidos respectivos poderão preencher as vagas remanescentes até trinta dias antes do pleito." (NR)

"Art. 11. Os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até as dezenove horas do dia 15 de agosto do ano em que se realizarem as eleições.

.....
§ 2º A idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência a data da posse, salvo quando fixada em dezoito anos, hipótese em que será aferida na data-limite para o pedido de registro.

....." (NR)

"Art. 16. Até vinte dias antes da data das eleições, os Tribunais Regionais Eleitorais enviarão ao Tribunal Superior Eleitoral, para fins de centralização e divulgação de dados, a relação dos candidatos às eleições majoritárias e proporcionais, da qual constará obrigatoriamente a referência ao sexo e ao cargo a que concorrem.

§ 1º Até a data prevista no *caput*, todos os pedidos de registro de candidatos, inclusive os impugnados e os respectivos recursos, devem estar julgados pelas instâncias ordinárias, e publicadas as decisões a eles relativas.

....." (NR)

"Art. 18. Os limites de gastos de campanha, em cada eleição, são os definidos pelo Tribunal Superior Eleitoral com base nos parâmetros definidos em lei.

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado)." (NR)

"Art. 18-A. Serão contabilizadas nos limites de gastos de cada campanha as despesas efetuadas pelos candidatos e as efetuadas pelos partidos que puderem ser individualizadas."

"Art. 18-B. O descumprimento dos limites de gastos fixados para cada campanha acarretará o pagamento de multa em valor equivalente a 100% (cem por cento) da quantia que ultrapassar o limite estabelecido, sem prejuízo da apuração da ocorrência de abuso do poder econômico."

"Art. 20. O candidato a cargo eletivo fará, diretamente ou por intermédio de pessoa por ele designada, a administração financeira de sua campanha usando recursos repassados pelo partido, inclusive os relativos à cota do Fundo Partidário, recursos próprios ou doações de pessoas físicas, na forma estabelecida nesta Lei." (NR)

"Art. 22.

§ 1º

I - acatar, em até três dias, o pedido de abertura de conta de qualquer candidato escolhido em convenção, sendo-lhes vedado condicioná-la a depósito mínimo e à cobrança de taxas ou de outras despesas de manutenção;

.....

III - encerrar a conta bancária no final do ano da eleição, transferindo a totalidade do saldo existente para a conta bancária do órgão de direção indicado pelo partido, na forma prevista no art. 31, e informar o fato à Justiça Eleitoral.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos casos de candidatura para Prefeito e Vereador em Municípios onde não haja agência bancária ou posto de atendimento bancário.

....." (NR)

"Art. 22-A. Os candidatos estão obrigados à inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

.....

§ 2º Cumprido o disposto no § 1º deste artigo e no § 1º do art. 22, ficam os candidatos autorizados a promover a arrecadação de recursos financeiros e a realizar as despesas necessárias à campanha eleitoral." (NR)

"Art. 23.

§ 1º As doações e contribuições de que trata este artigo ficam limitadas a 10% (dez por cento) dos rendimentos brutos auferidos pelo doador no ano anterior à eleição.

I - (revogado);

II - (revogado).

§ 1º-A O candidato poderá usar recursos próprios em sua campanha até o limite de gastos estabelecido nesta Lei para o cargo ao qual concorre.

.....
§ 7º O limite previsto no § 1º não se aplica a doações estimáveis em dinheiro relativas à utilização de bens móveis ou imóveis de propriedade do doador, desde que o valor estimado não ultrapasse R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)." (NR)

"Art. 24.

.....
XII - (VETADO).

§ 1º

§ 2º (VETADO).

§ 3º (VETADO).

§ 4º O partido ou candidato que receber recursos provenientes de fontes vedadas ou de origem não identificada deverá proceder à devolução dos valores recebidos ou, não sendo possível a identificação da fonte, transferi-los para a conta única do Tesouro Nacional." (NR)

"Art. 24-A. (VETADO)."

"Art. 24-B. (VETADO)."

"Art. 24-C. O limite de doação previsto no § 1º do art. 23 será apurado anualmente pelo Tribunal Superior Eleitoral e pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 1º O Tribunal Superior Eleitoral deverá consolidar as informações sobre as doações registradas até 31 de dezembro do exercício financeiro a ser apurado, considerando:

I - as prestações de contas anuais dos partidos políticos, entregues à Justiça Eleitoral até 30 de abril do ano subsequente ao da apuração, nos termos do art. 32 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995;

II - as prestações de contas dos candidatos às eleições ordinárias ou suplementares que tenham ocorrido no exercício financeiro a ser apurado.

§ 2º O Tribunal Superior Eleitoral, após a consolidação das informações sobre os valores doados e apurados, encaminhá-las-á à Secretaria da Receita Federal do Brasil até 30 de maio do ano seguinte ao da apuração.

§ 3º A Secretaria da Receita Federal do Brasil fará o cruzamento dos valores doados com os rendimentos da pessoa física e, apurando indício de excesso, comunicará o fato, até 30 de julho do ano seguinte ao da apuração, ao Ministério Público Eleitoral, que poderá, até o final do exercício financeiro, apresentar representação com vistas à aplicação da penalidade prevista no art. 23 e de outras sanções que julgar cabíveis."

"Art. 28.

.....
§ 1º As prestações de contas dos candidatos às eleições majoritárias serão feitas pelo próprio candidato, devendo ser acompanhadas dos extratos das contas bancárias referentes à movimentação dos recursos financeiros usados na campanha e da relação dos cheques recebidos, com a indicação dos respectivos números, valores e emitentes.

§ 2º As prestações de contas dos candidatos às eleições proporcionais serão feitas pelo próprio candidato.

.....
§ 4º Os partidos políticos, as coligações e os candidatos são obrigados, durante as campanhas eleitorais, a divulgar em sítio criado pela Justiça Eleitoral para esse fim na rede mundial de computadores (internet):

I - os recursos em dinheiro recebidos para financiamento de sua campanha eleitoral, em até 72 (setenta e duas) horas de seu recebimento;

II - no dia 15 de setembro, relatório discriminando as transferências do Fundo Partidário, os recursos em dinheiro e os estimáveis em dinheiro recebidos, bem como os gastos realizados.

.....
§ 6º

.....
II - doações estimáveis em dinheiro entre candidatos ou partidos, decorrentes do uso comum tanto de sedes quanto de materiais de propaganda eleitoral, cujo gasto deverá ser registrado na prestação de contas do responsável pelo pagamento da despesa.

§ 7º As informações sobre os recursos recebidos a que se refere o § 4º deverão ser divulgadas com a indicação dos nomes, do CPF ou CNPJ dos doadores e dos respectivos valores doados.

§ 8º Os gastos com passagens aéreas efetuados nas campanhas eleitorais serão comprovados mediante a apresentação de fatura ou duplicata emitida por agência de viagem, quando for o caso, desde que informados os beneficiários, as datas e os itinerários, vedada a exigência de apresentação de qualquer outro documento para esse fim.

§ 9º A Justiça Eleitoral adotará sistema simplificado de prestação de contas para candidatos que apresentarem movimentação financeira correspondente a, no máximo, R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), atualizados monetariamente, a cada eleição, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou por índice que o substituir.

§ 10. O sistema simplificado referido no § 9º deverá conter, pelo menos:

I - identificação das doações recebidas, com os nomes, o CPF ou CNPJ dos doadores e os respectivos valores recebidos;

II - identificação das despesas realizadas, com os nomes e o CPF ou CNPJ dos fornecedores de material e dos prestadores dos serviços realizados;

III - registro das eventuais sobras ou dívidas de campanha.

§ 11. Nas eleições para Prefeito e Vereador de Municípios com menos de cinquenta mil eleitores, a prestação de contas será feita sempre pelo sistema simplificado a que se referem os §§ 9º e 10.

§ 12. Os valores transferidos pelos partidos políticos oriundos de doações serão registrados na prestação de contas dos candidatos como transferência dos partidos e, na prestação de contas dos partidos, como transferência aos candidatos, sem individualização dos doadores." (NR) (Vide ADIN nº 5.394/2015)

"Art. 29.

I - (revogado);

II - resumir as informações contidas na prestação de contas, de forma a apresentar demonstrativo consolidado das campanhas;

.....
IV - havendo segundo turno, encaminhar a prestação de contas, referente aos 2 (dois) turnos, até o vigésimo dia posterior à sua realização.

§ 1º (Revogado).

....." (NR)

"Art. 30.

§ 1º A decisão que julgar as contas dos candidatos eleitos será publicada em sessão até três dias antes da diplomação.

.....
§ 4º Havendo indício de irregularidade na prestação de contas, a Justiça Eleitoral poderá requisitar do candidato as informações adicionais necessárias, bem como determinar diligências para a complementação dos dados ou o saneamento das falhas.

§ 5º Da decisão que julgar as contas prestadas pelos candidatos caberá recurso ao órgão superior da Justiça Eleitoral, no prazo de 3 (três) dias, a contar da publicação no Diário Oficial.

....." (NR)

"Art. 36. A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 15 de agosto do ano da eleição.

.....
§ 4º Na propaganda dos candidatos a cargo majoritário deverão constar, também, os nomes dos candidatos a vice ou a suplentes de senador, de modo claro e legível, em tamanho não inferior a 30% (trinta por cento) do nome do titular.

....." (NR)

"Art. 36-A. Não configuram propaganda eleitoral antecipada, desde que não envolvam pedido explícito de voto, a menção à pretensa candidatura, a exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos e os seguintes atos, que poderão ter cobertura dos meios de comunicação social, inclusive via internet:

.....
III - a realização de prévias partidárias e a respectiva distribuição de material informativo, a divulgação dos nomes dos filiados que participarão da disputa e a realização de debates entre os pré-candidatos;

.....
V - a divulgação de posicionamento pessoal sobre questões políticas, inclusive nas redes sociais;

VI - a realização, a expensas de partido político, de reuniões de iniciativa da sociedade civil, de veículo ou meio de comunicação ou do próprio partido, em qualquer localidade, para divulgar ideias, objetivos e propostas partidárias.

§ 1º É vedada a transmissão ao vivo por emissoras de rádio e de televisão das prévias partidárias, sem prejuízo da cobertura dos meios de comunicação social.

§ 2º Nas hipóteses dos incisos I a VI do *caput*, são permitidos o pedido de apoio político e a divulgação da pré-candidatura, das ações políticas desenvolvidas e das que se pretende desenvolver.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica aos profissionais de comunicação social no exercício da profissão." (NR)

"Art. 37. Nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do poder público, ou que a ele pertençam, e nos bens de uso comum, inclusive postes de iluminação pública, sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, é vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza, inclusive pichação, inscrição a tinta e exposição de placas, estandartes, faixas, cavaletes, bonecos e assemelhados.

.....
§ 2º Em bens particulares, independe de obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral a veiculação de propaganda eleitoral, desde que seja feita em adesivo ou papel, não exceda a 0,5 m² (meio metro quadrado) e não contrarie a legislação eleitoral, sujeitando-se o infrator às penalidades previstas no § 1º.

....." (NR)

"Art. 39.

.....
§ 9º-A. Considera-se carro de som, além do previsto no § 12, qualquer veículo, motorizado ou não, ou ainda tracionado por animais, que transite divulgando *jingles* ou mensagens de candidatos.

....." (NR)

"Art. 45. Encerrado o prazo para a realização das convenções no ano das eleições, é vedado às emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal e em seu noticiário:

.....
§ 1º A partir de 30 de junho do ano da eleição, é vedado, ainda, às emissoras transmitir programa apresentado ou comentado por pré-candidato, sob pena, no caso de sua escolha na convenção partidária, de imposição da multa prevista no § 2º e de cancelamento do registro da candidatura do beneficiário.

....." (NR)

"Art. 46. Independentemente da veiculação de propaganda eleitoral gratuita no horário definido nesta Lei, é facultada a transmissão por emissora de rádio ou televisão de debates sobre as eleições majoritária ou proporcional, sendo assegurada a participação de candidatos dos partidos com representação superior a nove Deputados, e facultada a dos demais, observado o seguinte:

.....
§ 5º Para os debates que se realizarem no primeiro turno das eleições, serão consideradas aprovadas as regras, inclusive as que definam o número de participantes, que obtiverem a concordância de pelo menos 2/3 (dois terços) dos candidatos aptos, no caso de eleição majoritária, e de pelo menos 2/3 (dois terços) dos partidos ou coligações com candidatos aptos, no caso de eleição proporcional." (NR)

"Art. 47. As emissoras de rádio e de televisão e os canais de televisão por assinatura mencionados no art. 57 reservarão, nos trinta e cinco dias anteriores à antevéspera das eleições, horário destinado à divulgação, em rede, da propaganda eleitoral gratuita, na forma estabelecida neste artigo.

§ 1º

I -

a) das sete horas às sete horas e doze minutos e trinta segundos e das doze horas às doze horas e doze minutos e trinta segundos, no rádio;

b) das treze horas às treze horas e doze minutos e trinta segundos e das vinte horas e trinta minutos às vinte horas e quarenta e dois minutos e trinta segundos, na televisão;

II -

a) das sete horas e doze minutos e trinta segundos às sete horas e vinte e cinco minutos e das doze horas e doze minutos e trinta segundos às doze horas e vinte e cinco minutos, no rádio;

b) das treze horas e doze minutos e trinta segundos às treze horas e vinte e cinco minutos e das vinte horas e quarenta e dois minutos e trinta segundos às vinte horas e cinquenta e cinco minutos, na televisão;

III - nas eleições para Senador, às segundas, quartas e sextas-feiras:

a) das sete horas às sete horas e cinco minutos e das doze horas às doze horas e cinco minutos, no rádio, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por um terço;

b) das treze horas às treze horas e cinco minutos e das vinte horas e trinta minutos às vinte horas e trinta e cinco minutos, na televisão, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por um terço;

c) das sete horas às sete horas e sete minutos e das doze horas às doze horas e sete minutos, no rádio, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por dois terços;

d) das treze horas às treze horas e sete minutos e das vinte horas e trinta minutos às vinte horas e trinta e sete minutos, na televisão, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por dois terços;

IV -

a) das sete horas e cinco minutos às sete horas e quinze minutos e das doze horas e cinco minutos às doze horas e quinze minutos, no rádio, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por um terço;

b) das treze horas e cinco minutos às treze horas e quinze minutos e das vinte horas e trinta e cinco minutos às vinte horas e quarenta e cinco minutos, na televisão, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por um terço;

c) das sete horas e sete minutos às sete horas e dezesseis minutos e das doze horas e sete minutos às doze horas e dezesseis minutos, no rádio, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por dois terços;

d) das treze horas e sete minutos às treze horas e dezesseis minutos e das vinte horas e trinta e sete minutos às vinte horas e quarenta e seis minutos, na televisão, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por dois terços;

V - na eleição para Governador de Estado e do Distrito Federal, às segundas, quartas e sextas-feiras:

a) das sete horas e quinze minutos às sete horas e vinte e cinco minutos e das doze horas e quinze minutos às doze horas e vinte e cinco minutos, no rádio, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por um terço;

b) das treze horas e quinze minutos às treze horas e vinte e cinco minutos e das vinte horas e quarenta e cinco minutos às vinte horas e cinquenta e cinco minutos, na televisão, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por um terço;

c) das sete horas e dezesseis minutos às sete horas e vinte e cinco minutos e das doze horas e dezesseis minutos às doze horas e vinte e

cinco minutos, no rádio, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por dois terços;

d) das treze horas e dezesseis minutos às treze horas e vinte e cinco minutos e das vinte horas e quarenta e seis minutos às vinte horas e cinquenta e cinco minutos, na televisão, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por dois terços;

VI - nas eleições para Prefeito, de segunda a sábado:

a) das sete horas às sete horas e dez minutos e das doze horas às doze horas e dez minutos, no rádio;

b) das treze horas às treze horas e dez minutos e das vinte horas e trinta minutos às vinte horas e quarenta minutos, na televisão;

VII - ainda nas eleições para Prefeito, e também nas de Vereador, mediante inserções de trinta e sessenta segundos, no rádio e na televisão, totalizando setenta minutos diários, de segunda-feira a domingo, distribuídas ao longo da programação veiculada entre as cinco e as vinte e quatro horas, na proporção de 60% (sessenta por cento) para Prefeito e 40% (quarenta por cento) para Vereador.

§ 1º - A Somente serão exibidas as inserções de televisão a que se refere o inciso VII do § 1º nos Municípios em que houver estação geradora de serviços de radiodifusão de sons e imagens.

§ 2º

I - 90% (noventa por cento) distribuídos proporcionalmente ao número de representantes na Câmara dos Deputados, considerados, no caso de coligação para eleições majoritárias, o resultado da soma do número de representantes dos seis maiores partidos que a integrem e, nos casos de coligações para eleições proporcionais, o resultado da soma do número de representantes de todos os partidos que a integrem;

II - 10% (dez por cento) distribuídos igualmente.

.....
§ 9º As emissoras de rádio sob responsabilidade do Senado Federal e da Câmara dos Deputados instaladas em localidades fora do Distrito Federal são dispensadas da veiculação da propaganda eleitoral gratuita dos pleitos referidos nos incisos II a VI do § 1º." (NR)

"Art. 51. Durante os períodos previstos nos arts. 47 e 49, as emissoras de rádio e televisão e os canais por assinatura mencionados no art. 57 reservarão, ainda, setenta minutos diários para a propaganda eleitoral gratuita, a serem usados em inserções de trinta e sessenta segundos, a critério do respectivo partido ou coligação, assinadas obrigatoriamente pelo partido ou coligação, e distribuídas, ao longo da programação veiculada entre as cinco e as vinte e quatro horas, nos termos do § 2º do art. 47, obedecido o seguinte:

.....
II - (revogado);

III - a distribuição levará em conta os blocos de audiência entre as cinco e as onze horas, as onze e as dezoito horas, e as dezoito e as vinte e quatro horas;

....." (NR)

"Art. 52. A partir do dia 15 de agosto do ano da eleição, a Justiça Eleitoral convocará os partidos e a representação das emissoras de televisão para elaborarem plano de mídia, nos termos do art. 51, para o uso da parcela do horário eleitoral gratuito a que tenham direito, garantida a todos participação nos horários de maior e menor audiência."
(NR)

"Art. 54. Nos programas e inserções de rádio e televisão destinados à propaganda eleitoral gratuita de cada partido ou coligação só poderão aparecer, em gravações internas e externas, observado o disposto no § 2º, candidatos, caracteres com propostas, fotos, *jingles*, clipes com música ou vinhetas, inclusive de passagem, com indicação do número do candidato ou do partido, bem como seus apoiadores, inclusive os candidatos de que trata o § 1º do art. 53-A, que poderão dispor de até 25% (vinte e cinco por cento) do tempo de cada programa ou inserção, sendo vedadas montagens, trucagens, computação gráfica, desenhos animados e efeitos especiais.

§ 1º

§ 2º Será permitida a veiculação de entrevistas com o candidato e de cenas externas nas quais ele, pessoalmente, exponha:

I - realizações de governo ou da administração pública;

II - falhas administrativas e deficiências verificadas em obras e serviços públicos em geral;

III - atos parlamentares e debates legislativos." (NR)

"Art. 57-A. É permitida a propaganda eleitoral na internet, nos termos desta Lei, após o dia 15 de agosto do ano da eleição."(NR)

"Art. 58.

§ 1º

.....

IV - a qualquer tempo, quando se tratar de conteúdo que esteja sendo divulgado na internet, ou em 72 (setenta e duas) horas, após a sua retirada.

....." (NR)

"Art. 59-A. No processo de votação eletrônica, a urna imprimirá o registro de cada voto, que será depositado, de forma automática e sem contato manual do eleitor, em local previamente lacrado.

Parágrafo único. O processo de votação não será concluído até que o eleitor confirme a correspondência entre o teor de seu voto e o registro impresso e exibido pela urna eletrônica." (Artigo vetado pelo Presidente da República, mantido pelo Congresso Nacional e publicado no DOU de 26/11/2015)

"Art. 73.

.....
VII - realizar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito;

....." (NR)

"Art. 93. O Tribunal Superior Eleitoral poderá, nos anos eleitorais, requisitar das emissoras de rádio e televisão, no período de um mês antes do início da propaganda eleitoral a que se refere o art. 36 e nos três dias anteriores à data do pleito, até dez minutos diários, contínuos ou não, que poderão ser somados e usados em dias espaçados, para a divulgação de comunicados, boletins e instruções ao eleitorado." (NR)

"Art. 93-A. O Tribunal Superior Eleitoral, no período compreendido entre 1º de abril e 30 de julho dos anos eleitorais, promoverá, em até cinco minutos diários, contínuos ou não, requisitados às emissoras de rádio e televisão, propaganda institucional, em rádio e televisão, destinada a incentivar a participação feminina na política, bem como a esclarecer os cidadãos sobre as regras e o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro." (NR)

"Art. 94.

.....
§ 5º Nos Tribunais Eleitorais, os advogados dos candidatos ou dos partidos e coligações serão intimados para os feitos que não versem sobre a cassação do registro ou do diploma de que trata esta Lei por meio da publicação de edital eletrônico publicado na página do respectivo Tribunal na internet, iniciando-se a contagem do prazo no dia seguinte ao da divulgação." (NR)

"Art. 96.

.....
§ 11. As sanções aplicadas a candidato em razão do descumprimento de disposições desta Lei não se estendem ao respectivo partido, mesmo na hipótese de esse ter se beneficiado da conduta, salvo quando comprovada a sua participação." (NR)

"Art. 96-B. Serão reunidas para julgamento comum as ações eleitorais propostas por partes diversas sobre o mesmo fato, sendo competente para apreciá-las o juiz ou relator que tiver recebido a primeira.

§ 1º O ajuizamento de ação eleitoral por candidato ou partido político não impede ação do Ministério Público no mesmo sentido.

§ 2º Se proposta ação sobre o mesmo fato apreciado em outra cuja decisão ainda não transitou em julgado, será ela apensada ao processo

anterior na instância em que ele se encontrar, figurando a parte como litisconsorte no feito principal.

§ 3º Se proposta ação sobre o mesmo fato apreciado em outra cuja decisão já tenha transitado em julgado, não será ela conhecida pelo juiz, ressalvada a apresentação de outras ou novas provas."

"Art. 100. A contratação de pessoal para prestação de serviços nas campanhas eleitorais não gera vínculo empregatício com o candidato ou partido contratantes, aplicando-se à pessoa física contratada o disposto na alínea h do inciso V do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Parágrafo único. Não se aplica aos partidos políticos, para fins da contratação de que trata o *caput*, o disposto no parágrafo único do art. 15 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991." (NR)

Art. 3º A Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 7º

§ 1º Só é admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove, no período de dois anos, o apoio de eleitores não filiados a partido político, correspondente a, pelo menos, 0,5% (cinco décimos por cento) dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de 0,1% (um décimo por cento) do eleitorado que haja votado em cada um deles.

....." (NR)

"Art. 22-A. Perderá o mandato o detentor de cargo eletivo que se desfiliar, sem justa causa, do partido pelo qual foi eleito.

Parágrafo único. Consideram-se justa causa para a desfiliação partidária somente as seguintes hipóteses:

- I - mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário;
- II - grave discriminação política pessoal; e
- III - mudança de partido efetuada durante o período de trinta dias que antecede o prazo de filiação exigido em lei para concorrer à eleição, majoritária ou proporcional, ao término do mandato vigente."

"Art. 32.

.....

§ 3º (Revogado).

§ 4º Os órgãos partidários municipais que não hajam movimentado recursos financeiros ou arrecadado bens estimáveis em dinheiro ficam desobrigados de prestar contas à Justiça Eleitoral, exigindo-se do

responsável partidário, no prazo estipulado no *caput*, a apresentação de declaração da ausência de movimentação de recursos nesse período.

§ 5º A desaprovação da prestação de contas do partido não ensejará sanção alguma que o impeça de participar do pleito eleitoral." (NR)

"Art. 34. A Justiça Eleitoral exerce a fiscalização sobre a prestação de contas do partido e das despesas de campanha eleitoral, devendo atestar se elas refletem adequadamente a real movimentação financeira, os dispêndios e os recursos aplicados nas campanhas eleitorais, exigindo a observação das seguintes normas:

I - obrigatoriedade de designação de dirigentes partidários específicos para movimentar recursos financeiros nas campanhas eleitorais;

II - (revogado);

III - relatório financeiro, com documentação que comprove a entrada e saída de dinheiro ou de bens recebidos e aplicados;

IV - obrigatoriedade de ser conservada pelo partido, por prazo não inferior a cinco anos, a documentação comprobatória de suas prestações de contas;

V - obrigatoriedade de prestação de contas pelo partido político e por seus candidatos no encerramento da campanha eleitoral, com o recolhimento imediato à tesouraria do partido dos saldos financeiros eventualmente apurados.

§ 1º A fiscalização de que trata o *caput* tem por escopo identificar a origem das receitas e a destinação das despesas com as atividades partidárias e eleitorais, mediante o exame formal dos documentos fiscais apresentados pelos partidos políticos e candidatos, sendo vedada a análise das atividades político-partidárias ou qualquer interferência em sua autonomia.

....." (NR)

"Art. 37. A desaprovação das contas do partido implicará exclusivamente a sanção de devolução da importância apontada como irregular, acrescida de multa de até 20% (vinte por cento).

.....
§ 2º A sanção a que se refere o *caput* será aplicada exclusivamente à esfera partidária responsável pela irregularidade, não suspendendo o registro ou a anotação de seus órgãos de direção partidária nem tornando devedores ou inadimplentes os respectivos responsáveis partidários.

§ 3º A sanção a que se refere o *caput* deverá ser aplicada de forma proporcional e razoável, pelo período de um a doze meses, e o pagamento deverá ser feito por meio de desconto nos futuros repasses de cotas do Fundo Partidário, desde que a prestação de contas seja julgada, pelo juízo ou tribunal competente, em até cinco anos de sua apresentação.
.....

§ 9º O desconto no repasse de cotas resultante da aplicação da sanção a que se refere o *caput* será suspenso durante o segundo semestre do ano em que se realizarem as eleições.

§ 10. Os gastos com passagens aéreas serão comprovados mediante apresentação de fatura ou duplicata emitida por agência de viagem, quando for o caso, desde que informados os beneficiários, as datas e os itinerários, vedada a exigência de apresentação de qualquer outro documento para esse fim.

§ 11. Os órgãos partidários poderão apresentar documentos hábeis para esclarecer questionamentos da Justiça Eleitoral ou para sanear irregularidades a qualquer tempo, enquanto não transitada em julgado a decisão que julgar a prestação de contas.

§ 12. Erros formais ou materiais que no conjunto da prestação de contas não comprometam o conhecimento da origem das receitas e a destinação das despesas não acarretarão a desaprovação das contas.

§ 13. A responsabilização pessoal civil e criminal dos dirigentes partidários decorrente da desaprovação das contas partidárias e de atos ilícitos atribuídos ao partido político somente ocorrerá se verificada irregularidade grave e insanável resultante de conduta dolosa que importe enriquecimento ilícito e lesão ao patrimônio do partido.

§ 14. O instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política não será atingido pela sanção aplicada ao partido político em caso de desaprovação de suas contas, exceto se tiver diretamente dado causa à reprovação." (NR)

"Art. 37-A. A falta de prestação de contas implicará a suspensão de novas cotas do Fundo Partidário enquanto perdurar a inadimplência e sujeitará os responsáveis às penas da lei."

"Art. 39.
....."

§ 3º As doações de recursos financeiros somente poderão ser efetuadas na conta do partido político por meio de:

I - cheques cruzados e nominais ou transferência eletrônica de depósitos;
II - depósitos em espécie devidamente identificados;
III - mecanismo disponível em sítio do partido na internet que permita inclusive o uso de cartão de crédito ou de débito e que atenda aos seguintes requisitos:

a) identificação do doador;
b) emissão obrigatória de recibo eleitoral para cada doação realizada.

....." (NR)

"Art. 41-A.

I - 5% (cinco por cento) serão destacados para entrega, em partes iguais, a todos os partidos que atendam aos requisitos constitucionais de acesso aos recursos do Fundo Partidário; e

..... " (NR)

"Art. 44.

I - na manutenção das sedes e serviços do partido, permitido o pagamento de pessoal, a qualquer título, observado, do total recebido, os seguintes limites:

a) 50% (cinquenta por cento) para o órgão nacional;

b) 60% (sessenta por cento) para cada órgão estadual e municipal;

.....

V - na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, criados e mantidos pela secretaria da mulher do respectivo partido político ou, inexistindo a secretaria, pelo instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política de que trata o inciso IV, conforme percentual que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 5% (cinco por cento) do total;

VI - no pagamento de mensalidades, anuidades e congêneres devidos a organismos partidários internacionais que se destinem ao apoio à pesquisa, ao estudo e à doutrinação política, aos quais seja o partido político regularmente filiado;

VII - no pagamento de despesas com alimentação, incluindo restaurantes e lanchonetes.

.....

§ 5º O partido político que não cumprir o disposto no inciso V do *caput* deverá transferir o saldo para conta específica, sendo vedada sua aplicação para finalidade diversa, de modo que o saldo remanescente deverá ser aplicado dentro do exercício financeiro subsequente, sob pena de acréscimo de 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) do valor previsto no inciso V do *caput*, a ser aplicado na mesma finalidade.

§ 5º-A. A critério das agremiações partidárias, os recursos a que se refere o inciso V poderão ser acumulados em diferentes exercícios financeiros, mantidos em contas bancárias específicas, para utilização futura em campanhas eleitorais de candidatas do partido.

.....

§ 7º A critério da secretaria da mulher ou, inexistindo a secretaria, a critério da fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política, os recursos a que se refere o inciso V do *caput* poderão ser acumulados em diferentes exercícios financeiros, mantidos em contas bancárias específicas, para utilização futura em campanhas eleitorais de candidatas do partido, não se aplicando, neste caso, o disposto no § 5º." (NR)

"Art. 45.

.....

IV - promover e difundir a participação política feminina, dedicando às mulheres o tempo que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 10% (dez por cento) do programa e das inserções a que se refere o art. 49.

....." (NR)

"Art. 49. Os partidos com pelo menos um representante em qualquer das Casas do Congresso Nacional têm assegurados os seguintes direitos relacionados à propaganda partidária:

I - a realização de um programa a cada semestre, em cadeia nacional, com duração de:

a) cinco minutos cada, para os partidos que tenham eleito até quatro Deputados Federais;

b) dez minutos cada, para os partidos que tenham eleito cinco ou mais Deputados Federais;

II - a utilização, por semestre, para inserções de trinta segundos ou um minuto, nas redes nacionais, e de igual tempo nas emissoras estaduais, do tempo total de:

a) dez minutos, para os partidos que tenham eleito até nove Deputados Federais;

b) vinte minutos, para os partidos que tenham eleito dez ou mais deputados federais.

Parágrafo único. A critério do órgão partidário nacional, as inserções em redes nacionais referidas no inciso II do *caput* deste artigo poderão veicular conteúdo regionalizado, comunicando-se previamente o Tribunal Superior Eleitoral." (NR)

Art. 4º A Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 7º

.....

§ 4º O disposto no inciso V do § 1º não se aplica ao eleitor no exterior que requeira novo passaporte para identificação e retorno ao Brasil." (NR)

"Art. 14.

.....

§ 3º Da homologação da respectiva convenção partidária até a diplomação e nos feitos decorrentes do processo eleitoral, não poderão servir como juízes nos Tribunais Eleitorais, ou como juiz eleitoral, o cônjuge ou o parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau, de candidato a cargo eletivo registrado na circunscrição.

....." (NR)

"Art. 28.

.....
§ 4º As decisões dos Tribunais Regionais sobre quaisquer ações que importem cassação de registro, anulação geral de eleições ou perda de diplomas somente poderão ser tomadas com a presença de todos os seus membros.

§ 5º No caso do § 4º, se ocorrer impedimento de algum juiz, será convocado o suplente da mesma classe." (NR)

"Art. 93. O prazo de entrada em cartório ou na Secretaria do Tribunal, conforme o caso, de requerimento de registro de candidato a cargo eletivo terminará, improrrogavelmente, às dezenove horas do dia 15 de agosto do ano em que se realizarem as eleições.

§ 1º Até vinte dias antes da data das eleições, todos os requerimentos, inclusive os que tiverem sido impugnados, devem estar julgados pelas instâncias ordinárias, e publicadas as decisões a eles relativas.

§ 2º As convenções partidárias para a escolha dos candidatos serão realizadas, no máximo, até 5 de agosto do ano em que se realizarem as eleições.

....." (NR)

"Art. 108. Estarão eleitos, entre os candidatos registrados por um partido ou coligação que tenham obtido votos em número igual ou superior a 10% (dez por cento) do quociente eleitoral, tantos quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido.

Parágrafo único. Os lugares não preenchidos em razão da exigência de votação nominal mínima a que se refere o *caput* serão distribuídos de acordo com as regras do art. 109." (NR)

"Art. 109. Os lugares não preenchidos com a aplicação dos quocientes partidários e em razão da exigência de votação nominal mínima a que se refere o art. 108 serão distribuídos de acordo com as seguintes regras:

I - dividir-se-á o número de votos válidos atribuídos a cada partido ou coligação pelo número de lugares definido para o partido pelo cálculo do quociente partidário do art. 107, mais um, cabendo ao partido ou coligação que apresentar a maior média um dos lugares a preencher, desde que tenha candidato que atenda à exigência de votação nominal mínima;

II - repetir-se-á a operação para cada um dos lugares a preencher;

III - quando não houver mais partidos ou coligações com candidatos que atendam às duas exigências do inciso I, as cadeiras serão distribuídas aos partidos que apresentem as maiores médias.

§ 1º O preenchimento dos lugares com que cada partido ou coligação for contemplado far-se-á segundo a ordem de votação recebida por seus candidatos.

§ 2º Somente poderão concorrer à distribuição dos lugares os partidos ou as coligações que tiverem obtido quociente eleitoral." (NR)

"Art. 112.

Parágrafo único. Na definição dos suplentes da representação partidária, não há exigência de votação nominal mínima prevista pelo art. 108." (NR)

"Art. 224.

§ 3º A decisão da Justiça Eleitoral que importe o indeferimento do registro, a cassação do diploma ou a perda do mandato de candidato eleito em pleito majoritário acarreta, após o trânsito em julgado, a realização de novas eleições, independentemente do número de votos anulados.

§ 4º A eleição a que se refere o § 3º correrá a expensas da Justiça Eleitoral e será:

I - indireta, se a vacância do cargo ocorrer a menos de seis meses do final do mandato;

II - direta, nos demais casos." (NR)

"Art. 233-A. Aos eleitores em trânsito no território nacional é assegurado o direito de votar para Presidente da República, Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Deputado Distrital em urnas especialmente instaladas nas capitais e nos Municípios com mais de cem mil eleitores.

§ 1º O exercício do direito previsto neste artigo sujeita-se à observância das regras seguintes:

I - para votar em trânsito, o eleitor deverá habilitar-se perante a Justiça Eleitoral no período de até quarenta e cinco dias da data marcada para a eleição, indicando o local em que pretende votar;

II - aos eleitores que se encontrarem fora da unidade da Federação de seu domicílio eleitoral somente é assegurado o direito à habilitação para votar em trânsito nas eleições para Presidente da República;

III - os eleitores que se encontrarem em trânsito dentro da unidade da Federação de seu domicílio eleitoral poderão votar nas eleições para Presidente da República, Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Deputado Distrital.

§ 2º Os membros das Forças Armadas, os integrantes dos órgãos de segurança pública a que se refere o art. 144 da Constituição Federal, bem como os integrantes das guardas municipais mencionados no § 8º do mesmo art. 144, poderão votar em trânsito se estiverem em serviço por ocasião das eleições.

§ 3º As chefias ou comandos dos órgãos a que estiverem subordinados os eleitores mencionados no § 2º enviarão obrigatoriamente à Justiça Eleitoral, em até quarenta e cinco dias da data das eleições, a listagem

dos que estarão em serviço no dia da eleição com indicação das seções eleitorais de origem e destino.

§ 4º Os eleitores mencionados no § 2º, uma vez habilitados na forma do § 3º, serão cadastrados e votarão nas seções eleitorais indicadas nas listagens mencionadas no § 3º independentemente do número de eleitores do Município." (NR)

"Art. 240. A propaganda de candidatos a cargos eletivos somente é permitida após o dia 15 de agosto do ano da eleição.

....." (NR)

"Art. 257.

§ 1º

§ 2º O recurso ordinário interposto contra decisão proferida por juiz eleitoral ou por Tribunal Regional Eleitoral que resulte em cassação de registro, afastamento do titular ou perda de mandato eletivo será recebido pelo Tribunal competente com efeito suspensivo.

§ 3º O Tribunal dará preferência ao recurso sobre quaisquer outros processos, ressalvados os de habeas corpus e de mandado de segurança." (NR)

"Art. 368-A. A prova testemunhal singular, quando exclusiva, não será aceita nos processos que possam levar à perda do mandato."

Art. 5º O limite de gastos nas campanhas eleitorais dos candidatos às eleições para Presidente da República, Governador e Prefeito será definido com base nos gastos declarados, na respectiva circunscrição, na eleição para os mesmos cargos imediatamente anterior à promulgação desta Lei, observado o seguinte:

I - para o primeiro turno das eleições, o limite será de:

a) 70% (setenta por cento) do maior gasto declarado para o cargo, na circunscrição eleitoral em que houve apenas um turno;

b) 50% (cinquenta por cento) do maior gasto declarado para o cargo, na circunscrição eleitoral em que houve dois turnos;

II - para o segundo turno das eleições, onde houver, o limite de gastos será de 30% (trinta por cento) do valor previsto no inciso I.

Parágrafo único. Nos Municípios de até dez mil eleitores, o limite de gastos será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para Prefeito e de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para Vereador, ou o estabelecido no *caput* se for maior.

Art. 6º O limite de gastos nas campanhas eleitorais dos candidatos às eleições para Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Deputado Distrital e Vereador será de 70% (setenta por cento) do maior gasto contratado na circunscrição para o respectivo cargo na eleição imediatamente anterior à publicação desta Lei.

Art. 7º Na definição dos limites mencionados nos arts. 5º e 6º, serão considerados os gastos realizados pelos candidatos e por partidos e comitês financeiros nas campanhas de cada um deles.

Art. 8º Caberá à Justiça Eleitoral, a partir das regras definidas nos arts. 5º e 6º:

I - dar publicidade aos limites de gastos para cada cargo eletivo até 20 de julho do ano da eleição;

II - na primeira eleição subsequente à publicação desta Lei, atualizar monetariamente, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou por índice que o substituir, os valores sobre os quais incidirão os percentuais de limites de gastos previstos nos arts. 5º e 6º;

III - atualizar monetariamente, pelo INPC do IBGE ou por índice que o substituir, os limites de gastos nas eleições subsequentes.

Art. 9º Nas três eleições que se seguirem à publicação desta Lei, os partidos reservarão, em contas bancárias específicas para este fim, no mínimo 5% (cinco por cento) e no máximo 15% (quinze por cento) do montante do Fundo Partidário destinado ao financiamento das campanhas eleitorais para aplicação nas campanhas de suas candidatas, incluídos nesse valor os recursos a que se refere o inciso V do art. 44 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.

Art. 10. Nas duas eleições que se seguirem à publicação desta Lei, o tempo mínimo referido no inciso IV do art. 45 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, será de 20% (vinte por cento) do programa e das inserções.

Art. 11. Nas duas eleições que se seguirem à última das mencionadas no art. 10, o tempo mínimo referido no inciso IV do art. 45 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, será de 15% (quinze por cento) do programa e das inserções.

Art. 12. Até a primeira eleição geral subsequente à aprovação desta Lei, será implantado o processo de votação eletrônica com impressão do registro do voto a que se refere o art. 59-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. (Artigo vetado pelo Presidente da República, mantido pelo Congresso Nacional e publicado no DOU de 26/11/2015)

Art. 13. O disposto no § 1º do art. 7º da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, no tocante ao prazo de dois anos para comprovação do apoio de eleitores, não se aplica aos pedidos protocolizados até a data de publicação desta Lei.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se os §§ 1º e 2º do art. 10, o art. 17-A, os §§ 1º e 2º do art. 18, o art. 19, os incisos I e II do § 1º do art. 23, o inciso I do *caput* e o § 1º do art. 29, os §§ 1º e 2º do art. 48, o inciso II do art. 51, o art. 81 e o § 4º do art. 100-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997; o art. 18, o § 3º do art. 32 e os arts. 56 e 57 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995; e o § 11 do art. 32 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

Brasília, 29 de setembro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo
Nelson Barbosa
Luís Inácio Lucena Adams